

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP

Thiago Sant' Anna Pereira

**Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: perspectiva
histórica**

Mestrado em Psicologia Social

São Paulo

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC-SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

Thiago Sant' Anna Pereira

**Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: perspectiva
histórica**

Mestrado em Psicologia Social

**Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de Mestre
em Psicologia Social sob a orientação do Profa. Dra.
Maria do Carmo Guedes.**

São Paulo

2013

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Guedes

Prof.^a Dr.^a Mitsuko Aparecida Makino Antunes

Prof. Dr Nilson Berenchtein Netto

*As que com o próprio sangue anunciaram a possibilidade de um
mundo novo*

RECONHECIMENTOS

Alguns historiadores, na antiguidade, creditavam às *musas* a inspiração para seus escritos, nós temos certeza que nossa pesquisa histórica dependeu delas. Se por um lado as que me abençoaram não são filhas de deuses mitológicos, certamente isso não faz delas seres menos divinos. Daqui vai um alerta: a alma desse trabalho é feminina. Sem dúvida, amigos e familiares queridos tiveram importância, mas após essas breves palavras, talvez até eles compreendam o porquê da minha declaração.

O que seria dessa pesquisa sem a sempiterna “Dona Denise”? (popularmente conhecida como minha mãe); sem o apoio da “Vó Nice”? (algo semelhante a uma segunda mãe livre-docente pela Escola da Vida); ou a dedicação das tias “Lia e Débora”? (que me alfabetizaram não só com palavras, mas para ler o mundo); das incalculáveis horas de diálogo com a Elaine?(minha querida irmã). É até difícil imaginar uma resposta. Agradecê-las além de imprescindível é privilégio. A palavra amor só tem sentido por que vocês existem.

O mais paterno dos tios que tive notícia até hoje, o “tio Lú”, também merece destaque; minha dívida de gratidão com ele não pode mais ser contabilizada. Agradeço ao meu avô (seu Sant’Anna) que, apesar da aura de poderoso chefão dublado em húngaro, deixa transparecer alegria de “criança com brinquedo novo” quando conversamos; aos tios “Lê e Paulinho”, por todas as conversas simples, profundas e agradáveis. Tem também o “seu Marcos” (meu pai) que, por razões que a própria razão desconhece, tem e continuará tendo meu amor e respeito.

Reconhecer a influência e agradecer os poucos que dão concretude à palavra *amigo* é mais do que necessário, é fundamental. Fizeram-me companhia, os de longa data, Emanuel (meu amado *ponto de equilíbrio* na/para vida) e os fiéis irmãos-primos Vitão e Matias (cujo nome verdadeiro é Mateus) e, os mais recentes, Debão e Marcinho, cuja coragem e paciência são dignas de nota, pois com nobreza pagaram penitência ouvindo durante os últimos dois anos uma ladainha frequente sobre descobertas e trapalhadas de um jovem pesquisador.

Inevitavelmente alguém ficará de fora, mas assumindo os riscos, ousou citar alguns(as) ajudadores(as) dessa pesquisa: Débora (a que soprou interesse pela área

acadêmica aos meus ouvidos); Livia (parceira, leitora e debatedora importantíssima); Bruno (camarada de discussões analítico-críticas sobre o feminino e as teorias marxistas); Vicente (parceiro incansável nos debates sobre questões que realmente importam); Juba (primeiro *brother* que a Psicologia me trouxe). Tem também: Yuri, Arnaldo, Kenji, Fê, Betão e Pablito (turma supimpa!); Marina (das melhores companheiras de viagem que alguém pode ter); Marília (leal confidente nos tempos difíceis); Nícida Maldonado, Gonzalo Curbelo, Renato Grancido; Emílio (gentil diretor e ator a quem devo três dias da minha vida) e a trupe *Teatro callero Fontíbon*; Jú, Josi, Cris e Samara (nunca convivi com mulheres tão *mais pra esquerda* do que vocês); Roberth, Rê Ishida, Filé, Aporias, Vanessa, Morgana e Dom (autores de um interessante caderno de aforismos); os colegas do NEHPSI e do NEAM.

Quanto as mestras(es) e professoras(es) que contribuíram diretamente para minha formação intelectual e, em decorrência, confecção dessa pesquisa menciono; Tiago Oliveira (*sênior*), o primeiro que acreditou e me incentivou, ainda na minha graduação, a duvidar da tal Psicologia; Nadir Lara, doador dos meus primeiros textos sobre Psicologia da Libertação; Nilson Netto (que considero meu professor), pois além de ser um dos principais colaboradores dessa pesquisa, sempre demonstrou solicitude e generosidade ao compartilhar seu conhecimento técnico, textos e experiências; Geraldo Campos que, apesar das divergências teóricas, não deixa dúvidas sobre o lado da barricada que escolhe; José Paulo Netto que ministrou uma aula inesquecível (quando eu crescer quero aprender a dar aulas com a mesma paixão); Bia Abramides que, além de boa professora, é exemplo de intelectual engajado.

Agradeço, com gosto, à professora Mitsuko (Mimi) Antunes, tanto por aceitar o convite para ser da comissão examinadora quanto por preciosos apontamentos e sugestões na banca de qualificação; às funcionárias(os) da PUC-SP, em nome de Marlene Camargo, cuja presteza venceu rapidamente processos burocráticos que tentaram impedir a efetivação da minha matrícula neste Programa, e do Ricardo, que forneceu cafés pelo preço mais acessível de toda nossa Universidade comunitária.

Se a culpa dessa pesquisa é de quem assina a capa, a fluidez e lapidação do texto é, em considerável medida, mérito da minha orientadora (titã do Programa de Psicologia Social desta Universidade) que me ensinou muito mais sobre o mundo acadêmico fazendo do que dizendo. Obrigado Maria do Carmo Guedes.

Um salve a todos os colaboradores do Arquivo Martín-Baró da PUC-SP e a todas as Marias e Joãos desse Brasil que com suor sagrado viabilizaram essa pesquisa.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 – INVENTÁRIO ANALÍTICO DOS TEXTOS DE MARTÍN-BARÓ ESTUDADOS. PÁGINA 201

ANEXO 2 – TRILHAS SONORAS – MÚSICA 1: *NI CHICA NI LIMONÁ* – COMPOSITOR: VICTOS JARA. PÁGINA 217

ANEXO 3 – TRILHAS SONORAS – MÚSICA 2: *LATINOAMÉRICA* – COMPOSITORES: RENÉ PÉREZ JOGLAR (RESIDENTE) E EDUARDO JOSÉ CABRA MARTÍNEZ (VISITANTE). PÁGINA 218

Chamada

*Arranquem as cruces da terra!
Façam delas espadas para a guerra,
Deus no céu haverá de perdoar.
Contra tiranos e contra filisteus!
A espada também tem os sacerdotes seus,
E nós queremos sacerdotes nos tornar.
(Georg Herwegh)*

Essa pesquisa é baseada em fatos *reais*.

RESUMO

O objetivo geral desta dissertação é - por meio de pesquisa histórica - apreender o processo de construção do projeto ético-político da Psicologia da Libertação na obra textual de Ignacio Martín-Baró. Para tanto, utilizamos o materialismo histórico-dialético como referencial teórico. Do norteamento principal desdobraram-se os seguintes objetivos específicos: a) apreensão das raízes históricas do pensamento de Martín-Baró; b) identificação dos principais conceitos do autor na construção de uma Psicologia da Libertação. A formação acadêmica de Martín-Baró possibilitou versatilidade teórica incomum na história recente das teorias psicossociais latino-americanas. Seu projeto ético-político foi influenciado diretamente pelo horizonte de quefazer denominado, por ele mesmo, de Libertação. O conceito foi cunhado da Teologia (latino-americana) da Libertação; entretanto sua teoria dá conotação concreta a ele – não se trata, apenas, de libertação metafísica; mas sim das condições de opressão sociopolítico e econômicas. Além da Teologia da Libertação, Martín-Baró sofre influência do existencialismo e da psicanálise (num primeiro momento de sua obra), posteriormente (de forma mais nítida) de teorias marxistas. Seu projeto teórico caracteriza-se como revisionista-crítico; e sua ética baseia-se na defesa dos interesses concretos das classes exploradas. Os principais conceitos/categorias estudados foram: conscientização, atividade-conduta-atitude-ação-comportamento, identidade-socialização, ideologia-desideologização, opinião pública, fatalismo, processos grupais, poder, violência, guerra-especificidades da guerra, religião, educação-universidade e libertação. Expomos também os fundamentos ontológicos que sustentam seu edifício teórico. Para Martín-Baró a Psicologia pode não ser convidada a intervir nos mecanismos socioeconômicos que promovem desigualdade social, porém é incitada a intervir nos processos subjetivos de legitimação científica que os sustentam. Este trabalho dá continuidade e integra pesquisas feitas pelo NEHPSI (Núcleo de História da Psicologia da PUC-SP); que mantêm um grupo de pesquisadores voltados para o estudo sobre Psicologia *desde* América Latina.

Palavras-Chave: América Latina, Ignacio Martín-Baró, História.

RESUMEN

El objetivo principal de esta disertación es por medio de la investigación histórica aprender el proceso de construcción del proyecto ético- político de la Psicología de la Liberación en la obra textual de Ignacio Martín Baró. Para ello, utilizamos el materialismo histórico-dialéctico como referencial teórico. De los norteamientos principales se dependen los siguientes objetivos específicos: a) aprehensión de las raíces históricas del pensamiento de Martín Baró; b) identificación de los principales conceptos del autor en la construcción de una Psicología de la Liberación. La formación académica de Martín Baró posibilitó versatilidad teórica poco común en la historia reciente de las teorías psicosociales latinoamericanas. Su proyecto ético-político fue influenciado directamente por el horizonte de querer hacer, denominado, por el mismo, de Liberación. El concepto fue acuñado de la Teología latinoamericana de la Liberación, sin embargo su teoría propone connotación concreta a él, no se trata solo de la liberación metafísica pero si de las condiciones de opresión sociopolítico y económicas. A demás de la Teología de la Liberación, Martín Baró tiene una influencia del existencialismo y del psicoanálisis (en un primer momento de su obra), posteriormente (de forma más clara) de las teorías marxistas. Su proyecto teórico se caracteriza como revisionista-crítico; y su ética se basa en la defensa de los intereses específicos de las clases explotadas. Los principales conceptos / categorías estudiados fueron: concientización, actividad- conducta- actitud-acción-comportamiento, identidad-socialización, ideología-ideologización, opinión pública, fatalismo, procesos grupales, poder, violencia, guerra-especificidades de la guerra, religión, educación-universidad y liberación. Exponemos también los fundamentos ontológicos que sustentan su estructura teórica. Para Martín Baró la Psicología puede no ser invitada a intervenir en los mecanismos socioeconómicos que promueven la desigualdad social, sin embargo se instó a intervenir en los procesos subjetivos de legitimación científica que los sustentan. Este trabajo da continuidad e integra investigaciones hechas por el NEHPSI (Núcleo de Historia de la Psicología de la PUC-SP); que mantiene un grupo de investigadores centrados en el estudio sobre Psicología desde América Latina.

Palabras-clave: América Latina, Ignacio Martín-Baró, Historia.

ABSTRACT

The objective of this research is - through historical research –to understand the process of construction of the ethical-political project of the Liberation Psychology, in the textual work of Ignacio Martín-Baró. We used the materialism historical-dialectical as the theoretical referential. From our main research we have unfolded the following specific goals: a) understanding the historical roots of Martín-Baró's thoughts b) identification of the main concepts of this author in the construction of a Liberation Psychology. The intellectual formation of Martín-Baró gave him a theoretical versatility uncommon in the recent history of Latin American's psychosocial theories. His ethical-political project was directly influenced by horizon (quefazer) named by himself liberation. The concept was born of Latin American Liberation Theology, however his theory gives concrete connotation to it - it is not, just metaphysics liberation, but of the conditions of socio-political and economic oppressions. Beyond the Liberation Theology, Martín-Baró was influenced by existentialism and psychoanalysis (at first), later (more clearly) by the marxist theories. His theoretical project is characterized as revisionist-critical, and its ethics are based on the defense of specific interests of the exploited classes. The main concepts / categories and elements studied were: awareness, group processes, activity-conduct-attitude-action-political behavior, socialization, identity, ideology-ideologization, public opinion, fatalism, power, violence, specifics of war, religion, university and liberation. We also expose the ontological foundations that sustain its theoretical support. For Martín-Baró, the psychology science cannot be asked to intervene in socioeconomic mechanisms that promote inequality, but is encouraged to intervene in the subjective processes of scientific legitimation that support them. This work builds on and integrates researches done by NEHPSI (Núcleo de Estudos de História da Psicologia), which maintain a group of researchers focused on the study of Psychology from Latin America.

Key-words: Latin American, Ignacio Martín-Baró, History.

Sumário

PREFÁCIO	12
1. ACERTANDO MINHA CONTA COM A HISTORIOGRAFIA	21
1.1 Sobre a concepção de História na dialética materialista-histórica	25
1.2 Sobre as histórias de que não há diferenças entre saberes	34
2. MARTÍN-BARÓ E EL SALVADOR	42
2.1 El Salvador: uma história de luta pela terra	44
2.2 O Psicólogo Social Ignacio Martín-Baró	62
2.3 Martín-Baró: as expressões concretas de sua preocupação social	75
3. UM BALANÇO DA OBRA MARTÍN-BARÓ	84
3.1 Grandes temas para entender a obra	86
3.1.1 Realidade e epistemologia	87
3.1.2 Sociedade	100
3.1.3 Ser Humano	108
3.2 Extrato dos principais elementos da teoria	115
3.2.1 Processos grupais	115
3.2.2 Conscientização-consciência	130
3.2.3 Ideologia-Desideologização	132
3.2.4 Violência	137
3.2.5 Religião	145
3.2.6 Universidade	149
3.2.7 Libertação	151
4. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO	153
4.1 O que significa Projeto Ético-Político nesta dissertação?	153
4.2 A psicologia de Martín-Baró: horizonte científico	159
4.3 A psicologia de Martín-Baró: horizonte ético	176
4.4 Martín-Baró: projeto ético-político	180
PALAVRAS FINAIS	182
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185
6. ANEXOS	201

PREFÁCIO

O objetivo geral deste trabalho é - por meio de pesquisa histórica - apreender o processo de construção do projeto ético-político da Psicologia da Libertação na obra textual de José Ignacio Martín-Baró. Para tanto, o materialismo histórico-dialético foi escolhido como referencial teórico. Deste norteamento, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: a) apreensão das raízes histórico-filosóficas do pensamento desse autor; e b) identificação dos principais conceitos da Psicologia por ele formulada.

A matriz de ensino (que é base, mas daí decorre que sejam mínimas atividades práticas e produção de conhecimento) nas formações universitárias em Psicologia, no Brasil, é, predominantemente, composta por teorias e práticas oriundas dos Estados Unidos e Europa. Historicamente compreendemos o motivo dessa influência, a Psicologia, em especial a Psicologia Social, iniciou seu desenvolvimento na Europa e posteriormente teve seu núcleo gravitacional deslocado para os Estados Unidos; a incoerência, entretanto, reside na aplicação irreflexiva dessas teorias e práticas em regiões que têm realidade histórica e social diferentes. Por exemplo, a da América Latina, onde as classes exploradas não tem sequer acesso aos meios de suprir suas necessidades mais elementares.

A crítica ao colonialismo intelectual feita por algumas vertentes da Psicologia Social latino-americana não nega o conhecimento historicamente produzido no chamado *primeiro mundo*, mas, antes de tudo, defende que a apropriação deste conhecimento deve ter ponto de partida nas condições histórico-sociais da América Latina.

Desse modo, impõe-se (principalmente aos psicólogos sociais latino-americanos) recuperar e fortalecer obras dos autores que produziram teorias psicossociais críticas a respeito desta região. Nesse sentido, a Psicologia da Libertação é relevante, pois, contundentemente, ocupa-se com questões pertinentes aos interesses concretos das classes exploradas da América Latina. Uma *ciência encarnada*, que parte de sua realidade social para conjecturar fazeres, tem menos chance de tornar-se uma prática que apenas reproduz e perpetua a ideologia hegemônica.

Nossa análise se centra na obra de Martín-Baró, um dos principais teóricos da Psicologia Social Crítica latino-americana; ele propõe uma ciência que não preste

serviço à ideologia hegemônica; antes, uma que possibilitasse crítica ao *modus operandi* que contribui para a manutenção das condições reais de existência dos oprimidos e explorados.

A compreensão da atual função (efeitos concretos) da Psicologia é relevante, pois é ela considerada saber científico legítimo por nossa sociedade que se sustenta sob a égide do capitalismo. Sua utilização predominante, no entanto, tem servido à manutenção das posições, nas estruturais sociais, dos que estão no poder. É comum, por exemplo, pesquisas divulgadas, nas grandes mídias, conterem descrições psicologizantes que enfaticamente reduzem problemas sociais às formas de pensar e sentir. A Psicologia hegemônica é componente da ideologia, endossa a exploração e sabota a luta contra a opressão. Essas teorias circulam muito além de faculdades e clínicas; essas *versões de psicologia* infectam várias áreas da sociedade.

Em contraposição a ela, a teoria psicossocial defendida por Martín-Baró prima pela construção científica cuja fonte nutritiva (ou saber) seja a realidade social; e que tenha práxis intrinsecamente vinculada aos interesses concretos das classes exploradas¹.

A obra de Martín-Baró caracteriza-se por clareza ética e busca por historicizar o conhecimento científico; os psicólogos a ela vinculados devem assumir a responsabilidade de transformar qualquer ordem social que beneficie uma minoria em troca da exploração da força de trabalho da maioria. Não se trata, todavia, de presunçosamente, superar conflitos que adoecem a Psicologia, mas sim, de, ao analisar temáticas relevantes à realidade latino-americana, não assumir falsa neutralidade.

Para o autor central dessa perspectiva, se a ciência psicológica não é convidada a intervir nos mecanismos socioeconômicos que promovem injustiça social, por outro é incitada a intervir nos processos subjetivos de legitimação científica que sustentam esses mecanismos.

Apesar das dificuldades encontradas em investigar o passado, a pesquisa histórica, como diz o historiador catalão Josep Fontana, pode - sem cair num extremo relativismo – ensinar-nos a apreender criticamente o marco de nossas relações sociais e

¹ Neste sentido, a obra serve tanto de exemplo sobre a plausibilidade de uma Psicologia que realize essa tarefa, como de referência para construirmos conceitos e categorias analíticas mais coerentes com nossa realidade.

a livrar-nos de tópicos e de preconceitos que, eventualmente, impeçam as mudanças sociais favoráveis às classes exploradas. Uma pesquisa histórica sobre a Psicologia da Libertação, portanto, serve de arma *na luta pela causa dos explorados*. Este trabalho dá continuidade e integra as pesquisas feitas pelo NEHPSI (Núcleo de História da Psicologia da PUC-SP); que tem projeto voltado para o estudo da Psicologia na América Latina.

Nossa concepção de História vale-se do referencial teórico do materialismo histórico-dialético. Ela consiste na exposição teórica do “processo real da produção” que segundo Wolf (1989:74), ampliando o conceito marxiano, é: “*conjunto complexo de relações mutuamente dependentes entre natureza, trabalho, trabalho social e organização social*”; das relações concatenadas e das que surgem a partir delas. Não é, portanto, segundo Hobsbawn (2010), a “história em si”, mas um guia para um programa de pesquisa em História.

A contribuição do legado marxista e das teorias marxianas para historiografia do século 20 é incontestável; no entanto, a perspectiva deste trabalho afasta-se do que Hobsbawn (2010) chamou de “marxismo vulgar”; que, dentre outras características, dava interpretação economicista para História. Se por um lado Marx (1846/2009) científica que as sociedades são formadas por sistemas de relações entre seres humanos e natureza (das quais aquelas que são mantidas com a finalidade de produção e reprodução das condições de vida são primordiais para sua perpetuação), por outro, não significa que elas são reflexo imediato de suas condições materiais; antes, afirma que é impossível apreender teoricamente seus movimentos reais sem considerar suas condições reais de produção.

A proposta desta dissertação

A primeira parte da dissertação contém a exposição dos pressupostos filosófico-científicos que adotamos para nossa compreensão da História. Apontá-los ao leitor não é questão formalista; antes, possibilita críticas profundas; essa medida, por um lado salvaguarda-nos de críticas tresloucadas (no caso de antipatizantes), e por outro, abre espaço para críticas que podem até mesmo condenar-nos (para alguns) ao engano; mas não à *leda* ingenuidade.

As respostas “De onde eu falo?” e “Quem escreveu?” são fulcrais para apreensão de qualquer pesquisa/ narrativa histórica. Respondê-las, portanto, é dever.

Durante os três primeiros anos da nossa formação em Psicologia a base teórica era composta, basicamente, de europeus e norte-americanos. A ausência de brasileiros (e mesmo latino-americanos) fez-nos questionar “Onde podemos encontra-los?” e “Por que não são ensinados?”. Nossa Iniciação Científica sobre a Psicologia da Libertação é fruto desse inconformismo².

Indicado por nosso orientador à época, ingressamos no primeiro semestre de 2010 no Núcleo de Estudos de História da Psicologia (NEHPSI) do Programa de Psicologia Social da PUC-SP. Os resultados obtidos na Iniciação Científica revelaram a pertinência de situarmos historicamente o que, nesta pesquisa chamamos de projeto ético-político da Psicologia da Libertação; e o quanto vários de seus conceitos (ao menos em seu processo de constituição epistemológica) dialogavam com temas relevantes da realidade social brasileira; por exemplo: desideologização, processos grupais e violência³.

Dissertar sobre esse tema é, também, fruto de nossa posição política quanto ao *fazer científico*; manifestamos abertamente repúdio a propostas que alinham/ aliam Ciência às minorias dominantes no capitalismo.

No segundo capítulo respondemos à indagação: “Libertar-se do quê?” Para isso, historiamos sobre a correlação de forças sociais em El Salvador (1970 – 1990) e a trajetória pessoal/desenvolvimento intelectual de Ignacio Martín-Baró, possibilitando ao leitor visualização panorâmica da situação histórica concreta de sua produção textual.

² Logo no início, notamos a considerável ausência de bibliografia disponível nas bibliotecas consultadas: da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, (à época possuía dois livros – que posteriormente foram subtraídos), da Universidade de São Paulo e da Universidade São Marcos; os poucos textos encontrados não estavam em português.

³ Por ocasião da pesquisa sobre a Psicologia da Libertação, participamos do 10º e do 11º Congressos de Psicologia Social da Libertação, que ocorreram respectivamente em novembro, de 2010 na Venezuela (Caracas); e de 2012 na Colômbia (Bogotá). Essa experiência convenceu-nos da possibilidade de, por meio de uma práxis (segundo Vásquez, 2011, atividade prática que faz e refaz coisas, ou seja, transmuta uma matéria ou uma situação; unidade prático-teórica) psicossocial engajada e eticamente orientada, contribuirmos com a destruição da barbárie que nos é imposta pelo capital.

A teoria psicossocial posta por Martín-Baró é expressão teórica concreta das forças sociais que sobre ela incidiram; não há, portanto, condição de apreensão de seu projeto-político sem considerarmos a realidade social na qual ele se insere.

Psicologia da Libertação: explorações

Seu principal autor

José Ignacio Martin-Baró formou-se em Teologia, Humanidades Clássicas, Filosofia e Letras e Psicologia; obteve, também, títulos de *mestre* - em Ciências Social (1977) e *doutor* - em Psicologia Social e Organizacional (1979), ambos pela Universidade de Chicago.

Martín-Baró, ou “Nacho”, como era conhecido, publicou onze livros, inúmeros artigos e capítulos de caráter científico e cultural em diversas revistas latino-americanas e estadunidenses. Na década de 1980 sua bibliografia versava predominante sobre a temática Psicologia Social. Ele foi professor visitante em várias universidades e dedicou a maior parte de suas pesquisas à situação sócio-política de El Salvador; onde lutou abertamente pela *libertação*. No dia 16 de novembro de 1989 foi assassinado em seu local, a Universidad José Simeon Cañas - em San Salvador.

A proposta de Martín-Baró

A partir de orientações ético-políticas oriundas da Teologia da Libertação, Martín-Baró extrai o sumo de sua Psicologia Social - conhecida como Psicologia da Libertação. A aproximação entre Teologia da Libertação e sua Psicologia é inegável, pois para ele as duas atuavam sobre os mesmos fenômenos. Entretanto, Psicologia da Libertação não era só *teoria*, mas, principalmente, *práxis*; realizá-la exige primeiro *libertação da própria Psicologia*.

Suas definições para Psicologia (Psicologia Social, Psicologia da Libertação e Psicologia Política – principalmente) têm como peculiaridade sua fixação por historicizar todo conhecimento. Desta maneira, qualquer tentativa de produção de conhecimento universal não articulado com a História é equívoca. A realidade latino-americana, por exemplo, deve ser analisada partindo de sua construção histórica, fugindo de esquemas formalistas e atemporais. Há forte teor crítico em sua proposta contra “*psicologias sociais*” que compreendem os indivíduos abstraídos de sua

realidade – possibilitando interpretações pseudocientíficas, individualistas e a-históricas⁴.

As ciências humanas têm, para o autor, clara vocação emancipatória; tanto pelo compromisso com saúde e bem-estar humanos, quanto por sua intrínseca vinculação com a libertação; elas possuem, portanto, inexorável função conscientizadora e desideologizante⁵.

Sua proposta exige *dialecicidade histórica*. Definições genéricas importadas de outras realidades são - frequentemente- míopes frente à realidade vivida pelos latino-americanos. Em contraposição aos pontos de vista clássicos da Psicologia Social hegemônica na América Latina ele propunha: a) apreensão da realidade enquanto movimento dialético; b) enfoque conflitivo para apreensão da ordem social e c) clareza sobre o papel político da Psicologia na sociedade capitalista. Seu intento era consonante ao conceito de *ciência própria*⁶, do colombiano Orlando Fals Borda (1970); que também contrapositionou-se ao mimetismo intelectual que, à tomava conta do cenário latino-americano.

O objeto de estudo da Psicologia de Martín-Baró era *ação enquanto ideologia*; tanto a das pessoas como a dos grupos. O ser humano caracteriza-se, enquanto ser vivo, pela *ação* e não pela *conduta*. Ação é entendida como atividade dotada de significação e sentido - são articulações entre interesses pessoais e sociais. Tratar-se-á de apreender o em momento que individual se faz social, e social se faz individual.

Os psicólogos que aderem à proposta de Martín-Baró mudam seu horizonte de atuação; o que não significa tanto mudança no campo de trabalho, propriamente dito, mas em sua práxis. Eles definem-se a partir de ações concretas realizadas *COM* os indivíduos/comunidades, e não nas *PARA* eles.

⁴ Seu projeto teórico é expressão de parte da posição política vivida por Martín-Baró; que era abertamente contra a existência de uma ordem supostamente natural, que colocava cada indivíduo num determinado lugar dentro da estrutura de classes sociais.

⁵ Esse conceito é tratado de forma específica na terceira parte do trabalho.

⁶ Fals-borda discute esse conceito em seu livro intitulado *Ciencia Propria y Colonialismo intelectual* publicado pela Carlos Valencia Editores.

A tarefa é apreender teoricamente determinações socioeconômicas, intergrupais e interpessoais, de dada realidade objetiva. Os profissionais devem, portanto, além de assumir a perspectiva da maioria explorada e oprimida pelo capitalismo, aprofundar seus conhecimentos sobre sua própria realidade, e envolver-se criticamente num processo de dar às gentes poder para alterar o curso de sua história pessoal e social.

A Psicologia pode/deve possibilitar mudança do lugar de opressão imposto pelas classes dominantes às exploradas, ajudando-as a alcançar saber crítico e reflexivo sobre si e sua realidade. Para que isso ocorra é necessário um enfoque no âmbito pessoal que não se oponha ao social; que é seu correlato dialético. A proposta é fazer com que esta ciência assuma responsabilidade histórica frente às sociedades que atende.

Para cumprir essa tarefa libertadora, impõe-se: a) estudo sistemático das formas de consciência popular; b) resgate e potencialização das virtudes populares; e c) análise das organizações populares como instrumento de libertação histórica. Já os desafios populares feitos a ela são a definição de problemas específicos; de esquemas teóricos coesos com a realidade; e da objetividade científica de sua práxis.

Martín-Baró constatou que psicólogos latinos enfrentam um desafio histórico para o qual provavelmente não foram preparados. No entanto, não se trata de encontrar justificativas para as deficiências, senão, assumir responsabilidade social frente a problemas concretos. Para tanto, três pontos são fundamentais: a) necessidade de reconstrução da imagem de si mesmos como profissionais; b) imprescindível adoção da perspectiva das maiorias populares; c) mudança do lugar cômodo que a Psicologia ocupava frente ao sistema social que particularmente a beneficia.

A Psicologia Social pode ocupar destacado papel na apreensão dos conflitos entre as diferentes classes sociais, e tem condições de perceber que nem todos são igualmente promotores de consciência e/ou visam promover o bem estar de *toda* sociedade. Descolada do contexto histórico, uma psicologia não tem valor algum, descartam-se, assim, possibilidades de *neutralidade científica* e invalida-se qualquer tentativa, por parte dos psicólogos, de omissão frente a suas responsabilidades sociais.

Apresentamos, no terceiro capítulo, um guia de estudo dos principais conceitos e categorias utilizadas por Martín-Baró para construir o corpo de orientações teórico-metodológicas/ético-políticas de sua Psicologia. Nesse sentido descrevemos, também,

as raízes conceituais desta proposta. Expomos seus pressupostos sobre: realidade, sociedade e ser humano. Uma vez bem colocados, esses elementos visam facilitar a apreensão das categorias/conceitos expostos na seguinte ordem: processos grupais, poder, atividade-conduta-atitude-ação-comportamento, identidade-socialização, conscientização, ideologia-desideologização, violência, especificidades da guerra, religião, universidade e libertação.

No quarto capítulo, contém a exposição do projeto ético-político extraído das obras textuais de Martín-Baró. Não utilizamos, entretanto, métodos como “análise do conteúdo” ou “análise do discurso”; evitando, assim, traços subjetivistas destas formas de compreender um texto/documento. Nossa premissa é que “textos teóricos” são objetivações humanas que, como tal, localizam-se historicamente; o pressuposto é que esses textos são expressão das condições materiais concretas de seu período histórico.

A práxis da Psicologia de Martín-Baró (tanto da Psicologia Social, da Psicologia da Libertação e da psicologia Política) orientou-se por princípios ético-científicos que primam pela *humanização plena* dos humanos. E, se por um lado sua obra se transforma teoricamente, por outro, há uma constância: a ética. A postura ético-científica deste projeto conduz, inevitavelmente, à adoção do compromisso crítico de transformação social que tem como horizonte a *emancipação humana*.

Há um provérbio chinês que diz que quando o sábio aponta para as estrelas, o idiota olha para o dedo. Não há dúvidas que a empreitada de Martín-Baró esta repleta de questões a serem trabalhadas/melhoradas. No entanto, ele apontou para estrelas. Durante a pesquisa discutimos os fundamentos e a razão desse gesto.

Lembramos aos leitores – e de antemão agradecemos aos brasileiros - que impostos pagos à nossa República Federativa financiaram esse trabalho⁷; que decentes pesquisas de mestrado no Brasil tendem à extinção; pois – paulatinamente, elas se inviabilizam pelas imposições de curtíssimos prazos e falta de incentivo financeiro.

Impõe-se frisar a interferência direta desses elementos na *forma* da pesquisa, no conteúdo e, por fim, em sua relevância social. Percebemos que pesquisas em escala

⁷ Tivemos subsídios do Conselho Nacional de desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES).

“nano” são cada vez mais comuns – é mais fácil, dadas as exigências limitantes - realizá-las. E, se por um lado *publish or perish* é lei, a qualidade delas tende a relacionar-se mais com a bagagem teórica do pesquisador antes de seu ingresso na pós-graduação, do que com o acúmulo de discussões que realizou durante esse período.

Boas pesquisas demandam formação de qualidade, tempo, dedicação etc...e *financiamento*. Propomos um convite ao leitor, que ao emitir um juízo sobre mestrados e doutorados, considerem as desleais condições reais da produção de conhecimento científico no Brasil - nesses primeiros anos do século 21.

1. ACERTANDO MINHA CONTA COM A HISTORIOGRAFIA



(QUINO - Toda Mafalda)

Diferente da Mafalda, não tínhamos clareza sobre coisas realmente importantes quando estávamos na quinta série e só percebemos no mestrado nossa grave deficiência – causada também por nossa formação em Psicologia - quanto à Ciência da História. Em decorrência disso, um dos primeiros passos foi cursar uma disciplina no programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP (Ditaduras e Revoluções na América Latina) e outras no curso de Serviço Social, desta mesma Universidade (Fundamentos Filosóficos e Questões do Método nas Ciências Sociais); e participarmos semanalmente, durante a pesquisa, no Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista (NEAM). Mais do que adotar perspectiva histórica, impõe-se perceber que elas são variadas; expor fundamentos filosóficos, portanto elucidá-las.

Mesmo no Programa de Psicologia Social da PUC-SP poucos professores preocuparam-se em discutir fundamentos ontológicos de suas concepções de História. Na aula que tivemos sobre História da Psicologia Social, chamou-nos atenção justamente a articulação que alguns autores fazem entre pensamento pós-construcionista e possibilidades narrativas historiográficas da ciência. Para defender seus pressupostos ontológicos chegam a propor definição nova para a ciência, porque nos pareceu que para eles conhecimento científico é equiparável, por exemplo, a outros conhecimentos (não que não possamos fazê-lo). Ao invés de polemizar com essa perspectiva histórica adoçada de relativismo estéril, nos utilizamos de algumas de suas falsas premissas para contrapor nossa concepção de História.

Além de expor nossos pressupostos filosóficos, pretendemos demonstrar que nem todas as descrições/análises acadêmicas sobre a História correspondem ao

movimento da realidade; e que apesar da inexistência do grilo falante, como na literatura (nem sequer precisamos dele!), o materialismo histórico-dialético auxilia-nos numa discussão científica sobre ela. Tal análise fundamenta/possibilita a compreensão da obra de Martín Baró como produção histórica; ou seja, explicita o porquê seu projeto ético-político é expressão nas ideias, de correlações de forças socioeconômicas, políticas e culturais concretas.

A História e o contar histórias

Para Matos (2011), a escrita da História, tal como classicamente a conhecemos, origina-se na Grécia; registros escritos feitos pelos sumérios, ou mesmo relatórios sobre faraós egípcios, por exemplo, não possuíam a intenção de registrar o passado para impedir seu esquecimento e nem garantir que ele fosse lembrado, por isso não são considerados “historiográficos”. Apesar da possível alegria que eruditos gregos da Era Pré-homérica⁸ sentiriam por ver a tentativa de “reanimação” (principalmente no final do século 20 e que veio fortalecendo-se no início do 21), por parte de alguns cientistas sociais de seu projeto para a concepção da História, os milhares de anos de avanço do conhecimento científico, talvez tenha tornado infrutífera a empresa desses entusiastas.

Desde sua gênese, na Grécia, as tarefas do poeta e do historiador se confundiam; ambos tinham a função de fazer perdurar as transformações sociais nas recordações das pessoas; historiador era: “aquele que viu ou ouviu o que contaram outras pessoas que também viram e ouviram...”. (MATOS, 2011: 24)

No poema épico a *Iliada*, por exemplo, encontra-se a personagem *hístor*, que era árbitro de uma situação conflituosa. O *hístor* não era testemunha ocular dos fatos, mas o que promovia a investigação (testemunha pública que guardava lembrança do passado em vista de uma decisão judicial), enquanto os poetas eram incumbidos da missão de narrar feitos heroicos para o prazer ou o alívio dos sofrimentos cotidianos. (MATOS, 2011)

Com Heródoto (484 a.c. – 420 a.c.) a História obteve certidão de nascimento como “ciência”, em sentido próprio; segundo Matos (2011), ele se propunha relatar acontecimentos, esforçando-se para se afastar das formas narrativas dos poetas,

⁸ Homero foi um poeta do séc. 8, considerado autor dos livros *Odisseia* e a *Iliada*, clássicos da literatura mundial.

almejando com isso garantir a objetividade de seu anúncio. A inspiração das Musas⁹ nos acontecimentos, por exemplo, foi negada, e ele passou a posicionar-se sobre a narrativa, expondo-se como autor. Foi com ele que a objetividade histórica encontrou sua mais elevada forma: a *imparcialidade*.

A função social da História como mestra da vida, preparava as pessoas para o convívio na cidade, na Grécia Clássica, e para a santidade, na Idade Média. Com abalos produzidos pela Reforma Protestante e pela Revolução Francesa, por exemplo, a modernidade científica rompeu com a antiga concepção de História. Ela passou a associar a ideia de finito à de imperfeição - possibilitando o surgimento da noção de que o humano participa da construção histórica; e afastou-se da concepção teológica (ou de transcendência mítica). A função social da História, neste momento, mudou e foi muito influenciada pela ideia de progresso.

A institucionalização da História como ciência requereu/requer fundamentação de seus objetos de pesquisa e métodos. Segundo Matos (2011), tal tarefa reduz a *influência negativa* da subjetividade do historiador na análise dos acontecimentos.

Para nós - e não é só nesta pesquisa - a imparcialidade do historiador relaciona-se à análise dos seus objetos de estudo, evidentemente isso ocorre dentro de suas limitações intelectuais; o que significa que, ao mesmo tempo em que o texto expõe a perspectiva do autor - portanto, não é escritura “neutra” -, deve deixar para trás o interesse de fazer do texto única verdade possível.

O pensamento/lógica/método de apreensão da realidade de maior influência nos séculos 19 e 20 é a Dialética; para o qual a contradição é o motor da História. Hegel, ilustre filósofo alemão, desenvolveu o pensamento dialético de modo ímpar. Segundo a dialética hegeliana, História é o *trabalho do Espírito*.

Para Hegel (1969) a questão dos meios pelos quais a *liberdade* se produz no mundo leva ao próprio fenômeno da História. A História universal seria, então, a Consciência que se desenvolve para Liberdade. Todas as mudanças que nela ocorrem,

⁹ A palavra grega *mousa* significa “canção” ou “poema”. Acreditava-se que elas inspiravam a criatividade humana e habitavam no templo *Museion*; termo que deu origem à palavra “museu” definido como local de preservação das Artes e das Ciências. A palavra “música” também é derivada de *musa*, do grego *musiké téchne* que significa “a arte das musas”.

portanto, são caracterizadas como processos para o melhor, o mais perfeito. O princípio da evolução (linear) perpassa também determinação interior, uma pressuposição efetiva que se realiza. Esta determinação formal é o próprio Espírito, cujo teatro é a História universal, sua propriedade e seu campo de realização.

A razão, compreendida assim, seria a governanta do mundo; que, por sua vez, não estaria entregue ao acaso ou causas exteriores e acidentais, mas que seria regido por uma Providência (sabedoria com infinito poder, que realiza seu fim, isto é, a finalidade racional e absoluta do mundo; a razão é o pensamento livre determinando a si mesmo).

Quando Hegel (1969) afirmou que *a razão reina e reinou no mundo e na história universal*, está indicando que o propósito do Espírito coordenou todos os eventos históricos que ocorreram nessa linha do tempo - História Universal.

A tarefa do filósofo historiador seria trazer à tona aquilo que subjaz os fatos históricos, isto é, o propósito do Espírito, que é o movimento dele conhecendo a si mesmo. A história filosófica apresenta, portanto e também, o desenvolvimento da Razão na História. (HEGEL, 1969)

É, contudo, e principalmente, com as colaborações intelectuais de Karl Marx e Friedrich Engels que a compreensão teórica do que seja a História sofreu drástica inversão. No momento de transição do século 18 e 19 a sociedade burguesa chegou a seu pleno desenvolvimento. Impulsionados pela dinâmica do capitalismo foi possível observar que a sociedade se distinguiu da natureza, embora e evidentemente, permanecesse numa relação indissociável com ela. A realidade social pôde, naquele momento, ser percebida como algo coproduzido pela atividade humana e não por forças sobrenaturais. No entanto, a complexificação imposta pelo capitalismo (modo de produção fundado na exploração do humano pelo humano), acabou por naturalizar as relações sociais, ao tratar a relação entre humanos como relação entre coisas. (MARX, 2009)

Com o desenvolvimento da revolução burguesa surge, *pari passu* a classe burguesa, o proletariado; que abriu perspectiva nova para o rumo da humanidade; pois à medida que esta classe era dominada pelos burgueses, ela continha (contém) em si o potencial de superação último da exploração do humano pelo humano.

Esta conjuntura possibilitou o surgimento de um saber científico (dialética materialista-histórica) que foi capaz de desmascarar as artimanhas dos dominadores que cristalizavam a posição dos indivíduos na estratificação social. Uma ferramenta crítica e de luta na redefinição do que então era (é) compreendido como realidade social.

Este saber constituía-se como crítica frontal ao Idealismo, muito expressivo na Alemanha da época, representado por Kant (1724 -1804), mas que posteriormente se sofisticou na compreensão dada à dialética por Hegel, e ao Empirismo, que embora de modo não intencional, contribuía para reprodução falseada da realidade social.

É n' *A ideologia alemã*, concluída em 1846, que seus autores criticam os filósofos alemães idealistas e esboçam fundamentos do que seria a concepção materialista-dialética da História¹⁰.

1.1 Sobre a concepção da História na dialética materialista-histórica

“As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico.” (MARX, 1846/2009 – *A Ideologia Alemã*).

A crítica à ideologia alemã proferida por Marx (1846/2009) é sagaz à medida que ele começou seu texto problematizando a falta de correlações reais entre o trabalho intelectual crítico dos filósofos alemães de sua época, com a realidade alemã. O erro epistemológico dos filósofos criticados tende a parecer óbvio, no entanto, por mais assombroso que pareça e, apesar dos homéricos esforços intelectuais de alguns filósofos do século 21 em demonstrar que o fogo queima, ainda é possível encontrarmos historiadores e filósofos que, dispensando a dimensão material da realidade, fazem críticas, à moda quixotesca, a moinhos de vento¹¹.

¹⁰ Este processo de transição entre a passagem do idealismo para o materialismo, no pensamento de Marx e Engels, deu-se ao longo dos anos 1837 a 1846, tendo no biênio 1843-44 seu ápice.

¹¹ Não é pequena a presença do que ficou conhecido como *giro-linguístico* nas Ciências Sociais/Humanas - influenciado por inúmeras mudanças sociopolíticas na França de 1968; não convém aqui nos

Como já explicitado no começo desta subseção, as premissas da concepção materialista-histórica não são arbitrárias, no sentido que, sobre inúmeras perspectivas, podem ser estudadas; é, portanto, imprescindível que se realize articulação dialética entre condições reais e modo de vida dos indivíduos de determinada sociedade.

Nossa premissa segue a cadência do silogismo marxiano: a) “é preciso que existam humanos vivos”; b) humanos estão em relação intermitente com a natureza; e c) toda a historiografia deve ser escrita sobre essas bases materiais, observando essas transformações ao longo do tempo pela atividade humana.

Marx afirma que existem inúmeras maneiras de distinguir humanos dos animais - pela consciência de si e do outro, pela filosofia, religião etc. Mas o que definitivamente afasta-nos, é que nós começamos a produzir nossos próprios meios de produção e ao produzi-los, determinamos nossa própria vida material. (MARX, 1846/2009: 24)

Humanos, entretanto, produzem seus meios de subsistência numa relação com os meios que encontram. Somos determinados/condicionados diretamente pelo que produzimos e pelo modo como produzimos. Para Marx (1846/2009) a própria constituição de nossa humanidade depende das condições materiais de produção que nos circundam.

Essa produção surge em razão do aumento da população e vice-versa. O autor segue expondo que: “a relação entre as diferentes nações entre si dependem do grau em que cada uma delas desenvolveu as suas forças produtivas, divisão do trabalho e intercâmbio interno”. (MARX, 1846/2009: 25)

Não perceber que ao realizar trabalho científico sobre o desenvolvimento na História de determinado país ou sociedade, sem levar em consideração a legitimidade

aprofundarmos no assunto, mas como exemplo emblemático, citamos a obra “*Muniones para los disidentes*”, especificamente no capítulo “*La realidad cuestionada*” de Thomaz Ibañez, em que o autor, à luz do que considera serem avanços da ciência da física quântica, propõe que repensemos a materialidade e a concreticidade da realidade. Enquanto realizamos exercício filosófico, não há com o que se preocupar, mas uma vez começemos a nos questionar sobre se o fogo realmente queima, retrocederíamos a apreensões ainda rústicas dos humanos do período paleolítico.

do supracitado argumento de Marx, além de ingenuidade, distorce a apreensão teórica da realidade. Quando num romance seu autor enfatiza determinadas características de uma sociedade em detrimento de outras, ele assim faz tendo como referência o tom que deseja dar à arquitetura estética e lógica de sua obra, enquanto que um cientista social que descreva a seu bel-prazer (sem qualquer vinculação com a realidade) que determinado país tem forte tendência histórica ao terrorismo, por exemplo, o faz, intencionalmente ou não, em relação à vida de pessoas reais, que existem dentro dum modo de produção econômica concreto.

Marx (1846/2009) fez importante observação quando demonstrou que, quando o cientista/historiador realiza um trabalho, sua observação empírica deve mostrar, sem mistificações e/ou especulações, a conexão entre a estrutura sócio-política e a produção da própria sociedade. Essa observação, porém, não se baseia exclusivamente no que o próprio cientista *projeta* sobre seu texto, nem sobre o que os indivíduos daquela sociedade dizem sobre si; mas também, em *como* isso ocorre “*realmente*”, quer dizer, como os indivíduos dessa sociedade agem, como produzem materialmente seus meios de subsistência. Isso ocorre sempre “em determinados limites históricos, premissas e condições materiais que independem da vontade deles”¹² ou mesmo da imaginação do historiador.

A produção das ideias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real (MARX, 1846/2009: 31)

A constatação supracitada é fundamental para um historiador comprometido com a objetividade teórica de seu texto. Marx, em parágrafos seguintes, do supracitado texto, afirmou:

(...) Não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida. (MARX, 1846/2009: 31)

¹² Um exemplo pontual sobre isso é que independe de apreço dos indivíduos de uma sociedade pelo refinamento estético e/ou pragmático de sua língua materna, eles a apreenderam, e indiferente à vontade deles em aprender outro idioma ou não, sempre partiram dela como referência estrutural de linguagem.

A ideia que toda a história escrita é – necessariamente – prática discursiva enviesada por interesses políticos econômicos não é falsa. No entanto, não se trata de *jogar o bebê com a água do banho junto*, existem alguns interesses políticos e econômicos que vão de encontro com imprescindíveis mudanças sociais que favorecem a melhoria real das condições de vida da maioria da população terrestre; Marx (1846/2009) nos ofereceu alguns critérios teóricos para discernirmos quais são eles.

Quando se apreende o conteúdo da clássica frase do materialismo-histórico e dialético: “não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”, obtêm-se não um entendimento da História como “coleção de fatos mortos”, como fazem os empiristas, ou como “ação imaginada de sujeitos imaginados” como os idealistas; mas como práxis humana. (MARX, 1846/2009: 32)

O pressuposto de que humanos necessitam estar vivos para *fazer* História, por mais óbvio que pareça, é relevante, pois carrega, em seu bojo, outros elementos; para viver precisarão também de: alimentos, bebida, moradia, vestimenta e outras coisas elementares; por sermos seres sociais, necessidades elementares não se restringem à manutenção do organismo biológico, antes são conjuntamente determinadas pela particularidade histórica que nos inserimos.

Posto isso, para Marx (1846/2012), o primeiro ato histórico é a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades. O segundo corolário desse ato é que no processo de satisfação de suas necessidades, essa ação e o instrumento de satisfação previamente adquirido, possibilitam o surgimento de novas necessidades; que por sua vez começam a “produzir” outros/novos humanos. (MARX, 1846/2012: 140).

A produção da vida, tanto no trabalho quanto na procriação¹³, traduz-se em relações sociais indissociáveis. Daí compreende-se que necessariamente determinado modo de produção (ou determinada fase do desenvolvimento da indústria) está sempre articulado a determinado modo de cooperação ou forma de sociabilidade. A história de um grupo humano não pode ser escrita, de modo legítimo e com pretensões científicas, sem que se estabeleça relação entre ela e o desenvolvimento de sua “indústria” e as suas formas de trocas.

¹³ Com esse argumento queremos dizer que - indiferente à opção sexual dos indivíduos - de determinada sociedade, se eles quiserem se perpetuar na história, invariavelmente precisarão desenvolver métodos de procriação.

Somente após a apreensão dos supracitados momentos das relações históricas originárias é possível compreender que o humano tem consciência. Esta consciência, entretanto, não se produz apenas no campo da abstração, mas está condicionada à materialidade que assume a forma de linguagem. A consciência é necessariamente produto social e a necessidade de firmar relações sociais com outros humanos é o começo da consciência da vida em sociedade. Segundo Marx (1846/2009), o começo dessas relações é marcado pela consciência mais animal/gregária e só o aumento da produtividade, o incremento das necessidades e o aumento populacional é que permitem seu ulterior desenvolvimento.

A partir disto, ocorre a divisão do trabalho, que só se torna realmente “divisão” quando surge diferença entre trabalho material e espiritual. Neste momento a consciência pode imaginar-se descolada de seu contexto sócio-material e, nas palavras de Marx, “representar algo realmente sem representar algo real”; a consciência pode emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, teologia, filosofia etc., sem vínculo direto com a realidade de suas condições de produção. Ainda que essas produções humanas (teologia, filosofia, moral) entrem ou estejam em contradição com as relações reais existentes, isto só ocorre porque tais relações estão em contradição com as forças de produção existentes. (MARX, 1846/2012)

(...) porque com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espirituais e materiais, de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo, caibam a indivíduos diferentes, a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente suprassumida. (MARX, 1846/2012: 143)

A divisão do trabalho ocorre em contradição entre interesses individuais (ou de suas respectivas famílias singulares) e coletivos (que não existe apenas como representação do *interesse geral*, mas sim aparece como expressão ideal da dependência recíproca dos indivíduos que distribuíram o trabalho entre si).

Ao passo que o trabalho é distribuído, não de forma voluntária, mas de forma “natural” – ou seja, de acordo com a classe social - vinculamo-nos a ele de forma indissociável; pois do contrário perderíamos nossos meios de subsistência.

Essa cristalização da atividade social num poder objetivo situado acima dos indivíduos, e por eles (nós!) incontrolável; esse é, segundo Marx (1846/2012), um dos principais momentos do desenvolvimento histórico até o início do século 20. A força de produção multiplicada, que nasce da cooperação dos indivíduos pela/na divisão do trabalho, aparece-lhes como potência estranha que está fora deles e lhes é autônoma, e não como seu próprio poder unificado.

Marx (1846/2012) ao citar o economista inglês Adam Smith (1723-1790) – que imaginava as relações comerciais dirigidas por uma “mão invisível” que distribuía aleatoriamente Desgraça e Fortuna, e não como relação de troca de produtos de indivíduos e países diferentes dominadas pela relação produção-circulação-consumo - auxilia-nos a perceber que sempre que as condições materiais e históricas não são consideradas, perdemos a capacidade de discernir objetivamente a realidade dos fenômenos em suas concreções históricas.

O intercâmbio humano, condicionado pelas forças de produção existentes em todos os estágios históricos precedentes e que, por seu turno, as condiciona, formam a sociedade civil. Esta tem por pressupostos a família simples e a família composta (tribo). É, portanto, a sociedade civil foco e cenário de toda a História, não apenas a ação dos “príncipes” e dos Estados. (MARX, 1846/2012)

A História é, portanto:

(...) o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores sob condições totalmente alteradas e, por outro lado, modifica-as com uma atividade completamente diferente das antigas condições [...] (MARX, 1846/2012: 147)

À medida que peculiares formas de produção das sociedades perdem espaço para ânsia por lucro dos capitalistas (o capitalista chinês não calcula nem obtém seus lucros de forma tão diferente do norte-americano – do ponto de vista do cálculo econômico); e uma vez que economias de vários países passam a subsistir pela intensa troca de produtos com outras nações, culturas e condições de produção diferentes, a História torna-se cada vez mais a História mundial. A passagem de uma à outra não é abstração, mas constatável empiricamente pelo modo de vida e pela cultura dessas sociedades.

Marx (1846/2012) afirmou que o desenvolvimento histórico do continente europeu, até o início do século 20 foi marcado pela presença constante e crescente de um poder que lhes era estranho: o do mercado mundial. Somente com a superação da propriedade privada e a extinção da atual divisão social do trabalho, os indivíduos se libertarão da opressão do mercado capitalista e, na mesma medida, apropriar-se-ão coletivamente dos avanços produzidos pela História¹⁴.

Dos argumentos expostos acima, Marx (1846/2012) chega às seguintes afirmativas:

- a) Durante o desenvolvimento das forças produtivas surgem elementos, numa determinada fase das forças produtivas e do intercâmbio, nocivos e que estão mais para forças de destruição do que de produção (maquinaria e dinheiro, por exemplo); *pari passu* a esse desenrolar surge uma classe que é espoliada vorazmente pelos que detêm o controle dos meios de produção, e que é obrigada a suportá-los sem usufruir das benesses dos avanços tecnológicos e sociais, restando-lhes, somente, como alternativa, posicionar-se contra esse modo de produção e essa classe;
- b) As condições de utilização de determinada força de produção são usadas como base de dominação de determinada classe social sobre outra;
- c) Todas as revoluções vividas pelo continente europeu até o início do século 20 alteraram somente a distribuição do trabalho, mas não a *forma* da atividade. Somente com a supressão da propriedade privada realizada pela classe trabalhadora, superar-se-ão as próprias classes, aniquilando-as; pois esta classe expressa à necessidade de dissolução de todas as outras;

¹⁴ A riqueza psíquica individual está condicionada à riqueza das relações reais. Uma vez que os indivíduos libertarem-se de suas limitações regionais e locais, entrando em contato com a produção espiritual/cultural de outros países, obterão, segundo Marx (1846/2012), a possibilidade de fruição na multifacetada produção mundial.

- d) A revolução¹⁵ é única alternativa possível para a classe explorada, pois de qualquer outra maneira ela não se desvincula das opressões promovidas pela ideologia da classe dominante.

A partir desses pontos, concluímos que diferente da concepção idealista da História, esta perspectiva mantém-se constantemente sobre solo da realidade, evitando explicar à práxis partindo da ideia, antes, faz justamente o oposto; explica a formação das ideias a partir da práxis. Ela mostra que em cada estágio da História encontra-se resultado material, forças de produção e relações historicamente produzidas entre indivíduos e natureza; e que essas relações não são “inventadas completamente” a cada geração, mas sim, que são herdadas, conferindo desenvolvimento de certa forma condicionado pelas condições de vida predecessoras. (MARX, 1846/2012)

O que os filósofos (principalmente do final do século 19 e início do século 20) chamavam de *essência humana* (essência fixa e imutável), passou a ser interpretado como conjunto das relações sociais¹⁶; resultado das forças de produção, capitais e formas sociais de intercâmbio etc.

Concepções idealistas de história existentes antes de Marx e as que hoje insistem em ressurgir com roupagem ainda mais inadequada – uma vez que com malabarismos sofistas, quando não levam categoricamente de nada para lugar nenhum (ou mesmo no caso das “bem-intencionadas” e logicamente coerentes) deixam intacta a realidade. Dar base real à História é considerar a relação humano-natureza como parte impreterível de sua apreensão, isso evita percebermo-la – apenas – como movimentos políticos contraditórios ou guerras de interesses religiosos, uma vez que tanto a política quanto a religião não se desvinculam das condições reais em que são vividas e teorizadas.

Muitos “cientistas” ainda hoje fazem da atividade de mistificar a realidade, com duelos entre ideias, seu principal meio de subsistência, enquanto as maiorias populares comportam-se frente a essas ideias de forma mais passiva e receptiva, pois não têm,

¹⁵ Marx (1846/2012) lembra-nos, entretanto algo que não devemos perder de vista, e que é pedra angular para a Revolução que subverta o modo de produção existente por outro (*mais humano*); as condições encontradas – ou seja, às forças de produção - e a *massa revolucionária* precisarão, necessariamente, de elementos mínimos para concretizar esta subversão total.

¹⁶ Sexta tese de Marx contra Feuerbach; escrita e 1845, publicada por Engels em 1888.

entre outras coisas, o tempo disponível destes últimos para gastar com exercícios de retórica.

Marx (1846/2012) articula a classe hegemônica às ideias que dominam determinado momento histórico, ou seja, às forças materiais imperantes da sociedade. Isto ocorre, pois os que detêm os meios de produção material possuem também meios de produção espiritual.

As ideias hegemônicas não são abstrações incongruentes, pelo contrário, são expressão ideal das relações materiais dominantes. Os indivíduos destas classes, à medida que exercem domínio, dão o tom de uma época histórica, dirigem, como pensadores e produtores, que regulam produção e distribuição, às ideias de seu tempo.

Quando separamos ideias dominantes da própria classe hegemônica, e as compreendemos como instâncias autônomas independentes; quando afirmamos que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições de produção nem com os produtores dessas ideias; sem, portanto, considerarmos indivíduos e condições mundiais que constituem fundamento dessas ideias, mascaramos a própria apreensão teórica da realidade.

As ideias da classe revolucionária, entretanto, não surgem como ideias classistas, mas como as que representam toda a sociedade (no início, porém seus interesses são objetivamente coesos com os da classe explorada). A necessidade de fazer interesse particular classista se passar por interesse universal desaparece quando a própria forma de organização em classes social desaparece.

Supor, portanto, que todas as narrativas históricas têm o mesmo *valor de verdade* (uma vez que, em alguns casos, a *verdade* nem sequer é considerada) é falseamento da realidade. Apesar de aparentemente inofensivo e democrático, essa perspectiva não percebe as diferenças entre ideias favoráveis aos que dominam e lucram com essa falta de critérios verificáveis, das que são que realmente correspondem aos interesses dos dominados e explorados. Não discernir “joio de trigo”, ~~diria o cozinheiro~~, resulta em “pães de joio”.

1.2 Sobre as histórias de que não há diferença entre o saber científico e o comum¹⁷

Aqui não discutimos apenas pressupostos filosóficos da História, mas também efeitos concretos da ciência da História. Uma vez que um dos principais produtos da Academia são pesquisas de cunho científico, que necessariamente são atos políticos, que favorecem ou não as classes dominantes.

A indistinção entre curiosidade e Ciência (por exemplo, a que fazem construcionistas quando afirmam inexistirem entre elas diferença fundamental) e entre Ciência e demais saberes-conhecimentos presentes no mundo social¹⁸ só são coerentes se entendemos por Ciência: embate entre enunciados; disputa que ocorre no campo das ideias com outros saberes que anseiam por legitimidade social.

Sem dúvida, é legítimo afirmar que a curiosidade do pesquisador é fundamental para a realização da Pesquisa Científica, mas daí a confundirmos curiosidade sobre determinado assunto com a ciência é preciso muita “imaginação”, excessiva falta de rigor etc.

Argumentos sobre essa diferença, inevitavelmente, tendem a chegar num ponto crucial para essa diferenciação: a questão do *Método Científico*. Ainda que críticas possam e devam ser feitas ao Método, é evidente que a forma de organização deste saber se constrói sobre bases que o permitem diferenciar-se objetivamente de outros.

O maior problema da ciência, seja a da História ou qualquer outra, não é o método em si, mas a *realidade*. As mais variadas compreensões filosóficas existentes sobre ela atualmente, como a de alguns professores do programa de Psicologia Social da PUC-SP e a nossa, por exemplo, são evidências de que não há consenso estabelecido entres os próprios pares das comunidades acadêmicas.

Ao mudarmos a compreensão da realidade, muda-se o método/caminho que será trilhado para sua apreensão. Percebe-se daí que desde a problematização coesa de

¹⁷ Para aprofundamente neste tópico o didático livro de 1997, *Sobre História* de Eric Hobsbawm e o livretinho publicado pela EDUSC, *História depois do Fim da História* de Josep Fontana são exemplos.

¹⁸ IBAÑEZ, T. **Municiones para disidentes: realidad – verdad - política**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001.

objetos de estudos até a utilidade de determinadas pesquisas entram em xeque quando ponderamos o que é a realidade.

O conhecimento científico é conhecido por ser passível de crítica, por submeter-se e exigir rigor lógico e por tender a ser passível de generalização. É evidente que essa conceituação também carece de maiores definições, mas, como assinala Demo (1992), é muito mais fácil descrever negativamente a Ciência do que o contrário. Ela não se confunde nem com senso comum, nem com ideologia, apesar de construir-se no bojo de ambas.

Demo (1992) apresenta dois critérios desse conhecimento: a) interno (coerência, consistência, originalidade, objetivação); b) externo (intersubjetividade, a opinião dominante da comunidade científica em determinada época e lugar); e c) discutibilidade, significa que o discurso deve ser formalmente inteligível e não conduzir a indeterminação. Além deles não esgotarem as possibilidades de definição, principalmente o critério externo mostra fragilidade constituinte (uma comunidade científica pode estar de fato enganada sobre a compreensão de determinado fenômeno¹⁹).

O Método torna-se, então, parte fundamental não só para a compreensão da historiografia, mas também para as Ciências Sociais, pois desde seu início faz distinção entre os que a compreendem como se valesse a pena compará-la aos moldes das Ciências Naturais (postura mais positivista).

Burrell & Morgan (1979) defendem a tese as Ciências Sociais estão fundamentadas em pressupostos filosóficos explícitos ou implícitos sobre a realidade e a maneira como ela deve ser investigada. Esses pressupostos são de natureza: ontológica (que concernem à essência do fenômeno *per se*); epistemológica (às bases do conhecimento); natureza humana (às relações do homem com o mundo material); natureza da sociedade (perspectivas que procuram centrar sua explicação na natureza da ordem e do equilíbrio social e outras que se preocupam com os problemas do conflito como motor das mudanças sociais). Não por óbvio, deixa de ser relevante frisar que

¹⁹ O exemplo clássico é o de Galileu Galilei; que foi condenado à morte por propor um conhecimento astronômico que ia contra o saber dominante de sua época.

diferentes pressupostos levam à adoção de metodologias diferentes entre si e por vezes contraditórias, quando abordam um mesmo fenômeno social.

Outro ponto a ser destacado, ainda que a última crise das ciências sociais praticamente já o tenham superado, é o da *neutralidade metodológica*.

Segundo Mészáros (2004), em nenhuma outra parte o mito da neutralidade ideológica da chamada “ciência social rigorosa” é mais forte do que no campo da metodologia. O embuste está no falso silogismo de que a adoção da neutralidade metodológica produz inevitavelmente soluções axiologicamente neutras. É inevitável que pesquisar seja ato político incapaz de ser neutro, visto que se a pesquisa não assume postura crítica frente às condições sociais existentes, no mínimo a reproduz de forma irreflexiva²⁰. A questão torna-se ainda mais complexa, pois alguns cânones da metodologia idealmente comum podem sabotar a investigação de potenciais e promissores contestadores da ordem social.

Nossa divergência com “pós-modernos” não é tanto pelo fato de não compreenderem que suas pesquisas não são neutras, mas a de que, ao assumir que todos os saberes são iguais, perdem a capacidade de discernir entre os que favorecem a classe dominante e os que não; e aqui não se trata evidentemente da intenção do pesquisador, mas do efeito real de suas pesquisas. Nesse sentido, a obra de Martín-Baró vai na contramão; pois tanto sua orientação política quanto a ética vinculam-se concretamente aos interesses e a perspectiva dos explorados.

Mészáros (2004) aponta que elaborar estruturas metodológicas que pretendam reconciliar problemas de uma sociedade dividida por interesses socioeconômicos diametralmente opostos é, no mínimo, ilusão. Não questionar a ordem social vigente é profundamente diferente quando realizado por alguém que é beneficiado por essa ordem ou por alguém que é explorado por ela²¹.

²⁰ Nesta esteira, o debate sobre a relação entre ciência e ideologia será sempre relevante para pensarmos o quanto o uso de determinados métodos e pressupostos favorecem determinadas classes sociais e naturalizam posturas desfavoráveis às classes exploradas pelo capitalismo.

²¹ A questão levantada, por exemplo, por indústrias farmacêuticas contemporâneas sobre precárias condições de vida das populações que utiliza para “testes” de novas drogas é bem diferente das colocadas pela população que é feita de cobaia.

Muitas vertentes teóricas do século 20 são dominadas por abordagens que circulam valores e interesses sociais hegemônicos por meio de complexas mediações no plano metodológico. Portanto, é imprescindível verificarmos o relacionamento dialético entre métodos e valores, dos quais as ciências sociais não conseguem escapar.

No caso da ciência da História, como nos lembra Fontana (1998), os pesquisadores refletem necessariamente o tempo em que vivem - ainda que nem sempre tenham plena ciência disso. O período de crise dessa ciência, vivido no final do século 20 e início do século 21, é também reflexo de uma crise ainda mais profunda; a de que a História permitiria aos homens fazer previsões sobre o porvir.

O historiador catalão acrescenta que o modelo interpretativo falido nasceu com a perspectiva para a História elaborada pela ilustração escocesa, no século 18, com a teoria dos “quatro estados” (colocava as distintas sociedades conhecidas em ordem e num esquema único de desenvolvimento; as etapas deveriam ser sucessivamente vividas por todas as sociedades, pensava-se a noção do desenvolvimento tecnológico como o motor da história).

A concepção linear de história influenciou diversas escolas e, reforçadas pela visão determinista, ansiava produzir um conhecimento perfeito do mundo social. A imaginação utópica desse esquema acreditava que, por volta dos anos 2000, o crescimento econômico alcançaria todo o mundo subdesenvolvido e as sociedades desenvolvidas conseguiriam eliminar a pobreza material do mundo. (FONTANA, 1998: 268-269).

Obviamente, essas profecias falharam e isso obrigou diversos historiadores a reformular suas concepções filosófico-científicas para realizarem novas previsões (de teorias do “desenvolvimentismo”, segundo Fontana (1998), tem-se, migrado para teorias de “globalização” ou “mundialização”).

A decadência das correntes de pensamento histórico que despontavam desde o término da Segunda Guerra Mundial (mas que estavam postas desde os anos 1970) se aceleraram com a crise de 1989; neste ano houve o desmoronamento dos regimes do leste europeu, a contraofensiva conservadora em torno do segundo centenário da Revolução Francesa e a aparição do famoso artigo de Fukuyama, que proclamava que havíamos chegado ao fim da história.

Segundo Fontana (1998), quando passou a serem comuns perspectivas que negavam a validade de modelos globalizadores, a maioria dos historiadores se enveredou pelos caminhos abertos pelo pós-estruturalismo a partir de Foucault, Deleuze e Derrida;

(...) lançaram-se no cultivo de um tipo de história pós-moderna que rechaça as periodizações e as interpretações globais, e que pede a substituição da História, com maiúscula, pelas histórias, com minúscula, e das afirmações sobre a realidade por metáforas. Em função disso entende-se a aparição da micro história, à italiana, da *Alltagsgeschichte* (ou “histórias do cotidiano”) alemã ou da “história das mentalidades” francesa; assim como a preocupação pelo retorno à narrativa contra a análise, a obsessão pelo discurso que está levando muitos a dissolver os problemas reais em palavras e símbolos, e as novas formas dos *cultural-studies* norte-americanos, até o pós-colonialismo. (FONTANA, 1998: 271)

Fontana (1998), reconhecidamente erudito pesquisador do campo da história, aponta que não é fácil rechaçar as saídas que essas correntes apresentam; pois elas misturam diversas propostas metodológicas procurando superar “defeitos” das concepções ditas globalizantes. Não é possível pensar superação desta crise com negação global das teorias anteriores uma vez que as tendências pós-modernas têm distanciado os pesquisadores da história dos problemas reais dos homens e das mulheres. A postura defendida por Fontana é que, além de posicionamento consciente ante os grandes problemas mundiais, convém pensar modos de auxiliar a humanidade a entendê-los e a resolvê-los.

Fontana (1998) pensa que o trabalho dos historiadores deveria repensar os seguintes pontos: a) modelo único de evolução humana com concepções mecanicistas sobre progresso; b) busca de novas formas de aproximação ao estudo do acontecimento; c) “re-proposição” de explicações das sociedades humanas que hipervalorizaram sua racionalidade.

À moda de síntese

Concordamos que há muitas maneiras de narrar, agora para concordar que todas elas têm a mesma utilidade social seria-nos necessário não compreender o lugar do

discurso científico no modo de produção capitalista. Ainda que existam pesquisadores que não queiram trabalhar com nenhum parâmetro de verdade, eles devem convir que existem diferenças substanciais entre a opinião - de um trabalhador assalariado comum no Brasil sobre o modo de produção capitalista contemporâneo e sobre a ciência, por exemplo - e a de um economista político.

Ao colocá-los no mesmo lugar e num diálogo, é preciso compreender que ambos os interlocutores falam e são legitimados socialmente por instituições diferentes; não perceber que eles são seres sociais que se localizam concretamente no tempo e no espaço e que ocupam lugares sociais diferentes é mascarar a realidade. Concordamos que a própria historiografia (ou qualquer outra produção acadêmica) sempre será “versão”; o que não podemos esquecer é que sempre será versão de *determinada classe social* e que vai ao encontro de determinados interesses socioeconômicos.

Neste sentido, um ensaio proposto por Hobsbawn (2010)²² sobre o “engajamento”, é útil para refletirmos criticamente a práxis do pesquisador e as implicações concretas de estarmos conscientemente vinculado a determinado projeto ético-político.

A palavra engajamento tende a ser utilizada em diversos contextos diferentes e assumir vários sentidos, às vezes, bem distintos. No mais amplo, enfatiza-se a impossibilidade de a ciência ser puramente objetiva e livre de valoração, posição quase consensual por parte dos pesquisadores hodiernos. Noutro polo, pode significar a subordinação das pesquisas e dos processos que envolvem sua concretização às autoridades/instituições ideológicas aceitas pelo pesquisador como legítimas.

Que o pesquisador é expressão de sua época e reflete seu posicionamento sobre os pressupostos ideológicos, experiências e interesses específicos é constatação; mas, daí a concordar que ele possa ou deva subordinar seu conhecimento a alguma organização/autoridade política indiscriminadamente, é questão mais ampla.

Um dos critérios para compreender o engajamento objetivo na Ciência deve considerar premissas reais; do contrário, o próprio texto/discurso será conduzido à indeterminação lógica (neste caso não faz diferença se o pesquisador se identifica com

²² Texto originalmente escrito em 1979 para a *Culture, Science et développement: Mélanges en l'honneur*, de Charles Morazé (Toulouse), pp. 267-79.

uma perspectiva racionalista ou irracionalista, uma vez que sua produção objetiva necessariamente estará organizada de forma a torná-la racionalmente inteligível a outros humanos).

Para citar exemplo do próprio Hobsbawn (2010), nenhum historiador colocaria dúvida razoavelmente legítima sobre a constatação de que, no curso dos últimos 200 anos, a população que mora nos países “avançados” do mundo melhorou, em média, suas condições materiais de vida. Esta *constatação* não pode ser seriamente invalidada, mas é evidente que as explicações possíveis são inúmeras.

À medida que considerássemos válida alguma perspectiva que tentasse dizer que essa melhora não aconteceu, teríamos de abrir mão de qualquer constatação empírica e só num exercício da imaginação ela poderia conter a mesma relevância social que uma teoria que a considere.

Todos os envolvidos na produção de discursos científicos não devem sujeitá-los à validação por métodos e critérios que estejam, a priori, vinculados direta e exclusivamente a seu engajamento; independente de suas consequências ideológicas e de suas motivações. (HOBSBAWN, 2010: 142)

Um corolário mais complexo da questão do engajamento são as vinculações subjetivas do pesquisador ao seu objeto de estudo, uma vez que suas motivações são de diversas ordens (por exemplo: emocionais, ambientais, socioeconômicas e culturais). Compreender o modo de produção social que influenciou determinada pesquisa não é pedantismo nem tentativa demonstrar erudição. Pelo contrário, é condição para discernirmos com lucidez a pertinência de um conhecimento científico *para além* da intenção do pesquisador.

O engajamento pode promover identificação ou não à causa do pesquisador. O valor positivo é notável (pode fornecer novos tópicos, novas perguntas e novos modelos de repostas e é indiscutível que a fertilização do debate científico é estimulado/desafiado por realidades que não se limitam a ele²³), mas isso não significa que ele sempre é vantajoso para o avanço do conhecimento. (HOBSBAWN, 2010: 150)

²³ O exemplo concreto citado por Hobsbawn é a influencia da temática “escravidão” na análise e no debate histórico dos últimos 50 anos. Dos 33 títulos adicionados desde 1940 a bibliografia para o verbete

Perceber que qualquer texto, seja de literatura ou científico, está necessariamente posto na balança da subjetividade do leitor que apreende seu conteúdo, entretanto, não é invalidar a “concretude/veracidade” possível do texto. Seria, portanto, incoerente afirmar que, porque a dinâmica psíquica de cada humano se constrói sociohistoricamente de modo singular, que todo o conteúdo produzido por um historiador ou por um cientista social não estabeleça nenhuma relação com a concretude histórica do momento em que produziram seus textos.

É evidente que nossa concepção parte de pressupostos, mas estes são “*reais*”. Com isso não estamos afirmando que só existe “um modo” de expor a historiografia, no entanto, não é legítimo escrever texto histórico, que tenha a pretensão de ser científico, sem levá-los em consideração. Apesar de alguns pesquisadores não conseguirem discernir entre as histórias; infelizmente a classe dominante consegue.

Nossa curta experiência mostra que será improvável encontrarmos na academia pesquisadores que se identifiquem com uma ciência acrítica. Insistimos: não se trata de exercício de pedantismo intelectual considerar a intrínseca relação entre a produção científica e os interesses econômicos envolvidos na produção desses conhecimentos. Uma vez que só mesmo na ficção literária seria possível imaginarmos que os profissionais da ciência sobreviveriam, dignamente, no capitalismo, sem recursos financeiros. A nossa teimosia em alguns argumentos da teoria marxiana, que aparentemente já estão gastos, dá-se muito mais pela necessidade histórica de mudança radical que suprassuma o modo de produção capitalista, do que por nossa vontade/prazer em repetir o que já foi dito por grande parte dos autores com formação marxista.

É compreensível pensarmos a Universidade como espaço para a convivência e diálogo entre diferentes posturas epistemológicas, mas é preciso atenção e discernimento para não atribuir a todas as suas produções a mesma *verdade histórica* e relevância social. Parafraseando Marx (1846/ 2012) enquanto na vida comum qualquer vendedor sabe bem a diferença entre o que alguém faz de conta que é e aquilo que ele realmente é, alguns pesquisadores ainda não atingiram esse conhecimento trivial.

“escravidão” na *Enciclopédia Nacional das Ciências Sociais* (1968), por exemplo, doze são obras de autores com formação marxista.

2. MARTÍN-BARÓ E EL SALVADOR ²⁴



(QUINO - *Toda Mafalda*)

Não pretendemos biografar o propositor da Psicologia da Libertação, antes, almejamos equacionar dialeticamente sua história pessoal e desenvolvimento intelectual no campo científico com uma análise das estruturas das classes sociais salvadorenhas (numa articulação com a correlação de forças socioeconômicas e políticas) no período entre 1970 e 1990²⁵.

José Ignacio Martín-Baró – filho de Alicia Baró de Martín e Francisco Martín Abril - nasceu na cidade de Valladolid, na Espanha, no dia 7 de novembro de 1942. No seio de uma família de classe média. Provavelmente, por influência de seu pai – sujeito *profundamente católico* – ingressou no Colégio Jesuíta San José, em sua cidade natal. (IBÁÑEZ, 1998)

Em 1957, aos 15 anos, Martín-Baró rompeu um namoro e manifestou vontade de ingressar na Companhia de Jesus. A 18 de setembro de 1959 entrou para o Noviciado de Deusto, em Orduña; posteriormente foi para o de Villagarcía, (ambos na Espanha) e no segundo ano de seminário foi transferido para Santa Tecla, já em El Salvador; país que adotara como nacionalidade.

²⁴ Nossa fonte sobre a biografia de Martín-Baró foi a tese de doutorado Luís de la Corte Ibáñez, intitulada “Compromiso y Ciencia Social: El ejemplo de Ignacio Martín-Baró”, defendida na Universidade Autônoma de Madrid no ano de 1998, sob a orientação de Amálio Blanco – amigo de Martín-Baró. Outra importante fonte foi o *site* da Universidade José Simeón Cañas (UCA).

²⁵ Este período compreende as duas principais décadas da produção intelectual de Martín-Baró, 1970 - 1989 e se baseia nos estudos realizados por Segundo Montes, jesuíta e seu colega de pesquisa; ambos foram assassinado no mesmo dia.

A experiência no seminário de Deusto, segundo Ibáñez (1998), foi difícil, pois seu caráter brincalhão/jovial contrastava com a rígida disciplina intelectual e religiosa da Companhia. O espírito da Companhia de Jesus pretendia ser forja de soldados de Cristo; pois por um lado, tiveram influência do Renascimento e da Contra Reforma e por outro, o caráter militante de seu fundador, o capitão Ignácio de Loyola.

Os jesuítas zelavam pela: educação, atitude humanista de seus projetos educativos e amor às Letras Clássicas. Isso infundia em seus membros vocação para a dimensão mundana de suas atividades – todas heranças renascentistas. Ao passo que cultivavam religiosidade intensa e disciplinada, procuravam desenvolver um projeto de exclausuração da vida religiosa, dimensão menos contemplativa do que engajada.

A noção de *Missão* (elemento fundamental da história da Companhia de Jesus) é traço característico da vida de Martín-Baró. Esta palavra remete ao ideal de serviço que propõe a espiritualidade ignaciana, ela encarna perspectiva histórica da *Conquista*, é quase sinônimo de *Cruzada*, que por sua vez remete à clássica fusão medieval entre religioso e político. (GÓMEZ *apud* IBÁÑEZ, 1998)

Segundo Xavier Rubert Ventós, *apud* Ibáñez (1998), as missões jesuítas constituíram projeto renascentista e cristão; ou seja, uma espécie de resposta ao protestantismo ilustrado e aos interesses burguês-mercantis, elas supunham favorecimento econômico e comercial dos povos originários ao invés de privilegiar interesses dos conquistadores (europeus).

Em 1872, a Companhia de Jesus foi expulsa da América Central tanto por seus discursos quanto por suas práticas de fé e “subversão”. Retornaram, entretanto, para El Salvador no início do século seguinte e reergueram tanto o Seminário de Santa Tecla (onde Martín-Baró hospedou-se) quanto o Externato de San José (onde posteriormente começou sua carreira docente). Ignacio Ellacuría (intelectual que à época possuía maior visibilidade mundial), Jon Sobrinho e Segundo Montes – três amigos importantes para o desenvolvimento intelectual e afetivo de Martín-Baró já residiam em El Salvador.

Uma das características dos jesuítas que desembarcaram em El Salvador foi a curiosidade por conhecer a realidade do país e seus problemas cotidianos. A irmã de Martín-Baró, Alice, teria relatado numa entrevista para Ibáñez (1998) que El Salvador foi o maior descobrimento da vida de seu irmão.

2.1 El Salvador: uma história de luta pela terra

El Salvador é um pequeno país (21.000 km²) da América Central que se tornou independente da Espanha, em 1821. Depois de declarar independência do colonizador europeu, entrou para a Federação Centro-Americana, obtendo independência dela em 1839. Sua conquista foi das mais difíceis na História colonial das Américas; o principal adversário da colonização (espanhola) foi uma tribo da região chamada *Atlatl* que lutou intensamente, durante 15 anos, contra a invasão e os que se aliavam a ela.

A terra era o centro dos conflitos econômicos, sociais e políticos salvadorenhos. De acordo com Montes (1986), é possível afirmar que a própria história salvadorenha orbitou a questão da luta pela terra.

A história econômica desse país (em suas diversas fases) estrutura-se primordialmente em torno da terra devido a sua economia subdesenvolvida e dependente. Os setores primários, particularmente o agropecuário, eram regidos internacionalmente por relações de dependência incontornáveis à economia nacional. Os produtos internos submetiam-se a regulações de cotas e preços que priorizavam interesses dos consumidores e comerciantes, desfavorecendo as classes sociais mais pobres. (MONTES, 1986)

Os períodos de cultivo, de acordo com Montes (1986), relacionam-se às seguintes crises socioeconômicas:

- a) Primeiro período (por volta de 1492 a 1800) – a terra era farta e disponível para subsistência dos povos originários e dos espanhóis. A fartura comprovou-se quando houve falta de demanda do mercado europeu de produtos naturais (bálsamo e cacau), abundantes na região. Nem a população dos povos originários e nem a dos espanhóis era extensa; coexistiram, com poucas disputas, propriedade comunal e modelo de apropriação privada da terra pelos espanhóis - apesar da exploração da mão de obra dos povos originários;
- b) O período do anil (por volta de 1800 a 1880) – caracterizou-se pelo fato de a terra tornar-se objeto de competição. A produção de uma erva chamada *xiquilite* passou a ter grande demanda no mercado europeu. Ocorreu, também, crescente processo de industrialização de fábricas têxteis. A intensa

exploração da mão de obra dos povos originários, as lutas pela terra, a constante filiação dos jovens ao exército e às guerras latinas fortaleceram uma etnia chamada *Nonualcos*. Mesmo após serem derrotados, foram perseguidos pela repressão. Passado esse período houve intensificação do movimento indigenista para homogeneizá-los, uma vez que ainda eram associados à rebelião contra o sistema;

- c) O período do café (por volta de 1870 a 1901 de forma mais intensa) – ocorreu a supressão de boa parte das propriedades em posse dos povos originários e a competição por terras aptas ao cultivo provocou grave crise sociopolítica. A etnia dos *Izalcos*, último reduto dos povos originários salvadorenhos, assim como os *Nonualcos*, foram submetidos a progressivo e violento processo de mestiçagem e indigenização;
- d) O quarto período (início do século 20 até década de 1980) - é marcado pelo alcance das fronteiras internacionais; principalmente da exportação do café, do algodão e da cana de açúcar. A industrialização também começou a se fortalecer na América Central, isso significou intensificação nos processos de lutas pela terra. Em decorrência disso ocorreram: rápida pauperização, êxodo urbano e proletarianização da população rural - que era maioria. Desde uma perspectiva social a crise conduziu a crescente desaparecimento dos redutos que se subsistiam por meio de economia camponesa, as que ainda resistiram, eram zonas de maiores conflitos.

No início dos anos 1980, El Salvador passara ou por diferentes propostas para a divisão das terras. A primeira, realizada pelos espanhóis, por meio da conquista e colonização - feita a favor de seus interesses; e a segunda, por liberais da classe dominante, em 1981-1982, também a favor de seus interesses, em detrimento aos dos povos originários e da classe explorada. (MONTES, 1986)

De acordo com Montes (1986), os espanhóis dominaram primeiro as terras que antes eram dos povos originários e posteriormente limitaram suas propriedades comunais a algumas áreas – introduzindo a noção de propriedade privada. A segunda reforma agrária, conhecida por “Reforma Agrária liberal de 1981 e 1982”; suprimiu definitivamente as terras comunais dos povos originários.

Os liberais não obtiveram a totalidade das terras depois da independência de 1839 por elas estarem nas mãos dos antigos habitantes da região; as classes dominantes ansiavam por mais espaço para o cultivo do café, uma vez que as terras utilizadas para o cultivo do anil, não eram tão férteis.

Essas redistribuições de terras provocaram algumas mudanças. Entre destacam-se três: a) unificação do regime de posses em forma de propriedades privadas, acabando com as comunais. b) processo de proletarização das populações rurais (povos originários e mestiços), que não puderam manter seus hábitos de sobrevivência e passaram a vender sua força de trabalho por salário; e c) processo de homogeneização da população; antes desse período coexistiam juntas comunidades de criolos, mestiços, latinos e dos povos originários, após as reformas eles passaram a ser reconhecidos como camponeses, ou trabalhadores rurais. A consequência da reforma para as populações rurais foram drásticas, as condições objetivas concretas de vida pioraram. (MONTES, 1986)

A assim chamada Reforma Agrária Reformista foi formulada e teve legitimada sua necessidade de realização no Primeiro Congresso Nacional sobre a Reforma Agrária, realizado pela Assembleia legislativa no começo dos anos 1970, mas a correlação de forças não era favorável a uma decisão política dessa magnitude. Dois anos depois, já no mandato do presidente Arturo Molina existiu outra tentativa de Reforma que novamente fracassou. Só no golpe militar (financiado por interesses empresariais-burgueses), do início da década de 1980, é que se “abriram caminhos” para mudanças no regime de posse das terras.

O período de reforma agrária vivido no início dos anos 1980 não era, de acordo com Montes (1986), de cunho revolucionário; pois não introduzia nenhum elemento novo, não alterava relações de posse da terra, nem as derivadas delas. Tratava-se de uma reforma adotada, primordialmente, como medida *contra a insurgência*, frente ao aumento da pressão popular e o crescente aumento das forças guerrilheiras. A situação de instabilidade política complicou-se ainda mais depois do triunfo da revolução sandinista na Nicarágua, em 1979.

Segundo o censo de 1971, 60% dos salvadorenhos vivem no campo, isso sem considerar os que vivem do cultivo da terra como meio de subsistência²⁶.

A formação jesuítica: a trajetória de Martín-Baró

O programa de formação intelectual da Companhia de Jesus era ambicioso e exigia paciência dos noviços para ordenarem-se sacerdote. O pré-requisito era sólida e profunda educação para o ensino religioso e o profano. Martín-Baró, exemplo da diversidade da formação jesuítica, não ficou em El Salvador todo tempo, antes só retornaria definitivamente para lá depois de nove anos de estudos, mais dois de seminário - por meio do qual se consagrou finalmente sacerdote.

Martín-Baró foi, em 1961, para o Equador, na Universidade Católica de Quito, estudar dois anos de “Humanidades Clássicas”; em seguida (1963) foi para a Colômbia, na Universidade Javeriana de Bogotá, onde obteve licenciatura em Filosofia e Letras.

Foi em Bogotá que realizou seus primeiros trabalhos comunitários. Segundo Gloria de Pilla (psicóloga colombiana, amiga de Martín-Baró), - numa entrevista a Ibáñez (1998), foi ali que ele começou a desenvolver as funções de pároco de uma comunidade afrodescendente afastada da mancha urbana bogotana, num bairro chamado *El Chocó*. Sua passagem por Bogotá é fundamental para compreensão de sua orientação intelectual. Foi nesta época que três matrizes “teóricas” emergiram em seus trabalhos intelectuais: o existencialismo, a psicanálise e o marxismo²⁷. (IBÁÑEZ, 1998)

Em 1966, Martín-Baró regressou a El Salvador (onde permaneceria até 1967) iniciando efetivamente sua carreira docente no colégio jesuíta salvadorenho, *San José*.

Viajou então para Frankfurt onde conheceu seu futuro colega de UCA (Universidade José Simeón Canás) Jon Sobrinho – importante figura da Teologia da Libertação. Segundo Ibáñez (1998), o período frankfurtiano não agradou Martín-Baró, pois ele estudou uma Teologia cheia de mistérios e hermetismos, densa de ideias e erudições – que lhe pareceu pouco prática. Em 1968, no ano do “maio dos estudantes”,

²⁶ Martín-Baró colaborou ativamente para a apreensão da calamitosa situação dos camponeses salvadorenhos, como fundador e diretor do Instituto de Opinião Pública de El Salvador – o IUDOP.

²⁷ Concordamos com Ibáñez (1998), pois ele não afirma que Martín-Baró pactuava imediatamente com essas teorias, mas que elas foram importantes contrapontos na elaboração de seu pensamento.

ele se mudou para Lovain, na Bélgica, cidade diretamente influenciada pela orientação recente do Concílio do Vaticano II (1961-1965).

Martín-Baró regressou para El Salvador para realizar seu terceiro ano de Teologia; e, depois de breve passagem por Eegenhoven (Bélgica), licenciou-se em 1970, (ano em que também foi ordenado sacerdote).

Esses anos de estudos e peregrinações foram importantes não só para ele quanto para a própria Igreja Católica. A história dessa instituição foi marcada, nesse curto período, pelo surgimento da Teologia da Libertação. Faremos breve digressão sobre o que foi a Teologia da Libertação para situar as condições objetivas que um religioso em formação experimentava na América Latina.

*O surgimento da Teologia da Libertação*²⁸

Segundo Catão (1996)²⁹, a raiz histórica da Teologia da Libertação pode remontar ao papa eleito em 1878, Leão XIII, que iniciou “revisão” dentro do catolicismo. Sua principal missão foi restabelecer o prestígio da igreja, sua tarefa objetivava o início de uma renovação do clero. Para isso, pediu auxílio das congregações religiosas que, à época, serviam obstinadamente orientações vindas de supremo pontífice. (CATÃO, 1996)

²⁸ Para essa subseção, tomamos por base o livreto de Francisco Catão (1927 -) monge beneditino (abandonou o hábito), professor universitário e autor de livros sobre Teologia. Para aprofundamento, ver estudos de Michel Löwy (*Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991 e *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000).

²⁹ É possível, também, associá-la a certa radicalização de tendências progressistas do catolicismo francês e do protestantismo liberal europeu da primeira metade do século 20. Pode-se, inclusive, tomar como referência a obra de Charles Péguy, polemista desafiador do antisemitismo francês do final do século 19 e vigoroso socialista cristão. Quem retomou a obra de Péguy foi Emmanuel Mounier, criador do personalismo cristão, que propunha a supressão da propriedade capitalista e sua substituição pela comunitária. Ele também fundou a primeira revista cristã centro esquerda que se tem notícia, *Esprit*, núcleo aglutinador do pensamento socialista cristão da Europa pré-segunda guerra. Paralelo a ela, um grupo de resistentes à ocupação alemã na França de Vichy, formou-se em torno da revista *Témoignage Chétien*. Mounier foi leitura obrigatória de católicos progressistas desde 1940 até o começo dos anos 1960. (BOSI, 2007)

Outra questão que ocupava o Papa era abrir as portas da igreja para o mundo. Entre suas encíclicas³⁰, há uma chamada *Rerum Novarum*, datada de 15 de maio de 1891, e que é, por alguns, considerada o germe da Teologia da Libertação; pois alertava os cristãos sobre a posição que deveriam tomar frente às massas de trabalhadores oprimidas pelo capitalismo³¹.

Ressaltamos alguns aspectos dessa encíclica: a) não distinguia clero de leigos; todos eram chamados a atentar-se para *questões sociais*; b) fala-se de um comportamento a ser adotado em vida e não um para “salvar a alma e ganhar o céu”. (CATÃO, 1996)

Alguns movimentos e encíclicas são fundamentais para a compreensão dos últimos cem anos de Igreja Católica e das condições para o surgimento da Teologia da libertação. Catão (1996) cita como exemplos:

- a) A doutrina social da igreja: para os católicos a proposta social, principalmente a partir da década 1960, era sair de um ensino dogmático ou acadêmico e promover, por meio de convênios, reuniões, *semanas e discussões* – de igual para igual - entre padres, leigos, sociólogos, teólogos, professores e missionários no meio popular; para que juntos pensassem propostas cristãs de sociedade. A realidade prática das ações sociais, a práxis, foi ocasião para a formulação da doutrina. Todos eram convocados a assumir responsabilidades políticas de suas respectivas posições.
- b) A ação católica: ação católica ou *participação efetiva dos leigos* nasceu precisamente no meio operário, com a Juventude Operária Católica, a JOC. A metodologia da ação católica ficou conhecida como: “ver, julgar e agir”. Todo o movimento incentivava à participação leiga nos assuntos concernentes a igreja católica e a sociedade
- c) A crise no mundo moderno: a situação concreta das sociedades (a crise econômica de 1929, que colocou em xeque a crença no progresso ininterrupto da sociedade capitalista; a Segunda Guerra mundial, a Guerra

³⁰ Cartas dirigidas a todos aos humanos com o intuito de orientar suas vidas.

³¹ Curiosidade: isso ocorre 43 anos após a publicação do Manifesto do Partido Comunista redigidos por Marx e Engels. Leão XIII foi, por alguns, chamado o “Papa vermelho”.

Fria e do Vietnã e o desenvolvimento de armas nucleares - por exemplo, não deixou de influenciar a política e a ideologia da igreja católica; ela percebeu que não está imune às crises sociais. Sob muitos aspectos, o que a sociedade enxergou foi uma descrença nas grandes metanarrativas. O projeto de Leão XIII, também se ocupava em renovar estudos teológicos. Além da fundação de diversas Universidades e Faculdades de Teologia, a encíclica *Aeterni Patris* (1879) se tornou carta magna na restauração desses estudos. Criam-se assim diversas Teologias e lançou-se luz sobre o fato de todas elas serem históricas.

- d) Concílio do Vaticano II: datado de 25 de dezembro de 1961 pela constituição Apostólica *Humanae Salutis*, de João XXIII, ocupou-se em versar sobre a salvação humana. Foram realizados quatro encontros ao longo de quatro anos. Passou-se a entender a igreja católica como formada, basicamente, pelo povo de Deus; o concílio abandonou uma *eclésiologia*³² *do poder* (fundada na hierarquia) e adotou uma *eclésiologia da comunidade*. Essa igreja deveria ser feita por pessoas e respeitar as diferenças culturais, conduzindo todos às mensagens do Evangelho de Jesus Cristo, sem desconsiderar lutas e dificuldades particulares.
- e) Concílio de Medellín (1968) e Concílio de Puebla (1979): na cidade colombiana de Medellín começaram os primeiros esforços, recorrendo à ideia de *eclésiologia da comunidade* do Vaticano II, para adoção de um posicionamento cristão diferente em relação às desigualdades sociais – elas próprias passaram a ser entendidas como pecado. O pecado era cometido tanto por parte dos que exploram pobres e trabalhadores, quanto por parte dos que se alheavam à vida política de seus países; conformando-se com injustas e indecorosas propostas feitas pelo modo de produção capitalista. Nesse sentido, Medellín fundou a Teologia da Libertação. No México, onze anos depois, na cidade de Puebla, a igreja católica assumiu postura de luta pela justiça e pelo amor. Nesse concílio há espécie de conjugação entre posições de Igreja-para-o-mundo (que milita contra a injustiça do lugar de uma instituição que tem algo a oferecer para a humanidade) e de Igreja-no-mundo (que se constitui enquanto instituição a partir da luta contra a

³² Ramo da doutrina Cristã que trata da doutrina da Igreja.

injustiça). Enquanto Medellín convocou cristãos à engajarem-se nas mudanças sociais, entendendo que isso corresponderia efetivamente à chamada feita pelo Evangelho, Puebla se propôs a pensar uma comunidade organizada para realizar essas tarefas.

Teologia da Libertação: características

A Teologia da Libertação surgiu, pois, no final dos anos 1960, como alternativa à religiosidade que se ocupava em pensar formas de amenizar subjetivamente a miséria dos mais pobres. O modo de pensar dessa teologia não se resignava ou aceitava as condições de vida impostas pelo capitalismo.

Não só aspectos metodológicos, mas a própria leitura da Bíblia cristã passou a ser diferente. Toda a religião cristã que pregasse a aceitação passiva da injustiça era considerada deformação, e para embasar tais conjecturas, a própria Bíblia cristã era utilizada. Os teólogos foram buscar nas ciências modernas, na economia, por exemplo, elementos para auxiliá-los na leitura dos fenômenos sociais. A partir dessa aproximação (religião e ciência) foi que o marxismo deu sua grande contribuição. A Teologia da Libertação, segundo Catão (1986), pode ser considerada “uma resposta cristã madura à interpretação marxista da sociedade”. São, portanto, outra forma de encarar a religião; de ler a Bíblia e um diálogo com o marxismo, características importantes dessa Teologia.

A reflexão da Teologia da Libertação está intrinsecamente articulada com a afirmação e crescimento dos movimentos sociais e populares de libertação dos anos 1960 na América Latina, a maior parte de inspiração socialista. Exemplo disso são: o trabalho de Educação Popular (vinculado aos estudos de Paulo Freire, no Brasil); a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEB); o Movimento de Educação de Base (MEB); e a Ação Católica especializada - em particular a Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Estudantil Católica (JEC) e Juventude Operária Católica (JOC).

A posição dos Jesuítas

Dessa nova corrente participaram alguns dos teólogos jesuítas mais influentes da época: Teilhard de Chardin, Jean Daniélou, Karl Rahner e Díez Alegria³³, por exemplo. Pelo menos um terço dos jesuítas se dedicava ao ensino em seus diversos graus e, em 1964, aproximadamente 20% se dedicavam a missões estrangeiras. Por isso, não é estranho que o Papa Paulo VI (sumo pontífice entre 1963-1978) tenha proposto à Companhia *missão especial*. Ele exortou-os a oporem-se ao ateísmo que segundo sua perspectiva, ameaçava a humanidade. O Papa lhes outorgou missão de pesquisar a realidade socioeconômica das nações em que estivessem. (IBÁÑEZ, 1998)

A implicação prática da Companhia de Jesus nas *coisas do mundo* tem expressão nítida, por volta do ano de 1975, no trigésimo terceiro Congresso Geral da Companhia; dele participaram ativamente os teólogos, Ignacio Ellacuría e Jon Sobrino. O tom do Congresso enfatizou justamente a característica que os jesuítas procuravam assumir: “ajudar as pessoas a vencerem resistências, temores e apatias que os impediam de compreender verdadeiramente os problemas sociais, econômicos e políticos, contando para isso como apoio da ciência”. (IBÁÑEZ, 1998: 71-72)

³³ *Pierre Teilhard de Chardin* (1881 - 1955) estadunidense que foi padre jesuíta, teólogo, filósofo e paleontólogo (atuou principalmente na França) que logrou a construção de visão integradora entre Ciência e Teologia. Disposto a aproxima-las foi renegado por representantes de ambas. Os cientistas negaram o valor científico de sua obra, acusando-a de misticismo e de linguagem estranha à ciência; do lado da Igreja Católica, foi proibido de lecionar, de publicar suas obras teológicas e submetido a uma espécie de exílio na China; *Jean Guenolé Marie Daniélou* (1905 - 1974) padre jesuíta e cardeal francês que participou ativamente no Concílio Vaticano II. Como teólogo, estudou a conexão entre fé e Teologia, o problema da Verdade, a relação entre Natureza e Graça e aprofundou-se também na temática marxista; *Karl Rahner* (1904 - 1984) sacerdote católico jesuíta de origem germânica e um dos mais influentes teólogos do século 20. Participou como teólogo do Concílio Vaticano II e criou a revista *Concilium*. Escreveu mais de 800 artigos e ensaios; *José María Gutiérrez Díez-Alegria* (1911 - 2010) foi ex-padre jesuíta e teólogo espanhol pertencente à Associação de Teólogos João XXIII – doutor em Filosofia e Direito e foi professor da Universidade de Madrid (1955-1961) e da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, até 1972. (Nossa fonte foram *sites* pesquisados no Google, utilizando o nome dos autores com palavras-chave)

A particularidade histórica salvadorenha

A situação das *classes sociais*³⁴ em El Salvador, entre os períodos de 1970-1990, possibilita apreensão panorâmica da principal fonte de dados – entenda-se realidade – da proposta epistemológica de Psicologia empreendida por Martín-Baró. A correlação de forças sociais nos dá, também, elementos para posteriormente verificarmos a coerência da produção textual de Martín-Baró com a própria realidade que pretendia teorizar.

Segundo o quadro de Montes (1989), – apresentado um ano antes de seu assassinato – a situação objetiva em El Salvador podia ser vista como segue³⁵:

³⁴ As classes sociais aqui trabalhadas levaram em consideração, principalmente, à posição que concretamente os indivíduos ocupavam em relação ao modo de produção econômica e as relações sociais que de dela era derivada.

³⁵ Utilizamos a terminologia conforme o uso dado pelo autor: dominantes e dominados, mesmo reconhecendo a existência de outros mais precisos.

Quadro do esquema descritivo e quantitativo das classes e suas divisões³⁶.

Classe Dominante	Frações	Setores	Subsetores
Dominante: 0,76%	Rentista Burguesia 0,76%	Agrário Financeiro Industrial Serviços	Grandes proprietários Alta gerencia Proprietários medianos
Camadas médias e pequena burguesia: 26,7%	Intelectuais (3,4%) Empregados (10,7%) Pequenos proprietários (12,6%)	Agrário Industrial Serviços	_____
Dominados: 77,5%	Semiproletários: (31,2%) Proletariado: (25,6%) Subempregados e desempregados (14,4%) ----- Desprezados-refugiados Receptores de dólares de parentes nos Estados Unidos	Agrário Industrial Serviços Serviço doméstico (6,3%)	_____
Camadas ínfimas:	Lúmpen < 1%	_____	_____

Fonte: (Montes, 1988, pág. 306)

Como Martín-Baró enfatiza, em diversos de seus escritos, é imprescindível para a efetivação de uma Psicologia da Libertação assumir o ponto de vista das classes exploradas pelo capitalismo. De acordo com Montes (1988), foi difícil realizar leitura correta dos dados dessa população pela falta de registros adequados³⁷. Seguiremos a subdivisão proposta por ele para facilitar nossa compreensão.

³⁷ Daqui inferimos que o próprio Instituto de Opinião Pública é efeito da necessidade histórica de luta pela desideologização da realidade salvadorenha, proposta que fundamenta e permeia o projeto de Martín-Baró.

Dominantes

Mínima fração da população salvadorenha, no ano de 1988, era formada por rentistas³⁸. Se de alguma forma ela diminuiu - com a aplicação da primeira fase da Reforma Agrária (1981-1982) aplicada pelo governo militar de direita em meio à situação de crise econômica - anos depois incrementou-se, investindo seu capital em bancos e em ações na bolsa de valores, tanto em El Salvador quanto fora do país.

A fração burguesa, entre os dominantes, modificou-se aos poucos, nos setores agrários e bancários, após a aplicação da primeira fase das Reformas Agrária e Bancária. O número de burgueses afetados pela Agrária, em valores absolutos foi mínimo; em relação a Bancária, esta sim, tirou parte de suas propriedades, em favor de novos acionistas, do Estado ou de empregados que quiseram e puderam adquiri-las.

No subsetor dos grandes proprietários, Montes (1988) destacou empresas privadas gigantes e grandes. Neste período, grandes proprietários alcançavam 0,28% das famílias, desse número, 0,24% concentravam-se nos setores agropecuários, 0,0013% nas indústrias, 0,0016% no comércio e 0,0013% nos setores financeiros e demais serviços do país.

No subsetor dos altos gestores a definição de acordo com Montes (1988), foi mais difícil, ele considerou integrantes dessa classe, profissionais de grande influência nas empresas, (assessores, altos gerentes ou outros postos importantes de diretoria). Dada à dificuldade de obtenção dos dados, a aproximação feita é que 0.06% das famílias faziam parte dela; esse número podia ser menor.

No subsetor dos proprietários medianos foram considerados os que tinham propriedade para a qual contratavam mão de obra e obtinham reprodução ampliada de capital. As empresas medianas eram no total 3.350, das quais 2.238 eram do setor agropecuário. Supondo que cada propriedade pertencesse a famílias diferentes (e que nenhuma pertencesse a um (a) dono (a) de uma empresa grande), 0,42% da população salvadorenha comporia essa classe; 0,28% desse número estariam no setor agropecuário.

³⁸ Aqueles que vivem da renda de imóveis ou de aplicações financeiras.

Camadas Médias e Pequena burguesia

As camadas médias eram formadas em primeiro lugar pelo que Montes (1988) chamou de *intelligentsia*; compreendiam 3.561 professores e instrutores universitários, 7.525 membros de associações profissionais (aproximadamente 1000 profissionais trabalhavam nos meios de comunicação e no mínimo 20 mil eram mestres). De um total de 32.086 - e se cada indivíduo representasse uma família diferente - isso equivaleria a 3,4% da população salvadorenha³⁹.

Os empregados nos setores públicos, em 1985, eram 118.534, das quais foram excluídos todos os que entravam na categoria *intelligentsia*; eram, no entanto, proletários, tanto no governo central como nas instituições autônomas e municipais - não passavam de 75.000; incluindo membros das Forças Armadas, se cada um fosse de uma família distinta, o que não era o caso, isso representaria 7,9% das famílias; se adicionados a esses números, somassem administradores e técnicos de empresas privadas, e supondo que nenhum deles compunha parte de outra fração e fossem de famílias distintas, isso equivaleria a 2,8% das famílias salvadorenhas. (MONTES, 1988a)

Na pesquisa de Montes, pequenos proprietários eram os que possuíam seus próprios meios de produção, mas que não obtinham lucro tão grande, pois não contratavam força de trabalho e nem vendiam a sua própria. Tratava-se, portanto, de economia familiar e de subsistência. Havia, no total, 77.843 pequenas empresas; dessas, 31.748 estavam nos setores agropecuários. Se cada uma fosse considerada de famílias diferentes, representariam 9,7% da população e, dessas, 3,9% eram propriedades rurais.

Dominados e camadas ínfimas

Os “semiproletários” ocupavam diversos setores sociais diferentes, em alguns casos setores informais da economia, principalmente o agrário. Das 249.163 microempresas existentes, 234.941 eram formados de *micro-exploradores* agropecuários. A reforma Agrária não modificou substancialmente a situação das terras.

³⁹ É preciso cuidado ao trabalharmos com esse número, pois como nos adverte o autor da pesquisa, algumas pessoas ocupavam cargos em mais de uma empresa e nem todos estavam vinculados às associações que foram utilizadas para a medição estatística.

Supondo que cada microempresa correspondesse a donos (as) diferentes, estavam nesta categoria 31.15% das famílias salvadorenhas.

Montes (1988) indicou que a situação do proletariado apresentava dados oficiais muito diferentes entre si. As empresas privadas geravam por volta de (anos 1978 e 1979) 241.212 empregos remunerados, dos quais 87.033 correspondiam ao setor agropecuário, se dessa análise fossem retirados administradores, técnicos (que correspondiam as camadas médias da população) e empresas não agropecuárias com mais de 5 trabalhadores, esse número orbitava a cifra de 180.000 proletários; desse número 85.000 faziam parte do setor agropecuário (o que percentualmente representaria 22,5% e 10,6% da população de famílias salvadorenhas, supondo que cada trabalhador representa uma família diferente).

Se somado a esse número considerássemos os proletários dos setores públicos, havia aumento de 25.000 pessoas, o que no total daria aproximadamente 205.000 (25,6%, das famílias, seguindo os critérios anteriormente estabelecidos para a estatística).

A fração desempregados e subempregados era a de maior dificuldade para análise. Em 1980, o desemprego da população economicamente ativa era de 55% e o subemprego, 33,7%. Em 1985, o desemprego aberto aumentou 37,7% e o subemprego superava 40% segundo as estimativas.

De acordo com Montes (1988), os critérios para determinação da população economicamente ativa (PEA) eram questionáveis, portanto, a comparação entre ela e outras porcentagens oficiais apontava que em 1980 havia 259.371 desempregados e 886.050 subempregados, e que, em 1985, esse índice aumentou para 603.840 e para aproximadamente 754.800, respectivamente; supondo novamente que cada trabalhador representasse famílias diferentes. Os desempregados representavam 14,4% das famílias em 1980, e 27,4% em 1985, os subempregados 49,2% em 1980, e 34,3% em 1985. Dessas cifras foram considerados desempregados somente os que possuíam força disponível para a venda, mas não encontravam postos de trabalho; os subempregados correspondiam à fração do semiproletariado, inclusive alguns pequenos proprietários que procuravam trabalhos temporários.

Montes (1998) lembra que guerra civil, repressão, mortes violentas e migrações forçadas provocaram mudanças na composição social. Aproximadamente 1,8% da população refugiou-se em países como Honduras⁴⁰, Costa Rica, Nicarágua, Panamá, Guatemala e Belize neste período.

Outro fenômeno apresentado pelo autor, importante para a compreensão da composição econômica e social, é que 35,5% das famílias reconheciam que possuíam parentes que moravam nos Estados Unidos; desse número, 24,18% diziam que receber dinheiro dos emigrados, o que dava por volta 188 dólares mensais para as famílias que recebiam dinheiro. A classe minoritária ou *lumpen*⁴¹ formava menos de 1% das famílias.

A soma de todos os percentuais apresentados mostra um total de 105,96%, o que evidencia que os números não correspondiam com a realidade efetiva, no entanto, um cálculo baseado na população adulta, considerada economicamente ativa (PEA), de acordo com Montes (1988a: 83-86) deixaria à disposição das classes da seguinte maneira⁴²:

⁴⁰ Curiosidade: A *guerra del fútbol* ou *de las Cien Horas* foi conflito armado entre El Salvador e Honduras que durou quatro dias (de 14 a 18 de julho de 1969). Esses países, à época, demonstravam relações políticas e econômicas instáveis, hostilizaram-se em junho de 1969 após série de três partidas de futebol entre as seleções das duas nações, que disputavam vaga para a Copa do Mundo de 1970. Durante as partidas (em especial a segunda, realizada em San Salvador) jogadores, torcedores e imigrantes dos dois países foram expulsos, perseguidos e assassinados; levando os países a romperem relações diplomáticas no fim do mesmo mês. Dentre outras coisas, a migração e a fragilidade econômica de ambos foram base material do conflito. O livro do jornalista polonês Ryszard Kapuscinski (*A guerra do Futebol*, publicado no Brasil pela companhia das Letras) traz várias reportagens sobre o conflito; ilustra, mas não teoriza sobre a guerra.

⁴¹ O termo *lumpen* no alemão pode significar "farrapo velho e sujo", "pano de chão"; pode também ser entendido como: "vadio", "vagabundo". Marx utiliza *Lump* e *Lumpen* para designar o indivíduo vadio, que não se ocupa de nenhuma atividade socialmente produtiva. Ao passo que *Lumpenproletariat* é conceito já consagrado na literatura marxista. Acreditamos que Montes utiliza o termo no sentido que designa, no vocabulário marxista, população situada socialmente abaixo do proletariado, do ponto de vista das condições de vida e de trabalho; e, é formada por frações miseráveis, não organizadas do proletariado, não apenas destituídas de recursos econômicos, mas também desprovidas de consciência política e de classe, sendo, portanto, suscetíveis aos interesses da burguesia.

⁴² Abordamos no último capítulo à situação da saúde, educação, moradia e cultura dos salvadorenhos.

Esquema descritivo e quantitativo das classes e suas divisões, para a população economicamente ativa⁴³

Classe Dominante	Frações e subsetores	
Dominante: 0,30% PEA real	Grandes Proprietários: Alta gerencia: Proprietários medianos:	0,11% PEA real 0,02% PEA real 0,17% PEA real
Camadas médias e pequena burguesia: 10,84% PEA real	“Intelligentsia”: Empregados: Pequenos proprietários:	1,58% PEA real 3,67% PEA real 5,59% PEA real
Classe dominada: 57,22% PEA real	Semiproletários: Proletariado: Desempregados: Serviços domésticos: Deslocados:	12,25% PEA real 9,22% PEA real 21,75% PEA real 5,0% PEA real 9,0% PEA real
Camadas ínfimas: <1% PEA real	Lúmpen:	<1% PEA real

Fonte: (Montes, 1988, pág. 314)

Os jesuítas em El Salvador: o caso da UCA

Em 1965, Martín-Baró graduou-se em Filosofia e Letras e, rapidamente, integrou-se ao novo projeto dos jesuítas em San Salvador (El Salvador): a Universidade

Centro-americana José Simeón Cañas (UCA), fundada neste mesmo ano e principal cenário de sua vida intelectual, política e religiosa. Os bispos católicos salvadorenhos, à época, solicitaram aos jesuítas a construção de uma Universidade para contrapor tendências ateístas e comunistas da Universidade Nacional Salvadorenha. Algumas associações católicas e o Partido Democrata Cristão, por exemplo, apoiaram esse projeto, seguindo exemplo de outros países como Nicarágua e Guatemala. (CARRANZA *apud* IBÁÑEZ, 1998)

A tarefa proposta pelos bispos era a construção de um centro de formação de novas elites dirigentes para o país, que colaborassem com o modelo de desenvolvimento social mais favorável aos interesses das classes dominantes. As mudanças nas concepções religiosas da América Latina alcançaram rapidamente a UCA; incorporando-as ao invés de rechaçá-las. (IBÁÑEZ, 1998)

Jovens jesuítas salvadorenhos reuniram-se diversas vezes em Comillas, na Espanha, no ano de 1969, para decidir se a UCA aderiria ou não às tendências propostas pela Teologia da Libertação. Desde então, Ignacio Ellacuría, teólogo da libertação - que estudou com Karl e Otto Rahner (importantes teólogos da Teologia da Libertação) em Innsbruck (Áustria) - e filósofo-discípulo de Xavier Zubiri⁴⁴; transformou-se na principal voz da corrente “libertadora” na UCA. Ele ocupou posições de influência e procurou libertá-la de hábitos conservadores. (IBÁÑEZ, 1998)

O plano de Ellacuría para a nova UCA objetivava, principalmente, defini-la como consciência crítica e criativa da realidade salvadorenha e tornar cada vez mais explícita a opção preferencial pelos pobres. Daí a necessidade cada vez mais urgente de apreender a realidade salvadorenha mediada pelos avanços das ciências humanas⁴⁵.

⁴⁴ Xavier Zubiri (1898 -1983) foi filósofo espanhol cuja pesquisa e reflexão se concentrou, fundamentalmente, nos campos da Teoria do Conhecimento, da Ontologia e da Gnoseologia.

⁴⁵ Ignacio Ellacuría escreve diversos textos sobre a função social da Universidade, e mesmo sobre a UCA. Para maior aprofundamento ver: “The challenge of the poor Majority”, “A different kind of University Possible?” e “The University, Human Rights, and the Poor majority”; todos encontram-se no livro editado por John Hasset e Hugh Lacey, em 1991, intitulado: *Towards a society that serves its People: the Intellectual contribution of El Salvador's murdered Jesuits* publicado pela Georgetown University Press.

A mediação prática proposta pela Teologia da Libertação realizou-se na UCA de diversas formas, principalmente por meio da divulgação das análises científicas da realidade e de seu respectivo juízo crítico. O ensino enfatizava a aplicação dos conhecimentos transmitidos pelo estudo e compreensão dos problemas concretos enfrentados. Segundo Ibáñez (1998), a divulgação, no sentido mais amplo do termo, foi uma das vocações melhor realizadas pela UCA. Especialmente entre 1979 e 1981 proliferaram diversas publicações⁴⁶. (IBÁÑEZ, 1998)

A UCA implicou-se profundamente no trabalho comunitário em San Salvador e nas suas imediações. Seu apoio aos movimentos populares e crítica aos seus excessos foram firmes, mas não partidária. (WHITFIELD *apud* IBÁÑEZ, 1998)

Figuras como Ignacio Ellacuría, Segundo Montes e Ignacio Martín-Baró foram importantes interlocutores nos processos de mediação política entre necessidades do povo e diversas personalidades e instituições de grande influência no país. Eles participavam de congressos internacionais, dialogavam com diplomatas e representantes internacionais, denunciando injustiças e crimes. Frequentemente eram convidados a participar de programas de rádio e televisão, onde criticavam abertamente a ordem dominante e divulgavam propostas para a transformação do país; também entrevistavam líderes políticos, sindicais, do exército e das guerrilhas.

Desde suas primeiras renovações, a matriz de orientação da práxis da UCA, durante os anos 1970, primava por três frentes: docência, investigação e projeção social (entendida como qualquer forma de incidir de modo *direto ou indireto* sobre a opinião pública salvadorenha).

Na UCA, Martín-Baró desempenhou cargo de professor de Psicologia, e o de editor de sua mais importante revista, *Estudios Centroamericanos* (ECA); foi Decano para estudantes, Diretor do departamento de Psicologia, Vice-reitor acadêmico e diretor do Instituto de Opinião Pública (IUDOP), entre outros cargos. Segundo Ibáñez (1998), trabalhos e estudos compunham o grande projeto coletivo dos jesuítas na UCA. Em contrapartida, ela transformou-se num expoente para o desenvolvimento desta nova

⁴⁶ A revista mais antiga, *Estudios Centroamericanos*, não tinha muita visibilidade social, no entanto, era bastante influente. Ibáñez (1998) indica que era comum encontrar um exemplar dela na embaixada norte-americana, nos ministérios, nos partidos políticos ou organizações populares.

proposta de Teologia Libertadora. Ela foi, também, principal ponto de encontro entre Martín-Baró e a realidade social e religiosa salvadorenha. Seus estudos foram interpretados a partir da posição que a UCA lhe conferia.

2.2 O Psicólogo Social Ignacio Martín-Baró

Martín-Baró iniciou seus estudos em Psicologia, principalmente com a psicanálise freudiana (sobre Erich Fromm, Wilhelm Reich e Herbert Marcuse), ainda em Bogotá, durante seu curso de Filosofia e Letras. Quando retornou de modo definitivo para a UCA, iniciou sua licenciatura em Psicologia (que terminara em 1975), o que não o impediu de dar aulas de Psicologia na Escola Nacional de Enfermagem de Santa Maria e nos cursos para ingressantes de várias faculdades da UCA.

Os primeiros anos na UCA foram marcados pela aproximação à Psicologia e pelo desempenho de alguns cargos de responsabilidade na instituição, especialmente os de chefe do conselho editorial da revista de *Estudios Centroamericanos* e de Decano para estudantes.

Martín-Baró obteve boa fama como psicólogo e professor; era exigente, meticuloso com o emprego da linguagem e empenhado em incentivar os frequentadores de seus cursos com leituras e textos de autores diferentes.

Em 1976, Martín-Baró recebeu bolsa de estudos da Fundação *Fullbright*, por meio de um programa da LASPAU (Latin American Scholarship Program of American University) que lhe possibilitou ir para a Universidade de Chicago, cursar sua pós-graduação. Shweder, Kobasa, Janowitz e Rosenberg⁴⁷ foram alguns de seus professores

⁴⁷ *Richard Allan Shweder* (1945 -) é antropólogo cultural estadunidense e figura importante da Psicologia cultural. Estudou antropologia e fez doutorado em Antropologia Social no departamento de Relações Sociais da Universidade de Harvard, em 1972. Desde 1973, é membro do corpo docente da Universidade de Chicago onde atua como professor do Departamento de Desenvolvimento Humano Comparativo e no Departamento de Psicologia; *Suzanne C. Kobasa* é professora doutora assistente do Comitê de Psicologia Social e das Organizações, do Departamento de Ciências Comportamentais da Universidade de Chicago. Sua principal pesquisa foi na área de resistência ao stress; incluindo estudos sobre: executivos, advogados, oficiais do exército e mulheres em situação de risco por causa de câncer cervical; *Morris Janowitz* (1919 - 1988) foi sociólogo estadunidense e professor. Contribuiu para a teoria sociológica, estudo do preconceito e questões urbanas e do patriotismo. Foi um dos fundadores da sociologia militar e

em Chicago, foi lá que entrou em contato direto com a Psicologia estadunidense e se aperfeiçoou como pesquisador. (IBÁÑEZ, 1998)

Em 1977, obteve o título de mestre em Ciências Sociais, com tese intitulada “*Atitudes Sociais e Grupo de Conflito em El Salvador*”. Dois anos depois, em 1979, doutorou-se em Psicologia Social e das Organizações, com pesquisa sobre a “*Superlotação e Densidade populacional nas classes baixas de El Salvador*”. Começou ali, a existência de maior coerência interna entre seus escritos; em relação ao período anterior à década de 1970.

Assim que retornou dos Estados Unidos ocupou a cátedra de Psicologia Social. Posteriormente, foi chefe do departamento de Psicologia e Educação (1982). Nove meses depois de voltar, aos 38 anos, Martín-Baró tornou-se vice-reitor acadêmico. Além disso, era participante do conselho editorial da UCA Editores, e do conselho de redação da revista *Estudios Centroamericanos*.

Todas essas novas responsabilidades repercutiram em sua vida extra-acadêmica. Segundo o relato de Gloria de Pilla a Ibáñez (1998), ele voltou diferente de Chicago; mais “sério” e iniciou um trabalho em Jayaque (comunidade camponesa salvadorenha).

Martín-Baró exercia serviços de pároco aos finais de semana, após suas atividades na UCA. Padre *Nacho*⁴⁸, como ficou conhecido, era muito bem querido por esta comunidade.

Além de acadêmico e professor universitário, Martín-Baró, na década 1980, por exemplo, quando a situação de El Salvador era de extrema violência, acolheu numa pequena Igreja de San Salvador famílias que fugiam do exército e dos esquadrões da morte.

deu grandes contribuições à temática. Foi vice-presidente da Associação Americana de Sociologia e, também, fundou a revista *Armed Forces & Society*; Milton J. Rosenberg (1925 -) é psicólogo social, professor de Psicologia na Universidade de Chicago e apresentador de tradicional programa de rádio em Chicago, Illinois (E.U.A). Além de professor emérito de Psicologia da Universidade de Chicago, atuou como diretor do programa de doutorado em Psicologia Social e das Organizações dessa instituição; Entre suas áreas de estudo estão: dissonância cognitiva e mudanças de atitude. (Fonte: *sites* pesquisados no Google, utilizando o nome dos pesquisadores como palavra-chave)

⁴⁸ Nacho é apelido comum aos Ignacios da América-Latina.

Neste ponto, faz-se necessário adendo sobre o que foi a guerra civil salvadorenha e sobre a própria Democracia nesse país; uma vez que temas como: violência, democracia e guerra são frequentes na obra textual de Martín-Baró; principalmente no período posterior aos anos 1980. Foi também “*strange-fruit*” desse conflito a morte do próprio Ignacio Martín-Baró.

*Guerra Civil e Democracia em El Salvador: dimensões*⁴⁹

Em janeiro de 1981, o processo de polarização política, iniciado nos anos 1970, foi crescente e assumiu caráter militar quando a Frente Farabundo Martí⁵⁰ para la Liberación Nacional (FMLN) empreendeu ofensiva contra as forças governamentais estabelecidas.

A partir de 1980, muitas mudanças ocorreram no cenário sociopolítico salvadorenho; porém uma das principais questões daquela década foi à guerra. As tentativas de solucioná-la provocaram inúmeras mudanças principalmente no que diz respeito à intromissão dos Estados Unidos na vida política deste país.

⁴⁹ Juan Salvador Guzmán Tapia (1939-) é o autor que nos baseamos para realizar essa síntese precária sobre a guerra civil salvadorenha. Tapia é ex-juiz chileno que obteve reconhecimento internacional por ser o primeiro a processar o ex-ditador de seu país, Augusto Pinochet, por violação dos direitos humanos. Nascido numa família diplomática em San Salvador estudou Direito na Universidade do Chile e pós-graduou em Paris. Apesar de apresentar incoerências com nossa perspectiva teórica, seu livro “*La Transacción en la América Latina. Los casos de Chile y El Salvador*” é rico em fontes primárias, portanto, esta sessão contém, principalmente, dados levantados por ele. A discussão que o Martín-Baró realizou sobre violência, guerra e suas especificidades estão no último capítulo deste trabalho.

⁵⁰ Agustín Farabundo Martí Rodríguez (1853 —1932) foi salvadorenho dirigente de esquerda e delegado da *Internacional Comunista*; que auxiliou na organização dos trabalhadores nicaraguenses contra a ocupação estadunidense ao lado de *Augusto César Sandino*. Fundou (1930) e dirigiu o Partido Comunista Salvadorenho (PCS) e foi um dos organizadores da guerrilha dos camponeses, em 1932. Farabundo-Martí foi fuzilado em 1 de fevereiro de 1932 por forças militares (organizadas pelos Estados Unidos), junto a outros líderes da revolta, como *Feliciano Ama*, líder dos povos originários de Izalco, *Francisco Sánchez*, que dirigiu o levante de Juayúa, e os estudantes universitários *Mario Zapata* e *Alfonso Luna*. Seu nome inspirou várias organizações de esquerda latino-americanas; por exemplo, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí. (Fonte: pesquisas no Google com o nome Agustín Farabundo Martí Rodríguez no campo de busca).

A 28 de agosto de 1981 os governos francês e mexicano redigiram a “*Declaração Conjunta Mexicano-Francesa sobre El Salvador*”, no texto reconheciam a Aliança da Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional e da Frente Democrática Revolucionária como forças políticas representativa de parcela da população e apta a assumir as obrigações e exercer os direitos que dela derivavam. A declaração foi polêmica; nove chanceleres latino-americanos se posicionaram contra, alegando que os assuntos de El Salvador deveriam ser resolvidos pelos salvadorenos, isso evidenciou o posicionamento deles frente aos Estados Unidos, que influenciam profundamente a política e a economia salvadorenha. (ALEIXO, 1984: 20)

Segundo Tapia (1991), a guerra tornou-se uma das principais variáveis econômicas salvadorenhas, isso explicava, por exemplo: o volume de ajuda externa (principalmente estadunidense); as migrações internas de milhares de famílias fugitivas das zonas de guerra; a fuga de trabalhadores para os Estados Unidos, em busca de melhores condições; o volume de gastos com a defesa e a deterioração dos fatores que equilibravam as relações macroeconômicas.

A guerra causou impacto violento na vida da população. Deixou mais de 70 mil mortos, milhares de órfãos, feridos e vários refugiados políticos. Todas as famílias salvadorenhas invariavelmente foram afetadas.

A guerra e a violência política geraram clima de morte e insegurança que, neste período, converteram-se em norma. Isso trouxe/possibilitou massiva violação dos direitos humanos, corrupção crescente nos setores burocráticos do país e intensa intromissão estrangeira em assuntos internos.

A guerra civil era expressão bélica da prolongação dos conflitos políticos e socioeconômicos desse país. A falta de mínima democracia política e a abissal desigualdade social são imprescindíveis para apreensão desta particularidade histórica. Tapia (1991) apontou que uma das falsas explicações para a guerra era a de que El Salvador fosse vítima de agressão externa/ideológica subsidiada por Manágua (Nicarágua) e por Havana (Cuba); procurando incorporá-lo ao bloqueio antiocidental.

A guerra deve ser compreendida, também, como colapso do governo do Estado oligárquico que não pôde consolidar dominação consensual. É incoerente afirmar que o surgimento da guerra deu-se por consequência da exportação da revolução sandinista,

porém, é impossível compreender suas nuances sem perceber o impacto que a derrota do governo de Somoza⁵¹ provocou em El Salvador e em outros países da região.

Segundo Tapia (1991), a crise trouxe de forma mais ostensiva a presença dos Estados Unidos na gerência de assuntos internos. O volume da ajuda militar e econômica, por exemplo, cresceu vertiginosamente. As forças armadas cresceram de um efetivo de 12 mil para 60 mil soldados, em poucos anos. Isso provocou mudança na participação deles na vida política salvadorenha, bem como submissão ainda maior às diretrizes estratégicas estadunidenses.

No início da crise houve tentativa de contenção dos processos conflituosos. Surgiram alianças entre governo Democrata Cristão, de José Napoleón Duarte, Forças Armadas e o governo dos Estados Unidos, com objetivo principal de conter a insurgência e modificar as bases do poder oligárquico. (TAPIA, 1991: 86)

Tapia (1991) acrescenta que esta aliança provocou racha considerável na população, uma vez que interesses das classes dominantes seriam diretamente afetados por algumas das mudanças propostas; por exemplo, Reforma Agrária, Nacionalização Bancária e Comércio Exterior. Os setores privados sentiram-se ameaçados duplamente: por um lado pelos insurgentes e por outro pela hostilidade do governo reformista.

Diante disto, o setor privado empreendeu contraofensiva política e ideológica que culminou na derrota dos reformistas. A Aliança Republicana Nacionalista (ARENA⁵²) ganhou as eleições parlamentares em 1988 e a presidencial em 1989, com Alfredo Cristiani.

⁵¹ Anastasio (Tacho) Somoza García (1896 –1956) foi “presidente” da Nicarágua, mas efetivamente comandou o país como ditador desde 1936 até ser assassinado.

⁵² Nas palavras de Martín-Baró: “ARENA é um partido de extrema direita, com ares metade machista metade fascista, cujos objetivos claros eram a defesa da propriedade privada e o apoio a uma vitória militar da Força Armada”. (MARTÍN-BARÓ, 1990:18). Ele escreveu um artigo sobre esse partido: *Llamado de la extrema derecha – Publicado na Revista de Estudios CentroAmericano,s número 37, em 1982*. Um alerta: todas as traduções de citações literais da obra de Martín-Baró dessa dissertação são responsabilidade do autor.

Segundo Tapia (1991), o governo “arenero” (como ficou conhecido em El Salvador) deu início ao processo de modificações que é descrito por ele, nos seguintes pontos:

- a) homogeneização dos altos comandos do Estado (passaram a dominar poderes legislativos, executivos e judiciários);
- b) Alteração no campo das forças excluídas do pacto de dominação (organizações sociais lentamente começaram a reorganizarem-se depois da intensa repressão do começo dos anos 1980 e neste contexto *a Igreja Católica desempenhou papel importantíssimo, pois foi o principal referencial de organização social do país*).

A partir de 1987, um dos setores da esquerda reintegrou-se ao sistema político buscando fortalecer sua presença nesse espaço. Sob o nome de “Convergência Democrata” formavam aliança entre o que anteriormente era conhecido como Frente Democrática Revolucionária (FDR) e Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Ao mesmo tempo a União Democrática Nacionalista (UDN) reiniciou atividades (estava em recesso) e por já possuírem registro legal, conseguiram acesso de forma menos burocrática ao sistema político. Essa união possuía interesses comuns ao Partido Comunista Salvadorenho.

O Partido Democrata Cristão, de discurso contra insurgente, no início dos 1980, passou à posição de convergência com a oposição ao governo da ARENA, que por sua vez tentava realinhar as forças sociais e políticas salvadorenhas; entretanto, a ofensiva guerrilheira de 1989 complicou essa tarefa; o que provocou instabilidade generalizada.

Entrada da ARENA no Poder

A ascensão da ARENA almejava hegemonizar o bloqueio dominante e reconstruir a aliança com as Forças Armadas e com os Estados Unidos. Já a pretensão reformista dos Democratas Cristãos provocou reação violenta por parte das classes dominantes que, marchando sob a bandeira do livre comércio e da defesa do país contra a popularidade de Duarte, iniciaram apoio massivo ao acesso da ARENA ao poder.

A Associação Nacional das Empresas Privadas (ANEP) e a Câmara de Comércio e Indústria foram as que mais se mobilizaram, e com o apoio da FUSADES (Fundação

Salvadorenha de Desenvolvimento) colaboraram para a disseminação dos ideais neoliberais, que se tornaram hegemônicos.

Entre 1980 e 1989, o montante da ajuda recebida por parte dos Estados Unidos foi de 3.200.100 bilhões de dólares e a assistência militar chegou a 977.6 milhões; resultando, aproximadamente, 3.979.7 bilhões de dólares em investimentos. Grande parte da "ajuda" destinou-se a conter a contra insurgência, não a reestruturar a economia.

Os Democratas Cristãos foram aliados da esquerda até os anos 1970, porém, a incorporação oficial do Partido Democrata Cristão ao sistema eleitoral provocou afastamento, por parte deles, dos interesses da esquerda e progressivo alinhamento aos das oligarquias agroexportadoras. Esse processo foi legitimado pelos Estados Unidos, pois isso os favorecia economicamente.

Existia, entretanto, nesse período contradição entre interesses dos Democratas Cristãos e da classe econômica dominante. Segundo Tapia (1991), posterior ao conflito pelo controle do Estado (insurgência versus bloqueio dominante), surgiu um pela hegemonia no interior do bloqueio dominante (Democratas Cristãos versus Classes Dominantes) que se manifestou primeiro militarmente, no início dos anos 1970 e depois no conflito eleitoral (entre Democratas Cristãos e ARENA).

A fase que foi do início de 1987 até o triunfo do governo de arenero foi marcada de um lado pelo aperfeiçoamento do exército (subsidiado pelos Estados Unidos) e por outro, pela reorganização estratégica dos guerrilheiros. Nesse período, por exemplo, surgiram várias pequenas patrulhas hostis ao exército.

A frequência dos conflitos, o ataque ao quartel El Paraíso, em Chalatenango, no começo de 1987, por exemplo, fez com que a ARENA adotasse postura triunfalista, que se provou infundada pela ofensiva de 1989.

Essa ofensiva e suas consequências podem se subdividir em duas: imediata, feroz contraofensiva do exército salvadorenho, com auxílio estadunidense; e mediata, a abertura para o diálogo e o início do processo de negociação entre FMLN e Governo estabelecido, já com a mediação da Secretária Geral das Nações Unidas; culminando na assinatura dos acordos de paz em 1992, no México.

Os insurgentes de 1989

O governo que se iniciou em 1º de junho de 1989, com a ARENA (Alfredo Cristiani) objetivava, ao menos em seu discurso, erradicar extrema pobreza; ser governo para os mais pobres dos mais pobres; solucionar o conflito armado e alavancar progressiva liberação econômica. Ficou bem delineada sua política neoliberal.

Ocorreram algumas reuniões entre governo e insurgentes, no início de 1989, ano em que a FMLN tentou concorrer às eleições governamentais, mas após ataques armados a movimentos sindicais, desistiram.

O Partido Democrata Cristão retomou algumas de suas antigas posições antes do início da crise; a de um partido democrático, antioligárquico, pacifista e de vocação popular.

Quando Democratas Cristãos (com Duarte) assumiram, isso fez com que o Partido perdesse credibilidade de partido de “centro”, uma vez que fez alianças com o exército e com o governo dos Estados Unidos.

A partir de junho 1990, Democratas Cristãos retomaram aproximação com a Convergência Democrática, buscando constituir ampla frente de oposição à ARENA; os opositores eram principalmente: Convergência Democrática e organizações populares e sindicais de esquerda.

Em 12 de novembro de 1989 unidades especiais da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional realizaram ofensiva massiva em San Salvador. Durante vários dias, insurgentes mantiveram sob seu domínio um perímetro antes defendido pelas forças armadas. O objetivo da ação era promover insurreição generalizada, começando pela capital. A ação foi bem sucedida no sentido de desestabilizar dispositivos de defesa, porém, não conseguiu adesão popular.

A resposta do Exército foi dada por meio do bombardeio às zonas ocupadas pelos manifestantes. No entanto, a contraofensiva também não foi – totalmente – bem sucedida; a população não aderiu à ideia governamental que pretendia criar milícias para contra atacar os insurgentes.

Os impactos foram sentidos em diversas áreas. Em termos militares, serviu para mostrar que os opositores não estavam tão debilitados quanto propagava o governo

oficial, e ao mesmo tempo, mostrou sua regular capacidade de ataque. Naquela ocasião, diferente de outras incursões (que eram em escalas menores e logo seguidas de retirada) houve confronto direto.

Foi a primeira vez que o conflito ocorreu nas zonas residências da aristocracia salvadorenha, o que trouxe a concretude da guerra (que já há alguns anos era atroz para os mais pobres) para as classes dominantes.

O combate militar demonstrou a ingovernabilidade de El Salvador, ao passo que evidenciava a força dos insurgentes. A FMLN reconheceu perda de 401 militantes (de um total de 10 mil), enquanto o exército de 476 (de um total de 60 mil). Em relação aos danos econômicos, o prejuízo chegou a 600 milhões.

Os reflexos desta guerrilha evidenciaram a urgência de mudanças sociais. A partir do segundo trimestre de 1990, com ampla e unitária mobilização popular (que promoveu diálogo entre Democracia Cristã, Convergência Democrática e setores insurreccionais) reiniciou-se o movimento de pacificação e instauração da democrática formal.

No dia 16 de novembro de 1989, Martín-Baró foi brutalmente assassinado pelo Batalhão da Atlacatl (sob o comando de René Emilio Ponce, também conhecido pela alcunha de Satanás) dentro da Universidade José Simeón Cañas. Não foi só ele que morreu neste dia, mas também outros seis companheiros e duas mulheres estavam com ele. Os assassinados foram: Ignacio Ellacuría, Segundo Montes, Joaquín López y López, Amando López, Juan Ramón Moreno, Elba e Celina Ramos.

No dia 4 de abril de 1990, em Genebra, na Suíça, representantes do governo e da FMLN promoveram o diálogo que posteriormente solucionaria, no campo da legalidade, conflitos na região. Segundo Tapia (1991), o impacto da ofensiva no interior do país e a modificação da correlação de forças sociais impulsionaram essa reunião.

Soluções encontradas para a guerra:

De acordo com Tapia (1991), alguns dos fatores internos que colaboraram para o início das negociações e, por consequência, fim da guerra civil foram:

- a) O não cumprimento dos planos de pacificação de areneros e a certa flexibilização das propostas dos insurgentes, tornou-se insustentável para um

governo nominalmente democrático recusar diálogo com sua oposição. O próprio Comando Geral da FMLN passou a defender o lema *Revolução Democrática*⁵³, definida por eles como: fim do militarismo; reestruturação da ordem econômica e social, democratização e resgate da soberania nacional e Política externa independente;

b) O giro político do Partido Democrata Cristão (que tinha razoável apoio popular) assumindo oposição à ARENA.

Os fatores externos são inúmeros, entre eles o autor cita:

a) A mudança de postura estadunidense;

A mudança foi considerável, de uma política - globalista e antissocialista - adotada por Ronald Reagan; para a de George Bush, que enfrentava outros problemas. A unificação europeia, a reunificação da Alemanha, os inúmeros processos de reorganização política dos países da Europa Central, as vicissitudes da Perestroika (na União Soviética), à crise no Oriente Médio, somada à capacidade de desenvolvimento tecnológico e econômico do Japão, fez com que os Estados Unidos focassem sua atenção no chamado primeiro mundo. (TAPIA, 1991: 105)

Depois da ofensiva de novembro de 1989 as expectativas estadunidenses não poderiam ser piores. Manifestou-se a impossibilidade de acabar com o conflito por meio de intervenção militar. No entanto, algumas perspectivas de resolução baseadas na negociação também lhes eram favoráveis.

Seu principal objetivo era impedir que o poder salvadorenho fosse exercido pela FMLN; e com isto perder influência. Era proveitoso para eles diminuir conflitos no “terceiro mundo”, uma vez que os países de “primeiro mundo” estavam em processo de transformação.

⁵³ Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional, *Proclama del FMLN a la Nación*, El Salvador, 24 de setembro de 1990, Comando Geral.

b) As eleições nicaraguenses e a derrota dos sandinistas;

A Nicarágua, por vários anos, foi o centro do conflito da América Central, para os Estados Unidos. O governo sandinista criou tensão que os ameaçava tanto quanto aos países vizinhos.

No entanto, a derrota nas urnas da Frente Sandinista de Libertação Nacional (Daniel Ortega), em fevereiro de 1990 (derrota patrocinada pelo investimento estadunidense em propaganda contra sua campanha eleitoral⁵⁴) levou, entre outras coisas, o exército popular sandinista a subordinar-se à nova administração.

c) A constituição de governos eleitos na América Central;

No Biênio 1989 e 1990 ocorreram várias mudanças nos cenários políticos da América Central. Houve predomínio das forças de oposição aos respectivos governos vigentes.

A mudança dos governos foi razoavelmente pacífica, o que não ocorreu em anos anteriores. Outra característica fundamental é que as forças que os assumiram se identificavam ideologicamente com a direita. É possível dizer, segundo Tapia (1991), que as classes dominantes operaram processo de reconversão ideológica na América Central.

O processo de negociações para o término da guerra

Existiram várias tentativas de diálogo entre Democratas Cristãos, Insurgentes e Exército; porém nenhum deles mostrava-se interessado em solucionar o conflito.

Tapia (1991) aponta a existência dos seguintes obstáculos políticos:

- a) A construção de um sistema que permitisse a participação de todas as forças que representavam os diferentes setores da sociedade salvadorenha;
- b) A falta de democracia real e efetiva. Não havia subordinação do exército ao poder civil, liberdade de expressão para alguns setores e vários crimes ficavam impunes;

⁵⁴ Martín-Baró (1984) escreveu artigo intitulado “Terrorismo de estado norte-americano”, em 1984, onde versa especificamente, sobre sua percepção a respeito da relação entre Estados Unidos e América Central, principalmente El Salvador.

- c) A ARENA assumiu a postura, nos veículos de comunicação, de representante do interesse da maioria e tratava a guerra civil como *guerra contra terroristas*, portanto que merecia juízo criminal;
- d) A divulgação ideologizada da postura política marxista-leninista da FMLN gerava receio sobre o que seria a “ditadura do proletariado” em vários setores políticos;
- e) A reinserção na vida social dos ex-integrantes das forças armadas e de insurgentes também era questão delicada. Sustentar um exército de 60 mil homens era oneroso e uma vez que acabasse a guerra, não haveria necessidade de tantos soldados; a realocação desse grande contingente populacional não era tarefa simples.

Os obstáculos econômico-sociais eram os grandes desafios. Tapia (1991) destaca, entre inúmeros obstáculos, que:

- a) O conflito armado afetou drasticamente a economia do país; pois ele foi principal fonte de renda (principalmente a ajuda estadunidense e a dos trabalhadores, que enviavam dinheiro aos familiares residentes no país). Antes da guerra, a principal fonte de renda era a agricultura de exportação, principalmente de café e algodão.
- b) A guerra tornou-se forte agravante da crise econômica e com isso as condições concretas da vida da população salvadorenha pioraram vertiginosamente.

A questão da Democracia em El Salvador

De acordo com Montes (1991), em El Salvador existia o *contrário* da democracia social. A sociedade, em meados dos anos 1980, era dividida em classes estatisticamente desproporcionais quando se observava a relação entre concentração de capital x população (conforme já demonstramos anteriormente).

As classes exploradas economicamente eram compostas, principalmente, por camponeses e moradores das zonas periféricas aos centros urbanos. Essa classe somada equivalia, em 1986, a 80% da população total. No extremo oposto, o grupo privilegiado

era 2%, enquanto as classes médias aproximadamente 15%. Essa distribuição desigual sustentava o argumento da inexistência de democracia social. (MONTES, 1991)

A economia salvadorenha orbitava, fundamentalmente, a agricultura, tanto por que a maioria da população sobrevivia por meio dela, quanto por que a agroexportação era principal ramo da exportação. A tendência naqueles anos foi à concentração de renda na mão de poucos e proletarização dos camponeses. (MONTES, 1991)

A falta de planejamento econômico, a coexistência de formas pré-capitalistas e feudais, assim como de estrutura econômica faziam de El Salvador dependente direto de outros países.

Outro fator fundamental apontado por Montes (1991) na relação estratificação social e democracia é o baixo nível educacional das populações mais pobres. A sociedade era composta por 80% de analfabetos (incluindo os funcionais), isso dificultava o ingresso dessa população nas discussões sociopolíticas.

O sistema educativo era reprodução das contradições postas pelo sistema econômico da época; quanto mais elevada à classe social, mais escolarizados eram seus membros.

Por volta de cinquenta anos antes da intensificação da guerra civil (início da década 1980) o país era agrícola e tinha conflitividade social menos complexa. Nos anos de 1950, com o início do processo de industrialização, ocorreu intensificação da relação entre o país e o Mercado Comum da América Central. O setor industrial começou a se organizar e o posterior fracasso do Mercado Comum produziu crise econômica que afetou diretamente a classe trabalhadora. (MONTES, 1991)

A tensão provocada pela crise e o endurecimento da postura da oligarquia pressionaram violentamente a classe trabalhadora e dificultaram o desenvolvimento da democracia política.

Uma estrutura social tão exploradora e desigual só poderia se sustentar por coação violenta. A imposição de um *Regime de Segurança Nacional*, a violação dos direitos humanos e a militarização do Estado foram algumas das ferramentas utilizadas para a manutenção do *status quo*. (MONTES, 1991)

Os meios de comunicação estavam nas mãos da classe dominante e serviram, de forma eficaz, na disseminação de informações falsas e na naturalização do processo de exploração da mais-valia.

De acordo com Montes (1991), o país era subdesenvolvido não apenas por sua situação na década de 1980, mas também por cumprir função específica em benefício dos grandes capitalistas mundiais. O país, como vários outros de tipo *subdesenvolvido*, tinha tarefa peculiar na divisão internacional do trabalho do modo de produção capitalista vigente. Ele, basicamente, produzia e exportava matérias primas (e pequena parte de mercadorias de sua indústria básica), e consumia bens manufaturados, capitais e tecnologias desenvolvidas nos centros hegemônicos.

Para assegurar essa dominação, o desemprego massivo, a desarticulação das maiorias exploradas e a ideologia dominante eram imprescindíveis. A questão da efetivação ou não da democracia social não se relacionava apenas com questões internas, mas sim ao desenvolvimento do capitalismo no mundo.

É neste cenário que Martín-Baró (1998) destaca alguns obstáculos à democracia na América Central, na década de 1980: a) existência de estruturas econômicas subdesenvolvidas, dependentes, desiguais e injustas; b) governos de caráter militar e opressivo (legitimados pelas oligarquias econômicas, pelos militares ou por seletos grupos civis); c) controle hegemônico dos Estados Unidos sobre as determinações dos sistemas econômicos e políticos em função da manutenção da *segurança nacional* estadunidense; e d) movimentos de oposição popular aos governos instituídos.

2.3 Martín-Baró: expressões concretas de sua preocupação social

A preocupação teórica e a direção política da obra textual de Martín-Baró direcionavam-se para o desvelamento da realidade das classes exploradas e oprimidas de El Salvador.

A hipótese defendida por Ibáñez (1998), e por nós corroborada, é de que o contato direto com a realidade salvadorenha foi fator que estimulou fundamentalmente a curiosidade intelectual de Martín-Baró.

Seu livro mais lido à época “*Acción e Ideología: Psicología Social desde Centro América*” apareceu, em 1983, como ferramenta de ensino bastante rica, e tornou-se referência irrenunciável aos psicólogos (e pesquisadores) que estudavam a realidade social latino-americana.

O trabalho de Martín-Baró adquire os traços que lhe deram reconhecimento internacional, fundamentalmente, na década de 1980. Seu destinatário, que antes eram os estudantes – membros das elites salvadorenhas e futuros dirigentes da nação – se ampliou vastamente. A participação em congressos internacionais e visitas a países latino-americanos (Venezuela, Chile, Costa Rica, Cuba, Porto Rico, Brasil, Argentina, Colômbia, México - também Estados Unidos e Espanha) foi mais intensa.

Maritza Montero e Glória de Pilla afirmaram que foi durante o 20º Congresso Interamericano de Psicologia⁵⁵ que Martín-Baró, definitivamente, firmou-se como *voz própria e nova autoridade* na Psicologia Ibero-americana. Segundo o relato de Glória, ele expôs sua ideia de Psicologia Social contrariando seus colegas da mesa, deixando-os desconcertados. O auditório aplaudiu sua fala por quase dez minutos e a partir dali, ele começou a fazer contatos e receber convites para conferências e cursos em outras Universidades. (IBÁÑEZ, 1998)

A visibilidade internacional refletiu-se na própria construção teórica de sua obra a partir de 1985. Tomando como interlocutores seus novos colegas ibero-americanos, (para os quais redige cartas e denúncias do estado de “seu país” e do subcontinente) começaram os esboços do que posteriormente chamaria de *Psicología da Libertação*. Neste período suas viagens a outras Universidades já eram marcadas por frequentes relatos de ameaça a sua vida. (IBÁÑEZ, 1998)

*Instituto de Opinión Pública (IUDOP)*⁵⁶

Em maio de 1986, Amálio Blanco recebeu carta de Martín-Baró em que ele confirmava a obtenção de financiamento alemão para colocar em marcha um instituto; ele pedia, também, que lhe fosse apresentado algum especialista da Espanha sobre o

⁵⁵ Realizado em Caracas, Venezuela, entre 7 a 12 de julho de 1985.

⁵⁶ No capítulo seguinte desta dissertação expomos pormenorizadamente como Martín-Baró trabalhava/compreendia a Opinião Pública.

assunto. Seu amigo lhe apresentou José Ramón Torregrosa, catedrático de Psicologia Social na Universidade Complutense de Madri, que o assessorou.

O Instituto de Opinião Pública (IUDOP) de El Salvador, segundo Ibáñez (1998), é apontado como seu trabalho de maior transcendência social; dele foram publicados dois livros e numerosos informes.

O Instituto esteve estreitamente ligado à vida de Martín Baró. Ignacio Ellacuría brincava que a ideia tinha sido sua. Ele contava que, dentro de um avião, os dois viajaram discutindo sobre a necessidade da criação de um veículo de comunicação eficiente em El Salvador e que precisavam perguntar ao povo o que eles realmente pensavam. Entretanto, a ideia central e o desenvolvimento do projeto, segundo o próprio Ellacuría, foram, sem dúvida, de seu colega.

Para Martín-Baró, investigações de Opinião Pública eram contrapeso à exagerada ideologização da vida nacional, tanto pela informação que proporcionava a sociedade, como pela facilidade com que a compreendiam. Sob sua direção, de julho de 1986 até sua morte, foram publicadas vinte e três investigações, sobre a população metropolitana, urbana e rural. Eram temas que iam *desde*: diálogo e negociações, saúde e religião, e também eleições. (IBÁÑEZ, 1998)

Em pouco tempo o IUDOP converteu-se num dos meios de comunicação de maior projeção social de El Salvador. Sua eficácia foi demonstrada pelos ataques que recebeu; foi acusado de pertencer tanto à FMLN como à ARENA. As investigações do IUDOP eram conduzidas com extremo rigor por Martín-Baró, o que proporcionava à população, segundo o próprio pesquisador, um *espelho social*. Para ele, pesquisas poderiam devolver voz aos povos oprimidos; serviam como instrumento para refletir com verdade e sentido a experiência popular, possibilitando tomada de consciência na direção de nova *verdade histórica* por construir.

As principais dificuldades encontradas pelo IUDOP foram as eleições legislativas de 1988 e as presidenciais de 1989; entretanto, projetou com exatidão o resultado de ambas. As primeiras pesquisas apontavam como ganhadora à ARENA. O partido Democrata Cristão - então no poder - e alguns meios de comunicação social atacaram fortemente o IUDOP tentando deslegitimá-lo por essa divulgação. Por fim, a confirmação das projeções encerrou a questão.

Os resultados das pesquisas nunca eram superestimados por Martín-Baró, em suas falas, sempre procurava contextualizá-los, ele mesmo quem editava os informes com resultados das investigações. Ele preocupava-se em não colocar as pessoas em perigo – nem pesquisadores, nem entrevistados. Todos os recrutados se identificavam com seus ideais e princípios, entretanto, o maior obstáculo que enfrentavam era o medo generalizado instaurado pela instabilidade política salvadorenha⁵⁷.

⁵⁷ O Instituto Universitário de Opinião Pública foi destruído, por bombas, em agosto de 1989.

Síntese cronológica dos principais momentos da carreira acadêmica de Martín-Baró

1989	-Vice-reitor Acadêmico de Pesquisa e Graduação superior
1980-1988	-Vice-Reitor Acadêmico (1980-1988); -Membro da Junta de Diretores; -Diretor do Instituto de Opinião Pública, IUDOP (desde 1986); - Chefe do Departamento de Psicologia e Educação (desde 1982); - Professor titular de Psicologia Social; - Membro do Conselho de Redação da Revista ECA; - Membro do Conselho Editorial de UCA Editores; - Membro do Conselho de Redação de la Revista de Psicología de El Salvador; - Membro do Conselho Editorial de la Revista "Polémica" (Costa Rica); - Membro do Conselho Editorial de la "Revista de Psicología Social" (Espanha).
1971-1972	- Professor de Psicologia na “Escuela Nacional de Enfermería en Santa Ana” (El Salvador).
1970-1976	- Professor da UCA; - Decano de Estudantes (1972-1975); - Membro do Conselho Superior Universitário (1972-1975); - Chefe de Redação da Revista <i>Estudios CentroAmericanos</i> [ECA] (1971-1974); - Diretor de ECA (1975-1976).
1967	- Professor da Universidade "José Simeón Cañas" (San Salvador, El Salvador).
1966	- Professor do Externado San José (San Salvador, El Salvador).

Fonte: Departamento de Psicologia da Universidade José Simeón Cañas – site oficial.

Martín-Baró também foi professor convidado da: Universidade Central da Venezuela; de Zulia (em Maracaibo – na Venezuela); de Río Piedras (Porto Rico); da Javeriana de Bogotá (Colômbia); da Complutense de Madrid (Espanha); e da Costa Rica. Foi membro da Associação Americana de Psicologia e da Sociedade de Psicologia salvadorenha; vice-presidente da Sociedade Interamericana de Psicologia para México, Centro-américa e América Central e Caribe.

*Martín-Baró: singularidades*⁵⁸

Martín-Baró, ou “Nacho”, pode sintetizar-se em: escritor, mestre, universitário, pastor e ativista político. Lendo seus textos deparamo-nos com escrita fácil, no entanto rigorosa e pela quantidade de citações de poetas e artistas espanhóis, era amante de sua língua materna. Seus escritos são perspicazes, fluentes na linguagem estatística e no uso de tiras/imagens para ilustrar seus argumentos (era fã da Mafalda, do Quino). Parece-nos que primava pela publicação de suas análises teóricas; foram onze livros e longa lista de artigos e comentários de caráter científico e cultural - em diversas revistas latino-americanas e estadunidenses. Quando foi assassinado, deixou vários desses artigos sem finalização.

Na década de 1980, sua bibliografia predominante versava sobre Psicologia Social. Martín-Baró apreciava o uso das tecnologias para escrever seus textos e tinha muito zelo ao corrigi-los e revisá-los; geralmente tinha muito cuidado ao escolher suas referencias bibliográficas.

Martín-Baró é considerado mestre de várias gerações de psicólogos salvadorenhos. Suas primeiras disciplinas ministradas na UCA converteram-se em seu primeiro livro - *Psicodiagnóstico da América Latina (1972)*.

Suas aulas e escritos rejeitavam postura cômoda e falsa noção de neutralidade. Tinha grande habilidade para apreender a dialeticidade dos conceitos e questionar crenças estabelecidas. Sua acuidade lhe permitiu correlacionar conteúdos aparentemente contraditórios.

⁵⁸ Neste pequeno trecho, baseamo-nos no que está descrito no site da UCA e em vídeos do Martín-Baró assistidos no YOUTUBE.

Preocupava-se em proporcionar visão objetiva e ampla do mundo, para tanto, procurava manter-se atualizado com avanços da Psicologia. Compartilhava com frequência suas experiências fora de El Salvador, relatava suas observações, aprendizado e relacionava-os sempre ao observado fora desse país.

Segundo o texto sobre sua biografia, disponibilizado no site da UCA, os estudantes recordavam-se dele com carinho e também como professor exigente nas provas. Martín-Baró fazia-os ler diversos autores, pesquisar e participar ativamente das aulas. As primeiras gerações se recordam dele como bom companheiro e piadista, já os últimos, descreveram-no como sério e preocupado com a situação do país, tanto quanto com suas responsabilidades acadêmicas.

Martín-Baró foi professor de muitos rituais. Tinha um guarda-chuva do tipo inglês (comprido e fino) e sempre andava com uma pasta. Às sextas-feiras, dizia sempre: “- Meus estimados estudantes tenham um feliz final de semana”. Nas festas organizadas pelos estudantes de Psicologia era o primeiro a chegar; tinha fama de bom “imitador” de outros professores. Antes do reinício da guerra, frequentemente se reunia, para cantar e tocar violão com seus amigos da UCA⁵⁹. Depois do início do conflito, só tocava junto aos fiéis da paróquia de Jayaque, nos finais de semana. Martín-Baró tinha várias fotos de eventos e recordações penduradas nas paredes de seu escritório.



Fonte: https://www.facebook.com/ignacio.martin.baro?directed_target_id=0

⁵⁹ Ele tinha apreço especial pela música *Ni chicha ni limonada* de Victor Jara, cuja letra disponibilizamos no anexo. (Número 1, pág. 211)

Nos últimos três anos de trabalho na UCA queixou-se frequentemente de sua rotina administrativa, chegou até a ameaçar renúncia. Não só realizava tarefas do cargo, como também supervisionava os professores de perto, em suas próprias aulas, para verificar se eles cumpriam horários e eram comprometidos com as disciplinas. Alguns entendiam isso como policiamento, mas ele defendia-se dizendo que não gostava de irresponsabilidade e falta de seriedade. Com alguns professores falava e com outros enviava notas, mas sempre manteve alta consideração por seus companheiros de trabalho.

Martín-Baró sempre foi dedicado à comunidade acadêmica. Era dos que ligava para os docentes em seus aniversários, quando não os podia visitar pessoalmente. O mesmo fazia quando falecia algum familiar. Recebia muitos estudantes estrangeiros interessados em conhecer a realidade social salvadorenha e da UCA. Jornais o assediavam frequentemente querendo entrevistas, e estas só aumentaram durante sua vida. Cultivou muitas amizades dentro e fora da UCA.

Martín-Baró era muito organizado. Seu escritório era cheio de livros, pastas, papéis, mas ele sabia onde estava cada coisa. Seus livros eram sublinhados, coloridos e anotados. Guardava tudo que recebia. Seus companheiros jesuítas faziam piadas de suas manias. Quando ele faleceu, sua biblioteca ficou para a Universidade.

A disciplina, sem dúvida, facilitou o desenvolvimento de seu trabalho. Ele chegava à UCA por volta das cinco e meia da manhã e trabalhava até às oito da noite, com breve pausa ao meio-dia; trabalhava, às vezes, continuamente de quatorze a quinze horas. Tudo isso teve custo real muito caro. Ele tinha insônia, dores nas costas e nos braços, chegando até mesmo a operá-los. No entanto, isso não o afastava de seu trabalho.

Seu único “descanso” era a paróquia que atendia nos fins de semana - *Jayaque* situada a trinta quilômetros de San Salvador. Os estudantes que o acompanhavam diziam que seu rosto iluminava-se quando se dirigia para lá. Antes de prestar seus serviços nessa comunidade, colaborou com a colônia *Zacamil*, também em San Salvador; aonde foi sacerdote, no começo da década de 1980. Na última paróquia, *Jayaque*, começou prestando poucos serviços, mas no último ano de sua vida já era o responsável por todas as atividades.

Com os mais pobres, mostrava-se alegre, sorridente e carinhoso. Sempre alegrava festas com sua voz e violão. Tinha carinho especial pelas crianças. Pedia ajuda aos estudantes da UCA quando faltava alguma coisa na comunidade que atendia e com o dinheiro que conseguia em suas viagens, comprava os materiais necessários para seu funcionamento.

Durante sua última doença (pneumonia), vários fiéis o visitaram em sua casa e em seu escritório. Os ouvintes de seu último sermão disseram que foi um discurso lúcido, como se soubesse o que estava para acontecer.

Estamos diante de um cientista/ativista que foi refém de um grupo de estudantes, visitante e pesquisador de “zonas libertas” (zonas administradas pelos insurgentes - sabendo dos riscos iminentes a sua vida e das implicações objetivas que esse tipo de visita poderia acarretar) e que passou à última década de sua vida sob constantes ameaças. Não foram poucas as vezes que sua casa foi bombardeada.

Em fevereiro de 1989, Martín-Baró começou a comunicar a seus amigos sobre um ambiente no qual prevalecia a possibilidade de seu assassinato. Numa das últimas chamadas que os jesuítas puderam fazer na fatídica noite de 15 de novembro daquele ano, ele ligou para sua irmã Alice, em Valladolid. Ela relata que o sentiu distante, sereno e um pouco assustado – com alguma razão, pois afinal, horas depois, ele foi brutalmente morto⁶⁰.

⁶⁰ Aqui transcrevemos trecho da carta enviada à UCA (CARRAZA, S. *Mártires de la UCA*. San Salvador: UCA Editores, 1990: 66-67) por Francisco Martí Abril (poeta, cronista, escritor; pai de Martín-Baró) após o assassinato: “Não tivemos tempo de chorar-te, Nacho. Não nos tem deixado pensar em teu martírio nem falar de ti a sós. Só e só nós; ficamos silenciosos e aconchegados em torno de sua presença formosa e grande, milagrosa e pacífica. Estamos ofuscados, deslumbrados, feridos e mareados. Nacho de alma, Nacho já em glória. [...] mas tenho que dizer algo. Eu não sei o que dizer nesta crônica. Tu já sabes tudo. Compreendes, verdade que compreende, não? [...] Por que tu está aqui. Não te vejo. Te sinto. Toda esta casa está povoada de pegadas quentes. A sala, a cozinha, os aposentos, o quarto que você ocupava em suas breves estadias conosco, está cheio de ti; Nacho valente, Nacho desprendido. Se eu tentar perfilar um pouco, tão só um pouco, do que está em meu coração ardente! Não conseguiria. Me pesa o mundo sua morte!”.(tradução do autor dessa pesquisa)

3. UM BALANÇO DA OBRA DE MARTÍN-BARÓ



(QUINO - *Toda Mafalda*)

Ibáñez (1998) propôs em sua tese doutorado que a obra de Martín-Baró divide-se em dois períodos: a) entre 1966 – 1979 (primeiras publicações até seu retorno definitivo para a UCA); e b) entre 1981 até 1989 (de sua incorporação definitiva à UCA até sua morte). A marca do primeiro período é uma produção mais dispersa, possivelmente por compreender a formação intelectual de Martín-Baró (Humanidades Clássicas, Filosofia, Teologia, Psicologia). Já o segundo período é visto como mais coeso e caracteriza o porquê do reconhecimento internacional do autor.

A obsessão de Martín-Baró, por historicizar o conhecimento e tratar a realidade concreta de El Salvador como fonte da qual sua teoria se nutre, faz com que a divisão binária proposta por Ibáñez seja mais artifício didático que propriamente períodos de inflexão teórica. Entretanto, é correto afirmar que a densidade, coerência de pressupostos e clareza teórica são melhor observadas nas últimas produções de Martín-Baró (principalmente as da década de 1980). Se por um lado há adensamento teórico-crítico em sua obra, por outro, não há ruptura ética.

A produção textual de Martín-Baró sobre a ciência da Psicologia prolifera-se com maior consistência a partir do ano 1980 – influência que pode ser desdobramento de seus estudos nos Estados Unidos. Concordamos com Ibáñez (1998) quando ele afirma que o período em Chicago (1976 – 1979) foi importante para o desenvolvimento da Psicologia que Martín-Baró realizou; percebemos que o autor progressivamente

utiliza-se de uma diversidade maior de instrumentos metodológicos para apreensão da realidade; o uso de dados estatísticos, por exemplo, passa a ser mais recorrente⁶¹.

A intertextualidade (ciências sociais e políticas, filosofia e teologia, principalmente) e a capacidade de absorção das produções científicas que surgiram sobre a Psicologia⁶² de sua época são traços ubíquos de sua teoria. Sua radical orientação para apreensão da realidade histórica salvadorenha e sua proposta de práxis impediam-no de manter-se dentro do campo exclusivo da psicologia.

Já mencionamos o que ele mesmo reconheceu em 1985, (num texto chave para compreensão de sua obra – *Para uma Psicologia da Libertação*) os interesses teóricos e práticos da Teologia da Libertação influenciaram substancialmente sua forma de conceber a práxis da Psicologia. É dessa vertente teológica que ele extrairá (praticamente) os fundamentos éticos de seus trabalhos. Uma leitura sumária de suas fontes bibliográficas atesta essa articulação⁶³.

A maioria dos trabalhos de Martín-Baró foi publicado em espanhol. O que não significa que seus escritos só circularam pelo continente latino-americano, mas, sim, que as editoras e revistas da UCA foram a principal publicadora de seus textos.

A partir daí, infere-se que o autor influenciava diretamente os próprios salvadorenhos; seus textos objetivavam desconstruir a perspectiva ideologizada que impedia a transformação socioeconômica desta realidade social. Foram, no total, 117 publicações; entre eles, 96 textos publicados em revistas e editoriais salvadorenhos, 14 em outros países, incluindo os ibero-americanos; e 7 em terras norte-americanas.

⁶¹ A estatística, no entanto, não foi utilizada para corroborar hipóteses prévias (não foi utilizada *em si*), antes, Martín-Baró fez dela instrumento para a compreensão da realidade, necessário à sua teoria psicossocial.

⁶² Principalmente a europeia, norte-americana e latino-americana; mas há também, por exemplo, citações de pesquisadores chineses e japoneses. (MARTÍN-BARÓ, 1985b).

⁶³ As obras com maior reconhecimento internacional - *Psicologia desde Centro América* – volume 1 (1983a/2005) e volume 2(1989b) são exemplo dessa articulação.

Segundo Ibáñez (1998) cálculos referidos ao volume total das publicações de Martín-Baró sobre *Psicologia*, com exceção seus livros (79 textos), são compostos por: 39,4% de trabalhos teóricos e aproximadamente 40,5% trabalhos empíricos.

Nos primeiros textos observamos uma quantidade maior de trabalhos teóricos-reflexivos. Por exemplo: “*Ser y Sufrir*”, “*Materialismo dialéctico y Dios*” e “*Teoría de conocimiento del materialismo dialéctico*”. Já na década de 1980, existe equilíbrio entre reflexão-pesquisa-pesquisador, ainda que, se constate mais trabalhos teóricos (52,5%) que empíricos (47,5%). (IBÁÑEZ, 1998)

Sem incorrerem na armadilha da interpretação subjetivista dos objetos de estudo de Martín-Baró, as principais questões - tanto de fundo quanto temáticas - de seus trabalhos são: realidade sociopolítica e econômica latino-americana, psicologia social, psicologia política e psicologia da política, consciência, ideologia, desideologização, ação, violência, guerra - especificidades da guerra, religião, opinião pública, processos grupais, habitação, densidade demográfica, problemas da convivência, identidade/socialização, fatalismo, a mulher e a família numa sociedade machista.

3.1 Grandes temas para entender a obra

A necessidade imanente de historicizar todo o conhecimento teórico (argumento enfaticamente defendido por Martín-Baró e, por nós, corroborado) exigirá do leitor deste capítulo discernimento para não tratar as categorias e conceitos aqui expostos como recipientes ideais de materialidades psicológicas inflexíveis e estáticas. Arriscamo-nos, ao propor esta síntese, primeiro porque ns favoreceu a apreensão histórica do projeto ético-político da Psicologia da Libertação e, segundo, porque pode servir de guia para um estudo sistemático mais profundo da obra de Martín-Baró.

A arquitetura teórica deste capítulo tem como fundação a exposição do que Martín-Baró teoriza sobre: realidade e epistemologia, sociedade e ser humano. Acreditamos que, uma vez bem colocados, esses elementos facilitarão a posterior apreensão das categorias/conceitos/elementos expostos na seguinte ordem: processos grupais, poder, atividade-conduta-atitude-ação-comportamento, identidade-socialização,

conscientização, ideologia-desideologização, violência, especificidades da guerra, religião, universidade e libertação.

Essa síntese não propõe *progressismo evolucionista* na teoria de Martín-Baró. A constatação que alguns pontos de sua teoria se solidificam e aprimoram, não deve ser creditada exclusivamente da conta do tempo; há fatores imprescindíveis a serem considerados em sua particularidade histórica para uma correta apreensão de seu legado teórico.

3.1.1 Realidade e epistemologia

Fruto de formação intelectual diversificada é a preocupação de Martín-Baró com o uso adequado/rigoroso das categorias e conceitos filosófico-científicos. Curiosamente, no texto com data mais antiga utilizado para a confecção desta dissertação (1963), o autor discorre sobre o que chama de *problema de toda a filosofia do conhecimento ou teoria do conhecimento*: a matéria.

Martín-Baró preocupa-se, neste momento, em se contrapor ao que entende por “materialismo dialético”, ao qual credita forte teor de mecanicismo⁶⁴. Ao expor brevemente o que pensa sobre os materialistas, ele dá pistas sobre sua própria concepção de realidade nessa época.

Para Martín-Baró (1963) a postura materialista identificava, em instância última, o ser com a matéria. As realidades espirituais e materiais até seriam distinguidas por filósofos marxistas, entretanto, seria mera questão de palavras, pois o que não diziam que era matéria, afirmavam que era produto dela. Para o autor o ponto defendido pelo materialismo é nítido: “ou se concede a prioridade à natureza sobre o espírito, e então se é materialista, ou a prioridade se outorga ao espírito...”. (pág. 3)

⁶⁴ Impõe-se esclarecer que nessa época não há nenhuma citação direta a textos de Karl Marx, antes, elas mencionam: Engels (Ludwig Feuerbach. New York, 1934); Lênin (Materialismo e Empiriocriticismo); Konstantinov (Os fundamentos da filosofia marxista. México, 1960) e De Vriès (A teoria do conhecimento do materialismo dialético).

Em defesa de sua concepção ontológica da realidade⁶⁵ (oriunda da escolástica), Martín-Baró afirmava que existia separação fundamental entre sua compreensão e o materialismo; há paralelismo, mas, por mais parecido que fosse do materialismo, esse último partia de um postulado filosófico falso.

Sua crítica pretendeu dar respostas a essas perguntas: a) Quem conhece e o que é o que se conhece? (sujeito e objeto do conhecimento); b) Como se conhece? (O ato mesmo cognoscitivo); c) É verdadeiro o conhecimento adquirido? (o problema da verdade); e d) A práxis serve como prova da verdade do conhecimento? (MARTÍN-BARÓ, 1963:5)

Para responder a essas questões Martín-Baró convida o leitor a analisar uma narrativa imaginária sobre um homem (chamado Ruskikov) e um copo de vodca em cima de uma mesa.

Para responder as primeiras perguntas (quem conhece e o que é o que se conhece?) ele afirma que Ruskikov não é o copo de vodca, portanto, o copo existe fora dele. O materialismo reconhece a existência de seres –materiais- independentes de nosso conhecimento. Citando Lênin, ele diz: “o princípio fundamental do materialismo é o reconhecimento do mundo externo, a existência de coisas fora de nossa mente, independente dela...”. (pág. 6)

A segunda pergunta (Como se conhece?) é respondida pela constatação que Ruskikov sente o copo, objeto de seu conhecimento. Para todo o materialista, segundo Martín-Baró, “a sensação é o vínculo direto da consciência com o mundo exterior, é a transformação da energia da excitação num fato da consciência...”. O que antes era um copo em si, se torna um copo para o Ruskikov. E para todo o materialista, a sensação é uma imagem do mundo exterior que existe em nós, “imagem especular” da realidade. Não é a realidade, em si mesma que nos é dada imediatamente na sensação, senão sua imagem na consciência. (MARTÍN-BARÓ, 1963:7)

⁶⁵ Realismo vem etimologicamente de “res” coisa, quando dizemos real dizemos aquilo que tem *ser*, aquilo que participa do *ser*. (MARTÍN-BARÓ, 1963)

A essência do pensamento teórico estava em elevar-se do conhecimento universal dos fenômenos. O pensamento reflete a realidade na forma de abstrações, ou seja, prescindindo dos aspectos singulares do objeto. Para o autor, as diferenças teóricas entre os materialistas começariam na divergência sobre as definições de qual é a essência que se obtêm da abstração. (MARTÍN-BARÓ, 1963)

Martín-Baró insiste que, para o materialismo, pensamento e consciência são produtos do cérebro (os produtos mais elevados) e, no final, matéria. Ou seja, o ato do conhecimento, levado as últimas consequências, seria mero movimento de células encefálicas, sob a excitação das sensações, o que lhe era inadmissível, pois isso negaria a existência da alma ou mente espiritual. De nenhuma maneira, segundo Martín-Baró (1963), a escolástica diz que o pensamento é produto do cérebro.

A terceira pergunta (é verdadeiro o conhecimento adquirido?) é respondida afirmando a Ruskikov que sim; é possível pelo pensamento conhecer o mundo real dando-lhe forma ideal. Nesse ponto Martín-Baró aproxima a escolástica de sua concepção de materialismo-dialético. (MARTÍN-BARÓ, 1963: 9)

Para os materialistas, segundo Martín-Baró (1963), existe verdade objetiva, independente do sujeito. Sobre este ponto, ele levantou a questão das verdades: absoluta e relativa.

O autor percebe que o materialismo-dialético não aceita um *relativismo subjetivista*, ou um pragmatismo *à la* William James. Voltando à narrativa, ele exemplifica que o copo seria uma verdade absoluta – pois nem no presente e nem no futuro poderia ser refutada – mas os limites dessa aproximação por nossos conhecimentos estão condicionados historicamente⁶⁶.

A verdade relativa não seria mais que um momento ou um grau no conhecimento desde a verdade absoluta. No plano científico ela atinge seu máximo. A relação entre verdades absoluta e relativa seria resolvida por Lênin dialeticamente, ou seja, não há conhecimento acabado e invariável, senão uma análise do processo pelo qual o conhecimento inexato chega a ser mais complexo e mais preciso.

⁶⁶ Historicamente condicionados estão os contornos da imagem, mas é incondicional que esta imagem reflete um modelo que existe objetivamente. (MARTÍN-BARÓ, 1963: 10)

A diferença entre subjetivismo e dialética é que na dialética a diferença entre o *relativo* e o *absoluto* é também relativa, pois o relativo está contido no absoluto⁶⁷; já para o subjetivismo - e para a sofística -, o relativo só é relativo, o que exclui o absoluto.

Para responder a quarta pergunta (a práxis serve como prova da verdade do conhecimento?) Martín-Baró (1963) afirma que, para os materialistas, a veracidade do conhecimento é demonstrada na prática. O litígio entre um pensamento sobre a realidade ou irreabilidade de um pensamento seria meramente escolástico.

Ele reconheceu que há diferença entre *práxis* e *pragmatismo* (à moda de William James). Para o materialismo-dialético o juízo verdadeiro é instrumento da ação e por isso útil; no pragmatismo é o contrário: o juízo não é útil porque é verdadeiro, mas é verdadeiro porque é útil. (MARTÍN-BARÓ, 1963: 12)

Martín-Baró não nega que a práxis é critério de discernimento da verdade, mas afirma que ele não é único e nem autossuficiente. A práxis só serviria de critério para as relações produzidas dentro do campo espaço-temporal⁶⁸.

A síntese crítica do que ele pensa sobre os materialistas (que nos diz muito sobre sua posição teórica sobre a realidade) é: a) existem realidades independentes de nosso conhecimento. Essas realidades, entretanto, se reduzem para eles à matéria e para o escolástico abarca o campo espiritual, irreduzível à matéria; b) o ato de conhecer, para o materialista, está dado na sensação, “imagem especular da realidade”; c) a verdade consiste na conformidade do pensamento com o objeto conhecido; d) o materialismo só admite a práxis como critério de verdade (na opinião dele, critério insuficiente). (MARTÍN-BARÓ, 1963: 15)

Após driblarmos uma análise progressiva-linear de sua teoria sobre a realidade, notamos que, ao intensificar seus estudos em outras ciências, Martín-Baró migra de textos com contornos existencialistas para, posteriormente, situar-se no que é definido por ele como “dialética-histórica”.

⁶⁷ Essa ideia é tomada, segundo Martín-Baró, da leitura que Lênin faz de Hegel, para o qual o relativo entra como momento do absoluto, portanto, não está em oposição, senão em relação a ele. (MARTÍN-BARÓ, 1963: 11)

⁶⁸ Lembremos: o texto é escrito por um formando em Teologia.

Em 1972, Martín-Baró (1972a/1998: 51) dá uma pista importante para sua concepção de realidade/mundo afirmando que ela era: “um termo da estrutura disposicional (aquilo que existe antes do sujeito), e que consiste no meio vital do sujeito, ou seja, um conjunto de realidades vitalmente valiosas para esse sujeito...”. Para ele o humano não tem um ambiente, mas sim, um *mundo*.

Em 1973, afirmava que, à medida que *relações humanas* são necessariamente relações entre humanos, a realidade é invariavelmente social, ou seja, necessariamente compartilhada. (MARTÍN-BARÓ, 1973a: 123)

Ao caracterizar essa realidade, em 1974, Martín-Baró diz que ela era: a) trágica - nem os dados mais otimistas, nem as explicações mais ideologicamente viciadas conseguem ocultar a situação de inumanidade e injustiça em que se debatiam as sociedades de seu tempo; b) conflitiva - em todos os estratos, níveis e aspectos; (econômico, político, social e cultural); c) que vivia num estado de alienação humana (situação em que não se é dono de si mesmo, de seu próprio destino); e d) que sua verdade não se encontrava no passado, mas no futuro.

Na década de 1980, observamos uma proximidade maior dos textos do autor com a teoria marxiana. Ele afirmou, por exemplo, que está de acordo com o princípio marxiano de que a verdade não tanto se descobre, mas se faz. (MARTÍN-BARÓ, 1985e/1992: 330)

A realidade, entretanto, que os indivíduos constroem, não é abstrata, mas concreta; realidade histórica, e mesmo o universo simbólico concreto, é ou não coerente com um determinado sistema estabelecido. (MARTÍN-BARÓ, 1986a/1996: 75)

Martín-Baró afirmou, no ano de 1986, que desde vários aspectos a realidade é opaca, e que só atuando sobre ela, só transformando-a, seria possível ao humano ter notícias dela. O que apreendemos e como apreendemos estaria, certamente, condicionado por nossa perspectiva (pelo lugar desde o qual nos assomamos à História); mas isso inevitavelmente está condicionado, também, pela própria realidade. (MARTÍN-BARÓ, 1986b: 228)

Não restava dúvidas sobre o caráter histórico da realidade, da qual se depreendem dois corolários importantes: a) que a realidade é em boa medida definida por quem tem o poder social; e b) que esta definição subjetiva/classista da realidade é

elemento importante na conseguinte configuração da realidade objetiva. (MARTÍN-BARÓ, 1987c/1998: 310)

A constatação da historicidade da realidade aponta, entre outras coisas, para o fato de que a realidade social é uma entre múltiplas formas que ela poderia ter assumido, e que sua própria existência é negação de outras possibilidades.

Martín-Baró (2010) enfatizou a importância de envolvermo-nos numa nova práxis, numa atividade transformadora da realidade que nos possibilite conhecer não só o que ela é, mas também o que ela não é, e à medida que fazemos isso devemos orientá-la para aquilo que ela deve ser.

Neste caso deve-se levar em consideração que temos não necessariamente o “factum”, senão o “faciendum”. Não o que existe, mas o que pode e deve existir. (MARTÍN-BARÓ, 2010: 99)

Mais que definições filosóficas sobre o que é o conhecimento e como se conhece a realidade na teoria de Martín-Baró, pretendemos expor as raízes científico-filosóficas que a sustentam. Não há como realizar essa tarefa sem, inicialmente, posicionar a Teologia da Libertação com uma de suas principais fontes.

Aos 24 anos Martín-Baró flertava com a matriz filosófica do existencialismo (ainda que com certa criticidade) e isso pode ser claramente observado no texto “*A morte como problema filosófico*”, de 1966.

Em 1966, trabalhou, por exemplo, com autores como: Martin Heidegger, Jean Paul Sartre e Albert Camus (de uma escola, que com alguma tolerância, seria de tradição mais fenomenológica-existencialista), Victor Frankl (médico austríaco que propôs a Logoterapia) e Karl Rahner (influyente teólogo jesuíta à época). (MARTÍN-BARÓ, 1966b: 8)

Outro pensador que marca seus textos de juventude é Sigmund Freud. Ainda que, para sermos justos, desde seus primeiros trabalhos faça leituras não ortodoxas da

psicanálise⁶⁹, é indelével a presença da cosmogonia psicanalítica em seus argumentos no início da década de 1970.

Uma espécie de “existencialismo-dialético” logo cedeu à influência de Freud. Com razão, Amálio Blanco identifica que existencialismo, psicanálise e materialismo forjam o livro *Psicodiagnóstico da América Latina*, de 1972. O *psicanalitismo* de seus textos teria sido confessado pelo próprio autor numa entrevista a Ignacio Dobles⁷⁰, em 1986. (MARTÍN-BARÓ, 1972a/1998: 46-47).

A psicanálise foi abandonada, em grande medida, pelo que ele mesmo julgou seu caráter profundamente individualista, receoso das realidades objetivas e aleijado de adequada apreensão das condições materiais de existência.

A Psicanálise, afirmou Martín-Baró (1973b: 205), “nasceu num meio burguês e tem se desenvolvido e florescido como tratamento para ricos, efetuado por especialistas que têm que realizar uma formação muito custosa e acessível a minorias privilegiadas...”.

Se por um lado encontramos Freud (que seria *praticamente* abandonado, já em 1983), a presença da proposta pedagógico-crítica do brasileiro Paulo Freire⁷¹ é uma das pilas de sua teoria. Encontramos, sem dúvida, maior influência freiriana em sua apropriação do conceito conscientização.

⁶⁹ Faz referência, por exemplo, a Erich Fromm, a Wilhelm Reich e Herbert Marcuse – pensadores que propõe uma aproximação entre psicanálise e marxismo.

⁷⁰ Psicólogo Social costarricense, colega de Martín-Baró e autor de diversos textos sobre de Psicologia da Libertação.

⁷¹ Paulo Reglus Neves Freire (1921 -1997) foi um dos intelectuais brasileiros mais influentes do século 20. Elaborou uma teoria (como ele mesmo costumava dizer: “certa compreensão ético-crítico-política”) baseada no diálogo que objetiva a conscientização. Destacou-se na área de formação popular, tanto voltada para escolarização quanto para formação de consciência política. Segundo Martín-Baró (1985d/1989: 30), o pensamento de Paulo Freire foi uma das principais influências de Concílio de Medellín.

Sobre a influência de Marx na obra de Martín-Baró existem provas mais que suficientes⁷². Primeiro porque, à Teologia da Libertação, como já apontamos, pretendeu-se resposta cristã ao que se considerou contribuição marxista, e segundo, porque em diversos de seus escritos existe coordenação entre suas propostas teórico-práticas para a Psicologia e o projeto societário defendido pelo marxismo (socialização dos meios de produção, fim da exploração do humano pelo humano e plena emancipação humana - por exemplo). Martín-Baró era defensor de uma revolução sociopolítica e econômica que beneficiasse os explorados e possibilitasse seu pleno desenvolvimento humano.

Sobre sua elaboração teórica, ele diz:

(...) o problema é mais de ordem epistemológica que conceitual, mais metodológico que teórico. O que faltam não são tanto os conceitos em si da Psicologia quanto o momento dialético de sua vinculação; o que termina por distorcer a visão da realidade não é tanto a teoria que se aplica quanto o objeto ao que se pretende aplicá-la. Por isso minha proposta se apoia numa inversão marxiana do processo: que não sejam os conceitos os que convoquem a realidade, senão a realidade é que convoque conceitos; que não sejam as teorias que definam os problemas de nossa situação, senão que esses problemas as reclamem, e por assim dizer elejam sua própria teoria. (MARTÍN-BARÓ, 1987c/1998: 314)

Bases da teoria psicossocial de Martín-Baró

Uma teoria psicossocial deve, para Martín-Baró (1974a), ter como ponto de partida a realidade. Sua postura teórica está marcada pelo que chama de *princípio de realidade*. Existe uma diferença muito grande entre ir à ciência desde a realidade e ir à realidade desde a ciência. Ele alertava que não *descer* à concreção é perigoso engano ideológico, e que é fácil aceitar conceitos e teorias quando elas não passam disto: abstração.

⁷² Durante nossa pesquisa, uma professora deste programa perguntou-nos se Martín-Baró era marxista. À época, prometemos uma satisfação, entretanto concluímos que a melhor resposta é outra pergunta: Qual a diferença prática desse rótulo? Se o leitor é daqueles que tomam o adjetivo *marxista* por sinônimo de *vale a pena ser lido*, Martín-Baró é, sem dúvida, *marxista*. É preciso recordar que expressões como “marxista/comunista” antes da queda do muro, em 1989, eram, por vezes, estigmas mortíferos.

Deve existir, então, primazia dos problemas sobre as teorias, há necessidade de comprometer-se com a mudança da realidade, algo que inevitavelmente conduz a um desenvolvimento teórico *situado* dentro dela⁷³.

“Trata-se de mudar nosso tradicional idealismo metodológico num realismo crítico” afirmava Martín-Baró (1987c/1998: 314). O realismo metodológico aplicado ao trabalho da Psicologia Social na América latina exigia: re colocação de alguns pressupostos básicos do *quefazer* psicológico, aprofundamento dos modelos e conceitos disponíveis e elaboração de novos modelos teóricos. A revisão da teoria deve ser feita a partir da práxis comprometida com o horizonte de libertação histórica.

Segundo Martín-Baró (1987c/1998), faltava aos psicólogos latino-americanos, principalmente: a) uma sistematização da multiplicidade de empenhos teóricos realizados na América-Latina (lembramos que suas obras, principalmente os livros, tinham alto teor revisionista); b) a formulação de modelos que ofereçam alternativa válida aos modelos dominantes que ideologizam a vida social.

A resposta à pergunta “desde quem se produz conhecimento?” possui, portanto, papel determinante tanto como princípio analítico quanto na posterior atuação profissional. Uma vez que ele considera o conhecimento social como construção, é inevitável o envolvimento entre sujeito e objeto na pesquisa social, por sua vez, isso condiciona o conhecimento a uma dada relatividade e *parcialidade*,⁷⁴ que aspiraria sempre a melhor e mais adequada aproximação à realidade. (MARTÍN-BARÓ, 2010)

Para Martín-Baró (2010: 99) “o enraizamento social do conhecimento lhe dá caráter político: o saber constitui um dos instrumentos mais importantes do poder que pode utilizar os grupos sociais na luta por satisfazer seus interesses”. Por isso a necessidade imanente de perguntar-se em cada caso “quem?” e “para quê?” beneficia determinado conhecimento. É enganosa a distinção nas ciências sociais entre “conhecimento puro” e “conhecimento aplicado”, como se as opções de valor só comessem na hora da aplicação do conhecimento.

⁷³ Deste argumento parte sua crítica à impropriedade da importação acrítica de teorias forjadas em realidades sociais distintas. (MARTÍN-BARÓ, 1987c/1998: 304)

⁷⁴ Comentamos nossa posição a respeito da parcialidade da qual Martín-Baró falava, quando falamos sobre seu projeto ético-político, no próximo capítulo.

Em síntese, a pergunta epistemológica que Martín-Baró faz (desde quem?), obriga-nos a pensar sobre os critérios que determinam a verdade histórica do conhecimento sobre uma determinada realidade social.

A pergunta teórica central leva-nos ao exame da especificidade dos problemas das sociedades sem marcos teóricos apriorísticos, que filtrariam de maneira tendenciosa a realidade e limitariam nossa capacidade de apreensão.

Compreender a especificidade de cada sociedade não significa teorizar sobre o “micro”, antes, a perspectiva de sua compreensão deve considerá-la em sua totalidade. Responder aos desafios populares será então: “redefinir os objetos concretos de estudo, de seus centros primordiais de interesse, e isso desde a particular perspectiva das maiorias populares”. (MARTÍN-BARÓ, 1987c/1998: 312)

Por fim, o modelo de pesquisa adotado por ele, em vários de seus textos, é o de “pesquisa-ação” propugnado pelo colombiano Orlando Fals-Borda, em suas palavras “Trata-se [...] de um tipo de pesquisa comprometida com aquilo que pesquisa e, sobretudo, com aqueles a quem a pesquisa pretende servir. Por isso é pesquisa que não se pretende asséptica; antes, professa opção axiológica e trata intencionalmente de converter conhecimento em instrumento de poder a serviço das causas populares”. (MARTÍN-BARÓ, 1987/2010f: 93)

3.1.2 Sociedade

Definir sociedade é vital para correta apreensão da Psicologia cunhada por Martín-Baró. Ambiente não é igual à sociedade, e concepções de sociedade influenciam tanto a forma de compreensão ontológica do ser social, quanto orientam (ou desorientam) os indivíduos ao processo de conscientização.

Em 1983, Martín-Baró disse:

(...) o social é, por princípio e desde o princípio, constitutivo essencial de cada pessoa humana e, por conseguinte, a existência de uma pessoa supõe necessariamente a existência de uma sociedade que vai se configurando por meio de uma história. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 117)

Este trecho sintetiza dois pontos importantes: a) sociedade é necessariamente histórica; e b) sociedade é produto da atividade humana (condição essencial para que

exista uma sociedade é que ocorra mínima coordenação entre as ações das pessoas e dos grupos que a compõem).

As sociedades se organizam em função do trabalho social, e seus indivíduos estruturam suas vidas dentro das sociedades em etapas/tempos laborais. O trabalho constitui-se, portanto, o “principal contexto modelador dos seres humanos, a principal raiz de seu ser e seu *quefazer*”. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 183). Em 1988, Martín-Baró (1988c: 118) afirmou que toda ordem social baseia-se numa determinada divisão social do trabalho. Aponta ainda, em 1972, que uma determinada *ordem social* produz formas específicas de socialização, que lhe garantem preservação histórica. E que um regime político⁷⁵ tenderia a não contrariar radicalmente a estrutura psíquica dos indivíduos que ele próprio rege. (MARTÍN-BARÓ, 1972a/1998: 53)

Martín-Baró aponta que nas sociedades modernas, a dimensão política penetrou todas as partes da existência humana, incluindo a família, e aparece como essencial para a satisfação de todos os tipos de necessidades (essas sociedades não são determinadas por necessidades primárias – por exemplo, comer e dormir).

Todas as necessidades dos membros da sociedade são dadas: pelos grupos que a compõem, pelo grau do desenvolvimento da classe social do indivíduo e por uma determinada organização hierárquica das necessidades nos diferentes estratos sociais, justamente as necessidades humanas que extrapolam os limites de determinada ordem política, ou a contradizem, é que se tornam potenciais para rebelião e subversão política. (MARTÍN-BARÓ, 1986a/1996)

⁷⁵ Nas palavras de Martín-Baró: “Regime político é uma ideologia, constituída no sistema social que organiza e regula as formas de vida de um determinado conglomerado social num determinado tempo e circunstância”. (MARTÍN-BARÓ, 1972a/1998: 54). Ele se constitui, portanto, de: ideologia, organização (formas concretas de vida de um determinado conglomerado humano) e historicidade (realidade histórica, portanto, de um tempo e circunstância determinado, herdeiro de processos anteriores a ele mesmo e encravado num contexto geográfico particular). O regime político constitui-se, assim, em estrutura e causa de sua própria ideologia. Que funda, mediante seu sentido relacional unitário (o esquema de valorações, absolutizadas em valores objetivos), a totalidade do sistema social. (MARTÍN-BARÓ, 1972a/1998: 60)

Martín-Baró (1987d: 216) diz que na política “podem intervir assim não só os grandes interesses das classes sociais existentes numa determinada formação social, senão também interesses setoriais, gremiais, conjunturais, e até familiares e pessoais. Todos estes interesses são mediações dos interesses de classe, aos quais se devem remeter em última instância”. Entretanto, nem tudo o que se faz presente na atividade política corresponde a interesses classistas.

Ele apontou que na sociedade (latino-americana), a unidade de sentido fundamental é imposta pela ordem econômica, e, por conseguinte, a própria economia é prioritária, ordenadora da unidade sócio-política, constituindo o determinante último do indivíduo ou grupo. Ele postula que o caráter socioeconômico do governo, auxilia na identificação de suas prioridades políticas. (MARTÍN-BARÓ, 1972a/1998: 56; 1974b)

Em 1974, Martín-Baró apontava as classes sociais como importantes para compreensão das sociedades modernas, porém sua teoria ainda tinha traços de uma leitura psicanalítica de seu funcionamento. Apesar disso, a constatação crítica de que as sociedades de sua época eram fundadas na exploração e impediam a humanização dos seres humanos é resplandecente. Nas palavras dele:

A diferenciação classista penetra até o mais profundo das estruturas psicossociais mediante a transmissão e imposição de uns modelos sociais de estrito corte classista; o bom, o valioso e inclusive o natural é tudo aquilo que na realidade serve para descrever as classes dominantes: raça, língua, valores, costumes e gostos. (MARTÍN-BARÓ, 1974a: 137)

Posteriormente, em 1988, sua concepção sobre as classes sociais se assemelha à concepção da teoria marxiana:

As classes sociais se configuram em sua relação mutua frente aos meios de produção no processo de dar resposta às necessidades humanas. Neste mesmo processo as pessoas se desenvolvem ou estacam, se realizam ou alienam, se humanizam ou desumanizam. (MARTÍN-BARÓ, 1988c: 129)

Um ano antes, ele diz:

O que sim é comum, como o é em qualquer sociedade de classes, é o fato de que as classes sociais têm interesses opostos, mais ainda, que é precisamente a oposição desses interesses – a luta de classes – a que dá origem a sua forma concreta como classes sociais. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 216)

A posição dos indivíduos dentro dos estratos sociais são, para Martín-Baró (1989b), determinados pela pertença das pessoas a determinada classe social⁷⁶. A atividade dos indivíduos ou grupos como sujeitos de determinado sistema de relações sociais não é, portanto, entendida a partir de características individuais de cada um, mas a partir de sua posição na estrutura de classes.

As classes sociais não são estáticas (realidades fixas), mas grupos envolvidos no processo econômico e político de uma sociedade. Portanto, sua definição dependerá da forma particular que em cada situação histórica adquirirá a luta de classes. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 29)

Toda ordem social supõe algum grau de estabilidade para existir na história. Essa estabilidade indica o equilíbrio alcançado no enfrentamento entre as diversas forças sociais (permanência das orientações e formas de vida impostas pelo grupo ou classe social no poder). A estabilidade temporal não quer dizer ausência de conflitos ou total harmonia social. Numa situação onde interesses da classe dominante encontram-se suficientemente afirmados sob a impossibilidade de questionamento da classe dominada, existirá uma ordem social relativamente estável. (MARTÍN-BARÓ, 1981c)

A manutenção de qualquer ordem social implica doses de coerção e violência - tanto menores quanto mais eficiente for o regime em satisfazer ou conciliar os interesses encontrados na sociedade. À medida que nas sociedades modernas o Estado representa o controle social do poder político, por parte de uma classe social, presume-se que ele utilizará de alguma violência para manter-se no poder e impedir que a classe antagônica alcance seus objetivos. (MARTÍN-BARÓ, 1981c)

Em 1989, Martín-Baró propôs um modelo psicossocial de análise da sociedade que procura apreendê-la como sistema (que será a natureza de sua unidade, de uma determinada ordem, mais do que o caráter de suas partes ou elementos). O conceito de sistema versa sobre uma totalidade, uma unidade de sentido. O interesse em estudar

⁷⁶ Para que não restem dúvidas, classes sociais para Martín-Baró eram entendidas como “aqueles grupos de pessoas que ocupam a mesma posição em relação aos meios de produção, portanto, participam dos mesmos interesses sociais objetivos”. (MARTÍN-BARÓ, 1989b: 35)

sistema social almeja compreender a ação das pessoas e grupos, que são necessariamente membros de algum sistema social. (MARTÍN-BARÓ, 1989b)

O autor defende a concepção teórica *conflitiva* da ordem social; que se estriba na proposição de que o ordenamento social - a unidade do sistema- não é produto e nem destino (*natural ou divino*), do consenso majoritário dos indivíduos, antes, é resultado da confrontação de grupos, do conflito entre setores sociais.

Martín-Baró (1989b: 34) aponta três elementos essenciais para realizar uma análise do sistema social desde a perspectiva conflitiva: a) determinar as principais relações sociais da sociedade; b) examinar a estruturação sistêmica, sobretudo, da relação entre as estruturas socioeconômicas e político-ideológicas; e c) compreender os processos de mudança tal como eles ocorrem nesta sociedade.

Os valores, a cultura, as leis do ordenamento social e a estrutura ideológica constituem o que Martín-Baró nomeou de *superestruturas*; que derivam da forma social em que se apoia a infraestrutura básica das relações de produção. (MARTÍN-BARÓ, 1989b)

Segundo a concepção conflitiva de formação da sociedade, são três as principais formas como as superestruturas ideológicas realizam sua função⁷⁷: a) universalizam os interesses próprios da classe no poder; b) negam as contradições sociais; e c) naturalizam o presente. (MARTÍN-BARÓ, 1989a)

Toda instituição social⁷⁸ será, então, fruto do exercício do poder social - o que não significa que ela seja resultado, unicamente, dos setores sociais dominantes, ainda que esses realizem papel importante. Para compreender o caráter ideológico delas é preciso apreender as forças que determinam a forma e o conteúdo de suas normas, os interesses que servem e os efeitos sociais de sua ação.

⁷⁷ Função de justificar o ordenamento imperante e a impor, à totalidade social, os interesses das classes dominantes.

⁷⁸ Para Martín-Baró a definição de instituição social é: “a forma que adota a reprodução e a produção de relações sociais em um modo de produção dado”. (MARTÍN-BARÓ, 1989b: 62)

Martín-Baró: reforma e/ou revolução?

Num texto de sua juventude (26 anos), Martín-Baró define revolução como:

A mudança produzida deliberadamente, rápida e profunda, que afeta todas as estruturas básicas (políticas, jurídicas, sociais e econômicas) e corresponde a uma ideologia e a uma planificação. (SNOEK apud Martín-Baró, 1968a: 2)

Ele constata que a revolução (que pode ou não ser violenta) deve ser alternativa frente uma *situação de injustiça estrutural*⁷⁹. Martín-Baró dirá também que uma revolução não se mede por outra coisa que não seus efeitos, e que um movimento revolucionário legítimo tem imbricado em sua essência três termos: amor, justiça e paz. (MARTÍN-BARÓ, 1968a 31)

Mesmo sendo contra o uso indiscriminado da violência, Martín-Baró (1968a), entretanto, reconheceu que a guerrilha configurava um dos meios úteis pelos quais o humano moderno pode se rebelar contra a ordem. (Reconhece, melhor dizendo, que a guerrilha é método desgraçadamente eficaz).

Martín-Baró (1983a/2005) identificava nas classes médias o inimigo mais amargo de um processo revolucionário e, no caso de El Salvador, destacava o individualismo como sua principal característica. Em 1983, reafirma que a situação salvadorenha só mudaria com uma revolução. Ao passo que reconhece a dificuldade de lidar com as classes médias, disse que a revolução precisa de técnicos e que esse estrato social agrupa-os.

Toda mudança social de grande porte exige processo de transição. Ele aponta que a estrutura *cognitivo-avaliativa* – o esquema referencial internalizado pelas pessoas durante sua socialização no âmbito do "antigo regime" - é ferrenho inimigo do novo. (MARTÍN-BARÓ, 1986a/1996: 77)

⁷⁹ Neste momento ele definirá a ordem social da latino-americana como “um conjunto de injustiças codificadas”. (MARTÍN-BARÓ, 1968a). Aqui entra a crítica feita por Heller ao perigo de definir a ordem social como má ou boa, ao invés de exploradora ou não exploradora da força de trabalho humana. Não o exime da responsabilidade, mas, à época, Martín-Baró escrevia mais como teólogo do que psicólogo social.

Martín-Baró (1986b: 194) entende o conservadorismo como uma atitude favorável às relações sociais hierárquicas, baseadas no respeito às normas formais e aos valores tradicionais de uma sociedade. E progressismo como uma atitude oposta, favorável a relações sociais mais horizontais e mudanças sociais.

A posição revolucionária assumida no ano de 1968 (de que El Salvador precisava de mudanças de signo socialista) foi reiterada em 1981. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 207).

Mesmo teorizando sobre a perspectiva revolucionária, Martín-Baró alerta-nos para um dos enganos mais paralisantes das mudanças sociais: “*crer que: se não se muda tudo, nada muda*”. Ele afirma que a semente de rebeldia, de rechaço a um destino injusto, não precisa ser semeada, pois já se encontra no espírito do colonizado e só precisa de circunstância propícia para brotar. E se: *faz-se caminho ao caminhar*, o futuro deve ser forjado *golpe a golpe*, numa práxis histórica em que já foram depositados muitas ilusões e muito sangue.

Realidade sociopolítica e econômica latino-americana, El Salvador

O objetivo não é discorrer sobre toda produção de Martín-Baró sobre a realidade sociopolítica latino-americana, isso – praticamente - exigiria outra dissertação. Antes, expomos características fundamentais sobre a realidade latina, sem a qual alguns conceitos perderiam a razão de ser.

A América Latina para Martín-Baró (1974a: 131) encontrava-se sob o jugo de negações, carências, pressões e forças incontrolláveis; uma realidade agitada e uma vida preta de morte. Traços emblemáticos desta realidade são: “subdesenvolvimento econômico, importantes movimentos de oposição popular, divisão discriminante do trabalho, marginalização, desemprego massivo, exploração e violência”. (MARTÍN-BARÓ, 1985c/1998: 162)

Somados aos obstáculos objetivos para o desenvolvimento da democracia social nos países centro-americanos, Martín-Baró (1985a) apontou a existência do que podemos qualificar como obstáculos subjetivos ou intersubjetivos, cuja importância, certamente menor, não é por isso depreciável. O fatalismo, por exemplo, é conceito diversas vezes trabalhado.

Sobre a perspectiva socioeconômica, Martín-Baró (1989c/2002) afirmou que sociedades latino-americanas eram subdesenvolvidas ou, como frequentemente se diz em linguagem eufemística: em vias de desenvolvimento.

As três características do mundo laboral do latino-americano que Martín-Baró (1988c/2002) distingue são: a) articulações históricas de uma ordem social fundamentada na dominação de uma classe social sobre as outras; b) marginalização e desemprego massivos que possibilitavam altas margens de lucro às classes dominantes; c) exploração e repressão que asseguravam a “*estabilidadade*” do sistema social, mediante a alienação das classes dominadas, forçadas a submeter-se voluntária ou involuntariamente.

Os três dilemas políticos enfrentados eram: ditadura-democracia, dependência-autonomia regional e alienação-identidade histórica. (MARTÍN-BARÓ, 1988b: 106)

O problema, entretanto, radicava-se na ausência de democracia social como fundamento das democracias formais. Pois, de outra forma, a democracia converte-se num simples instrumento dos que detêm o poder, fazendo dos processos eleitorais *cerimoniais ritualísticos* sem sentido.

Martín-Baró (1988b: 108) disserta sobre a importância de uma união continental dos latino-americanos, das sociedades realizarem uma *comunidade política latino-americana*, com foi o ideal de Bolívar⁸⁰ ou Morazán⁸¹. Ele diz que “uma boa dose de nacionalismo seria necessário para marcar a identidade nacional frente à avassaladora pressão ianque”.

⁸⁰ Simón José Antonio de la Santíssima Trinidad Bolívar y Palacios (1783-1830) foi militar e líder político venezuelano. Obteve destaque nas guerras de independência da América-Espanhola (1808-1829) e participou da união de nações independentes na América Latina (Grã-Colômbia). Simón Bolívar é considerado herói e libertador pelos latino-americanos. Liderou Bolívia, Colômbia, Equador, Panamá, Peru e Venezuela à independência. (Acesso em 14/07/2013 <http://latinamericanhistory.about.com/od/latinamericaindependence/a/simonbolivarbiography.htm>)

⁸¹ José Francisco Morazán Quezada (1792-1842) exerceu cargos políticos e foi general. Governou partes da América Central em diferentes períodos durante 1827-1842. Líder forte e visionário tentou unificar os países da América Central numa grande nação. Sua política liberal e anticlerical fez alguns inimigos poderosos. Seu governo foi marcado por brigas entre liberais e conservadores. (Acesso em 14/07/2013: <http://latinamericanhistory.about.com/od/historyofcentralamerica/p/09morazan.htm>)

Para Martín-Baró (1986b) a verdade dos povos latino-americanos (como já mencionamos anteriormente) não estava no presente de opressão, mas numa manhã de liberdade.

Um retrato teórico de El Salvador

Martín-Baró (1981c) apontou que – historicamente – 14 famílias se assenhoravam da vida econômica, política e social de El Salvador⁸²; sobretudo exercendo domínio da exploração de café, principal riqueza do país. O conflito salvadorenho era de classe, e não era recente; o que configurou a luta de classes, entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, foi a utilização de novas formas de dominação.

De acordo com avaliação de Martín-Baró (1988d: 215) a situação de crise econômica, nos anos 1988 e 1989, era o maior problema do país e, sem dúvida, o que preocupava a maioria das famílias salvadorenhas. (68.6 % da população já apontava esse como maior problema do país, desde a primeira pesquisa realizada pelo IUDOP em 1986). O segundo problema era a guerra e o terceiro o desemprego⁸³, que não podiam ser compreendidos descolados do momento econômico do país.

À época, duas grandes classes sociais compunham o cenário social de El Salvador e era inegável que a classe dominante era constituída pela minoria. O sistema social estava nas mãos da oligarquia agroexportadora e do grande capital industrial e financeiro. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 454)

As condições objetivas da maioria dos salvadorenhos, no correr da década de 1980, eram tão precárias e a incapacidade do governo em responder as necessidades básicas da população tão grande, que a polarização social radical quanto à guerra era frequente. (MARTÍN-BARÓ, 1985e/1992)

⁸² Uma curiosidade: o país só possuía quatro canais comerciais de televisão e os quatro pertenciam, majoritariamente, a um mesmo proprietário. (MARTÍN-BARÓ, 1990a: 12)

⁸³ A ausência de uma ocupação social reconhecida e remunerada fez com que boa parte dos salvadorenhos (53,6% eram desempregados) situassem-se na categoria que Martín-Baró de *lumpen*. A causa última do desemprego maciço das maiorias populares de El Salvador radicava-se no próprio ordenamento econômico, orientado e centrado nos interesses do setor minoritário e dominante, a guerra só contribuía para agravar o problema. (MARTÍN-BARÓ, 1987c/1998)

Em 1981, existiam cinco principais tipos de grupos políticos em El Salvador: os partidos políticos propriamente ditos, as organizações populares e as político-militares; as frentes políticas e os grupos paramilitares.

As organizações populares constituíam alternativa eficaz aos partidos políticos tradicionais, que se mostraram incapazes de canalizar as aspirações das massas oprimidas e de capitalizar sua dinâmica potencial. Elas representavam a cristalização da identidade coletiva, (ainda incipiente), mas em desenvolvimento, entre outros fatores, pelo processo de desalienação religiosa, pela educação política e pela disponibilidade total de quem sabia que tinha pouco a perder. (MARTÍN-BARÓ, 1985e/1992)

As mistificações dos acontecimentos da violenta repressão do governo salvadorenha serviram de justificativa para, em 1932, proibir constitucionalmente a sindicalização⁸⁴ camponesa; bem como o *espantalho ideológico* do comunismo. As opções de sindicalização em El Salvador eram polarizadas entre: um que defendia os interesses dos dominantes; e outro, independente e combativo, que, feroz e frequentemente, era castigado pela repressão. (MARTÍN-BARÓ, 1988c/2002: 123)

Martín-Baró (1985e/1992: 324) destacou o campesinato como grande protagonista das organizações populares salvadorenhas, fato que, em sua opinião, constituiu-se novidade histórica na América Latina.

Ele afirmou, no início da década de 1980 (começo da guerra civil), que a história das organizações político-militares de El Salvador, à época, provocavam a necessidade dos salvadorenhos levantarem-se em armas e mergulharem na violência revolucionária para libertarem-se da opressão. É neste ano (provavelmente) que o autor escreve o livro (não editado) chamado *Las Raíces Psicossociales da Guerra en El Salvador*; no qual realiza sua exposição mais dinâmica do processo bélico vivido pelo país. Apesar da posição favorável às mudanças, Martín-Baró, anos mais tarde, condenou alguns ataques da FMLN, que por vezes apoiou.

⁸⁴ Martín-Baró (1987c/1998) defendia abertamente o sindicalismo afirmando que era um dos poucos recursos que o sistema estabelecido permitia aos setores trabalhadores, para unir forças e defender seus interesses de classe. O sindicato converter-se-ia num instrumento de luta de classes, no sentido mais próprio do termo, por meio do qual o indivíduo superaria sua marginalização social e participaria ativamente na definição das condições determinantes de sua situação concreta e seu futuro como pessoa e membro de uma classe social.

Um dos problemas mais graves de El Salvador era lidar com as vítimas da guerra. Por fim, seria desleal não caracterizar os textos de Martín-Baró como *críticas mordazes* à agressão extracontinental dos Estados Unidos não só a El Salvador e Cuba, mas também a outros países da América Central.

O conceito de “povo” em Martín-Baró

Por que Martín-Baró utiliza o termo povo e às vezes maiorias populares, ao invés de classes exploradas ou outra categoria que delimitasse de forma mais precisa o que ele pretendia? Quase na parte final desta pesquisa encontramos um texto que serviu de resposta a essa questão.

Em 1974 - no texto chamado *Quem é o povo?* - Martín-Baró afirmou que *povo* é conceito⁸⁵ que carregava, frequentemente, concepções ambíguas – muitas vezes sob a aparência de reproduzir uma realidade objetiva. Em nome do povo, decisões mais díspares podiam ser tomadas; ora ele era utilizado para designar os que legitimamente devem assumir o poder social, ora como marca dos indivíduos de uma sociedade que não se sobressaem.

Martín-Baró (1974b) afirmou que os marxistas identificavam povo com a classe trabalhadora – numa contraposição à burguesa-capitalista. Entretanto, em sua teoria, povo não deve ter apenas significação socioeconômica, mas também histórica e política. Deve-se compreendê-lo numa articulação destes três elementos. Conclui, portanto, que não existe “o povo”, mas povos concretos.

A história é determinante do povo, a própria historicidade do conceito afirma sua concreção. Povo, no contexto político capitalista, é politicamente conflitivo, pois diferencia quem é povo de quem não é. Não é povo, por conseguinte, o dissociador - todos os que apresentem dinâmicas e interesses que os afastem da comunidade. Frente aos dissociadores, povo é integrador⁸⁶. (MARTÍN-BARÓ, 1974b)

⁸⁵ Na página 14 desse texto diz que povo é conceito, na 20, que é categoria. Pretendemos mostrar que definir povo foi uma de suas preocupações, não conduzir o leitor a concordar com sua definição – que pareceu-nos confusa.

⁸⁶ *Anti-povo* é o capitalista (cujo enriquecimento funda-se na exploração do trabalhador) competidor e individualista.

Povo (necessariamente oprimido e insatisfeito) apresenta potencialidade dinâmica de uma comunidade nova e universal (no sentido que abarca uma igualdade entre as pessoas); representa mais uma promessa futura que um presente. (MARTÍN-BARÓ, 1974a)

Para Martín-Baró (1974b) povo implica três aspectos complementares: a) concreção histórica (historicamente busca por liberdade); b) solidariedade política (esforça-se por configurar uma comunidade); e c) despojamento sócio- econômico (reclama por justiça).

Povo representa algo que deve ser negado dialeticamente (negação do presente e afirmação do futuro). Nega-o no presente porque o afirma no futuro. Sua atitude mais definidora, portanto, é abertura ao novo. (MARTÍN-BARÓ, 1974b: 18)

Para Martín-Baró (1974b):

(...) não é possível reduzir a realidade de um povo a uma determinada classe social, o que não se deve negar que, em um momento ou situação histórica, uma determinada classe social possa construir o povo por excelência e ainda identificar-se com ele. (MARTÍN-BARÓ, 1974b: 19)

O povo é, por fim, conceito que, sem eludir a realidade do conflito histórico, abarca (ou pode abarcar) mais que o conceito de classe social – neste caso, classe trabalhadora ou proletariado. (MARTÍN-BARÓ, 1974b: 19)

A verdade de um povo está por fazer-se e sua realização exige liberdade, pois sua vocação é a liberdade. Ele é denúncia da falta de solidariedade e anuncia a comunidade do amanhã; para Martín-Baró (1974b) ele é base da revolução.

3.1.3 Ser Humano

A ontologia humana para Martín-Baró não se desvincula da História. É indubitável que sua concepção sofreu alterações - de seus escritos de juventude até suas produções finais-, entretanto a historicidade nunca deixou ocupar posto central.

Numa das últimas definições sobre o tema, em 1989, ele afirma:

(...) o homem é um ser essencialmente histórico e creio que, neste sentido, a universalidade da ciência psicológica não está tanto em formular princípios abstratos quanto em iluminar, sob as formas concretas, como o homem se

plasma na história, em função de umas condições e umas circunstâncias específicas. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 81)

Em 1966, Martín-Baró – ainda mais filósofo que psicólogo social – definiu o homem⁸⁷ como a unidade substancial, espaço-temporal e somato-biológica; para ele o princípio vital do ser humano era sua alma. (MARTÍN-BARÓ, 1966b: 8)

Sua concepção de ser social parte do pressuposto que a humanidade é determinada culturalmente pelo grupo que a produz. E que as questões vitais para seu desenvolvimento são postas em relação a determinadas circunstâncias individuais e sociais. Ele afirma que o biológico expressa parte da individualidade dos seres humanos, mas não a totalidade. Deste modo, indivíduo é ser histórico que desde um processo primordialmente biológico potencializa-se, realizando-se, plenamente, nas relações interpessoais. Não existe, portanto, contraposição entre social e biológico. (MARTÍN-BARÓ, 1975a: 270)

A concepção de ser humano⁸⁸ de Martín-Baró (1972a/1998: 39) incorpora elementos da reflexão materialista-dialética. Um outro texto de 1972, (no qual ele discorre sobre os pressupostos psicossociais do caráter), tem epígrafe de Karl Marx: “*os modos materiais de existência se transformam em ideia no cérebro dos homens*”.

O indivíduo adquire humanidade em relação com a realidade, não apenas do ponto de vista evolutivo, senão, e inclusive, constitutivamente. Suas relações, (os laços que ligam espaço temporalmente pessoas e realidade), criam intercâmbios de valores e significações, ou seja, diferente de outras espécies viventes, os humanos fazem-se uns aos outros por meio da história.

⁸⁷ Apesar de, em diversos textos, utilizar a palavra “homem” para se referir à humanidade, ele considerava que homem e mulher são idênticos enquanto referidos a questões como: dignidade, educação e oportunidades de desenvolvimento. (MARTÍN-BARÓ, 1968b: 42)

⁸⁸ Principalmente quando fala sobre ser humano fica evidente a presença de seu principal credor intelectual sobre o tema: Lucien Sève.

Nas palavras do autor:

O homem se faz homem em dialética com sua realidade. Dialético é diálogo, e o homem dialoga desde que é engendrado no seio materno até que se desintegre no seio da terra. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 430)

Desde a perspectiva da Psicologia Social, Martín-Baró (1983a/2005) apontou três importantes aspectos que caracterizam as visões históricas do ser humano: a) o papel essencial das particularidades espaço-temporais, próprias de cada situação, e dos processos sociais; b) o caráter fundamentalmente ativo do sujeito na determinação de seu próprio desenvolvimento e dos processos sociais; e c) a abertura irremediável de todos os processos ao novo.

As distinções teóricas da Psicologia se estabelecem, segundo Martín-Baró (1983a/2005), a partir dos fatores que cada uma delas considera mais importante para o processo de construção histórica; para a psicanálise, por exemplo, são as pulsões ou forças instintivas; para o culturalismo, as relações funcionais do indivíduo; para o marxismo são as relações macrosociais que confluem no indivíduo. Segundo Martín-Baró (1983a/2005) os próprios sujeitos (numa relação dialética com essas forças sociais) constroem seu próprio ser atuando frente aos condicionamentos sociais.

O indivíduo não pode ser compreendido de modo adequado (no capitalismo), senão a partir dos determinismos fundamentais da classe social a que pertence, uma vez que ela constitui a estrutura portadora das principais influências humanas: *relações, necessidades, interesses, hábitos, ideias e sentido da própria identidade*. A partir dela, cada sujeito assume, consciente ou inconscientemente, estes determinismos e dali elabora sua história e se produz – ou, em alguns casos, é elaborado e produzido pelas forças históricas de seu tempo. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 65)

O psiquismo humano configura-se dialeticamente como uma realidade histórica e constituir-se-á num recurso de poder: o caráter das pessoas, sua fortaleza ou debilidade, a consistência ou inconsistências de suas atitudes, converte-se numa fonte que dá ou detêm poder na hora de articular interesses sociais. (MARTÍN-BARÓ, 1987a)

Não se trata, portanto, de supor que Martín-Baró considera o humano puro efeito mecânico resultante da confluência de forças sociais; antes, são os vínculos do

indivíduo articulados a sua circunstância histórica e seu meio social que vão estruturando a concreção de sua humanidade.

O autor corrobora (já no início da década de 1980) com a - famosa - sexta tese de Marx contra o Feuerbach: “*a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo em particular; é, em sua realidade, o conjunto das relações sociais*”. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

O indivíduo será então portador da contradição social fundamental que separa uma sociedade em classes ou grupos contrapostos, uma vez que ele é membro de uma classe e, por conseguinte, negação e afirmação da classe antagônica à sua.

Para Martín-Baró (1983a/2005: 67) “a existência dessas contradições em cada indivíduo assume múltiplas formas, desde possibilidades abertas ou fechadas, objetivamente à sua consciência (o máximo de consciência possível), até as formas de sua percepção e pensamento, seus afetos e atitudes e, em última instância, a frequente dualidade de sua ação que, buscando a própria realização humana, constitui uma verdadeira fonte de desumanização para si mesmo e para outros”.

Martín-Baró expõe, esquematicamente, sua leitura dos enfoques da Psicologia sobre a concepção de ser humano:

Enfoque em psicologia sobre o caráter social do ser humano

	LORENZ	SKINNER	FREUD	MEAD	SÉVE
Importância das raízes biológicas:	Essenciais	Não são consideradas	Muito grande	Pequena	Fundamento e limite
Conflito entre necessidades individuais e exigências sociais:	Tendência a equilíbrio por mecanismos internos	Superáveis	Inevitável	Em princípio nenhuma	Vinculado a classes e grupos sociais
Atividade do ser humano:	Mais respostas que ações	Resposta	Resposta e ação (mas passivo)	Ação e resposta (mas ativo)	Ação e resposta
Maleabilidade do ser humano:	Muito limitada	Muito grande (quase total)	Relativamente pequena	Grande	Muito grande
Semelhança com animais:	Muito grande	Muito grande	Só parcial (raízes biológicas)	Pouco no essencial	Nenhuma no essencial
Explicação do comportamento:	Instintos	Aprendizagem por reforços	Satisfação necessidades individuais	Normas e papéis	Personalidade e classe social
Ênfase em:	Disposição interna	Situação	Características internas	Interação	Ação em contexto

Fonte: (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 69).

Martín-Baró situar-se-á na perspectiva grupal-interpessoal, ainda que incorpore elementos de outros enfoques, sobretudo os de caráter histórico⁸⁹. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

Impõe-se apontar a centralidade do *trabalho* para a ontologia do ser social de Martín-Baró. O trabalho será principal atalaia desde onde os indivíduos adquirem perspectiva sobre o que eles são e o que são os outros. Ele “*não só organiza a vida do*

⁸⁹ Um dos conceitos que, no correr dos anos, Martín-Baró pouco (ou praticamente nada) utiliza para compreensão do ser humano é a noção de caráter. Em 1972, dizia que era pelo caráter que o humano enfrentaria seu mundo (o que não possível ao animal, que se encontra fechado em seu ambiente) e configuraria o estilo de seus comportamentos. À moda Reich, o autor compreendia a existência de base genética para ele. Deste modo, caráter era entendido como: “conjunto de disposições permanentes que regulam as relações para fora e para dentro de si mesmo do indivíduo, é evidente que esta regulação caracterológica nos aponta a uma maneira constante de vivenciar a realidade por parte do indivíduo; o que não é senão afirmar a constante ideológica.” (MARTÍN-BARÓ, 1972a/1998: 52). O marco teórico psicanalítico, muitas vezes incoerente com sua convicção teórica sobre historicidade humana, perdeu espaço já no início da década de 1980.

indivíduo, senão que a mesma vida social se estrutura principalmente em função dele". O trabalho é tão importante no psiquismo quanto é na ordenação social. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 184)

O trabalho constituirá a atividade fundamental para o desenvolvimento do ser humano. Os conhecimentos e habilidades necessárias para desempenhar um trabalho, uma práxis laboral, são o que determinam posteriormente o caráter e o alcance do desenvolvimento individual. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

Trabalhar, para Martín-Baró (1985/1998b), não será compreendido como a aplicação de uma série de conhecimento e habilidades para satisfazer as próprias necessidades; antes, primeiro e fundamentalmente, é fazer-se a si mesmo, transformando a realidade – em meio a relações interpessoais e intergrupais.

Segundo Martín-Baró:

Ao ingressar na esfera do trabalho, o indivíduo entra num jogo dialético de sua realização ou alienação. Se o sujeito assume o trabalho como expressão e projeção de sua pessoa, o indivíduo tende a realizar-se. Mas, quando os indivíduos são “parte insignificante e substituível de uma cadeia produtiva, de uma burocracia anônima, desaparece o caráter dotador de sentido do trabalho, que se transforma em fonte de alienação, de “encruamento”, e de desintegração pessoal”. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 185)

Para Martín-Baró (1983a/2005) o mundo do trabalho (*mundo laboral concreto*), conforma um sistema social com: interesses grupais, valores, princípios, normas e estilo de vida, específicos. Entretanto, para *além* da determinação particular de cada contexto laboral, está à determinação do *sistema de produção* dominante, que super-impõe a forma da produção e interesses do produtor como critério último do *quefazer* social.

Além da categoria trabalho, característica fundamental para compreensão de sua concepção de ser humano é a *linguagem*. É por meio dela que indivíduos adquirem identidade e desenvolvem-na numa circunstância e situações específicas. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

Martín-Baró cita Leontiev (1960) para dizer que a linguagem apareceu no processo de trabalho e “*é a condição direta mais próxima para o desenvolvimento da consciência humana*”⁹⁰. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 129)

Nem todos os psicólogos sociais outorgam à linguagem papel capital (como atribuem os psicólogos de orientação marxistas) para a compreensão da humanidade, mas nenhum deles discorda que ela compõe o conjunto dos elementos fundantes do psiquismo humano. Para Martín-Baró (1983a/2005) a linguagem - elemento condicionante tanto do que o humano faz quanto daquilo que o humano é - passa a ocupar posto crucial na evolução e funcionamento intelectual do humano.

Segundo Martín-Baró:

Uma linguagem representa de fato uma determinada codificação do mundo, ou seja, uma forma particular de ver a realidade, ordenando-a, classificando-a segundo categorias e atribuindo-lhe signos. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 134)

A linguagem serve de mediação socializadora entre indivíduo e comunidade, entre experiência individual e ordem social.

Sobre as necessidades humanas

Para Martín-Baró (1985b) as raízes do *ser e quefazer* humano descrevem-se melhor no esquema *atividade-necessidade-atividade*, desde a perspectiva homeostática: *necessidade-atividade-necessidade*.

As necessidades humanas, entretanto, não se formam e se desenvolvem como abstrações. Elas são formadas, primeiro, por demandas biológicas e orgânicas de adaptação e, posteriormente, modificam-se e são organizadas de acordo com padrões sociais.

Elas não são apenas de ordem biológica, mas também fenômeno social. Nas palavras de Martín-Baró: “o que encontramos nos seres humanos atuais não é simplesmente necessidade de comer e dormir, mas a necessidade de comer certas coisas e dormir sob determinadas circunstâncias particulares, e as duas necessidades são

⁹⁰ Smirnov, A.A; Leontiev, A. N.;Rubinstein, S. L. y Tieplov, B. M. *Psicologia*. (Tradução de Florencia Villa Landa). México: Grijalbo, 1969

manifestas em condições muito específicas do sistema...” (MARTÍN-BARÓ, 1986a/1996: 72). A necessidade sexual, para Martín-Baró (1975a: 267), passa por processos de aprendizagem e pelo crivo dos estímulos ambientais mais do que por regulações orgânicas.

Sobre o psiquismo

Para Martín-Baró (1977a) é errôneo pensar que os processos cognitivos e afetivos constituem duas realidades distintas; trata-se, antes, de dois aspectos do mesmo processo. Não existe nem *conhecimento* nem *emoção* - o que existe é: o humano que conhece e é afetado pelo que conhece, reagindo ante ele, emocionadamente. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 291)

Martín-Baró (1977a) concede importante papel para as emoções na configuração do psiquismo. Elas constituem principal núcleo das ações humanas. Ele ressalta, entretanto, que emoção não se estrutura sem objeto que lhe dê identidade e direção, portanto, não existem *emoções abstratas*, senão reações afetivas dos indivíduos ao mundo real.

A inteligência, outro traço importante dos humanos, segundo Martín-Baró (1977a: 113) é compreendida como construção dialética do organismo com seu próprio meio. *A priori*, é função biológica, ou seja, estrutura própria dos seres vivos e, como tal, muito diversa segundo o nível evolutivo de cada espécie animal. Ela é capacidade de aprender ou entender para enfrentar situações novas ou distintas.

É nítido o rechaço de Martín-Baró (1983a/2005) ao suposto (filosófico) individualista-hedônico. A ação egoísta como *norma de vida* deve ser compreendida como produto lógico do sistema político-econômico capitalista; outros tipos de organização social, como o socialista, por exemplo, podem possibilitar a busca das satisfações das necessidades pessoais mediante uma norma de vida diferente: o altruísmo.

Para Martín-Baró (1983a/2005) qualquer tentativa de reduzir altruísmo a uma modalidade de egoísmo, de interpretar a solidariedade como forma de individualismo ou sacrifício pelos demais como modalidade solapada de hedonismo, resulta em mascaramento ideológico que nega a abertura histórica do ser humano e sua radical socialidade. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 302)

Sua hipótese, fundamental, acerca da origem psicológica do altruísmo vincula-se com a empatia. Como indica sua etimologia – empatia é “*aquele processo interpessoal pelo qual uma pessoa se apropria de e vivencia a mesma emoção ou sentimento que tem o outro*” – há participação nos passos alheios. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 346)

Segundo Martín-Baró (1983a/2005) é necessário destacar que o psiquismo do indivíduo não será, na maioria das vezes, o principal determinante de seu comportamento. As pressões externas e o jogo de poder social podem impor linha de ações contrárias a opções morais profundas do indivíduo. Mas, se por um lado as pessoas e os grupos experimentam a vida permeados pela ideologia (e por meio dela), eles não o fazem de forma passiva, senão como instâncias ativas que podem modificar em maior ou menor grau essas mediações ideológicas.

O ser humano, ao passo que é o único animal que tropeça na mesma pedra, é o que, num momento inesperado, pode dizer não.

3.2 Extrato dos principais elementos da teoria

Posta a fundação (a realidade social) e os pilares (seus pressupostos filosófico-científicos), seguem vigas e lajes do edifício teórico proposto por Martín-Baró. A ordem de apresentação dos conceitos/categorias se deu menos pela importância delas à obra (ainda que haja relação) do que pela pretensão de facilitar o estudo.

3.2.1 Processos Grupais

O interesse de Martín-Baró pelos processos grupais acompanha, praticamente, todo seu trajeto intelectual. No texto *Cabeleiros Institucionais*, de 1972, percebe-se, claramente, seu interesse pelo estudo da formação dos grupos sociais, entretanto a perspectiva teórica adotada pouco se parece com a que ele adotará na década seguinte; neste mesmo texto, ele dá interpretação freudiana para o “trote” nas universidades.

Segundo Martín-Baró (1989b), o termo grupos originou-se do italiano *gruppo* ou *grupo*, vocábulo técnico para designar a presença de vários indivíduos de uma obra (pintura ou escultura), formando um só sujeito temático.

No livro publicado em 1989 (*Sistema, Grupo e Poder*) chega a sínteses esclarecedoras para compreensão de sua teoria; grupo é definido como:

Aquela estrutura de vínculos e relações entre pessoas que canaliza em cada circunstância suas necessidades individuais e/ou interesses coletivos. (MARTÍN-BARÓ, 1989b: 206)

Cada grupo constitui-se assim realização, numa configuração histórica determinada de algum aspecto das exigências ou potencialidades humanas⁹¹. Ele conclui que grupo é:

A materialização de uma consciência coletiva que reflete, fidedigna ou distorcidamente, a demanda de interesses pessoais e coletivos. (MARTÍN-BARÓ, 1989b: 219)

Martín-Baró estava mais preocupado em integrar a seus pressupostos as teorias de grupos já existentes, do que formular uma nova caracterização para cada grupo. Para ele (1987j) uma teoria psicossocial sobre o grupo humano⁹² deve:

- a) Apreender a realidade social do grupo enquanto tal, realidade não redutível às características pessoais dos membros que os constituem, nem aos vínculos entre eles, sem perder, contudo, a singularidade do grupo;
- b) Ser suficientemente compreensiva tanto para aplicação a grupos pequenos quanto para os grandes, assumindo que a diferença é simplesmente de ordem quantitativa;
- c) Incluir em aspectos essenciais o caráter histórico dos grupos humanos. Cada grupo deve ser analisado em suas circunstâncias concretas - como parte do processo social que o configura, no interior de um conjunto de estruturas e forças próprias de uma sociedade num determinado momento histórico.

⁹¹ Grupo é lugar privilegiado onde se produz a ideologia social.

⁹² Três elementos são essenciais a qualquer grupo: a) caráter estrutural (realidade unitária de vínculos e relações entre pessoas que surge precisamente em sua mútua referência); b) caráter instrumental a respeito dos interesses e necessidades humanas; e c) canalizam tanto necessidades pessoais como interesses coletivos e, em geral, há articulação entre umas e outras; deste modo, todo grupo tem sempre uma dimensão de realidade referida a seus membros e outra mais estrutural referenciada a sociedade que o produz. (MARTÍN-BARÓ, 1987j: 7)

Para Martín-Baró (1989b) a teoria *histórico-dialética* (expressão dele) dos grupos humanos leva-nos a postular três dimensões essenciais de sua constituição: sua identidade, seu poder e sua atividade.

- a) Identidade grupal: é o caráter que define a essência do grupo e diferencia-o de qualquer outro. Três aspectos conformam essa identidade: a) formação organizativa (grau de estruturação interna do grupo); b) relações com outros grupos (canais por meio dos quais se configura a identidade e depois faz com que ela se mantenha); e c) consciência de seus membros (onde se configura a pertença subjetiva dos indivíduos ao grupo, entretanto, a pertença ou não a um grupo não se reduz a consciência subjetiva dos indivíduos que o formam⁹³);
- b) Poder grupal: o poder não deve ser concebido como objeto que se possua ou não; pessoas ou grupos possuem recursos que lhes permitem ou não alcançar poder em suas relações sociais (segundo o caráter de cada relação e seus desdobramentos). O poder não pode ser medido abstratamente, mas sim em relação aqueles frente aos quais pretende afirmar-se. Ele é definido como: *caráter desigual das relações sociais baseado na posse diferencial de recursos que permite a uns realizar seus interesses pessoais, grupais ou de classe, impondo-os aos outros*⁹⁴. O poder de um grupo não é uma característica que dependa de sua identidade já constituída, mas um dos elementos constitutivos dessa identidade; (MARTÍN-BARÓ, 1987j);
- c) Atividade grupal: a definição do que é grupo humano deve, necessariamente, incluir o que esse grupo faz ou realiza. O grupo é, em boa medida, o que faz. Três elementos são importantes para compreender as atividades grupais: a) o que

⁹³ Consciência e identificação de um grupo não são as mesmas coisas, ainda que estejam intrinsecamente relacionadas. Possibilidades de identificação contraditórias dão base para a distinção que Michael Billis (apud MARTÍN-BARÓ, 1987j: 9) faz entre *grupo-em-si* e *grupo-para-si* (retomando as distinções clássicas das classes sociais para o marxismo). “Todo grupo que têm uma existência objetiva é um grupo-em-si; mas nem todo o grupo tem aquele grau de consciência coletiva operativizada que lhe permita adequar sua identidade e atividade aos interesses da classe social a que objetivamente pertence. Só quando um grupo adquire essa consciência e trata de adequar sua identidade e suas metas a seus vínculos objetivos, ou seja, quando se orienta a canalização dos interesses da classe social de que é parte, pode falar-se de um grupo-para-si”.

⁹⁴ O conceito de poder será melhor trabalhado em sua respectiva sessão.

ele faz; b) como e quando faz (com que frequência ou intensidade, com que autonomia ou dependência); e c) qual efeito tem o que o grupo faz e sobre quem; se sobre seus membros, outros grupos, setores da sociedade ou sobre ambos. A atividade do grupo influencia em sua identidade e seu poder⁹⁵.

A postura teórica assumida por Martín-Baró em 1981 (no livro *Las Raíces Psicossociais de la guerra en El Salvador*) é mais enfática que a de 1987 (no texto: *Los grupos con historia*). Martín-Baró diz (em 1987) que seu modelo teórico requeria, todavia, maior elaboração teórica, mais refinamento conceitual e submeter-se mais amplamente ao veredicto da aplicação a diversos grupos e circunstâncias. Seu objetivo era comprovar concretamente se ela auxiliava a compreensão dos processos grupais e, sobretudo, se servia para fazer avançar as causas libertadoras dos povos⁹⁶.

Martín-Baró tipificou os grupos da seguinte maneira:

Características de um grupo, conforme tipo:

CARACTERÍSTICAS			
Tipo de grupo	Identidade	Poder	Atividade
Primário	Vínculos interpessoais	Características Pessoais	Satisfação de necessidades pessoais
Funcional	Papel Social	Capacitação e posto social	Satisfação de necessidades sistêmicas
Estrutural	Comunidade de Interesses	Controle dos meios de produção	Satisfação de interesses de classes. Luta de classes.

Fonte: (MARTÍN-BARÓ, 1989b: 224)

Para Martín-Baró (1989b) a Psicologia Social hegemônica tentava compreender todo grupo humano desde a perspectiva dos microgrupos, até o ponto que o termo

⁹⁵ A atividade, frequentemente, é matriz real dos grupos, que não só se afirmam realizando ações, senão que sua atividade constitui fonte única de seus recursos e raiz última de sua identidade.

⁹⁶ O autor dá, quando teoriza sobre grupos, singular exemplo da finalidade última de sua proposta teórica; mais do que se preocupar em estar “correto”, ele está propondo um rigor científico que faça avançar o movimento/processo que ele chama de libertação.

grupo, passou – quase automaticamente - a expressar pequeno grupo, caracterizado pela interação direta entre seus membros. Esta perspectiva viciou a análise psicossocial a não considerar importantes processos e características que só aparecem em grupos grandes. Esse debate incorre em reducionismo quando assume que macrogrupos não são mais que a reprodução em maior escala dos grupos pequenos.

Acreditamos que a análise dos sindicatos salvadoreños, feita no ano 1987, expressa com clareza a definitiva posição teórica do autor frente à categoria Grupos. O objeto de estudo (os sindicatos) leva-nos a: a) considerar o mundo das relações laborais de produção, onde se articulam condicionamentos últimos da ordem social; b) força-nos a refletir sobre grupos de diversas magnitudes, sem, contudo, presumir que grupos maiores são reprodução em grande escala dos grupos pequenos e, tampouco, perder a importância que as unidades menores possuem na configuração das macroestruturas; e c) leva-nos a olhar os processos grupais desde a perspectiva das lutas de classe.

Poder

Parte do título de seu último livro, o *poder* tornou-se, principalmente a partir da década de 1980, preocupação insistente de Martín-Baró.

Em 1987, Martín-Baró (1987d: 228) diz que o poder será “diferencial favorável de recursos que se produz nas relações humanas e que permite aos atores de determinado processo impor sua vontade, seus objetivos e interesses sociais sobre os demais⁹⁷”. Nem todo poder, entretanto, é considerado violento⁹⁸.

O poder não é algo que se possua - como um carro ou qualidades humanas. Da perspectiva psicossocial, ele se constitui e *surge* nas relações sociais, tanto as que se dão entre indivíduos quanto as que se dão entre grupos. Ele não é extrínseco às relações;

⁹⁷ Ele repetirá basicamente a mesma coisa em 1989.

⁹⁸ Enfatizamos - mais uma vez- que nosso objetivo é sintetizar as categorias/conceitos. No caso do *poder*, muito poderia ser dito sobre a confusão e falta de clareza de Martín-Baró. Mais uma vez a crítica de Montero (1994) é cabível. Ora o poder é considerado neutro, ora algo que tende a produzir violência ou a criar relações desiguais. No livro de 1989, encontramos influências de: Max Weber (considerado um dos fundadores da sociologia), Friedrich Nietzsche (influente filósofo alemão do século 19) e Michel Foucault (filósofo francês de destaque no final do século 20 em discussões acadêmicas sobre o exercício do poder, sexualidade e loucura, por exemplo).

antes, o próprio caráter das relações humanas se define, em boa medida, pelo poder que nelas atua. Deste modo, tanto as relações como os atores constituem-se sobre a base do exercício do poder social. (MARTÍN-BARÓ, 1989b)

Segundo Martín-Baró (1987d: 224), o poder tem quatro características intrínsecas: a) seu caráter relacional; b) seu fundamento objetivo; c) sua natureza intencional; e d) seu efeito constituinte.

A própria discussão se o poder é algo que reside nos atores ou que simplesmente se dá na relação enquanto tal, é analiticamente incorreta, segundo Martín-Baró (1987d). Não existe relação sem sujeitos ou atores da relação. Se for verdade que o poder reside nos atores, ele não o faz enquanto indivíduos isolados, senão enquanto eles se relacionam.

A relação de poder baseia-se nos recursos de que dispõem os atores numa determinada relação. Ressaltamos que, para Martín-Baró (1987d), recursos não são o poder, senão sua base. O que conta na hora das relações sociais não é tanto a quantidade de recursos (pertinentes à relação, obviamente) de que disponham os atores, quanto à relação entre os próprios recursos. Existe grande diversidade de recursos: os materiais, os pessoais e os simbólicos, são exemplos disso.

Sobre recursos, Martín-Baró apontou que:

(...) nem todos são igualmente úteis em todas as circunstâncias, nem todos [os recursos] são “convertíveis”, ou seja, equiparáveis. Frente ao poder imediato das armas, pouco poder frequentemente tem a razão ou o conhecimento, como mostra a sorte dos intelectuais latino-americanos nas ditaduras militares. Como frequentemente se diz na frase, um tanto manjada, frente à “razão da força” de pouco serve a “força da razão”. Mas é claro que existem recursos mais universais que outros e mais facilmente generalizáveis a diversas situações. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 226)

O poder social se fundamenta, para Martín-Baró (1988c/2002), nas relações econômicas e, portanto, no processo de distribuição social do trabalho. Se o poder fundamenta-se nos recursos de que dispõem grupos e pessoas para suas relações (nas diversas áreas da vida social) o âmbito laboral constitui fonte de análise política por excelência.

O caso do poder econômico é, não por óbvio, menos importante, para a compreensão da distribuição social do poder - como provam as configurações das sociedades latino-americanas, estruturalmente orientadas segundo os interesses das minorias oligárquicas. Para Martín-Baró (1989b) é inegável que a posse dos meios fundamentais de produção (como assinala a perspectiva marxista) proporciona a principal base de poder social, e que esse poder estende-se para a maior parte dos âmbitos (ou os mais definidores) da vida humana.

O poder político necessariamente define-se frente a objetivos concretos. Não só surge numa relação social, mas, também, se estrutura em relação a um fim. Ele busca controle social no sentido mais amplo, submetimento da ordem social a determinados interesses grupais ou de classes (ainda que em diversas áreas e de distintas formas). (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 227)

Para Martín-Baró (1987d) a complexidade nas relações humanas torna mais difícil a análise do poder político e obriga - a nunca perder de vista - o sentido totalizador do *quefazer* político, ou seja, a necessária e essencial vinculação de todos os aspectos da vida humana em sua concreção histórica. Todo poder pode ser considerado político num sentido amplo e, em todo caso, pode ser empregado politicamente.

A análise concreta do poder político requer exames singulares. Os quatro aspectos constitutivos do poder são: a) a relação entre os atores; b) seus respectivos recursos; c) os objetivos e interesses que perseguem; e d) o efeito histórico que produzem tanto nos atores quanto nas relações. (MARTÍN-BARÓ, 1987d)

Sobre o efeito histórico do poder, Martín-Baró diz:

O surgimento do poder nas relações políticas vai definir de um modo primordial o caráter dessas relações assim como o dos mesmos atores que intervêm nelas. O que é um presidente de um país, o que são os oficiais de um exército, o que são as relações entre um e outros é definido, dia após dia, pela existência do poder. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 232)

O poder pode influenciar o comportamento das pessoas e grupos, segundo Martín-Baró (1989b), de duas maneiras: a) imediata, impondo direção concreta a ação; e b) mediata, configurando o mundo das pessoas e determinando os elementos constitutivos dessa mesma ação.

Um dos aspectos mais importantes do poder desde o ponto de vista da Psicologia Social é sua tendência a ocultar-se, inclusive negar-se como tal, apresentando-se como exigência natural ou *razão social*. (MARTÍN-BARÓ, 1989a)

Por fim, três são as características essenciais do poder: a) ele se dá nas relações sociais; b) baseia-se na posse de recursos; e c) produz efeito na mesma relação social. (MARTÍN-BARÓ, 1989b)

Atividade-conduta-atitude-ação-comportamento político

Optamos por expor os cinco conceitos juntos, primeiro pela proximidade (até mesmo indistinção, em alguns momentos) da definição dada por Martín-Baró a alguns deles, e segundo, por demonstrarem certa articulação interna em alguns textos.

Atividade

No ano de 1966, Martín-Baró (1966b: 10) afirmou que atividade seria “nada mais que a manifestação de um ser...”, por meio dela o ser manifestaria sua essência. Em 1981, enfatizou que toda atividade humana tende a produzir algo e, neste sentido, a ação humana é historicamente criativa. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 16)

Conduta

No início da década de 1970, (precisamente nos textos entre 1972-1976) ao invés do conceito atividade, Martín-Baró (1977a: 480) utilizou, diversas vezes, o de conduta. Por conduta, ele entende: “a interação contínua entre um organismo e seu meio, na qual e pela qual se vão modificando tanto o organismo como o meio...”.

Em 1983, (no livro *Acción y Ideología*) relacionou a conduta a atos do organismo. Os *atos acondutais* (de caráter adaptativo) tendem a restabelecer o equilíbrio intraorgânico, enquanto que *atos de conduta* se configuram em referência a uma situação específica, e serão por elas, em maior ou menor grau, constituídos.

Atitude

No livro de 1977, *Psicologia: consciência e ciência*, Martín-Baró utilizou-se do conceito de atitude⁹⁹. Desde essa época, observamos, com clareza, uma das principais características desse autor: ao invés de abandonar um conceito (às vezes mal formulado e mesmo oriundo de outras realidades sociais), ele critica-o e o reelabora, a ponto de verificar se convém ou não utilizá-lo em sua construção teórica.

Martín-Baró diz que atitude constitui:

(...) um constructo hipotético, ou seja, uma estrutura inobservável diretamente que, ainda que tome assento na postura corporal (o tom), só adquire significação psicológica ao estabelecer no homem uma relação significativa com os diversos objetos da realidade. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 293)

Atitude era compreendida como predisposição dos indivíduos para atuar de determinada maneira frente a um objeto. Elas serão, portanto, sempre relativas, uma vez que estão em referência a um objeto específico, a este ou aquele fenômeno ou a determinada parcela da realidade. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 481)

Já nesta época (1977) Martín-Baró fazia distinção entre atitude e ação. Num ato concreto pode-se manifestar uma atitude e, de fato, atitude se expressa, como tal, pelos atos. Mas ela não acaba, nem na realização do ato e nem se identifica totalmente com ele. Nenhum ato esgota as possibilidades de uma atitude. É por isso, também, que atitude não é o mesmo que hábito¹⁰⁰.

No supracitado texto, ele afirma que atitude é:

Uma relação de sentido entre sujeito e objeto, que se expressa em comportamentos diversos em sua forma, de acordo com as circunstâncias, mas idênticos em sua significação. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 483)

⁹⁹ É peculiar a forma com que Martín-Baró trabalha esse conceito, diferindo consideravelmente de algumas pesquisas sobre atitudes famosas, à época, na América do Norte.

¹⁰⁰ O hábito se resume num esquema fixo de comportamentos que tende a se repetir, enquanto a atitude – uma mesma atitude- poderia manifestar-se nos atos mais diversos. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 482)

A atitude (enquanto estrutura de significação da relação homem-mundo) não se resumia a comportamentos (enquanto ações manifestas); mas, sim, no sentido desses comportamentos, muitas vezes paradoxos, reprimidos e até contraditórios.

No livro de 1983, Martín-Baró (1983a/2005) lembra definição etimológica para *atitude*; ele diz que a palavra surge em castelhano no começo do século 18 e que provinha do italiano *attitudine*. O termo era utilizado pelos críticos de arte italianos, quando eles aludiam às posições que o artista dava ao corpo da estátua ou de uma representação gráfica; quando evocavam certas disposições anímicas ali representadas. Atitude, portanto, era postura que materializaria e expressaria a postura do espírito. Da perspectiva corporal, ela era entendida como “uma estrutura preparatória, uma orientação determinada do corpo que prepara o indivíduo para perceber e atuar de determinada maneira...”. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 248)

Seu conceito de atitude traduzia-se num esforço científico por encontrar no indivíduo uma “razão suficiente” para seus comportamentos; e referir a um mesmo princípio a diversidade de seus atos. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 281)

É importante observar que:

São os indivíduos que tem, assumem ou adotam atitudes, no entanto, as raízes últimas das atitudes não estão nos indivíduos, senão nas estruturas sociais e nos grupos de que os indivíduos fazem parte. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 294)

São os indivíduos que “incorporam” psiquicamente a ideologia social na forma de atitudes; como conjunto “psico-lógico” de crenças e avaliações sobre o mundo. Desde esta perspectiva, o conjunto de atitudes corresponderia, segundo Martín-Baró (1983a/2005: 294), à definição de ideologia dada, em 1968, por Althusser¹⁰¹.

O conjunto de atitudes do indivíduo constituiria sua estrutura ideológica - enquanto canalização e produto psicossocial dos interesses próprios de seu grupo social. (MARTÍN-BARÓ, 1983b: 298)

¹⁰¹ Althusser, Louis. *La revolución teórica de Marx*. (Tradução para o espanhol feita por Marta Harnecker.) México: Siglo XXI, 1968.

As atitudes surgiram, segundo Martín-Baró (1981b/2003), como estrutura psicossocial que expressava como indivíduos e grupos valoram algo a partir de suas raízes de classe e sua experiência particular. Era, portanto, uma variável mediadora entre a ideologia e a ação.

Ação

Ação, em 1981, sublinhava o caráter ativo das atividades humanas e propunha - intrinsecamente - a geração de um produto, que por sua vez fundava essa mesma ação¹⁰².

Martín-Baró (1981c: 15) apontou uma diferença entre ato e ação. A seguinte citação a exemplifica: “reduzir, por exemplo, um ato de tortura à aplicação de estímulos aversivos de acordo com um programa de contingências verbais é, no melhor dos casos, uma visão pouco iluminadora que não só ignora as vivências do ato de torturar ou de ser torturado (ainda que não as negue), senão que não oferece nenhum elemento que permita captar o sentido estrutural dessa atividade no interior de um determinado sistema social e num determinado momento histórico”.

Compreender o aspecto ideológico da ação humana supõe que a própria atividade humana seja determinada por interesses de classe (que às vezes não aparecem e, inclusive, em alguns casos, são negados conscientemente) e que só é possível interpretá-las à luz de cada configuração social e situação histórica¹⁰³.

Conceber *ação enquanto ideologia* livra a teoria de Martín-Baró do reducionismo psicologista e do mecanicismo naturalista que vinha dominando a Psicologia Social hegemônica de sua época. Desde essa perspectiva histórica, a ação

¹⁰² Martín-Baró neste período citava, frequentemente, definições dadas por Lucien Sève sobre ação, demonstrando, mais uma vez, a relevância do pensamento do filósofo para sua construção teórica.

¹⁰³ No livro de 1989, *Sistema, Grupo e Poder*, diz que a ação segundo os enfoques teóricos que compreendiam a sociedade como conflitiva, não pode ser explicada adequadamente somente pela pertença objetiva das pessoas a uma classe; antes, era necessário levar em consideração a consciência subjetiva, o saber e o proceder conseqüente ou inconseqüente a essa pertença. (MARTÍN-BARÓ, 1989b)

humana explicaria a emergência e forma das necessidades, e não o contrário. (Sève *apud* MARTÍN-BARÓ 1985b: 36)

Nas palavras de Martín-Baró:

Convém sublinhar que o fato de que a unidade comportamental sobre a qual estamos refletindo não é uma simples “resposta” no sentido técnico do termo (E-R), uma conduta isolada tal como postulado pelo condutivismo, senão, e melhor dizendo, é um conjunto de comportamentos, frequentemente, mais complexo, uma atividade ou série de atividades que tem uma unidade de sentido pessoal e social. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 214)

Comportamento Político

Citamos definições de comportamento político, porque elas aparecem, com certa frequência, nos últimos textos de Martín-Baró. À medida que uma atividade promova os interesses de um determinado grupo social, e que de algum modo influencie ou afete o equilíbrio (ou desequilíbrio) de forças sociais, essa atividade terá caráter político. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 214)

Ele diz que: “não serão propriamente os atores nem os atos em si que determinam seu caráter político, senão a relação de qualquer ato realizado (por qualquer ator) com a ordem estabelecida numa determinada sociedade. Ao passo que esse ator exerce influência favorável ou contrária (de manutenção ou mudança) ao sistema existente, ela adquirirá caráter político”. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 216)

O caráter de totalidade (fundamental para sua compreensão da sociedade) leva-o a considerar que (ainda que de um ponto de vista, excessivamente, amplo) todo comportamento é político; já que de alguma maneira contribuía para a manutenção ou alteração da ordem social; direta ou indiretamente, pelo que faz ou pelo que não faz. (MARTÍN-BARÓ, 1987d)

Em última instância, para compreender o caráter político do comportamento (por definição, ideológico) é necessário demonstrar sua conexão com interesses sociais tal como eles se dão numa determinada formação sócio-histórica.

Identidade-Socialização

Não encontramos nenhum texto do Martín-Baró, exclusivamente, sobre identidade; entretanto, vários deles fazem referência à identidade nacional/coletiva dos latino-americanos.

A identidade será a resposta à pergunta quem é você (ou quem são vocês)? Ela é construção da imagem que as pessoas fazem de si e das outras, que está condicionada - primordialmente - pelos valores vigentes na sociedade e em cada grupo social. (MARTÍN-BARÓ, 1973a: 128)

A imagem que os indivíduos têm de si é devedora, basicamente, da percepção que de como eles veem os demais. Em outras palavras, para Martín-Baró (1977a), vemo-nos, basicamente, como cremos que nos veem os outros.

A identidade é, sobretudo, pertença objetiva. Ao ser parte de um grupo o indivíduo adquire o caráter peculiar desse grupo; desenvolve, também, aspectos que tornam possíveis sua participação neste grupo. A consciência que a pessoa adquire sobre si mesma e que, por sua vez, repercute em sua própria determinação, surge condicionada pela realidade social objetiva, que abre e fecha determinadas possibilidades. O “eu” é produto da socialização em todas as suas dimensões, e a cada momento de sua evolução representa a síntese final dos processos evolutivos da pessoa. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

A identidade pessoal, para Martín-Baró (1983a/2005), tem quatro características fundamentais: a) está referida à realidade; b) afirma-se na relação interpessoal; c) é relativamente estável; e d) é produto tanto da sociedade como da ação do próprio indivíduo.

Ela é, por conseguinte, enraizamento do indivíduo a determinado *mundo de significações*, assim como, a determinada rede de relações sociais. Assumir a própria identidade supõe assumir também esse mundo. As pessoas têm identidades referidas num contexto, e fora dele o *eu* perde suas raízes e desmorona. A imagem que o indivíduo tem de si condiciona sua ação, e seu *eu* pessoal (objetivação da identidade) é diferente do conceito que a pessoa tem de si (subjetivação da identidade).

Socialização

Fundamental para a compreensão de seu conceito de identidade é elucidar outro: o de socialização¹⁰⁴. Martín-Baró (1983a/2005) entende socialização como “os processos psicossociais pelos quais os indivíduos se desenvolvem historicamente como pessoa e como membro de uma sociedade”. Esta definição sustenta três afirmações essenciais sobre a socialização: a) é processo de desenvolvimento histórico; b) da identidade pessoal; e c) da identidade social.

Para Martín-Baró:

A socialização constitui um processo de desenvolvimento histórico. Se trata de um processo caracterizado sempre por sua concreção temporal e espacial. Não é um processo mecânico, imutável, prefixado geneticamente ou dependente tão somente de determinismo biológicos, como poderia ser a maturação; pelo contrário, seu caráter é definido pelas circunstâncias próprias de cada situação histórica concreta. Assim, a análise dos processos de socialização requer examinar variáveis fundamentais; em qual sociedade, em que classe social, em que grupo, em que época, em que situação, em que conjuntura tem lugar estes processos. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 115)

A socialização como processo histórico não quer dizer *processo meramente formal*; na qual as únicas coisas que contam são as formas ou mecanismos de como o processo ocorre. Antes, será por meio dela que cada indivíduo configura-se como indivíduo.

O indivíduo *chega-a-ser*, em seu desenvolvimento frente à sociedade, num processo de afirmação de sua singular individualidade. No processo de socialização a pessoa não muda; a pessoa se faz, emerge. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

¹⁰⁴ Martín-Baró (1983a/2005) diz que, classicamente, para os sociólogos – socialização é o processo por meio do qual uma determinada sociedade (ou ordem social) almeja sobreviver e reproduzir-se, transmitindo aos novos membros as normas e princípios necessários para a continuidade do sistema. Para os psicólogos, será o processo por meio do qual os indivíduos adquirem as habilidades necessárias para adaptar-se e progredir numa determinada sociedade. Sua proposta não se conforma/identifica exatamente com nenhuma das duas definições.

Ela marca o indivíduo com o *caráter* (ou selo próprio da sociedade ou grupo social) que, historicamente, se realiza na socialização. Não existe para Martín-Baró (1983a/2005) identidade pessoal que não seja, ao mesmo tempo, identidade social.

Martín-Baró (1983a/2005) distingue quatro tipos de socialização:

- a) Linguística: a linguagem será mediação socializadora entre o indivíduo e a comunidade; guia da realidade social – a socialização supõe a interiorização da linguagem, não tanto nos aspectos fonéticos quantos nos semânticos ou de significações.
- b) Moral: constitui-se o processo socializador por excelência. Mediante aquisição de uma moral, o indivíduo faz seus os mecanismos de controle sociais de determinado sistema.
- c) Política: que moldará a forma das relações entre os cidadãos e a comunidade política. Não só o que será transmitido nesta socialização é importante, mas também o que não é¹⁰⁵.
- d) Sexual: é processo fundamentalmente histórico que começa no biológico-corporal e culmina no psíquico-social.

Identidade Nacional

A identidade nacional, do ponto de vista psicossocial, segundo Martín-Baró (1990b) compõe-se de dois elementos: a) uma série de características comuns à determinada população; e b) uma consciência acerca desses elementos comuns que estabelece um novo vínculo de unidade, que permite a mobilização como grupo desta população.

A identidade nacional, segundo Montero (*apud* MARTÍN-BARÓ, 1990b: 149) é “o conjunto de significações e representações relativamente permanentes através do tempo que permitem aos membros de um grupo social que compartilham uma história e

¹⁰⁵ O processo de socialização política opera nos dois níveis, individual e comunitário. O *eu* será, necessariamente, *Eu* político. A socialização política vai além da transmissão de informações e avaliação formal do governo; também inclui atitudes mais gerais sobre o uso e distribuição do poder. (Ainda que, por exemplo, uma família não realize discussões políticas, a criança desta família está sob a influência da socialização política). (MARTÍN-BARÓ, 1986a/1996: 75)

um território comum, assim como elementos socioestruturais, tais como linguagem, religião, costumes e instituições sociais, reconhecerem-se uns aos outros biograficamente”.

A identidade nacional sustenta-se na unidade étnico-cultural de um grupo, mas desenvolve-se mediante esforços deliberados por ideologizar essas características comuns e por mobilizar pessoas a partir delas.

3.2.2 *Conscientização-consciência*

Martín-Baró (1974a: 69) afirmava, desde 1974, que conscientização era processo social. Conscientização é: “movimento dialético, pessoal e comunitário do homem frente à realidade histórica em suas dimensões essenciais. [...] ela é movimento, dinâmica e mudança. Não é um ser em si, senão um devir”. Ela surge dialeticamente da reflexão e da práxis social dos humanos frente a si mesmo e frente à natureza.

É importante sublinhar o aspecto dinâmico da conscientização, pois, na perspectiva de Martín-Baró, isso desmascarava certos intentos de mistificação mágica do termo. Conscientização, ele reitera diversas vezes, é processo e, na prática, implica movimento, e mais, conflito.

Martín-Baró (1974a) afirmou que a conscientização é *processo psicossocial* (antes social e posteriormente psíquico¹⁰⁶); pelo qual o indivíduo forja nova consciência de sua própria realidade, entendida no sentido amplo.

Conscientização implica não só socialização como também culturalização - não no sentido *adaptativo-acomodacionista*; mas no criativo-revolucionário. Ela é,

¹⁰⁶ Social, não só porque a consciência pessoal só tem sentido como dimensão fundamentalmente social – ou seja, numa comunidade de pessoas e frente ao mundo desta comunidade –, mas também porque o sujeito da conscientização é, antes de tudo, e - à priori- uma comunidade, um povo. (MARTÍN-BARÓ, 1974a)

necessariamente, política¹⁰⁷. A politização final da conscientização pode, inclusive, ser critério de veracidade de determinado processo conscientizador. (MARTÍN-BARÓ, 1974a).

Não se trata de *tomar consciência* de um dado, mas implicar-se num processo de mudança, de transformação ativa e passiva. A conscientização, portanto, ainda que arranque suas raízes do passado histórico real, aponta fundamentalmente para um futuro novo e diferente, cuja imagem não pode definir-se senão negativamente. (MARTÍN-BARÓ, 1974a: 142)

A conscientização constitui-se, também, “resposta histórica à carência de palavra, pessoal e social, dos povos latino-americanos, não só impossibilitados para ler e escrever o alfabeto, senão, sobretudo, para lerem-se a si mesmos e para escrever sua própria história.” (MARTÍN-BARÓ, 1986b: 220)

A conscientização é ação e reflexão históricas em que a comunidade humana transforma-se a si mesma, transformando a realidade. No caso salvadorenho o processo de conscientização constituía, segundo Martín-Baró (1977a), o primeiro momento dialético para transformação do campo e do campesinato. Ele acreditava que dificilmente o indivíduo muda se nem ao menos se dá conta que precisa mudar.

Consciência/consciência de classe

A consciência inclui, antes de tudo, a imagem que as pessoas possuem sobre si mesmas, produto da história individual, que não é exclusivamente subjetiva, e principalmente, social. (MARTÍN-BARÓ, 1985c/1998)

Martín-Baró (1985b: 41) define consciência de classe: “o conhecimento expresso sobre os problemas pessoais e sociais; as raízes deles. É, também, processo de envolvimento ativo dos indivíduos na sua solução”.

¹⁰⁷ O político será dimensão essencial da realidade humana, a conscientização será um simples mecanismo ideológico senão incidir, imediata e diretamente, sobre ela. Daí a vinculação entre conscientização e libertação, que explicam aspectos diferentes da mesma realidade; a conscientização deve ser libertadora e vice-versa.

Em 1986, ele diz:

Um elevado grau de consciência de classe causaria no indivíduo uma atenção e despendimento de energia para objetivos, valores e atividades políticas consistentes com suas necessidades básicas. Por necessidades básicas, nós queremos dizer necessidades objetivas, não muito do indivíduo por si, mas dos membros de sua classe social. (MARTÍN-BARÓ, 1986a/1996: 83)

No mesmo texto, completa:

Um baixo nível de consciência de classe permite uma participação política vinculada a objetivos e símbolos incoerentes com a necessidade individual e com o interesse de classe social. (MARTÍN-BARÓ, 1986a/1996: 83)

Consciência de classe não é simples conhecimento sobre interesses da classe social à qual o indivíduo pertence, mas sim, sua articulação prática. (MARTÍN-BARÓ, 1989b)

3.2.3 *Ideologia-Desideologização*

Martín-Baró tratava, já em 1972, ideologia como realidade histórica, muito mais que cosmovisão filosófica; era sistema de valoração em quê, e por meio de, os membros de uma sociedade concreta vivenciavam suas relações com o mundo¹⁰⁸. (MARTÍN-BARÓ, 1972a/1998: 55)

A tonalidade marxista desta categoria na obra de Martín-Baró foi adquirida no transcorrer da década de 1970, ainda que, à época, havia muita influência da perspectiva psicanalítica. Entretanto, neste período, ela já era compreendida como marca do sistema social e se constituía apresentando interesses próprios de classe como se fossem interesses de toda a coletividade.

Martín-Baró (1990d: 229) não reduzia ideologia a “conjunto de ideias ou valores mais ou menos orientadores da existência das pessoas”, antes afirmava que ela era

¹⁰⁸ Concordamos com Montero (1994) que a definição de ideologia na obra de Martín-Baró (que, possivelmente, é expressa com maior clareza no livro de 1983) seja controversa. Em 1986, o autor deu sinais de que a compreendia como neutra. (Entrevista de Martín-Baró à Dobles, em 1986). No entanto, como fica implícito, em outro de seus conceitos chave: desideologização; ela ganha traços de pejoratividade. Nossa intenção foi condensar neste tópico a definição mais recorrente em seus escritos.

materialização e articulação psíquica de esquemas cognoscitivos, nos marcos de referências valorativas e dos hábitos comportamentais, portanto, do estilo de vida.

Na *vertente pessoal* a ideologia seria: “estrutura relacional que determina a modalidade de intercâmbios entre indivíduo e o mundo numa circunstância histórica concreta, modalidade vivida, antes que explicitada, praticada antes de teorizada”. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 295)

Desideologização

Desideologização é conceito frequente nos textos de Martín-Baró, principalmente a partir de 1983. Para Martín-Baró (1985a: 7) desideologizar significa: “desmascarar o sentido comum alienador que encobre os obstáculos objetivos ao desenvolvimento da democracia e os faz aceitáveis às pessoas”.

Se perguntássemos ao Martín-Baró, no ano de 1985, como desideologizar a realidade social, sua resposta contaria, sem dúvida, com três pontos essenciais: a) assumir a perspectiva do povo; b) aprofundar o conhecimento da própria realidade, e c) utilizar de forma dialética o conhecimento, comprometendo-se nos processos históricos de libertação popular.

Para Martín-Baró uma das melhores maneiras de realizá-la era por meio de sistemática apreensão da opinião pública que, por sua vez, não era a mesma coisa que a *opinião pública* mensurada pelos veículos de comunicação de massa.

Em 1973, Martín-Baró falava também em *desalienação* e a propunha como tarefa da Psicologia (não do âmbito individual, mas sim social). Para sua realização dela eram exigidas transformações profundas dos sistemas de valoração mercantil imperantes na cultura de sua época. (MARTÍN-BARÓ, 1973a: 132)

Martín-Baró (1988b: 108) definiu alienação como - primeiro e fundamentalmente – como estado que se gera nos indivíduos e nas relações sociais, que os expoliam e despojam de sua humanidade material/psíquica. E desalienação como: “a recuperação da consciência pessoal e social que pressupõe mudança na natureza das relações sociais”. Qualquer proposta de superação da alienação sem concomitante mudança das estruturas de exploração social constitui perigosa forma de idealismo psicologista.

Num texto escrito em 1989 (um de seus últimos), Martín-Baró falava de “desideologização conscientizadora”. Tratava-se de introduzir no âmbito da consciência coletiva elementos e esquemas que permitiriam o desmonte do discurso ideológico dominante, colocando em marcha um processo desalienador. (MARTÍN-BARÓ, 1990a: 13)

Opinião pública

A opinião pública foi recorrente objeto de estudo de Martín-Baró. Esses estudos, na sua opinião, eram instrumento privilegiado para desmontar o discurso alienador dos setores sociais dominantes e paramentava organizações populares como instrumento de auxílio no diálogo com outras forças sociais; auxiliavam, também, na formação da identidade coletiva.

A falta de utilização dessas pesquisas na Psicologia ocorreu, principalmente, pela perspectiva individualista que elas assumiam, e por sua falta de sentido histórico. Martín-Baró (1990a) acreditava que pesquisas sobre opinião pública impulsionavam a tomada de consciência.

Martín-Baró (1990a) apontou quatro características essenciais que a pesquisa sobre opinião pública deve ter: a) sistematicidade (devem realizar-se com alguma periodicidade para garantir a fidedignidade dos dados); b) representatividade (devem intentar ser representativa de toda a população); c) totalização (devem primar pela totalização de sentido, isso significa que a pesquisa deve manifestar tanto as configurações atitudinais, (relacionando umas opiniões com outras e não as deixando isoladas) como as possíveis raízes sociais dessa atitude ou opiniões); d) dialética (deve-se encontrar caminhos para que os resultados cheguem até a população).

A opinião pública não deve conceber-se como apreensão simples, estado da consciência coletiva da população; antes, deve supor formalização reflexiva, no sentido de uma tomada de consciência, sobre como pensam e se sentem membros de uma coletividade ou grupo social. (MARTÍN-BARÓ, 1989d/2002)

Pesquisas sérias sobre a opinião pública podem (também) servir de armas para contra-atacar as pressões ideológicas exercidas pela classe dominante no caso de uma guerra psicológica. (MARTÍN-BARÓ, 1989d/2002: 170)

Quando Martín-Baró realizava pesquisas desse tipo, ele se interessava por conhecer, por exemplo: as condições de habitação na cidade e no campo; a escolaridade e a saúde da população e a questão emprego-desemprego.

As pesquisas sobre opinião pública são, segundo Martín-Baró (1990a), uma maneira de devolver voz aos povos oprimidos, instrumento que, ao refletir com verdade e sentido a experiência popular, abre a consciência para o sentido de uma nova verdade histórica por construir.

Fatalismo

Um das insistentes preocupações de Martín-Baró foi deslindar os mecanismos subjetivos que conformavam (conformam!) os latino-americanos ao sistema socioeconômico que impossibilita a plena humanização do humano: o capitalismo.

O fatalismo é conceito recorrente na obra de Martín-Baró. Contrariando a histórica crítica feita pela esquerda à religião e aos religiosos, sua posição como sacerdote jesuíta, provavelmente, o influenciou a pesquisar o fatalismo, traço característico de alguns grupos religiosos populares, à época, na América Latina¹⁰⁹.

Na perspectiva de Martín-Baró (1977a) fatalismo se caracteriza por três traços psicológicos: a) estrutura de pensamento mágico-infantil (demasiadamente centrada na individualidade dos fenômenos); b) consciência estática, não histórica (pensamento centrado na realidade presente); c) comportamento conformista (atitudes conformistas; em quatro notas: insegurança, receptividade, passividade reativa e dependência existencial).

Em 1977, ele aponta que Fatalismo é:

(...) uma atitude de aceitação passiva de um presente e um futuro em que tudo já está predeterminado, e que, portanto, exige um determinado tipo de comportamento. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 493)

¹⁰⁹ A esse respeito, ele pensava que a dimensão mais perniciosa do fatalismo era aquela que o unia à ideologia religiosa. (MARTÍN-BARÓ, 1987f: 77)

Dez anos depois, afirma que:

[fatalismo] seria aquela compreensão da existência humana segundo a qual o destino de todos já está predeterminado e que todo o fato ocorre de modo iniludível. (MARTÍN-BARÓ, 1987f: 76)

Verificamos que nada substancial foi alterado no conteúdo do conceito. Em 1987, no entanto, ele afasta definitivamente sua concepção de fatalismo duma leitura psicologicista, afirmando que traços fatalistas estão vinculados às condições econômicas, políticas e culturais de cada sistema social. (MARTÍN-BARÓ, 1987f)

Em suas palavras:

O fatalismo é, por isso, uma realidade social, externa e objetiva antes de converter-se numa atitude pessoal, interna e subjetiva. (MARTÍN-BARÓ, 1987f: 96)

O fatalismo também pode ser entendido como *esquema comportamental* que a ordem social dominante, nos países latino-americanos, propicia e reforça nos estratos dominados. (MARTÍN-BARÓ, 1987f)

Ele sintetiza o fatalismo na América Latina com o seguinte quadro:

Elementos característicos do fatalismo latino-americano:

Ideias	Sentimentos	Comportamentos
A vida está predefinida	Resignação frente ao próprio destino	Conformismo e submissão
A própria ação não pode mudar esse destino fatal	Não deixar-se afetar nem emocionar pelos sucessos da vida	Tendência a não fazer esforços, a passividade
Um Deus distante e todo-poderoso decide o destino de cada pessoa	Aceitação do sofrimento causado	Presentismo, sem memória do passado nem planificação do futuro

Fonte: Martín-Baró (1987f: 79)

A síndrome fatalista, segundo Martín-Baró (1987f), produzia-se nos setores pobres dos povos latino-americanos, não porque era expressão própria dos pobres; mas, porque ela constituía-se numa relação de sentido entre as pessoas e um mundo que se

encontrava *fechado e incontrolável*, ou seja, era atitude continuamente causada e reforçada pelo funcionamento opressivo das estruturas macrossociais.

Para Martín-Baró (1987f) existe um elemento de falsidade e outro de verdade no fatalismo. Se por um lado era falso atribuir a falta de progresso a um destino fatal e determinado pela natureza (ou mesmo por Deus), por outro, é verdade que ele consistia na verificação objetiva da impossibilidade das classes exploradas alcançarem uma mudança social mediante seus esforços como indivíduos isolados. O fatalismo detecta corretamente o sintoma, mas erra no diagnóstico; portanto, ainda que constitua uma síndrome pessoal, representa, invariavelmente, o correlato psíquico de determinadas estruturas sociais.

Martín-Baró (1987f) aponta três mudanças importantes para - num processo dialético - romper com o fatalismo: a) a recuperação da memória histórica dos povos; b) a organização popular; e c) a prática de classe. Ele conclui que:

Em última instância, a superação do fatalismo das maiorias populares latino-americanas requer uma mudança revolucionária; ou seja, uma mudança naquelas estruturas, políticas e econômicas, mas também psicossociais, onde se assentam um ordenamento marginalizante e passivizador que baseia o bem estar de uns poucos na exploração opressiva dos muitos. Só a prática revolucionária permitirá aos povos latino-americanos romper a inflexibilidade de umas estruturas sociais congeladas em função de interesses minoritários e superar assim os “cem anos de solidão” que os mantém a margem da história, presos ao jugo de um destino fatal. (MARTÍN-BARÓ, 1987f: 101)

3.2.4 *Violência*

Um dos temas mais caros à teoria psicossocial de Martín-Baró é a violência. Lidar teoricamente com ela não era tarefa simples, uma vez que se tratava de um jesuíta (heterodoxo, é verdade), que se preocupou (ao longo de sua carreira acadêmica) em conciliar seu sacerdócio com suas atividades científicas.

Aos 26 anos Martín-Baró escreveu um trabalho intitulado *Los cristianos y la violencia*. No texto discute de forma breve os processos de ideologização que o termo “violência” sofreu em diferentes períodos da História. Ele chegou à conclusão que a

violência, na década de 1960, era entendida, basicamente, como um ataque armado contra a ordem estabelecida. (MARTÍN-BARÓ, 1968a)

Em termos simples, e citando Ignacio Ellacuría (s/d), ele diz que violência é: “toda a ação ou toda a situação que entranha uma injustiça”. É *modalidade de relação* entre humanos ou grupos na qual uma das partes negaria a outra, algum aspecto de sua realidade humana (de seus direitos enquanto humano), criando com isso uma situação de injustiça. (MARTÍN-BARÓ, 1968a: 5)

Nesta época Martín-Baró (1968a) falava do conceito de *não-violência*, que é uma reação do humano que sofre injustiça que não inverte os papéis, ou seja, que não responde a injustiça com a violência, mas respeita a humanidade do agressor.

Esse comportamento possuía cinco traços característicos: a) distingue entre justiça e a pessoa que exerce injustiça; b) respeita o adversário como ser humano que é, e o considera como interlocutor de um possível diálogo; c) expressa uma *chamada à consciência* do adversário, cuja liberdade respeita absolutamente; e d) implica – necessariamente – numa desobediência às leis do adversário. (MARTÍN-BARÓ, 1968a 28)

É nítido o caráter histórico-concreto que Martín-Baró atribui à violência. Se em 1968 ele falava da *não-violência*, em 1981 apontava que um abuso desproporcional da violência repressiva poderia gerar uma resposta violenta por parte dos oprimidos.

No ano de 1981, observamos uma distinção dentro de seu conceito de violência; *violência originária* e *violência libertadora*¹¹⁰. Assim como algumas formas de violência repressiva vinham *montadas sobre o cavalo* da opressão, outras formas, como a violência revolucionária, almejavam a criação de espaço vital para a aplicação da justiça e o exercício da liberdade. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 143)

¹¹⁰ No ano seguinte, ele diz que a violência libertadora do oprimido buscava romper a relação desumanizadora e, por isso mesmo, almejava a humanização não só do indivíduo que a prática, como também do opressor. (MARTÍN-BARÓ, 1983b/2003: 93)

Martín-Baró endossa as palavras de Franz Fanon¹¹¹:

(...) o homem colonizado se liberta em e pela violência. Só a violência exercida pelo povo, violência organizada e aclarada por uma direção, permite às massas decifrar a realidade social. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 171)

Ele defende, à época, que só um exército verdadeiramente popular garantiria as conquistas democráticas e revolucionárias das sociedades exploradas pelo capitalismo e o avanço para um sistema socialista. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 212)

O conceito de violência difere do de agressão pela sua amplitude. Todo ato que se aplique com dose excessiva de força pode ser considerado violento. Ao passo que a agressão seria uma *forma de violência*, à qual se aplicaria força contra alguém de maneira intencional, pretendendo causar dano a outra pessoa. Martín-Baró utiliza o sentido etimológico dos termos violência e agressão¹¹². (MARTÍN-BARÓ, 1983b/2003)

Seus três pressupostos para a compreensão da violência são: a) que ela apresenta diversas formas e que entre elas pode ocorrer diferenças muito amplas; b) que ela tem caráter histórico e, por conseguinte, é impossível entendê-la fora do contexto social em que se produz (ou reproduz); e c) refere-se à chamada “espiral de violência”; fato continuamente verificado é que os atos de violência social têm peso autônomo que os dinamiza e os multiplica. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

Para Martín-Baró (1983a/2005) todo ato de violência distingue-se por quatro fatores constitutivos:

- a) Estrutura formal do ato - trata-se da “conduta” como forma extrínseca, mas também de formalidade do ato como totalidade de sentido. Podem existir, por exemplo, atos de violência instrumental (realizados como meio para

¹¹¹ Franz Fanon foi um dos psiquiatras que acompanhou os processos de libertação do povo argelino e pode captar os níveis de profundidade alcançados pela colonização na estrutura somato-psíquica dos colonizados. (Fonte: pesquisas no Google com o nome do autor no campo de busca)

¹¹² É importante apontar que a Psicologia Social que ele propunha analisava os fatos e comportamentos agressivos enquanto ideológicos, ou seja, expressão de forças sociais e materialização histórica de interesses de classe. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

lograr um objetivo diferente) e atos de violência terminal (realizados como fim em si mesmo, ou seja, o ato buscado como fim);

- b) *Equação pessoal* - são aqueles elementos explicáveis pelo caráter singular do indivíduo que o realiza. Entretanto, para o autor, nem todos os atos de violência são atribuíveis a transtornos de personalidade ou inclinações sádicas;
- c) Contexto possibilitador - para a realização de um ato violento/agressivo, é necessária uma situação - mediata ou imediata - em que caiba esse ato;
- d) Fundo ideológico - a violência exige sempre justificção frente à realidade à qual se aplica. A ideologia trata de contextualizá-la.

Martín-Baró compreendeu a violência em cinco etapas: a) abertura humana à violência e a agressão; b) contexto social; c) elaboração social da violência; d) causas imediatas; e e) sua institucionalização. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005)

O ser humano, segundo Martín-Baró (1983a/2005), está aberto à violência e a agressão como possibilidades comportamentais (elas estariam postas na base da configuração de nosso próprio organismo). No entanto, a necessidade de remeter-se ao contexto social é a parte mais importante da análise da violência, sobretudo, para apreensão de seu sentido e justificção; por conseguinte, da determinação de seu caráter.

Martín-Baró (1983a/2005) distingue violência estrutural de ato violento. A primeira não se reduz à inadequada distribuição dos recursos que impede a satisfação das necessidades básicas das maiorias; ademais ela supõe ordenamento dessa desigualdade mediante uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e estabelece força coativa para fazer-se respeitar (isso não quer dizer que a violência estrutural explique todo ato violento ou agressivo de qualquer pessoa¹¹³); o segundo requer justificção social; entretanto, essa justificção precede e desencadeia o comportamento violento. Se toda a forma de violência clama justificção é porque não a tem em si mesmo.

¹¹³ Para Martín-Baró (1983a/2005), inclusive os fatores individuais devem ser interpretados à luz da totalidade social em que a pessoa se formou e vive. Um dos fatores que, com mais facilidade, desatam os comportamentos violentos nos indivíduos é a possibilidade de realizá-los. O desencadeamento da violência, nestes casos, constituirá um processo assumido de forma consciente e racional, instrumento para lograr algum fim.

Em 1987, Martín-Baró diz que:

(...) a violência não tem que ser adjetivada, senão substantivada a fim de discernir sua natureza, seu alcance e suas raízes, quer dizer, de captar sua concreção histórica. (MARTÍN-BARÓ, 1987i/2003: 162)

Para Martín-Baró (1983/2003) a violência tem caráter ideológico, efetivamente isso quer dizer que: a) expressa ou canaliza forças e interesses sociais concretos nos marcos de um conflito estrutural de classes; e b) oculta essas forças e interesses que a determinam.

No processo de ideologização da violência é frequente a criação da *figura do inimigo* – que, por si, configura um processo de ideologização - que tanto pode corresponder a alguém real como não. (MARTÍN-BARÓ, 1983/2003)

Nas palavras do autor:

(...) a existência deste inimigo justifica e promove precisamente aquilo que se diz querer evitar: a repressão, o totalitarismo intransigente, a agressão bélica. (MARTÍN-BARÓ, 1987i/2003: 167)

Martín-Baró (1983/2003) afirma que cada ordem social particular determina as formas e os graus de violência que serão permitidos. Ele lembra, também, que a definição social da violência é poderosa arma das classes dominantes.

Outra tendência apontada por ele é que à medida que uma ordem social começa a se desintegrar, seus mecanismos de coerção (mais ou menos interiorizados) afloram todo seu potencial violento. Sua irracional legitimação por parte do poder estabelecido abriria, portanto, uma porta à legitimação de quase todas as formas de violência individual.

Especificidades da guerra

A guerra passa a ser tema recorrente nos escritos de Martín-Baró principalmente no período posterior a 1981 – início da guerra civil salvadorenha. A guerra é materialização extrema da violência¹¹⁴.

¹¹⁴ A violência, como já expomos, estava presente desde os primeiros textos, mas o volume e frequência de seus escritos sobre ela e a guerra aumentam. Vale à pena referenciar o livro de Franz Fanon chamado

A guerra é compreendida como prática social que tende a *sobre-determinar* o funcionamento dos aspectos mais diversos da sociedade. Desde a perspectiva psicossocial ela supõe, principalmente, duas condições: a) polarização extrema entre as principais forças sociais; e b) uso da violência como recurso sistemático e principal modo de promoção dos próprios interesses. Enquanto a violência física mata pessoas e destrói recursos, a polarização social¹¹⁵ socava os fundamentos da convivência cotidiana e das relações interpessoais. (MARTÍN-BARÓ, 1989d/2002)

A guerra presume, antes de tudo, agravamento das condições econômicas da maioria da população e incremento da delinquência e criminalidade chamada *comum*. (MARTÍN-BARÓ, 1987i/2003: 157)

Uma das formas específicas de guerra com a qual Martín-Baró trabalhou foi *guerra psicológica*. Esse tipo bélico busca o que poderíamos chamar de *militarização da mente humana*, ela consiste, portanto, num esforço sistemático por ganhar mente e coração tanto do inimigo como de seus simpatizantes; para isso serve-se de quaisquer instrumentos que lhe permita convencer e comover. (MARTÍN-BARÓ, 1989d/2002: 170)

A consequência individual imediata da guerra psicológica é um bloqueio tanto do desenvolvimento da identidade pessoal - que assuma a opção política revolucionária, ou mesmo, uma contrária ao sistema estabelecido - quanto da coletiva - ela desvaloriza a luta pela justiça e desprestigia moralmente quem assume causas revolucionárias. A guerra psicológica pretende, portanto, ser a forma democratizada de alcançar os mesmo fins que a guerra suja¹¹⁶. (MARTÍN-BARÓ, 1987h/2003)

Os condenados da terra, que nas próprias palavras do Martín-Baró foi uma de suas poucas fontes de inspiração para o tema.

¹¹⁵ A polarização era entendida como processo psicossocial pelo qual as posturas frente a determinado problema tendem a reduzir-se cada vez mais a dois esquemas opostos e excludentes, no interior de determinada sociedade. O indivíduo “polarizado” reduziria sua percepção acerca do grupo rival a categorias simplistas e muito rígidas, que contêm mínima identificação grupal e forte caracterização negativa de ordem moral. (MARTÍN-BARÓ, 1983/2003: 140)

¹¹⁶ A guerra suja é orientada contra todos os setores e indivíduos que constituem a base de apoio material ou intelectual, real ou potencial, dos considerados insurgentes. Em El Salvador ela tinha três grandes objetivos: a) desarticular as organizações populares de massa (a existência de organizações que não

Os objetivos da guerra psicológica, para Martín-Baró (1989d: 170), consistem em:

- a) Converter a realidade social numa fala maniqueísta do bem ou do mal absoluto, frente ao que não restaria alternativa além de optar pelo bem, que é a própria postura que ela pretende justificar. Este processo conduz à elaboração da história oficial, uma formalização simplista dos fatos e de seus atores, coerente com os interesses estabelecidos.
- b) Reforçar positivamente a aceitação dessa história oficial e a conseguinte submissão ao poder estabelecido, tornando cada vez mais custoso o possível rechaço e insubmissão ao projeto societário dominante.

Uma compreensão superficial e ingênua da guerra psicológica a reduziria a campanhas propagandísticas, mais ou menos intensas, mais ou menos insidiosas.

Desdobramento do interesse de Martín-Baró pela guerra é seu estudo sobre *trauma*. O termo significa, para ele, ferida. Traumatizado é alguém ferido, quaisquer que sejam as causas e o tipo de lesão sofrida; seriam os problemas psíquicos originados pelo impacto que determinada experiência ou vivência em uma pessoa. (MARTÍN-BARÓ, 1988g/2003: 290)

Martín-Baró (1988g/2003) parte de dois pressupostos para compreensão do trauma: a imprevisibilidade do acontecimento e o caráter individual da experiência traumatizante. Ele apontou, também, três aspectos essenciais para sua compreensão:

- a) O trauma tem caráter dialético - significa que é produzido por uma sociedade, ainda que afete principalmente indivíduos;
- b) O trauma é produzido socialmente, portanto, sua compreensão e solução não requerem exclusivamente atendimentos individuais;

fossem simpatizantes do governo tornou-se impossível; e os militantes que não foram eliminados tiveram que fugir para as montanhas ou viver na clandestinidade); b) eliminar as figuras mais significativas de oposição: por exemplo, a direção da frente Democrático Revolucionária; e c) debilitar as bases de apoio do movimento revolucionário em todos os setores da população. (MARTÍN-BARÓ, 1987h/2003: 191)

- c) As relações sociais dos indivíduos não são apenas as causas do trauma; antes, são elas que o mantêm, alimentam e multiplicam. O caráter particular do trauma varia segundo a natureza concreta das relações em que ele se materializa.

Traços emblemáticos da guerra salvadorenha segundo Martín-Baró

Não pretendemos retomar a discussão iniciada no capítulo dois deste trabalho, mas apontar traços que, na perspectiva de Martín-Baró, são fundamentais para adequada compreensão do que foi a guerra salvadorenha.

Em 1983, Martín-Baró já tinha clareza que a guerra civil salvadorenha era de classe. Dois anos mais tarde, completou a afirmativa: “certamente é uma guerra classista; mas uma em que nem todos os proletários estão juntos dos insurgentes, assim como nem todos os burgueses apoiavam o projeto norteamericano”. O povo salvadorenho, portanto, não devia ser imediatamente descrito com uma antinomia burguesia-proletariado¹¹⁷. (MARTÍN-BARÓ, 1985e/1992: 330)

A lição mais dolorosa que Martín-Baró (1985e/1992) diz ter aprendido com sua vivência da guerra civil foi a que mostrou a força da irracionalidade política frente à razão científica. Frente ao poder desnudo da *política de segurança nacional* nada adiantavam teorias e argumentos.

Martín-Baró afirma que El Salvador tinha se convertido num laboratório vivo em que se tinha colocado em prática os princípios do *conflicto de baixa intensidade*. A extensão e prolongação da guerra foram sentidas na totalidade da população, direta ou indiretamente. Era difícil encontrar em El Salvador alguma família que não tivesse algum filho envolvido com a guerra (fosse de um lado ou de outro), ou que não tivessem sofrido na carne o próprio impacto da violência, da repressão ou da morte. (MARTÍN-BARÓ, 1990c)

A deterioração econômica provocada pela guerra minou a precária infraestrutura econômica do país, apertando ainda mais o cinturão da fome de uma população já endemicamente famélica.

¹¹⁷ Outro fator relevante para compreensão da guerra civil salvadorenha e da revolução nicaraguense era o papel dos fatores religiosos.

3.2.5 Religião

A essa altura esperamos já ter demonstrado que a religião foi fundamental para a orientação tanto da vida quanto da teoria de Martín-Baró. Desde o início de sua formação ele frisava que sacerdócio cristão não consistia unicamente na celebração dos ritos externos. (MARTÍN-BARÓ, 1968a 49)

Para ele, o cristão devia comprometer-se com o mundo histórico; que exigia revolução urgente. Aos 26 anos, afirmou que o espírito cristão deve buscar ação revolucionária eficaz. (MARTÍN-BARÓ, 1968a 53)

Martín-Baró (1968a) assumiu postura crítica frente ao papel da Igreja institucionalizada dizendo que ela: *“se esquece da imensa massa de pobres, aliando-se com a sociedade estabelecida e rica, oferecendo-se como consolo aos abandonados pela fortuna”*. Essa religião piedosa, de conselhos *ultra-mundanos*, propunha efetivamente ópio ao povo; adotava posição paternalista com mentalidade assistencialista. (MARTÍN-BARÓ, 1968a 10). No mesmo texto, diz que a Igreja Católica converteu-se, historicamente, num dos elementos estabilizadores da sociedade capitalista e que ela tem sido a autêntica “tumba de Deus”.

A igreja, segundo Martín-Baró (1968a), tem um chamado: a denúncia do pecado coletivo; das estruturas injustas e rígidas, não somente julgando-as de fora, antes, e, inclusive, reconhecendo sua própria parte de responsabilidades nelas. Ele afirmava que o evangelho cristão atinge a totalidade do homem, não só sua alma, não só seu bem-estar espiritual, mas também seu bem estar material.

Martín-Baró (1968a) apontava o fator histórico com imprescindível para compreensão adequada da Teologia. A igreja católica deveria, em sua opinião, aceitar o que as ciências sociais lhe indicavam: *“só uma transformação radical das estruturas sociais tornará possível um tipo diferente de relações sociais onde reine a justiça e o amor e, por conseguinte, onde possam satisfazer-se os direitos de todos os homens”*. Era possível, em sua perspectiva, ser cristão e revolucionário ao mesmo tempo. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 120 -121)

Na perspectiva de Martín-Baró:

Deus não deve ser buscado na Igreja, senão principalmente no outro; a palavra de Deus se encontra na Bíblia e também nos sinais dos tempos; existe

certamente um pecado pessoal, fruto do egoísmo humano, mas também existe um pecado estrutural, produto da rapina social dos grupos dominantes; a oração não tem porque reduzir-se à busca de consolo para as penas, senão, deve iluminar as lutas libertadoras dos povos. O Reino de Deus não é um simples céu que se espera depois da morte, mas sim uma meta que devemos começar a realizar na mesma existência humana. (MARTÍN-BARÓ, 1985d/1989: 31)

Nos anos de 1985 e 1987, Martín-Baró repetiu - exatamente as mesmas palavras - quando apontou três elementos importantes sobre o entrelaçamento entre a história recente de El Salvador e a Religião:

(...) a) a conscientização religiosa tem permitido amplos grupos superarem sua atitude fatalista; b) a organização das CEBs (Comunidades eclesiais de base) tem servido como estímulo e modelo para a organização social e política, e c) a fé religiosa tem permitido a muitos encontrar sentido nas lutas libertadoras e lhes tem ajudado a sobre-elevar com esperança situações de incrível sofrimento pessoal e coletivo. (MARTÍN-BARÓ, 1987/1998a: 275)

Martín-Baró (1985d/1989: 30) diz que não é possível afirmar com precisão que a “consciência religiosa” estivesse na base do movimento revolucionário salvadorenho da década de 1970; mas apontou que – dificilmente - o campesinato teria se incorporado a esse movimento, se não tivesse primeiro rompido com um esquema fatalista de sua consciência religiosa, que explicava e justificava sua situação de oprimido.

É importantes apontar que as Comunidades Eclesiais de Base (CEB¹¹⁸) foram modelo organizativo para diversos setores da classe pobre salvadorenha. Elas eram ao mesmo tempo causa e fruto desta nova visão; em termos dialéticos, são seu correlato prático. (MARTÍN-BARÓ, 1985d/1989: 31)

Se por um lado a religião dinamizou as lutas do povo salvadorenho, por outro, eram as organizações populares que articulavam essa participação, proporcionando a

¹¹⁸ Seu traço mais característico era que seus próprios membros assumiam a iniciativa, tanto de sua formação intelectual-política quanto de sua vida cristã (realização comunitária, não individual). Eles realizavam-nas desde a perspectiva de sua própria história e dos problemas de sua existência cotidiana, não dos paradigmas impostos por Roma. (MARTÍN-BARÓ, 1985d/1989)

cada indivíduo um posto, uma identidade e uma tarefa. (MARTÍN-BARÓ, 1985e/1992: 332)

Para Martín-Baró (1985d/1989: 32):

Eram os pobres os que, desde sua situação de impotência e de opressão, se punham no caminho da busca de sua libertação histórica. A opção preferencial pelos pobres, tema vertebral da Teologia da Libertação, não é a expressão de um oportunismo sociológico ou de uma politização classista da Igreja latino americana; mas, é fruto da experiência comunitária de que Deus se faz prioritariamente presente nos pobres, não só como resultado negativo dos pobres, não só como resultado negativo do pecado de injustiça histórica, senão e, sobretudo, como expressão positiva das melhores virtudes humanas.

O que se opõe a fé cristã não era o ateísmo, mas sim a idolatria a deuses mortíferos. A hipótese de Martín-Baró é que a religião, *per se* não é necessariamente nem conservadora nem progressista, alienante ou conscientizadora, senão que contém dobre potencialidade.

A conversão religiosa

Segundo Martín-Baró (1987b/1998), entende-se por conversão religiosa o processo de socialização secundária que representa, em alguns casos, verdadeira ressocialização primária dos indivíduos. Não há apenas mudança de valores religiosos, mas, sim, uma no modo como o indivíduo interpreta e valora a realidade; ocorrem importantes mudanças nas atitudes, hábitos e formas de atuar. A conversão é, portanto, algo ativo.

Socialmente, a conversão assume papel determinante no serviço a determinadas classes sociais ou interesses pessoais; já no âmbito individual, ela responde às necessidades de determinadas motivações pessoais. Daí o caráter político da conversão religiosa.

Martín-Baró (1987b/1998) descreve duas tendências da Religião:

a) Religião da ordem

Essa religiosidade¹¹⁹ verticaliza a relação entre Deus e a humanidade e o responsabiliza por tudo, afastando os fiéis de suas origens históricas. Trata-se de uma transcendência alienante que coloca Deus como fator decisivo último do destino.

As características dessa religiosidade são: a) formalismo: quase de caráter contratual (cumprem-se obrigações), sempre se evita o pecado e assim se ganha méritos para o céu; b) individualismo – as pessoas se responsabilizam diante de Deus por suas intenções, não tanto pela consequência de seus atos; e c) espiritualismo – a religião só concerne à vida espiritual, ela é entendida como relação pessoal e íntima com Deus. Torna-se, portanto, mais importante o “não-fazer” (não cometer pecado) do que o fazer. Quanto ao seu impacto político, promove passividade frente à ordem política estabelecida, considerando estes assuntos profanos.

b) Religião subversiva

Da mescla entre a rejeição e a imposição dos governos hegemônicos, surge a religiosidade popular. Ela configura um *depósito histórico* em que os povos latinos têm preservado o sentimento de identidade histórica frente à colonização. Em quatro notas, a religiosidade popular promove: a) a assimilação cultural (as doutrinas são assimiladas levando em consideração questões existenciais dos povos em questão); b) a predileção por mediadores próximos (frente à hierarquia e o afastamento do deus tradicional da religião); c) a *corporização* dos ritos (os povos tendem a viver a religião mais com o corpo do que com o intelecto, as peregrinações e procissões, por exemplo, são mais populares que as missas); e d) há responsabilidade coletiva (há forte consciência de responsabilidade coletiva dos povos - familiar e comunitária).

¹¹⁹ A religiosidade para Martín-Baró (1987b/1998) relaciona-se com as representações religiosas - práticas religiosas que derivam da religião - são vínculos e modos de relações entre os membros das comunidades religiosas, nessa definição, os símbolos e a mensagem salvífica são centrais. Dois aspectos que, portanto, vão diferenciar religião de religiosidade: a verticalidade-horizontalidade e a historicidade-transcendentalidade.

3.2.6 *Universidade*

Além de teórico profícuo, Martín-Baró seria posteriormente lembrado, pelos que frequentaram seus cursos, como professor excepcional. Ainda jovem, mostrava apreço especial pelo tema educação. Diversos textos denotam suas constantes preocupações não só sobre o seu conteúdo formal, mas também com o prático e – principalmente - sua orientação ética.

Em 1968, Martín-Baró (1968c: 368) científica que ensinar é influenciar e modificar, mediante a aprendizagem, a conduta das pessoas. Em 1977, diz que educar é formar atitudes. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 293)

Ainda sobre a educação, no ano de 1988, afirma que:

[A educação] que se transmite no dia-a-dia das relações sociais, deve propiciar novos modelos de identificação e, por conseguinte, novo estilo de vida. A recuperação da consciência e construção de uma nova identidade constitui um processo de libertação social e individual que vai desde abordagens de estruturas distintas das relações, até aspirações de realização pessoal mais realistas; passando pelo desenvolvimento de tecnologias aplicadas a nossos recursos e circunstâncias. (MARTÍN-BARÓ, 1988b/2002: 109)

Num texto de 1971, versou especificamente sobre psicopedagogia. Martín-Baró (1971) criticou o modo como a Psicologia tratava as questões pedagógicas. Ele apontou, também, para a juventude da psicopedagogia, e a necessidade interna dela de fundir ao seu corpo teórico, os avanços da Psicologia.

Para Martín-Baró (1971) o ensino performático não promove a capacidade expressiva do estudante, pelo contrário, a educação verdadeira deve penetrar o mundo problemático do humano; deve ser práxis transformadora e promotora de reflexões.

Martín-Baró (1983a/2005) endossa a proposta de alfabetização libertadora de Paulo Freire, que buscava promover as “palavras geradoras” próprias de cada comunidade; que validava a conexão entre significações e estruturas sociais e, por conseguinte, a existência de códigos linguísticos que canalizam psicossocialmente os valores socialmente impostos.

Nas palavras de Martín-Baró:

Alfabetização conscientizadora tem surgido da fecundação entre educação e psicologia, filosofia e sociologia. (MARTÍN-BARÓ, 1986b: 220)

Para Martín-Baró (1986b) o problema da educação na América Latina deve ser pensado *desde* o analfabeto e o desempregado, por exemplo; e não *para* eles. Trata-se de pensar e teorizar *com* eles.

Uma das preocupações de Martín-Baró foi definir o papel social da Universidade, captando assim o duplo potencial dessa instituição social.

No específico caso da Universidade José Simeon Cañas ele apontou três objetivos principais: pesquisa, docência e a projeção social. O objetivo da instituição, portanto, deixava de ser a formação de profissionais, e passava ser a produção de teoria que auxiliasse o povo salvadorenho. (MARTÍN-BARÓ, 1976b)

A proposta de Martín-Baró, em 1976, era mudar o sentido das disciplinas ministradas pelos departamentos da UCA promovendo planificação e sincronia entre as áreas de conhecimento. Seu objetivo era organizar as tarefas da universidade de modo a promover integração do conhecimento.

Martín-Baró era crítico ferrenho da ausência de pesquisas na Universidade. Para ele, sem pesquisa, o saber estaria sempre filtrado por esquemas teóricos importados de outras realidades sociais que tendiam a proporcionar uma imagem distorcida da realidade. A pesquisa é, portanto, porta por onde passa a libertação de nossa consciência. (MARTÍN-BARÓ, 1976b)

Se por um lado a Universidade é eficaz instrumento para o fortalecimento e reprodução do sistema dominante, por outro, tem como função ser consciência crítica e criadora da realidade de um povo - que é sua única razão de ser e a quem deve integralmente. (MARTÍN-BARÓ, 1975b: 639)

É impossível pretender pluralismo universitário de perspectivas teóricas e interesses sociais apriorísticos - a partir da afirmação de que a Universidade deve, necessariamente, ser universal. A planificação conscientizadora-libertadora de um projeto universitário deve, abertamente, escolher os interesses do povo. (MARTÍN-BARÓ, 1974a: 148-149)

Vale ressaltar o caráter lúcido de sua postura frente aos limites do fazer universitário. Segundo Martín-Baró (1974a), não pertence às Universidades várias das mudanças inspiradas e propugnadas por elas. Os limites de sua atuação são impostos pelas estruturas sociopolíticas. (incursões político-militares nas Universidades latino-americanas nos períodos ditatoriais são provas disso).

Martín-Baró (1987g/2010) narrou que em El Salvador predominava, em amplos setores da população, excessiva confiança nas possibilidades de alcançar mudanças sociais por meio da educação - concretamente, de reformas no sistema escolar. Contudo, diz que teóricos sociais (sobretudo os de orientação marxista) tenderiam a subestimar o que se pode alcançar por meio de mudanças no sistema escolar - uma vez que consideram a escola superestrutura ideológica com mínima autonomia funcional frente ao determinismo do sistema socioeconômico estabelecido e, por conseguinte, subordinada aos interesses das classes dominantes.

O sistema escolar salvadorenho contribuiu para gerar condições subjetivas que, unidas às condições objetivas de injustiça e opressão, desencadearam diversas situações revolucionárias no país. (MARTÍN-BARÓ, 1987/2010f: 91)

Basta ver, segundo Martín-Baró (1989c/2002), os processos educativos, na família, na escola, por exemplo, e compará-los a formas educativas que se empregam em períodos anteriores, para comprovarmos o impacto que os conhecimentos técnicos e científicos tiveram no ordenamento social e no desenvolvimento humano.

3.2.7 *Libertação*

Ça va sans dire que esse conceito é prova da inegável relevância da Teologia da Libertação na proposta de Psicologia Social de Martín-Baró. Finalizaremos esta sessão expondo seu conteúdo, não por sua pouca importância para a teoria psicossocial aqui estudada, pelo contrário foi deixado por último por sua centralidade na obra; e por ser matriz de praticamente toda a teoria.

Em 1968, Martín-Baró (1968a) defendia que, para o cristianismo, a História é processo dinâmico de libertação. Até mesmo das instituições que configuram o próprio cristianismo. (O humano foi feito para o sábado e não o contrário - era o exemplo da Bíblia Cristã que ele utilizava). Na década de 1980, ele diz que libertar-se do pecado exigia eliminar as raízes da injustiça e da desumanização presentes na sociedade.

A libertação a que ele se referia não era passível de aprendizado escutando conferências e aulas acadêmicas. Ela expressava-se e se realiza historicamente em movimentos concretos. Para ele não haverá libertação enquanto não houver ação concreta na rua e na vida cotidiana. (MARTÍN-BARÓ, 1974a: 143)

No ano de 1976, Martín-Baró conclui que libertar o indivíduo afirmando estruturas sociais de opressão constitui processo de pseudolibertação, só possível onde imperasse falsa consciência, ou seja, mediante negação da consciência de classe. (MARTÍN-BARÓ, 1976a: 10)

Em 1985, diz que libertação histórica das estruturas de opressão e de injustiça representava a necessária mediação sacramental de salvação proposta por sua perspectiva cristã. Ela engendrava inversão radical do papel social desempenhado até o momento pela religião. A libertação deveria, portanto, ser: da exploração econômica, da miséria social e da opressão política. Uma libertação que objetivava a construção de uma sociedade nova, baseada na justiça e na solidariedade.

A tarefa com que se confrontariam os povos latino-americanos era dupla: por um lado, precisavam libertar-se de fatores - externos e internos - que os mantinham atados aos interesses de outros países; e, por outro, libertar-se das ataduras interiorizadas que alheavam suas mentes a respeito de suas vidas, bloqueando-lhes a construção de sua própria identidade histórica como pessoas e como povo. (MARTÍN-BARÓ, 1985e/1992: 318)

Como já demonstramos, a libertação era horizonte da proposta de Psicologia de Martín-Baró. Horizonte é definido como:

(...) uma atividade que constitui o marco último em que adquire sentido aquele *transfundo* frente ao qual se desenham os contornos do que se faz ou se deixa de fazer. O horizonte não é algo extrínseco ao *quefazer*; pelo contrário, constitui seu determinismo mais profundo, aquela totalidade última que define o sentido de cada atividade parcial. (MARTÍN-BARÓ, 1987c/1998: 318)

O próprio autor (1987c/1998) reconheceu que este horizonte constituía uma utopia; entretanto, em sua opinião, só movida por um ideal como ela, a Psicologia Social latino-americana alcançará a superação de seu mimetismo teórico e sua marginalidade praxica.

4. PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO



(QUINO - Toda Mafalda)

4.1 O que significa Projeto Ético-Político¹²⁰ neste trabalho?

Projetar as ações, orientando-as para a objetivação de valores e finalidades, é parte da práxis. Afirmar que essa projeção é ética e política significa considerar que a teleologia implica valores e que sua objetivação supõe a política como espaço de luta entre projetos diferentes (BARROCO, *Ética e Serviço Social: fundamentos Ontológicos*)

A Psicologia da Libertação é proposta aqui como conjunto de orientações de caráter ético-político e científico, que direciona a práxis do profissional em Psicologia. Em muitos espaços da vida um *ethos* pode ser objeto de análise; propomos, portanto, ao sistematizar as principais categorias analíticas, pesquisas e a própria práxis desse projeto – expresso na obra textual de Ignacio Martín-Baró – esquadriñar suas raízes histórico-filosóficas.

¹²⁰ Tomamos para servir de base nesta reflexão, o capítulo do livro: *Ética e Serviço Social: fundamentos Ontológicos*, publicado pela Editora Cortez pela primeira vez no ano 2001. Ele versa, basicamente, sobre o primeiro capítulo da tese de doutorado desta autora: *Ontologia social e reflexão ética*, defendida no Programa de Estudos Pós-graduados do Serviço Social da PUC-SP, em março de 1997. Vale lembrar que a autora assume, explicitamente, uma perspectiva lucakstiana para a compreensão da teoria social Marxista. Outro texto fundamental para a construção desta sessão foi o livro publicado no Brasil, em 1972, *O Quotidiano e a História*, de Agnes Heller, traduzido por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder para a editora Paz e Terra.

Na definição clássica¹²¹ do que seria um *projeto profissional* José Paulo Netto diz que:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estes, também e destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais. (NETTO, 1999)

Pensar a relação moral-ética-mundo do trabalho não é tarefa simples e, sem dúvida, não cabe em poucas linhas. Nossa exposição (porque nos pareceu mais didática) parte de breves definições; primeiro de moral, depois de ética e posteriormente da articulação das duas num projeto ético-político vinculado a determinado tipo de exercício científico-profissional, neste caso: o da Psicologia da Libertação.

A Moral

A moral, segundo Barroco (2008), origina-se no próprio processo de sociabilidade; e objetiva ser *conjunto de respostas práticas ao estabelecimento de normas e deveres*. Ela exerce fundamentalmente função integradora; uma mediação de valor, entre o indivíduo e a sociedade - entre sua consciência e sua prática.

Nas palavras de Heller:

A moral é uma relação entre as atividades humanas. Essa relação é – para empregarmos uma expressão bastante abstrata – a conexão da particularidade com a universalidade genericamente humana. (HELLER, 1972: 5)

A moral é entendida como “sistema/sistematização das exigências e dos costumes” que permitem aos humanos uma elevação acima das necessidades imediatas (necessidades de sua singularidade). (HELLER, 1972)

¹²¹ Tomamos por clássica, uma vez que José Paulo Netto é um dos teóricos sociais de maior visibilidade na histórica recente do Marxismo Brasileiro.

Ao converter-se em necessidades internas conscientes, ela pode propiciar a suspensão da singularidade, pode, portanto, configurar uma forma de alienação – isso dependerá da direção social, da “forma” como se objetiva e de seu produto objetivo.

No capitalismo, a moral cumpre função ideológica específica e propicia integração social que viabiliza necessidades privadas contrárias às capacidades emancipadoras do ser humano. As supostas escolhas são condicionadas por determinações ideológicas coercitivas, indo muitas vezes na direção contrária ao desenvolvimento da autonomia. (BARROCO, 2008: 45)

A Ética

A categoria “ética” pode definir-se como:

(...) capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre. (BARROCO 2008:19)

O *valor*, supracitado por Barroco, é tudo aquilo que, em qualquer das esferas e em relação a uma situação particular, contribui para o enriquecimento dos componentes essenciais do gênero humano¹²²; consideramos “desvalor” tudo o que - direta ou indiretamente - diminua ou inverta o nível alcançado no desenvolvimento de determinado componente essencial. O valor, portanto, é expressão de uma categoria ontológica; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural, antes tem objetividade social. (HELLER, 1972)

O zênite da ética nas sociedades antigas não era ocupado pela liberdade – como acontece no modo de produção capitalista - mas sim, pela felicidade. A liberdade estava, em decorrência do limite histórico, impossibilitada de existência real. Ela só assume o núcleo central da ética quando ocupou na própria realidade essa importância. Com a dissolução das antigas sociedades, o avanço do capitalismo empreendeu historicamente

¹²² Os componentes da essência humana são: o trabalho (a objetivação), a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. A essência humana, portanto, não é o que “esteve sempre presente” na humanidade, mas é a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano. (HELLER, 1972:4)

o caminho de seu desenvolvimento, com isso desvencilhou a ética de imediato vínculo a um código de costumes morais. (HELLER, 1972)

A reflexão sobre ética é, historicamente, construída dentro do campo analítico da Filosofia e tem por objeto a moral. Na perspectiva materialista-histórica e dialética, (de viés lukacstiano) ela adquire caráter ontológico-social-materialista. A ética tem por premissas: suspensão da cotidianidade; e não responder a necessidades imediatas, antes, sistematizar a *forma da vida cotidiana*, pressuposto para uma organização da vida além das necessidades voltadas exclusivamente para o próprio indivíduo, ampliando assim as possibilidades de autorealização do humano como “individualidade livre e consciente”. (BARROCO 2008: 55)

A ética possibilita a elevação aos valores humano-genéricos, o que não pressupõe que sua abstração teórica se isole da práxis; antes, ela interfere diretamente na realidade e aumenta as capacidades ético-morais dos indivíduos. Para que a ética se realize como categoria ontológica é necessário que ela conserve sua perspectiva totalizante e crítica, desmistificando formas reificadas de ser e pensar. (BARROCO, 2008)

Ela (a ética) realiza plenamente sua *natureza* quando: a) apreende criticamente os fundamentos dos conflitos morais e desvela os sentidos que determinam suas formas alienadas; b) responde aos conflitos oriundos de determinada particularidade histórica, resgatando valores da genericidade humana; e c) vai em direção das possibilidades de “exercício” da liberdade, sua pedra angular¹²³.

Como reflexão crítica, [a ética] faz juízos de valores sobre a realidade, mas seu caráter teórico-metodológico não permite que a fundamentação da realidade se sustente em valores; trata-se de apreender, na realidade concreta, as tendências e possibilidades para a vigência dos valores que lhe servem de orientação ética. (BARROCO 2008:56)

¹²³ A *consciência da liberdade* para a humanidade e para os indivíduos desenvolve-se à medida que a humanidade apreende semelhante imanência, a alternativa e o poder que dela fruem. A moral, para Marx apud Heller (1972:118) é “sempre imanente, porém a humanidade – enquanto humanidade livre – só pode se elevar à autoconsciência à base da imanência moral – o que significa – convém repetir – a tomada de consciência do caráter terreno da vida e da contínua autocriação humana”. A “autonomia necessariamente relativa” da atividade da humanidade é o segundo ponto de partida da concepção de ética marxiana.

Valor refere-se a tudo que produz diretamente a explicitação da essência da humanidade ou a condição para tal. O próprio critério para o desenvolvimento dos valores não é apenas a realidade deles, mas, também, sua própria possibilidade. Quando determinado valor é conquistado pela humanidade, de modo nenhum é perdido absolutamente; ele pode “se esconder” historicamente, entretanto, permanecerá existindo enquanto possibilidade latente – Heller chama isso de *invencibilidade da substância humana*. (HELLER, 1972)

Se a reflexão ética se desvincula de seu compromisso com os valores, ela perde o sentido. Quando ela não apreende a fundamentação deles na realidade, não exerce nenhum papel teórico e, se não é crítica, deixa de ser ética e torna-se doutrina. (BARROCO, 2008)

A ética do materialismo-histórico dialético só pode ser tomada como “consciência de determinado movimento” que se humaniza a si mesmo e humaniza a humanidade, ou seja, ela estará indissociavelmente vinculada mais ao *desenvolvimento* do próprio movimento, do que do esforço para “aplicar corretamente seus próprios pressupostos teóricos” a algum objeto. (HELLER, 1972)

Projeto Ético-Político

Existem na vida social vários tipos de projetos: os sociais, os coletivos e os societários, por exemplo. Os projetos que se vinculam a alguma atividade profissional são de caráter coletivo, pois supõe formação específica, de cunho legal, ético e político. (BARROCO, 2008)

Um projeto de orientação profissional, como o da Psicologia da Libertação – por exemplo-, necessariamente vincula-se a determinadas condições históricas. Portanto, ele exerce “efeito” concreto, que vai em direção das necessidades sociais estabelecidas por sua direção ética e política, tenham os psicólogos que aderem a ele consciência ou não de seus elementos constitutivos.

Neste sentido, tomamos a Psicologia da Libertação como projeto de orientação científica e profissional; porque proposta ao psicólogo como práxis concreta: a libertação; e tem como fundamento para seu exercício: a defesa dos interesses das classes exploradas pelo capitalismo e, partir delas tanto teorizar quanto definir sua práxis.

O coletivo dos agentes profissionais, em torno de valores e finalidades comuns, dá organicidade e direção a um projeto profissional. Para a compreensão deste processo, portanto, é imprescindível à apreensão cultural atribuída a moral de uma determinada particularidade histórica. No nosso caso o agente do qual depreendemos o projeto ético-político são as obras de Ignacio Martín-Baró.

Projetos societários apresentam a imagem de uma sociedade a ser construída, reclamam determinados valores para justificá-la e privilegiam certos meios -materiais e culturais - para concretizá-la (NETTO *apud* BARROCO, 2008:66) estabelecem mediações com as profissões à medida que ambos têm estratégias definidas em relação ao atendimento de necessidades sociais, com direções éticas e políticas determinadas.

Todo juízo referente à sociedade será *juízo de valor*, à medida que se apresente no interior de determinada matriz teórica e cosmogônica. Enfim, o juízo funciona coerentemente – como parte da totalidade – de dentro da teoria. As próprias escolhas entre possibilidades distintas têm, invariavelmente, um conjunto axiológico objetivo. Entretanto, os humanos nunca escolhem valores, assim como não escolhem o bem ou a felicidade, antes, escolhem sempre entre possibilidades concretas, finalidades concretas. (HELLER, 1972)

Um *quefazer* profissional historicamente adere ou não a determinados projetos societários dominantes, e embora a ideologia não seja a única mediação profissional, ela está presente nas orientações de valor ético-moral e na direção política da ética destes profissionais. Toda a atividade política supõe a projeção ideal do que se pretende transformar (BARROCO 2008:49). Numa sociedade capitalista, a práxis política diz respeito ao enfrentamento teórico-prático das contradições, da luta de classes. Como práxis, a ação política permite aos indivíduos “abdicam” sua singularidade e elevarem-se ao humano-genérico.

Nas sociedades capitalistas, projetos societários são, necessariamente, projetos de classe, ainda que estes contenham determinações de outra ordem (de gênero, culturais e étnicas, por exemplo).

O *ethos* que conduz uma profissão, segundo Barroco (2008), é um modo particular de objetivação da vida ética. Suas particularidades se inserem na relação

complexa entre as necessidades que legitimam determinada profissão (no nosso caso a Psicologia) e a divisão sociotécnica do trabalho.

As próprias necessidades que legitimam os diversos “exercícios” profissionais vinculam-se à particular determinação de sociabilidade; onde modos de consciência moral relativos aos valores culturais, normas e princípios éticos, uma vez legitimados socialmente, (re) criam novas necessidades e alternativas de valor. Neste sentido *ethos professional* é modo de ser constituído numa relação complexa (entre as necessidades socioeconômicas/ideológicas-culturais e as possibilidades de escolha inseridas nas ações ético-morais) e apontam para sua diversidade, mutabilidade e contradição. (BARROCO, 2008)

Ética profissional é, também, determinada por escolhas que são anteriores a escolha de uma ou outra profissão. O conhecimento, de base científico-filosófica, é incorporado por determinada forma de atuação na Psicologia, por exemplo.

Essa relação é conflituosa e contraditória, uma vez que a formação – por meio da qual se adquire conhecimento filosófico-científico para fundamentar as escolhas éticas - não é o único referencial profissional; acresça-se a ela: educação moral, meios de comunicação, religiões, partidos políticos, movimentos sociais. No caso de Ignacio Martín Baró isso é explicitamente observado por sua vinculação à Companhia de Jesus.

A própria ética profissional extrapola a profissão e se remete a esferas mais gerais da vida social. Desta forma, cabe “compreender o *ethos professional* como modo de ser construído a partir das necessidades sociais inscritas nas demandas postas historicamente à profissão e nas respostas ético-morais dadas por ela nas várias dimensões que compõem a ética profissional” (BARROCO 2008: 69)

4.2 A Psicologia de Martín-Baró: horizonte científico

Antes de - finalmente - esculpirmos de dentro da proposta teórica de Martín-Baró seu projeto ético-político, é relevante conhecermos peculiaridades que ele atribui à ciência da Psicologia. Ao passo que essa apreensão pretende-se objetiva, impõe-se primeiro dar ao leitor a chance de conhecer a proposta do autor, para posteriormente cumprirmos nosso objetivo. Expomos, portanto, suas concepções de Psicologia Social,

depois, as particularidades da Psicologia Libertação e, por último, de Psicologia Política¹²⁴. Por conseguinte, apreendemos aspectos éticos do que ele frequentemente chamou de *compromisso*; por fim, delimitamos o projeto/horizonte político e ético de sua Psicologia, tanto da ciência quanto do campo de atuação profissional.

Psicologia social

Os estudos acadêmico-científicos de Martín-Baró começam pela Teologia (como já apontamos), e dela expandem-se para diversas áreas das ciências humanas. Entretanto, é na/pela Psicologia que ele obtém maior reconhecimento internacional e, indubitavelmente, contribui de forma mais significativa para avanço da teoria psicossocial na América-latina.

Martín-Baró (1989c/2002) preocupava-se tanto com a Psicologia acadêmica quanto a profissional. Por isso, propor *libertação* como horizonte do *quefazer* é, além de tarefa que se realiza nas próprias bases teóricas desta ciência, imprescindivelmente, práxis social; que exige tanto coerência teórica com pressupostos éticos quanto práxis que coadunem a ela.

Segundo Martín-Baró (1972a/1998) o psicólogo pode/deve: a) esclarecer a consciência coletiva; b) dismantelar discursos ideológicos que encobrem e justificam a violência; e c) desmascarar interesses de classe que se escondem atrás de *mentiras institucionalizadas*¹²⁵.

No ano de 1973¹²⁶, ele diz que ao psicólogo cabe *abrir novos caminhos*. Esse profissional deveria cooperar na promoção e viabilização de transformações intra e interpessoais. Três anos mais tarde alerta os psicólogos sociais a não se transformarem em tecnocratas da conduta; para tanto, sólida orientação teórica era fundamental. (MARTÍN-BARÓ, 1976)

¹²⁴ A ordem de apresentação das propostas apoiou-se na quantidade de textos/artigos e livros de Martín-Baró sobre elas, mais do que, numa ordem baseada na sua importância para a obra do autor.

¹²⁵ Em 1985, mencionava esses temas utilizando a expressão *processos de desideologização*, ou seja, um desmascaramento do *senso comum* que justifica e viabiliza subjetivamente a opressão social. (MARTÍN-BARÓ, 1985a: 3)

¹²⁶ (MARTÍN-BARÓ, 1973a: 132)

Num texto de 1981, diz:

O psicólogo, como qualquer outra pessoa, antes de ser psicólogo é membro de uma sociedade e de um povo. A afirmação, não por óbvia, é menos necessária. Ninguém pode evitar a confrontação dos problemas de sua própria sociedade por mais que se “exile” em torres de marfim. A análise científica surge em uma situação concreta e o psicólogo é por necessidade parte da rede de relações e interesses que configuram essa situação. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 9)¹²⁷

Em 1985, Martín-Baró (1985a: 6) demonstrou bastante lucidez quanto aos limites da atuação profissional dos psicólogos sociais. Se, por um lado, eles, pouco ou nada fazem frente aos grandes fatores objetivos que impedem o desenvolvimento da democracia, por outro podem/devem fazer algo a respeito dos fatores subjetivos (ou intersubjetivos) que a interpelam.

Quanto à ciência da Psicologia, em 1971, menciona o traço que não abandonaria sua concepção teórica pelo resto de sua vida: “*A psicologia não pode sustentar-se sobre ideais teóricos abstratos, senão, sobre a realidade humana de determinada particularidade histórica*”. (MARTÍN-BARÓ, 1971: 402)

Ele diz, numa alusão a racionalidade tecnológica marcuseana, que a técnica pode desenvolver sua própria racionalidade; portanto, importar acriticamente teorias estrangeiras era perigoso. Toda ciência será necessariamente situada e, portanto, deve se comprometer com sua realidade social. (MARTÍN-BARÓ, 1972a/1998: 71)

Para Martín-Baró (1973b) era preciso *purificar* as ciências humanas dos vínculos (ora mais ora menos conscientes) que a subordinam aos interesses dos poderes estabelecidos. Elas deveriam optar por valores alheios a esse sistema, por exemplo: individualismo, consumismo e meritocracia.

No ano de 1976, Martín-Baró (1976a) destacou um elemento importante para compreendermos sua proposta de Psicologia Social; ela deve se debruçar sobre

¹²⁷ Essa é uma autoreferência do autor à sua introdução feita para o trabalho, escrito em 1976, chamado *Problemas de Psicologia Social en América Latina*. San Salvador: UCA Editores, 1976.

processos nos quais o social se faz individual e o individual *devinde* social, ou seja, onde ele penetra o terreno da ideologia¹²⁸.

Neste momento, sua teoria já continha críticas à Psicologia Social hegemônica de sua época. Ao centrar o objeto de estudo da Psicologia Social na análise e compreensão da ideologia dos indivíduos (sua estrutura e funcionamento), aparecem, por contraste, duas das principais falhas dessa psicologia hegemônica: a parcialização de sua perspectiva e o formalismo de seus conteúdos. (MARTÍN-BARÓ, 1976a)

Nas palavras de Martín-Baró:

Frente a esta Psicologia Social parcial e formalista, metodologicamente asséptica e assepticamente metódica, a Psicologia Social deve afirmar a ideologia como objeto específico de seu *quefazer*, o que implica afirmar a necessidade de uma perspectiva totalizadora e uma tomada de consciência sobre o compromisso inerente a toda a ciência. Em outras palavras, implica reafirmar a essencial historicidade da psicologia social. (MARTÍN-BARÓ, 1976a: 11)

A Psicologia social era carente de consciência histórica. Martín-Baró (1976a) não ignorou o acervo de conhecimento que a Psicologia Social acumulou (seus dois principais livros – *Psicologia Social desde centro-américa* volumes 1 e 2 - atestam isso), antes, tratou de recolocá-lo criticamente a partir de uma clara opção ética - toda opção, segundo Martín-Baró (1981c), é por principio, axiológica¹²⁹. O “desde onde?” de sua proposta é respondido com clareza: de uma realidade social dependente, dominada e oprimida, de um povo, por séculos, alienado. (MARTÍN-BARÓ, 1976)

Em suas palavras:

O *para quem* da psicologia social latino-americana deve precisar o objeto de seu *quefazer*: a libertação histórica dos povos latinoamericano. E isto, por

¹²⁸ Em 1976, Martín-Baró indicava que a ideologia de cada indivíduo constituiria a encarnação individual dos processos e contradições grupais. (MARTÍN-BARÓ, 1976a: 11)

¹²⁹ Segundo o autor optar, tomar partido, não é, automaticamente, deixar de ser científico; a ciência toma partido pela verdade, que é sempre histórica. Objetividade científica não se identifica com assepsia, fundamentalmente, porque o ato de conhecer é humano, ou seja, situado e referido a interesses sociais, e vinculado de uma ou outra maneira àqueles mesmos atos que pretende entender e analisar. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 10)

meio de um processo de libertação daquelas opressões concretas que, em cada situação, mantem o povo em uma situação de alienação pessoal e social. (MARTÍN-BARÓ, 1976a:13)

Em 1977, diz:

A psicologia deve, neste sentido, ser duplamente ciência da consciência. Por um lado, a consciência constitui objeto muito particular de ser estudo, mas, por outro lado, seu conhecimento deve colocar manifesto o verdadeiro determinismo do comportamento humano na própria sociedade e circunstância histórica. A consciência será tanto mais diáfana quanto seu conhecimento se funde mais na ciência, mas esta ciência deve, por sua vez, enfrentar conscientemente os verdadeiros conflitos da realidade humana (pessoal e social) em que vivemos. (MARTÍN-BARÓ, 1977a:12)

Neste mesmo ano, evidencia-se a vasta influência do pensamento de Lucien Sève¹³⁰ em suas formulações teóricas. A apropriação de Martín-Baró deste autor levou-o a conclusão que o objeto de estudo da Psicologia não deve ser nem a conduta, nem a experiência, mas o ato. O ato presume conduta e experiência, portanto, é fundamentalmente produto de uma situação histórica assim como produtor dela, a sua vez - de uma *nova situação histórica*. (MARTÍN-BARÓ, 1977a: 19)

Em 1981, Martín-Baró deu pistas do que aparece, com maior clareza, no livro *Ação e Ideologia* (publicado pela primeira vez em 1983). Sua Psicologia Social poderia ser definida como: “o estudo científico da ação humana enquanto ideologia. Esta visão busca intencionalmente enraizar-se com a tradição da Psicologia Social em uso, mas *filtrada* pelo crivo de categorias históricas submetidas ao critério da verdade dos processos nos quais pretende repercutir”. (MARTÍN-BARÓ, 1981c:14)

No mesmo texto, ele diz:

Ao tomar como objeto da Psicologia Social a ação enquanto ideologia se postula que a influência social é intrínseca a ação, da qual é constitutiva

¹³⁰ Lucien Sève (1926 -), filósofo francês é doutor em Filosofia e autor de numerosas pesquisas de cunho marxista. Foi membro da Comissão Consultiva Nacional de Ética francesa, entre 1983 e 2000; e do Partido Comunista Francês de 1961 a 1994. Escreveu diversas pesquisas sobre biomédica e seus conceitos de *pessoa potencial/pessoa humana*.

essencial, e se indica que essa influência está referida a uma situação histórica concreta, nas quais os interesses de classe determinam a estruturação última dos quefazer humanos, sem que as influências aparentes ou imediatas sejam necessariamente as influências reais ou mais significativas. (MARTÍN-BARÓ, 1981c:17)

A psicologia social constitui-se, para Martín-Baró (1981c), perspectiva privilegiada para desmascarar a ideologia dominante e manifestar a falsidade do discurso ideológica que subjugava populações inteiras. Ela pretende ser contribuição para criação de uma nova consciência coletiva popular (latino-americanos, neste caso), uma “consciência lúcida sobre as raízes últimas de seu ser e de seu saber social, necessária para projetar-se para um ser distinto, que abra o horizonte de uma história nova”. (MARTÍN-BARÓ, 1981c: 21)¹³¹

Psicologia da Libertação

Esse é o nome dado por Martín-Baró a sua proposta teórica para a Psicologia. De inegável inspiração da Teologia (latino-americana) da Libertação, ela consiste num *novo horizonte* para *quefazer* para a Psicologia; no deslocamento dos seus interesses dela para necessidades das classes exploradas.

Segundo Martín-Baró (1986b), elaborar Psicologia da Libertação não é simplesmente tarefa teórica, senão, primeiro e fundamentalmente, tarefa prática. Realizá-la exige em primeiro lugar *libertação da própria Psicologia*.

As tarefas – imediatas, à época - da Psicologia da Libertação, segundo Martín-Baró (1986b) consistiam em:

- a) Contribuir para recuperação da memória histórica dos povos - significava descobrir seletivamente, mediante a memória coletiva, elementos do passado que foram eficazes na defesa dos interesses das classes exploradas e que são úteis para os objetivos da luta e da conscientização;
- b) Desideologizar a experiência cotidiana – isso se realizava num processo de participação crítica na vida dos setores populares; isso representava certa ruptura com as formas predominantes de investigação e análise;

¹³¹ Ele repete praticamente a mesma coisa na página 217 do livro de 1983. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 217)

- c) Potencializar as virtudes populares mais profundas - as que permitem o confronto das circunstâncias quase infra-humanas de existência, e fortalecem a difícil tarefa de sobrevivência histórica nestas condições.

Em 1987, Martín-Baró (1987c/1998: 320) reelaborou alguns aspectos teóricos e redefiniu as tarefas para:

- a) Estudo sistemático das formas de consciência popular - verdadeira pesquisa-ação que supera o dado abstrato da realidade imediata e descobre novas potencialidades históricas;
- b) Resgate e potencialização das virtudes populares - reencontrar toda a riqueza e preservar tudo o que historicamente faz possível a solidariedade dos pobres frente à exploração; o senso comunitário frente ao individualismo; o saber popular frente ao imperialismo cultural;
- c) Análise das organizações populares como instrumento de libertação histórica - de nada serve conscientização sobre a própria identidade e sobre os próprios recursos, se ela não encontra formas organizativas que defendem os interesses das maiorias populares.

Para melhor compreensão das preocupações teóricas de Martín-Baró (1986a), destacamos as principais causas da miséria teórica da Psicologia latino-americana; que, em sua perspectiva, eram:

- a) Mimetismo cientificista - a aceitação acrítica de teorias e modelos é, precisamente, negação dos fundamentos mesmos da ciência;
- b) Carência de uma epistemologia - cinco pressupostos marcavam negativamente a Psicologia latino-americana: o positivismo, o individualismo, o hedonismo, a visão homeostática e o ahistoricismo;
- c) Falsos dilemas - por exemplo, contrapor Psicologia Científica à Psicologia “com alma”; Psicologia humanista à Psicologia materialista¹³².

¹³² Para Martín-Baró quanto melhor for à compreensão da teoria, melhor ela auxilia na humanização das pessoas. Não se trata, portanto, de optar entre Freud ou Rogers, Maslow ou Wallon; Psicologia Reacionária à Psicologia Progressista (o que caracteriza a Psicologia como reacionária ou progressista não é tanto seu lugar de origem quanto sua capacidade para explicar ou ocultar a realidade e, sobretudo, para reforçar ou transformar a ordem social).

Para Martín-Baró (1986b) era necessário repensar a bagagem teórico-prática da Psicologia latino-americana desde a vida de seus próprios povos, dos seus sofrimentos, suas aspirações e suas lutas. Portanto, esta revisão não deve ser feita de dentro das universidades, senão desde uma práxis comprometida *com* eles.

Num de seus últimos textos publicados, Martín-Baró (1989c/2002) reitera a importância de aprofundar o conceito psicossocial de Libertação; não só para mostrar suas profundas raízes nas tradições mais valiosas da Psicologia Científica, mas também, as diversas possibilidades que ela abre ao *fazer* do psicólogo.

Martín-Baró (1989c/2002) identificou na Psicologia Científica o que chamou de “momentos de libertação”. Neste texto, periodizou-os em quatro momentos:

- a) Primeiro momento: a libertação se constituía objeto do *quefazer* clínico. Era o reconhecimento que todo transtorno supunha alguma modalidade de alienação, de falta de poder sobre si mesmo, de escravidão. A tarefa do psicólogo ou do psiquiatra era, portanto, libertar; possibilitar que o indivíduo rompesse com as cadeias que o impediam de *dono de si mesmo*.
- b) Segundo momento: Freud demonstrou que a alienação não só ocorria no âmbito dos transtornos comportamentais, mas também que a *vida cotidiana* estava repleta de pequenas alienações inaceitáveis para a própria consciência, tanto no sentido psíquico quanto moral. Desta forma, apontou que a libertação devia estender-se até os sócios da personalidade para rastrear ali ditaduras privadas e escravidões.
- c) Terceiro momento: a Psicologia descobriu novas formas de encadeamento que influenciavam o humano (agora de caráter situacional). Desde limitações que uma insuficiente - ou inadequada - alimentação durante a gravidez poderia desenvolver no feto, até os obstáculos que a má elaboração de um desenho arquitetônico representa para a realização das rotinas dos idosos.
- d) Quarto momento: inicia-se na possibilidade da Psicologia envolver-se na Libertação concreta dos povos, fornecendo aparato teórico que possibilite transformação favorável as classes exploradas.

Uma historiografia da Psicologia desde uma perspectiva libertadora, não só compreende dialeticamente a contradição deste campo científico, mas mostra também, segundo Martín-Baró (1989c/2002), sua dimensão mais profunda. Toda essa virtude

libertadora estaria, entretanto, desvirtuada se analisássemos os efeitos concretos causados pela Psicologia hegemônica que se aliou a interesses das classes dominantes.

Martín-Baró (1989c/2002: 84) destacou quatro características essenciais da experiência de libertação que iluminam sua proposta: a) trata-se de um processo histórico; b) conflitivo, que *entranha* um momento de ruptura social; c) é de natureza grupal ou coletiva; e d) não só se conquista algo material, mas também se constrói uma identidade social.

No mesmo texto, diz:

Não tenho uma fórmula mágica de libertação da psicologia e dos psicólogos – a única fórmula requerida é aquela que envolva-nos numa práxis consciente com esse mesmo povo que dever ser objeto preferencial e o verdadeiro sujeito do *quefazer*. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 86)

Martín-Baró (1989c/2002) estava ciente que nem a Psicologia nem os psicólogos resolverão os grandes problemas sociais. Os nove anos de guerra civil em El Salvador, não deixaram muito espaço para idealismos em sua teoria. Entretanto, essa mesma experiência bélica confirma a necessidade de psicólogos que não fujam da responsabilidade histórica de contribuir com a resolução desses mesmos problemas.

O primeiro passo nesta direção, segundo ele, é a superação da concepção individualista de libertação psicológica. Não há desalienação pessoal que não seja, ao mesmo tempo, social, nem é possível conceber verdadeira libertação interior que não *entranhe* uma exterior. O segundo passo é: “libertar-se daquelas alienações procedentes dos vínculos sociais, romper aquelas relações de classe assimétricas onde o bem estar de uns funda o sofrimento dos outros, e a afirmação de poucos se alimenta da negação de muitos”. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 86)

Martín-Baró reconhece que assumir como horizonte da psicologia latino-americana a libertação histórica de nossos povos, contem alta dose de utopia. Mas, em suas próprias palavras:

(...) uma utopia de vida, em cuja busca os psicólogos se encontrarão com teólogos e camponeses, com inventores de fábulas marginalizados, com revolucionários e “condenados da terra” que mantêm obstinadamente a esperança de uma manhã diferente. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 89)

Psicologia Política e Psicologia da política

Martín-Baró (1989b) afirmou que sua proposta de Psicologia Social coincide com uma Psicologia Política, e que ela seria um de seus frutos mais próprios. Qualquer Psicologia com vocação popular clama, em sua opinião, uma Psicologia Política.

Martín-Baró (1987d: 206) faz distinção importante; por Psicologia Política pode-se entender, quando menos, dois sentidos muito diferentes: a) a Psicologia da Política, ou análise e compreensão psicológica dos comportamentos e processos políticos, e b) a política da Psicologia (Psicologia enquanto política), ou seja, a Psicologia representa determinados interesses sociais e, portanto, serve como instrumento de poder social.

Psicologia Política

Martín-Baró (1987d) noticia a falácia da possibilidade de elaboração de uma Psicologia da Política à margem da política da Psicologia. A ciência psicológica, (tanto o conhecimento teórico quanto o aplicado), como qualquer outra atividade, está condicionada por interesses sociais. A Psicologia Política, portanto, deve conhecer seus pressupostos e condicionamentos sociais, seus alcances e limitações.

O fator psíquico é elemento importante na determinação de alguns acontecimentos políticos, portanto, a Psicologia tem condições de colaborar com análises políticas. Para ele: “a Psicologia não pode pretender converter-se na hermenêutica da política ou dar razão de todo o âmbito político, entre outras razões porque há muitos acontecimentos políticos cujo caráter não é influenciado pela mediação dos atores; o aporte específico da Psicologia deve reduzir-se ao exame do comportamento político (o comportamento enquanto mediação da política), ou seja, a política enquanto é atuação de pessoas e grupos...”. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 210)

Martín-Baró sintetiza sua proposta de Psicologia Política¹³³:

(...) o estudo dos processos psíquicos mediante os quais as pessoas e grupos conformam, lutam e exercem o poder necessário para satisfazer determinados interesses sociais numa formação social. Esta definição contém três elementos essenciais: 1) os interesses sociais de uma formação

¹³³ Ele repete exatamente a mesma definição em 1988, no texto “Psicologia do Trabalho na América Latina” - (1998d).

social; 2) sua mediação nos processos psíquicos e 3) a conformação, luta e exercício comportamental do poder. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 216)

Esta definição de Psicologia Política constitui, na perspectiva do autor, uma aplicação da definição de Psicologia Social no âmbito específico do comportamento político.

Em suas palavras:

Se a psicologia social deve focalizar a análise do que ocorre de ideológico no “comportamento humano”, entendendo aqueles elementos que remetem a fatores sociais históricos, a psicologia política terá que examinar o que há de ideológico no comportamento político. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 221)

Mais adiante, continua:

A redundância é só aparente, o que ocorre é que a psicologia política é um *apartado* da psicologia social. Em outras palavras, toda a psicologia Política é Psicologia Social, ainda que nem toda Psicologia Social seja Política. (MARTÍN-BARÓ, 1987d: 221)¹³⁴

Segundo Martín-Baró (1987d) a delimitação do que pertence a uma Psicologia ou a outra é estabelecida pelo caráter dos comportamentos frente ao Sistema Social. O que se toma como objeto de análise psico-política são comportamentos que tenham impacto significativo na estrutura ou funcionamento da ordem social estabelecida - comportamentos políticos.

Impõe-se levantar uma questão: o conceito de Política de Martín-Baró, em 1987, alargou-se, (impôs-se, portanto, uma necessidade analítico-teórica para compreensão da realidade social salvadorenha), ou, por outro lado, estreitou¹³⁵ (e ele passou a compreender o comportamento político apenas em sua positividade aparente)? O próprio uso do conceito *comportamento* ao invés de *ação* (presente no título de seu livro em 1983) confunde a apreensão adequada do que ele pretende.

¹³⁴ Este trecho leva-nos, quase que necessariamente, a perguntar: qual foi objetivo dessa distinção? Parece-nos mais recurso retórico, uma vez que a ação enquanto ideologia, (termos defendidos por ele no livro de 1983); compreendida em sua totalidade - é passível de ser analisada da perspectiva política e impossível de ser compreendida sem considerar as relações políticas relacionadas a ela.

¹³⁵ Em relação a seus textos anteriores.

Ainda que flexibilizemos nossa compreensão teórica, distinguir Psicologia Social e Psicologia Política como o autor pretendeu no texto *Processos psíquicos e poder*, de 1987, só pode ocorrer no campo da abstração. Uma que vez que ao analisarmos uma situação concreta (levando em consideração os pressupostos definidores da escolha dos objetos de estudos de uma Psicologia Social Crítica - como a que ele propõe) a distinção entre uma apreensão do comportamento só político ou só social, esquarteja a realidade social, mais distorce que, propriamente, apreende-a.

Martín-Baró dá exemplos de temas importantes para a Psicologia Política: mobilizações populares e processos revolucionários; estudo de lideranças políticas populistas; Psicologia Militar; processos ditatoriais ou a exploração do trabalho. (MARTÍN-BARÓ, 1988b/2002: 101)

Como estudar as relações de exploração no trabalho analisando apenas o comportamento político dos indivíduos (trabalhadores)? Parece-nos contraditória (mal formulada) à definição dada pelo autor e seus objetos de preocupação teórica.

O principal problema que confronta uma boa teoria de Psicologia Política, segundo Martín-Baró (1988b/2002: 103), consiste na necessidade de vincular estruturas macrosociais com modelos microsociais. Mais uma vez emerge um equívoco. Por certo, a necessidade de coerente vínculo entre estruturas macro e microsociais é importante, mas o maior problema teórico de uma Psicologia Política é tratar a política como uma instância social autônoma, rompendo a indissociável relação *economia-política*. Relação brilhantemente exposta por Karl Marx no texto *Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política*¹³⁶, por exemplo.

Em 1988, Martín-Baró (1988c)¹³⁷ mostra não ter ainda amadurecido o projeto teórico de sua Psicologia Política, isso fica mais nítido quando a contrastamos com a

¹³⁶ A *Introdução à Crítica da Economia Política* marcou o início dos apontamentos econômicos de Marx, (entre os anos de 1857 a 1958). O texto foi publicado, em seu conjunto, pela primeira vez em 1939 em Moscou. No entanto, à *Introdução* foi encontrada em 1902, entre os manuscritos deixados por Marx, e publicada pela primeira vez por Kautsky, na revista *Die Neue Zeit*, em 1903.

¹³⁷ Uma curiosidade: este texto foi apresentado no primeiro Encontro de Psicologia do Trabalho, organizado pelo Conselho Federal de Psicologia Brasileiro, em Porto Alegre, entre 14 e 16 de julho de 1988. Posteriormente foi publicado na Revista de Psicologia de El Salvador, número 31, em 1989.

coerência interna de seus textos sobre a Psicologia Social. Um exemplo disso, neste mesmo texto:

A psicologia política pretende explicitar o sentido dos processos psíquicos à luz do enraizamento no contexto social mais amplo, tanto se as conexões são diretas ou imediatas com se são indiretas e mediatas. (MARTÍN-BARÓ, 1988c/2002: 129)

A pergunta que fazemos ao lermos esta afirmação é: por que um autor que, por mais de uma década, discorreu sobre processos psicossociais, estaria orientando sua Psicologia Política para explicitação do sentido de *processos psíquicos*?

Não sejamos desleais: pela *forma* dos textos, é provável que Martín-Baró, em 1987, vivesse um momento de elaboração teórica. Entretanto, isso não nos isenta da responsabilidade de apontar *certo desvio de rota*. Apesar disso, ele mesmo destacou, em 1989, que seu horizonte ético permaneceu inalterado. Em suas palavras:

Em síntese, a relevância social que deve pretender a psicologia latino-americana não pode ser asséptica e indiferenciada, senão diretamente orientada a responder as necessidades daqueles que tem ficado marginalizados do desenvolvimento, que em nossos países são as maiorias populares. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 79)

O horizonte do *quefazer da* sua Psicologia em 1989 é o mesmo de 1986: a libertação. Em maio de 1989, ele enfatizou definitivamente o que fica nítido, em praticamente toda sua obra: sua proposta se inspira na Teologia da Libertação. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 83)

Quanto às questões metodológicas de uma Psicologia Política Martín-Baró (1989e/1994) dá relevantes contribuições. Para os cinco problemas metodológicos que identificou (definição do objeto específico da psicologia política; pressupostos neopositivistas; uso de métodos qualitativos ou quantitativos; compromisso pessoal, epistemologia Política adequada); propôs cinco princípios correspondentes para abarcar o trabalho concreto realizado nesta área: a) compreensão integral do ser humano; b) superação da dualidade sujeito-objeto; c) liberdade instrumental; d) envolvimento pessoal; e e) o critério da verdade.

Ainda sobre método, aponta nesse texto que as principais técnicas utilizadas em Psicologia Política eram:

- a) Documentais - As pesquisas documentais experimentaram grandes variações e praticamente foram descartadas por todas as correntes vinculadas ao *condicionismo*. É perigoso reduzir uma análise à interpretação quase literal de alguns documentos, sem distinção no plano do discurso ideológico e dos processos psicológicos envolvidos. Entretanto, a grande vantagem dessa modalidade é a recuperação da dimensão histórica dos processos, que possibilita uma análise ideológica mais precisa que contraponha os discursos aos comportamentos concretos;
- b) Observacionais - incluem questionários, pesquisas e todas as técnicas utilizadas pela observação participante. Sua maior dificuldade era superar a dualidade sujeito-objeto, ao passo que sua maior vantagem residia na possibilidade de realizar uma quantificação sistemática dos processos comportamentais;
- c) Interativas - incluem as entrevistas, grupos de discussão e as técnicas de pesquisa-ação. Trata-se de técnicas de caráter mais qualitativo do que quantitativo, requerem, portanto, cuidadosa elaboração e interpretação posterior do material obtido. Dado sua facilidade em captar os discursos ideológicos pode (e deveria) ser usada com frequência pela psicologia política.

A alternativa mais valiosa ao massivo positivismo presente nas Psicologias Políticas, segundo Martín-Baró (1988b/2002), é a *pesquisa-ação*, de Orlando Fals Borda. Frente à concepção do objeto como separado do sujeito (dualidade sujeito-objeto), assume-se que o dado constitui sempre construção dinâmica, processo histórico e não um *estado natural* que simplesmente deve se descobrir¹³⁸.

Martín-Baró, no mesmo texto, afirma que:

Minha própria experiência me leva a reconhecer, também, que não se tem alcançado até agora uma integração coerente entre o instrumental utilizado pelo neopositivismo, inegavelmente útil e que, como já se tem indicado, não tem porque vincular-se a seus pressupostos; e os princípios epistemológicos

¹³⁸ Mesmo reconhecendo o valor da pesquisa-ação, Martín-Baró (1988b/2002) afirma desconhecer casos significativos em que esta metodologia tem sido aplicada, e que ela com frequência, constitui um ideal pouco viável.

em que se funda a investigação-ação, o que cria problemas adicionais, sobretudo, a validade dos produtos alcançados. (MARTÍN-BARÓ, 1988b/2002: 104)

Martín-Baró (1988b/2002) insiste que a contribuição da Psicologia Política é limitada e deve dar-se em coordenação com outras disciplinas. Aliás, em sua perspectiva, justamente nela, o trabalho interdisciplinar era ainda mais urgente. Segundo ele, a revisão mais significativa realizada até 1988 sobre Psicologia Política na América Latina foi realizada por Maritza Montero¹³⁹, que reuniu 191 trabalhos latino-americanos (publicados em revistas e livros) que tratam aspectos da política, ou, ao menos, considera-os num sentido amplo.

Parece-nos importante ressaltar que Martín-Baró sabia das limitações teóricas da Psicologia Política latino-americana; em suas palavras:

(...) problema está na carência de uma teoria convincente, bem elaborada, que responda não só a uma sólida estruturação lógica, senão que assuma a historicidade dos processos políticos e que ajude o *quefazer* político concreto nos países latino-americanos desde uma opção que não esteja de antemão atada aos condicionamentos da ordem estabelecida. (MARTÍN-BARÓ, 1988b/2002: 101)

Sua proposta de Psicologia Política padecia do mal que ele diagnosticou em outras. Entretanto, (e a despeito de sua controversa definição) seu trabalho “*Os grupos com história*”, de 1987, é contraprova que quando escrevia sobre a realidade social (no texto ele faz uma análise teórica dos sindicatos salvadorenhos) realiza uma análise mais ampla que a proposta no texto - *Processos Psíquicos e Poder*.

Psicologia enquanto política

A análise que Martín-Baró (1988b/2002)¹⁴⁰ realizou sobre como ter pistas sobre efeitos políticos das práticas psicológicas na América Latina é interessante. Ele menciona, por exemplo: a entrada da Psicologia nas escolas, nas empresas e nas

¹³⁹ MONTERO, M. A psicologia Política na América Latina. Uma revisão bibliográfica: 1956-1986. In Montero, M. **Psicologia política latino-americana**. Panapo, Caracas, 1987.

¹⁴⁰ O texto original se chama: *Para uma Psicologia Política Latino- Americana*, e no livro de Pacheco e Jiménez recebeu o nome *Psicologia Política Latino-Americana*.

clínicas; e diz que essas instituições são singulares para ponderarmos o impacto político desta ciência. O critério da ideologização ou desideologização da realidade social que a Psicologia provoca também cria parâmetros para mensuração de sua inserção na política.

Em relação às três instituições que menciona (escolas, empresas e clínica), sua análise não perde a contradição inerente ao fazer da Psicologia; se por um lado ela ideologiza, por outro tem condições de fazer o contrário.

Segundo Martín-Baró (1988b/2002) a Psicologia hegemônica tem ajudado setores socialmente hegemônicos aliviando suas consciências e psicologizando o diagnóstico de seus problemas; ao propor soluções “individualistas”, ela deixa intacta a realidade social objetiva, frequentemente causa última ou fator crucial da etiologia dos problemas e transtornos com os quais pretende lidar.

Este selo classista é ainda mais evidente na atuação clínica da Psicologia. Segundo Martín-Baró (1988b/2002) era frequente o uso de métodos psicoterapêuticos aprendidos nas Universidades (tão dependentes da elaboração verbal e de certos convencionalismos dos setores médios) que representavam barreira e obstáculo, mais que ajuda às classes exploradas. O principal problema político da clínica estava numa consagração implícita de *normalidade psíquica*.

Negar o impacto político da Psicologia é ideologizar a realidade, que em nada beneficia seu desenvolvimento científico, e menos ainda seu desenvolvimento enquanto profissão.

Os psicólogos e a Psicologia Política

Os psicólogos, segundo Martín-Baró (1988b/2002), oscilavam entre polos opostos: uma opção presumida asséptica (científico-técnica) e a militância política que assumiam como guia de sua atividade. Com notória exceção de alguns psicanalistas e poucos psicólogos sociais, os psicólogos eram grêmio com *alergia profissional* à política; pois, a maioria se apoiava numa concepção neopositivista e tecnocrata de seu *quefazer*.

No outro polo, os que consideram sua militância política critério de sua atividade científica e técnica (que seu trabalho profissional deve guiar-se por suas convicções e

valores) baseiam-se na sociologia do conhecimento que afirma que o *saber* e o *fazer* estão condicionados pelas circunstâncias nas quais se dão, e por forças sociais que os produzem. Portanto, não existe nenhum conhecimento ou elaboração científica que “não contenha certa dose de parcialidade histórica e de aproximação ideológica da realidade, ou seja, de promotora de uns interesses sociais concretos¹⁴¹”. (MARTÍN-BARÓ, 1988b/2002:94)

Segundo Martín-Baró (1988b/2002), o princípio da sociologia do conhecimento é válido, no entanto, dele deriva, com mais frequência que o desejável, uma *militância mecanicista*, aplicadora rígida de princípios vulgarizados. Ele cita como exemplos algumas escolas que a opção política levava seus adeptos a “rechaçar Freud por pequeno-burguês, a eleger Pavlov ao invés de Skinner por que um era russo e o outro norte-americano, a escolher Wallon e não Piaget porque um foi comunista e outro não” (pág.94).

A militância mecanicista era perigo muito característico de certos setores de esquerda, entretanto eles não tinham exclusividade; a direita também tinha adeptos.

Mesmo Karl Marx fica despojado de todo o caráter científico caso seja utilizado como guru para leitura dos fenômenos sociais. Nas palavras de Martín-Baró (1988b/2002: 94): “os que militam desde a Psicologia frequentemente utilizam seu conhecimento e suas habilidades como instrumento para a configuração ideológica e para fazer avançar os interesses sócio-políticos do próprio grupo ou classe social”.

Essa questão aponta para um problema muito maior: o compromisso ético dos profissionais na Psicologia. Algumas páginas depois, Martín-Baró diz:

Os problemas para a aplicação prática da Psicologia latino-americana estão estreitamente vinculados com os obstáculos teóricos e metodológicos. O principal problema está no compromisso axiológico do profissional que se envolve como psicólogo na atividade política concreta. (MARTÍN-BARÓ, 1988b/2002: 104)

¹⁴¹ Citamos literalmente este trecho, por que na definição que demos ao conceito de ideologia neste trabalho ele assume outras características. Ela também soma um elemento à lista de incoerências teóricas que apontávamos na proposta de Psicologia Política.

Se por um lado a assepsia é eticamente inaceitável, o compromisso político pode por em perigo a objetividade do psicólogo. Não se deve confundir objetividade com parcialidade, entretanto, sua experiência lhe diz que a parcialidade política, às vezes, deixa militantes cegos às necessidades de seus partidos; podendo, em alguns casos, anteporem-se disciplinarmente às exigências da própria realidade.

4.3 A Psicologia de Martín-Baró: horizonte ético

Em determinados casos um “código moral” pode ser inversamente proporcional à ética. Quando as escolhas dos indivíduos são guiadas por códigos de sociabilidade “relativamente” fixos, a moral nunca será conflitante. Ao passo que a ética não contribui necessariamente para a convicção no momento da escolha, pelo contrário, em alguns casos, diminui o grau de certeza do indivíduo. A ética tende a *reconhecer*, sob diversas perspectivas, a situação e o caráter da escolha, e não *oferecer* um “conselho concreto”. (HELLER, 1972)

O eixo que conduziu nossa apreensão do projeto ético-político da Psicologia da Libertação é posto pelas determinações e mediações que incidiram sobre ele; ou seja, tratamos o próprio projeto como expressão concreta de uma das possibilidades inscritas na produção de uma Psicologia desde a América Latina.

Ainda que uma teoria não exponha com clareza seus pressupostos éticos, não significa que ela não tenha uma forma “costumeira” de expor conceitualmente seus conteúdos e que deles não seja possível depreender o código moral em que se pauta. Este não é o caso da Psicologia da Libertação, que tem como marca característica convicção (e clareza) ética. Se a historicidade do conhecimento é a coluna vertebral da teoria de Martín-Baró, o direcionamento ético é medula óssea.

Para Martín-Baró os vetores axiológicos devem dirigir o labor transformador do mundo. Onde não há valores não pode haver verdadeira ciência. (MARTÍN-BARÓ, 1971)

Sua orientação ética, em 1974, o conduziu à conclusão de que era necessário, como *imperativo ético*: “canalizar forças revolucionárias para a consecução de objetivos comunitários”. (MARTÍN-BARÓ, 1974b: 14)

Em 1975, diz:

A ética é algo intrínseco à realidade mesma, aquilo que refere o ser ao dever-ser e, portanto, impulsiona a história para adiante, a formas cada vez mais superiores. (MARTÍN-BARÓ, 1975a: 272)

A ética não salvaguarda uma teoria de produzir distorções sobre a realidade social; no entanto, aleija qualquer intenção teórica que a deixe de lado. Sem orientação ética vinculada aos interesses das classes exploradas é impossível avanços científicos na direção da valorização da liberdade e humanização do homem.

Para Martín-Baró (1975a), é impossível estabelecer juízo ético desde fora da forma concreta como determinado fenômeno social se apresenta. A eticidade deve ser apreendida a partir das possibilidades e exigências reais da cultura, sociedade ou grupo social. Ele critica, portanto, o etnocentrismo ético, que contribui para impor, (por meio da violência moral), os valores sociais de uma classe dominante.

Não esqueçamos que a Psicologia da Libertação é proposta por um psicólogo social - jesuíta. Sua orientação em nada nega princípios éticos e pressupostos filosóficos da Teologia da Libertação; talvez, no que tange a questão da violência, alguns diriam que sua obra destoaria da ética cristã¹⁴² clássica.

Martín-Baró (1983a/2005) distingue moral e ética. A moral “*pretende regular os comportamentos a fim de possibilitar a satisfação do indivíduo de forma conveniente aos interesses da coletividade*”. A moral social revela natureza parcial e classista¹⁴³, e pode ser substituída pelas morais de grupo, conscientemente assumidas como tais.

Percebemos a relevância da moral para sua teoria na definição que ele dá para *socialização moral*:

¹⁴² Em síntese: “Não fazer ao outro ser humano algo que o indivíduo não gostaria que fosse feito a ele”. Observamos, com relativa nitidez, os valores cristãos de sua teoria na definição de dá para *ação pró-social*. Ação prosocial é aquela cujo produto é socialmente benéfico a outras pessoas. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 304).

¹⁴³ Segundo o autor: “toda a moral é, por principio, moral de um grupo social e, numa sociedade cindida em classes sociais contrapostas, como a de El Salvador, a moral será classista”. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 163)

[A socialização moral] consiste, pois, na incorporação por parte da pessoa daqueles princípios e valores que definem os fins e ações dos membros de uma sociedade enquanto bons e maus, e em desenvolver aquelas virtudes e hábitos pessoais coerentes com esses princípios e valores. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 147)

A moral se adquire numa sociedade concreta onde *bem* e *mal* são definidos ou impostos pelos interesses do grupo dominante. Para ele, “conhecimentos, afetos e aprendizagens dependem de maneira direta dos esquemas de vida exigidos por cada sistema social, assim como o discurso ideológico tende a justificar as práticas exigidas por quem detém o poder”. (MARTÍN-BARÓ, 1983a/2005: 159)

Para Martín-Baró (1983a/2005) as normas morais são normas sociais (surgem no nível da organização coletiva); entretanto, estão dirigidas primordialmente ao comportamento individual. A capacidade humana em *empatizar* com os outros, e o conhecimento das repercussões que essa ação tem nos demais, leva os indivíduos a atuar de forma moralmente *boa*.

O esforço por revisar continuamente as próprias concepções morais e por assumir perspectivas cada vez mais amplas e profundas são, segundo Martín-Baró (1983a/2005: 162), formas maduras de interiorizar princípios do comportamento moral. Para discernir e fundamentar sua postura, Martín-Baró (1985e/1992) prima pelo uso da racionalidade social ao invés da científica/tecnológica¹⁴⁴.

Em suas palavras:

O compromisso crítico dos cientistas sociais deve proporcionar este tipo de racionalidade nova, capaz de contribuir para a realização histórica dessas verdades hoje negadas e impedidas pelos regimes de “segurança nacional”, (...) e inclusive das democracias formais da América Latina. (MARTÍN-BARÓ, 1985e/1992: 335)

Os processos de mudanças populares que tomavam conta da realidade social latino-americana impunham a necessidade de nova perspectiva aos cientistas sociais. Segundo Martín-Baró (1985e/1992), assumir essa necessidade significava, além de experiência ética, honestidade científica.

¹⁴⁴ Há nesta definição clara influência do pensador vinculado à escola de teoria crítica de Frankfurt, Hebert Marcuse. (MARTÍN-BARÓ, 1985/1992: 334)

Sua proposta psicológica parte de uma opção axiológica consciente. Martín-Baró (1988b/2002) percebe que esta opção era discutível, mas afirmava que ela estava subordinada aos interesses das maiorias despossuídas dos povos latinos, *”e isso não só por razões éticas ou políticas senão também por razões próprias da mesma Psicologia”*. (pág. 110)

Nas palavras de Martín-Baró¹⁴⁵:

(...) a parcialidade que sempre supõe uma tomada de postura, não tem porque eliminar a objetividade (...). O que se pode e deve exigir, é que se analisem esses fenômenos com todo o rigor e com abertura total aos dados da realidade. Ou seja, que objetividade não é o mesmo que imparcialidade. Mas a opção axiológica, que chega a rechaçar certas coisas e deseja outras, deve constituir sempre um horizonte que ilumine nosso *quefazer*, e ela deve ser entendida não como algo separado, senão com algo intrínseco à própria atividade científica, acadêmica ou profissional. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 81)

Em 1986, ele foi mais específico:

Que um conhecimento seja parcial não quer dizer que seja subjetivo; a parcialidade pode ser consequência de uns interesses, mais ou menos conscientes, mas podem ser também resultado de uma opção ética. E, enquanto todos estão condicionados por interesses de classe que parcializam nosso conhecimento, nem todos realizam uma opção ética consciente que assumam uma parcialização coerente com seus próprios valores. (MARTÍN-BARÓ, 1986b: 229)

Para Martín-Baró (1988b/2002) colocar-se a serviço das maiorias significa vincular-se a instâncias e organizações concretas; cuja representatividade popular (com frequência) poderia ser questionada, e cuja abordagem às causas dos povos (por diversas vezes) era mediada (quando não assimilada ou cooptada) por outros interesses e forças sociais.

¹⁴⁵ Fixamos essa citação do autor na dissertação, para que sua perspectiva seja exposta, mas discordamos dela. Imparcialidade se vincula à análise da realidade tal como ela é apreendida, sem rodeios e mistificações. Que todo conhecimento é “parcial” (no sentido de uma perspectiva classista) concordamos, no entanto, pode/deve ser imparcial na análise.

O critério de sua ética não estava tanto na comprovação quanto na verificação, em seu sentido etimológico, o *fazer verdadeiro* algo que originalmente não era. “A verdade, assim, não se encontra tanto no passado quanto no futuro, não há que buscá-la, senão fazê-la, não encontrá-la, antes realizá-la historicamente”. (MARTÍN-BARÓ, 2010: 100)

4.4 Martín-Baró: projeto ético-político

Já demonstramos que o conflito entre ciência e responsabilidade ética se baseia numa *falsa questão*. A Psicologia da Libertação, portanto, impele os psicólogos a situarem-se no marco da confrontação política posta em sua realidade social, assumindo uma posição pessoal frente a eles. Na prática isso representa envolvimento político.

Nesta perspectiva, libertação é desafio e responsabilidade histórica da psicologia latino-americana; entretanto a coerência ou não com esta abordagem ético-científica depende dos efeitos concretos que produz.

Nas palavras de Martín-Baró:

A libertação é processo e, como tal, seu ponto de partida é romper as cadeias de alienação. Mas o processo libertador não termina aí, porque a libertação, mais que “liberdade”, tem um “de”, e, sobretudo, tem um “para”. Do que se trata, definitivamente, é contribuir para a construção de um homem novo em uma sociedade nova. No caminho para essa meta configura-se uma nova identidade coletiva, um novo povo, senhor de sua história. E essa elaboração de psicologia, desse povo novo, é para onde tem que orientar esforços e recursos os psicólogos latino-americanos. Creio que a verdade de nossos povos não se encontra no presente de opressão, senão em seu futuro de liberdade. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 87)

Impõe-se, segundo Martín-Baró (1985/1998b), fazer psicologia assumindo séria responsabilidade histórica; ou seja, contribuindo para mudar as condições subjetivas que mantêm desumanizadas as classes exploradas pelo capitalismo; que os alienam e bloqueiam o desenvolvimento de sua identidade histórica. Não se trata tanto de fixar-se

numa exclusiva área de trabalho, senão fixar-se num horizonte, no *quefazer* profissional, qualquer que seja a área específica em que se atue¹⁴⁶.

É magna a opção ética pela defesa dos interesses da classe explorada pelo capitalismo – no caso de Martín-Baró, na América Latina. Se parece repetitivo dizer isso é porque esse é o tom da obra.

Seja teorizando sobre Educação (MARTÍN-BARÓ 1971:402), Teologia (MARTÍN-BARÓ, 1968a) ou mesmo Psicologia (praticamente todos os textos), sua práxis orientou-se por princípios ético-científicos que primam pela humanização plena dos humanos. E, se por um lado sua obra se transforma teoricamente, por outro observamos uma constância: seu fundamento ético.

A postura ético-científica desta Psicologia conduz, inevitavelmente, à adoção do compromisso crítico de transformação social que tem como horizonte a emancipação humana¹⁴⁷.

Em suas palavras:

(...) a opção concreta passa sempre por sujar as mãos; só os “revolucionários de salão” creem manter-se íntegra sua pureza. Mas, como dizíamos antes, a opção axiológica não tem porque impedir a objetividade. Por que uma coisa é o custo da opção concreta e outra, muito distinta, o submetimento total a uma linha partidária; o manchar-se das mãos não tem porque nem deve significar abdicação da capacidade crítica frente à própria opção. (MARTÍN-BARÓ, 1988b/2002: 110)

Para o autor não se trata de *boutade* (simples saída engenhosa; brincadeira espirituosa). Trata-se da mudança de perspectiva que modifica profundamente os

¹⁴⁶ Assumir a perspectiva das maiorias exploradas não era questão de boa vontade do psicólogo, antes, é processo que exige continuo diálogo do psicólogo e da própria Psicologia com as pessoas e grupos que se relaciona. (MARTÍN-BARÓ, 1987c/1998: 313)

¹⁴⁷ Ele diz: “Em síntese, frente ao dilema entre ditadura e democracia, a Psicologia tem a tarefa de propiciar a participação popular; frente ao dilema entre dependência e autonomia, a Psicologia deve estimular o nacionalismo latino-americano; e, frente ao dilema entre alienação e identidade própria, a psicologia deve contribuir para um processo de libertação, pessoal e coletivo”. (MARTÍN-BARÓ, 1988b/2002: 109)

esquemas que estruturam o conhecimento científico. Em termos mais conhecidos, não se trata de explicar, senão transformar a realidade.

Segundo Martín-Baró:

De pouco serve compreender ou explicar os grandes problemas das maiorias populares latinoamericanas se com eles nos limitamos a refletir a realidade tal como é, abonando a situação de díspar dominação que hoje aflige a nossos países. Uma ciência histórica deve ver tanto o passado como o futuro e, portanto, não pode contentar-se com reconstruir mais ou menos fielmente o que se dá, antes deve esforçar-se por construir aquilo que não se dá, mas deveria; não os fatos, senão o por fazer. Em outras palavras, a Psicologia como ciência deve trabalhar, mais que encontrar, por construir a verdade do homem latino-americano, e nela deve estar o melhor sentido da predição científica: não tanto em dizer o que ocorrerá a partir da situação atual quanto possibilitar o que deve ter lugar, utilizando para tanto um saber dialético. (MARTÍN-BARÓ, 1989c/2002: 82)

Seu projeto de Psicologia popular requer exploração de novas formas de consciência. É trabalho conscientizador que envolve tanto a transformação do mundo material quanto práxis transformadora do mundo social.

PALAVRAS FINAIS

Agnes Heller coloca um ponto interessante para finalizarmos a pesquisa:

Um movimento elabora uma ética, elabora nexos teóricos da sua ética, quando seus costumes e as suas necessidades morais apresentam maior afinidade com a ética do que com a ação codificada. (HELLER, 1972:112)

Sentimo-nos responsáveis por comentar a citação devido à própria problemática desta dissertação. A elaboração da perspectiva histórica para o projeto ético-político da Psicologia da Libertação - expresso concretamente na obra textual de Martín-Baró – é, também, decorrente da percepção¹⁴⁸ (ainda indevidamente estudada) de que vários

¹⁴⁸ Essa percepção advém, como previamente informamos, de nossa avaliação pessoal dos dois últimos Congressos Internacionais de Psicologia da Libertação e da leitura - principalmente no período do mestrado - de diversos textos de autores que trabalham com a Psicologia da Libertação. Não poderemos,

autores que se filiam à Psicologia da Libertação no início do século 21 não parecem ter coerência com proposta a ético-política desenvolvida por seu proponente. A Psicologia da Libertação tem se guiado por bússolas que, apesar de apontarem Libertação como norte, perderam de vista a correspondência crítica-concreta-revolucionária que seu principal articulador lhe conferiu.

No décimo primeiro congresso de Psicologia da Libertação (Bogotá – Colômbia, 2012), por exemplo, os organizadores do evento¹⁴⁹ propuseram uma romaria à moda católica em memória de Martín-Baró (algo semelhante ao ritual religioso que homenageia *santos católicos*). A questão central não é criticar ou não uma romaria e seus efeitos concretos, mas sim, a pertinência e sentido dela num congresso pretensamente científico.

Outra questão apontada por Heller que merece atenção é:

Para Marx, a moral é a relação existente entre o indivíduo, sua circunstância e suas possibilidades concretas. Por isso ele criticou implacavelmente os que pretendiam descrever as circunstâncias históricas com a terminologia da moral e protestou energicamente contra os que identificavam o conceito de “capitalista” com o de “mau” e o conceito de “operário” com o de “bom”, repelindo ainda toda e qualquer tentativa de caracterizar a sociedade do futuro por meio de noções morais. (HELLER 1972: 119)

Esse trecho é de grande valia para nossa dissertação, uma vez que várias vezes durante a leitura crítica da obra de Ignacio Martín-Baró deparamo-nos com expressões “conceituais” e “analíticas” que exprimem, qualitativamente, mais *juízo de valor* que, propriamente, apreensão proveniente do movimento do real¹⁵⁰.

entretanto, nos aprofundar teórica é criticamente nesta hipótese pelo curtíssimo espaço de tempo que resta até o final deste trabalho.

¹⁴⁹ Não temos só críticas negativas, a diversidade de atividades e a apropriação dos espaços da cidade de Bogotá pelos organizadores do congresso foram ímpares. Diversas discussões realizaram-se dentro das comunidades periféricas de Bogotá, por exemplo.

¹⁵⁰ O conceito de Libertação, por exemplo, ainda que se refira a concretudes, projeta uma sociedade com alto teor moralista, mais que uma oriunda de prognósticos científicos; ou seja, as metas - do presente- da libertação são concretas, mas seus frutos *meta-desdobramentos*.

É impossível apreender a ética de um movimento – de orientação político-profissional - descolada de sua particular concretude histórica. A ética, para a perspectiva do materialismo-histórico, é práxis; isso quer dizer, que ela não tem existência real sem realização prática de algum modo. Uma conjectura ética extraída (ainda que com base nos princípios teóricos da obra marxiana) de determinada particularidade histórica, sem ser tomada como práxis, é nova expressão esvaziada de sentido. Não tomamos, portanto, *projeto ético-político da Psicologia da Libertação* como algo estático, apesar de depreendê-lo de obras teórico-textuais do século passado.

O legado teórico de Ignacio Martín-Baró não deve ser lido de joelhos e com velas acesas; antes, qualquer tentativa de honrar sua memória deve traduzir-se em esforços críticos na direção de aperfeiçoar suas falhas, quando existem. Nada mais leal a um mártir/revolucionário dessa estirpe que não deixemos o lamento por sua morte sombrear a paixão obsessiva de sua vida: a libertação.

Se então nos perguntarem por que não uma crítica ao projeto ético-político da Psicologia da Libertação. Nossa resposta subdividir-se-ia em duas partes; a) é preciso derrubar muros (entres eles o do idioma) que separam a produção acadêmica brasileira do resto da América-Latina, pois temos muito em comum; traduzir Martín-Baró pretendeu contribuir para derrubá-los; e b) pareceu-nos mais relevante expor fundamentos teóricos de Martín-Baró (infelizmente, pouco difundidos nas formações em Psicologia Brasileiras) do que uma precipitada crítica a uma proposta desconhecida. Se por um lado as respostas não nos isentam da responsabilidade crítica, fazem vez de promessas para próximas pesquisas.

Um projeto ético-político (e científico) que nos leve e suba até o *mirante dos explorados* para somar-lhes força na direção da supressão positiva da propriedade privada; do fim da exploração da força de trabalho humano; e que proponha a utilização das riquezas naturais e espirituais em benefício dos interesses coletivos - perderá imprescindibilidade quando os grilhões político-econômicos super-impostos pelo capitalismo forem rompidos. Infelizmente tratando-se do campo científico-profissional até intenções louváveis devem encarnar-se em tinta e práxis revolucionárias, do contrário elas são expropriadas pelo inclemente *Tempo*.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, J. C. B.. **O Brasil e a América Central**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984.

ARON, A. & CORNE, S. (Eds.) **Writings for a Liberation Psychology. Ignacio Martín-Baró**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

BARROCO, M. L.S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. Sétima edição- São Paulo: Cortez, 2008.

BLANCO, A. (Ed.). **Psicología de la Liberación**. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) **Poder, Ideologia y Violencia**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

BOSI, A. Da esquerda cristã à Teologia da Libertação. In: **As utopias de Michael Löwy** – reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, 87 – 100 p.

BURRELL, G. & MORGAN. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

CATÃO, F. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Nova Cultural Brasiliense, 1984.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1992.

FONTANA, L. J. **História**: análise do passado e projeto social. Tradução Luiz Roncari. Bauru: EDUSC, 1998.

GEWEHR, C. F. **Psicologia Social desde América Latina** – O desafio de uma possibilidade. Tese (Doutorado em Psicologia Social). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

HASSET, J. e LACEY, H. (Eds.) **Toward a Society that Serves its People: The Intellectual Contributions of El Salvador's Murdered Jesuits**. Washington, DC: Georgetown University Press, 1991.

HEGEL, G. W. F. **“Textos Dialéticos”**. Seleccionados e traduzidos, com Introdução e Notas, pelo professor DJACIR MENEZES. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

HELLER, A. **Quotidiano e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

HOBSBAWN, E. **Sobre história**. 2ed. 4 reimpressão. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOUAISS, A. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame>>. Acesso em: 22 maio 2013.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2011**: Human development statistical annex. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Tables.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2012.

IBÁÑEZ, L.C. **Compromiso y Ciencia Social**: El ejemplo de Ignacio Martín-Baró. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Psicología de la Universidad Autónoma de Madrid, 1998. Acesso pelo site: <http://www.uca.edu.sv/facultad/chn/c1170/testo.html>

IBAÑEZ, T. **La realidad cuestionada**. In: **Municiones para disidentes: realidad – verdad - política**. Barcelona: Gedisa, 2001, 17-52 p.

INSTITUTO. **El Salvador 1985: Desplezados y refugiados**. San Salvador: UCA, Instituto de Investigaciones. 1985.

LUNA, S. **Planejamento de Pesquisa**. São Paulo: EDUC, 2001.

MARX, K & ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. tradução Álvaro Pina. 1º Edição. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____. Elementos fundantes de uma concepção materialista da história. In: NETTO, J. (Org.) **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. p. 133-160.

MARTÍN-BARÓ, I. **La teoría del conocimiento del materialismo dialéctico**. Faculdade de Ciências eclesiásticas. Bogotá: Universidade Javeriana, 1963, 15 p.

_____. **Dios y El materialismo dialéctico**. Faculdade de Ciências Eclesiásticas. Bogotá: Universidade Javeriana, 1965, 24 p.

_____. **La forja de rebeldes**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA. 21 – 212, 1966a, 287-88, p.

_____. **La muerte como problema filosófico**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA. 21 - 212. 1966b, 7-12 p.

_____. **¿Quién le teme a James Bond?** ECA. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 22- 227, 1967, 511-12 p.

_____. **Los cristianos y la violência**. Trabalho apresentado ao Curso de Teologia. Eegenhoven (Bélgica), 1968a.

_____. **El pulso del tiempo: guerrilleros y hippies, blow up.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 23 – 234, 1968b, 25-26 p.

_____. **El complejo de macho o el "machismo".** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 23 - 235, 1968c, 38-42 p.

_____. **Propaganda: deseducación social.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 23 - 243, 1968d, 367-373 p.

_____. **Psicología de la caricia.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 25 - 264, 1970, 496-498 p.

_____. **Problemas actuales en psicopedagogía escolar.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 26 -273, 1971, 401-413 p.

_____. **Presupuestos psicosociales de una caracteriología para nuestros países.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 27 – 290, 1972a, 763-786 p. In: BLANCO, A. (Ed.). *Psicología de la Liberación*. Sobre el título "Presupuestos psico-sociales del carácter", Madrid: Editorial Trotta, 1998, 39-71 p.

_____. **Del alcohol a la marihuana.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 27- 283, 1972b, 225-242 p.

_____. **Peluqueros institucionales.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 27- 283, 1972c, 297-301 p.

_____. **Algunas repercusiones psico-sociales de la densidad demográfica en El Salvador.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 28 - 293-294, 1973a, 123-132 p.

_____. **Antipsiquiatría y psicoanálisis.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 28 - 293-94, 1973b, 203-206 p.

_____. **Cartas al presidente:** reflexiones psicosociales sobre un caso del personalismo político en El Salvador. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 28 - 296, 1973c, 345-57 p.

_____. **Elementos de conscientización socio-política en los currícula de las universidades.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 29 - 313-314, 1974a, 765-783 p. In: BLANCO. A (Ed.) *Psicología de la Liberación*. Sobre el título "Concientización y currículos universitarios". Madrid: Editorial Trotta, 1998, 131-159 p.

_____. **Quién es pueblo?:** reflexiones para una definición del concepto de pueblo. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 29 - 303- 4, 1974b, 11-20 p.

_____. **Cinco tesis sobre la paternidad aplicadas a El Salvador.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 30 - 319-320, 1975a, 265-282 p.

_____. **El estudiantado y la estructura universitaria.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 30 - 324-25, 1975b, 638-51 p.

_____. El valor psicológico de la represión política mediante la violencia. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 30- 326, 1975c, 742-752 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) **Poder, Ideología y Violencia**. Sob o título “El uso institucional de la violência repressiva”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 269-287 p.

_____. **Problemas de psicología social en América Latina**. (compilacão de textos). San Salvador: UCA Editores, 1976a.

_____. **2ª. Ponencia: Docencia, investigacion y proyeccion social, principios y orientaciones**. San Salvador: Seminario presentado a UCA, 1976b.

_____. **Psicología, ciencia y consciência**. (compilacão de textos). San Salvador: UCA Editores, 1977a.

_____. **Del cociente intelectual al cociente racial**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 32- 345, 1977b, 485-494 p.

_____. **Vivienda mínima: obra máxima**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 33- 359, 1978a, 732-733 p.

_____. & HERRERA. M. **Ley y orden en la vida del mesón**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 33- 360, 1978b, 803-828 p.

_____. **Cien años de psicología**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 34 - 368, 1979, 432-433 p.

_____. **Ocupación juvenil:** reflexiones psicosociales de un rehén por 24 horas. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 35 - 379, 1980a, 463-474 p.

_____. **La imagen de la mujer en El Salvador.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 35- 380, 1980b, 557-568 p.

_____. **A la muerte de Piaget.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 35 - 383, 1980c, 869-871 p.

_____. **Aspiraciones del pequeño burgués salvadoreño.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 36 -394, 1981a, 773-788 p.

_____. Actitudes en El Salvador ante una solución política a la guerra civil. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 36 - 390-91, 1981b, 325-348 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) **Poder, Ideología y Violencia.** Sobre título “Actitudes ante la guerra”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 219-256 p.

_____. **Las raíces psicosociales de la guerra en El Salvador.** San Salvador, (inédito), 1981c.

_____. **Un psicólogo social ante la guerra civil en El Salvador.** Conferência pronunciada no 2º Encontro de Psicologia Social, organizada pelos departamentos de Psicologia da Universidade Autônoma e Complutense de Madrid (Espanha), em 1981. In: Caracas: Revista de la Asociación latinoamericana de Psicología social, 2, 1981d, 91-111 p.

_____. **El llamado de la extrema derecha.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 37, 403-404, 1982, 453-466 p.

_____. **Acción e ideología:** psicología social desde Centroamérica I. San Salvador: UCA Editores, 1983a.

_____. **Polarización social en El Salvador.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 38 -412, 1983b, 129-142 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideología y Violencia.* Sob o título “Polarización social y violencia”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 139-155 p.

_____. **El terrorismo del estado norteamericano.** San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 39- 433, 1984a, 813-816 p.

_____. Guerra y salud mental. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 39-429-30, 1984b, 503-514 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) **Poder, Ideología y Violencia.** Sob o título “Guerra y salud Mental”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 333-351 p.

_____. **La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica.** Caracas: Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO) 8 - 3, 1985a, 3-9 p.

_____. **El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real.** Revista de Psicología Social, Universidad Autónoma de Madrid (sem número), 1985b, 31-50 p. In: San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador, 1990, 9- 35, 23-51 p.

_____. El papel del psicólogo en el contexto centroamericano. San Salvador: Boletín de Psicología de El Salvador, 4 - 17, 1985c, 99-112 p. In: BLANCO. A (Ed.) *Psicología de la Liberación*. Sob o título "El papel desenmascarador del psicólogo". Madrid: Editorial Trotta, 1998, 161-177 p.

_____. **Iglesia y revolución en El Salvador**. Conferência pronunciada em Midwest Association for Latin American Studies, na Universidade de Columbia, em 20 setembro de 1985. (1985d). Caracas: Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 12- 3, 1989, 27-39 p

_____. **Conflicto social e ideología científica: De Chile a El Salvador**. Trabalho apresentado no 20° Congresso Interamericano de Psicologia, Caracas. (1985e) In: San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador, 11 – 46, 1992, 317- 338 p.

_____. **Socialización política: dos temas críticos**. San Salvador: Boletín de Psicología de El Salvador, 19, 1986a, 5-20 p. Tradução para o inglês de ARON, A. & CORNE, S. (Eds.) *Writings for a Liberation Psychology. Ignacio Martín-Baró*. Sob o título o mesmo título (em inglês). Cambridge: Harvard University Press, 1996, 68-83 p.

_____. **Hacia una psicología de la liberación**. San Salvador: Boletín de Psicología de El Salvador 5 - 22, 1986b, 219-231 p.

_____. **La ideología familiar en El Salvador**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 41 - 450, 1986c, 291-304 p.

_____. **El pueblo salvadoreño ante el diálogo**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 41- 454-55, 1986d, 755-768 p.

_____. **Votar en El Salvador:** Psicología Social del desorden político. Caracas: Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 10- 2, 1987a, 28-36 p.

_____. **Del opio religioso a la fe libertadora.**(1987b). In: BLANCO. A (Ed.) *Psicología de la Liberación*. Sob o título o mesmo título. Madrid: Editorial Trotta, 1998, 245-280 p.

_____. El reto popular a la Psicología Social en América Latina. (1987c) San Salvador: Boletín de Psicología de El Salvador, 6- 26, 1987b, 251-270 p. In: BLANCO. A (Ed.) **Psicología de la Liberación**. Sob o título “La liberación como horizonte de la psicología”. Madrid: Editorial Trotta, 1998, 303-321 p.

_____. Procesos psíquicos y poder (1987d). Manuscrito. In: MONTERO, M. (Ed.) **Psicología de la acción política**. Barcelona: Paidós, 1995, 205- 233 p.

_____. **¿Es machista el salvadoreño?**. San Salvador: Boletín de Psicología de El Salvador, 6- 24, 1987e, 101-122 p.

_____. **El latino indolente:** carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. (1987e) San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 9 - 35, 1987f, 147-172 p. In: BLANCO. A (Ed.) **Psicología de la Liberación**. Sob o título "El Latino indolente", Madrid: Editorial Trotta, 1998, 73-101 p.

_____. **La investigación y el cambio social**. Trabalho apresentado no Primeiro Congresso Porto-riquenho de Pesquisas em Educação, Universidade de Porto Rico, Río

Peidras, em 1987. (1987g). In: San Salvador: Revista Salvadoreña de Psicología, 1 – 2, 2010, 91-98 p.

_____. **De la guerra sucia a la guerra psicológica:** el caso de El Salvador. Conferência apresentada no 21º Congresso Interamericano de Psicología, em junho-julho de 1987. (1987h). In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideología y Violencia*. Sob o título “Guerra y democracia em El Salvador”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 185- 202 p.

_____. La violència em Centroamérica: una visión psicosocial. Conferência pronunciada na Universidade da Costa Rica, em outubro de 1987. (1987i). In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) **Poder, Ideología y Violencia**. Sob o título “Centroamérica, encrucijada de la violencia”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 156 – 181 p.

_____. **Los grupos con historia:** un modelo psicosocial. Conferência pronunciada na 5º Jornada Venezolana de Psicología Social, em 1987. (1987j). Caracas: Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 11- 1, 1988, 3-18 p.

_____. **La familia, puerta y cárcel para la mujer salvadoreña.**(1988a) Conferência pronunciada no seminário “ Mulher em El Salvador: perspectivas para a ação, em 1988. In: San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 9 - 37, 1988, 265-277 p.

_____. Hacia una Psicología Latinoamericana. Conferência pronunciada no 13º Congresso Colombiano de Psicología, em Barranquilla (Colômbia), outubro de 1988. (1988b). In: PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.) **Ignacio Martín-Baró (1942-1989) Psicología de la liberación para América latina**. Sob o título “La psicología política latinoamericana.”. Guadalajara: ITESO, 2002, 91-114 p.

_____. Psicología del trabajo en America Latina. Conferência pronunciada no Encontro Nacional de Psicologia do Trabalho, Brasil, em 1988. (1988c). In: PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.) **Ignacio Martín-Baró (1942-1989) Psicología de la liberación para América latina**. Sob o título “La psicología política latinoamericana.”. Guadalajara: ITESO, 2002, 115- 134 p.

_____. **La mujer salvadoreña y los medios de comunicación massiva**. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 7- 29, 1988d, 253-266 p.

_____. **Opinión preelectoral y sentido del voto en El Salvador**. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 43 - 473-74, 1988e, 213-223 p.

_____. **La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador**. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador, 9- 28, 1988f, 123-141 p.
In: San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador, 9-35, 1990, 89 – 108 p.

_____. Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) **Poder, Ideología y Violencia**. Sob o título “Centroamérica, encrucijada de la violencia”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 289 – 310 p.

_____. **La opinión pública salvadoreña (1987-1988)**. San Salvador: UCA Editores, 1989a.

_____. **Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica II**. San Salvador: UCA Editores, 1989b.

_____. Retos y perspectivas de la psicología latinoamericana.(1989c). In: PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.) **Ignacio Martín-Baró (1942-1989). Psicología de la liberación para América latina**. Sob o mesmo título. Guadalajara: ITESO, 2002, 69-89 p.

_____. Los medios de comunicación masiva y la opinión pública en El Salvador de 1979 a 1989. Trabalho preparado para o Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-americanos, pouco antes do falecimento do autor. (apresentado pela professora Tommie Sue Montgomery, em 1989. (1989d) In: PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.) **Ignacio Martín-Baró (1942-1989). Psicología de la liberación para América latina**. Sob o mesmo título. Guadalajara: ITESO, 2002, 169- 182 p.

_____. El método de la Psicología política. San Salvador (inédito). (1989e). In: MONTERO, M. (Ed.) **Psicología de la acción política**. Barcelona: Paidós, 1995, 39- 58 p.

_____. La institucionalización de la guerra. Revista de Psicología de El Salvador 8 - 33, 1989f, 223-45 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) **Poder, Ideología y Violencia**. Sob o título “Centroamérica, encrucijada de la violencia”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 310 – 330 p.

_____. **La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador**. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 9 - 35, 1990a, 9-22 p.

_____. **¿Trabajador alegre o trabajador explotado?** La identidad nacional del salvadoreño. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 9 - 35, 1990b, 147-172 p.

_____. **Psicología social de la guerra:** trauma y terapia. (1990c) (compilação de textos). San Salvador: UCA Editores, 2000.

_____. **Reparations:** Attention Must be Paid. (1990d). Nova Iorque: Revista Commonweal, Março de 1990, 184 -186 p.

_____. Religião y guerra psicológica. Escrito para o Journal of Social Issues, publicado postumamente em 1990. (1990e) In: BLANCO. A (Ed.) **Psicología de la Liberación.** Sob o mesmo título. Madrid: Editorial Trotta, 1998, 227- 244 p.

_____. Consecuencias psicológicas de la repressão y el terrorismo. Compilação dos editores de texto inédito mais o texto “El valor psicológico de la repressão política mediante a la violência”, de 1975. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) **Poder, Ideologia y Violencia.** Madrid: Editorial Trotta, 2003, 227- 244 p.

_____. **Fundamentos teóricos y metodológicos de la investigación latinoamericana.** Publicação póstuma. In: San Salvador: Revista Salvadoreña de Psicologia, 1 – 2, 2010, 98- 100 p.

MATOS, O. **A história.** Série Filosofia o prazer de pensar. Coleção dirigida por Marilena Chauí e Juvenal Savian Filho. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

MÉZÁROS, I. **O poder da ideologia.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTERO, M. La psicología de la Liberación em Ignacio Martín-Baró: El impulso prático y el freno teórico. In: Caracas: Comportamiento (Universidad Simon Bolívar), 1993, 61 -76 p.

_____. (Ed.) **Psicología de la acción política**. Barcelona: Paidós, 1995.

MONTES, S. S. **El Salvador la tierra, epicentro de las crisis**. San Salvador: Boletín de Ciências Economicas y Sociales 9, 1986, 240-56 p.

_____. **El Salvador: las fuerzas Sociales en la presente conyuntura** (enero 1980 a diciembre 1983). San Salvador: UCA, 1984.

_____. **Salvadoreños refugiados en los Estados Unidos**. San Salvador: Instituto de investigaciones, UCA, 1987.

_____. **Clases y movimientos sociales en el salvador: caracterización, desarrollo e intervención**. Exposição feita no 8º Congresso Centro-americano de Sociologia, na Guatemala, em outubro de 1988. (Banco Centroamericano de Integración Económica). San Salvador: Realidad Económico-Social de El Salvador, 1 - 4. 1989, 305-331 p.

_____. MELÉNDEZ, F. y PALACIOS, E. **Los derechos econômicos, sociales y culturales em El Salvador**. San Salvador: Instituto de Derechos Humanos (IDHUCA), UCA, 1988a.

_____. ¿Es Possible la democracia em um país subdesarrollado?. Texto avulso no Arquivo Martín-Baró. In: Caracas: Estudios Centro Americanos, (outubro- novembro) 071-974, 1979.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Redigido em 1999 e originalmente publicado no módulo 1 de Capacitação em Serviço Social e Política Social, Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD, UnB, 1999. Acesso pelo site: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf

PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.) **Ignacio Martín-Baró (1942-1989)**. Psicología de la liberación para América latina. Guadalajara: ITESO, 2002.

PARKER, I. **Revolution in Psychology: From Alienation to Emancipation**. Londres: Pluto Press. 2007.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

TAPIA, G. G. **La Transacción en la América Latina**. Los casos de Chile y El Salvador. Centro de Investigaçã e Açã Social (A.C) da Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade Iztapalapa. Atlixo: Enkio-Concepto Editorial, 1991.

QUINO, J. S. L. **Toda Mafalda**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SEVILLA, M. **Visión global sobre la concentración económica en El Salvador**. San Salvador: Boletín de Ciencias Económicas y Sociales. Maio-junho, 1984, 155-190 p.

SPINK, P. K. **Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista**. *Psicologia & Sociedade*, 15(2), 2003, 18-42 p.

UNIVERSIDADE JOSÉ SIMÉON CAÑAS. **Textos e publicações sobre seus Mártires**. <http://www.uca.edu.sv/>.

VÁSQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão popular, 2011.

WOLF, Eric Wolf. **Europe and the People without History**. Berkeley, 1983.

6. ANEXOS

ANEXO 1 - Inventário Analítico dos textos de Martín-Baró estudados

1. (1963) MARTÍN-BARÓ, I. **La teoría del conocimiento del materialismo dialéctico**. O trabalho expõe a perspectiva do autor sobre o que ele julga serem pressupostos e premissas do materialismo dialético; numa contraposição a sua perspectiva teórico-filosófica, a escolástica. Faculdade de Ciências eclesiásticas. Bogotá: Universidade Javeriana, 1963. 15 p. Cópia impressa, em espanhol;
2. (1965) MARTÍN-BARÓ, I. **Dios y El materialismo dialéctico**. O trabalho contém crítica ao materialismo dialético vulgar e a exposição argumentativa da perspectiva filosófica do autor sobre a existência, prova e necessidade humana de um Deus. Faculdade de Ciências Eclesiásticas. Bogotá: Universidade Javeriana, 1965. 24 p. Cópia impressa, em espanhol;
3. (1966a) MARTÍN-BARÓ, I. **La forja de rebeldes**. O artigo contextualiza a juventude latino-americana tirando-os da condição de “rebeldes” e posicionando-os como obedientes ou não aos distorcidos ideais ético-morais da sociedade hegemônica à época. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA. 21 -212; 1966, 287-88, p. Cópia digitalizada, em espanhol;
4. (1966b) MARTÍN-BARÓ, I. **La muerte como problema filosófico**. O artigo com forte influência da escola de pensamento existencialista problematiza a questão da morte e da existência humana. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA. 21 – 212, 1966, 7-12 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
5. (1967) MARTÍN-BARÓ, I. **¿Quién le teme a James Bond?** O artigo contém crítica à influência da indústria cultural na sociedade da época, por meio da crítica a personagem ideal *James Bond*, que representa valores dessa cultura. ECA. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 22- 227, 1967, 511-12 p. Cópia digitalizada, em espanhol;

6. (1968a) MARTÍN-BARÓ, I. **Los cristianos y la violencia**. No trabalho o autor discute a violência sob a perspectiva cristã; fortemente influenciado pelo que ficou conhecido como Teologia da Libertação. Trabalho apresentado ao Curso de Teologia. Eegenhoven (Bélgica), 1968, 63 p. Cópia impressa, em espanhol;
7. (1968b) MARTÍN-BARÓ, I. **El pulso del tiempo; guerrilleros y hippies, blow up**. No artigo o autor aponta guerrilheiros e hippies como extremos de uma civilização em crise. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 23 – 234, 1968, 25-26 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
8. (1968c) MARTÍN-BARÓ, I. **El complejo de macho o el "machismo"**. O artigo problematiza e crítica o conjunto de traços que configuram o que o autor nomina de machismo. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 23 - 235, 1968, 38-42 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
9. (1968d) MARTÍN-BARÓ, I. **Propaganda: deseducación social**. No artigo o autor critica os efeitos das propagandas e a aponta como pressuposto do modo de civilização ocidental à época. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 23 - 243, 1968, 367-373 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
10. (1970) MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la caricia**. No artigo o autor aborda as carícias como algo mais que movimentos das mãos; antes, trata-as como linguagens mais próprias da humanidade. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 25 - 264, 1970, 496-498 p. Cópia impressa, em espanhol;
11. (1971) MARTÍN-BARÓ, I. **Problemas actuales en psicopedagogía escolar**. O artigo problematiza as bases teóricas da psicopedagogia e crítica o modelo de educação que não promove a criatividade dos aprendizes. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 26 -273, 1971, 401-413 p. Cópia digital, em espanhol;
12. (1972a) MARTÍN-BARÓ, I. **Presupuestos psicosociales de una caracteriología para nuestros países**. O artigo contém tentativa de fusão

epistemológica entre psicanálise e marxismo na teorização sobre o caráter. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 27 – 290, 1972, 763-786 p. In: BLANCO, A. (Ed.). *Psicología de la Liberación*. Sob o título "Presupuestos psico-sociales del carácter", Madrid: Editorial Trotta, 1998, 39-71 p. Cópia impressa, em espanhol;

13. (1972b) MARTÍN-BARÓ, I. **Del alcohol a la marihuana**. O artigo discute a criminalização, legalização e efeitos sociais concretos das drogas, principalmente à maconha. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 27-283, 1972, 225-242 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
14. (1972c) MARTÍN-BARÓ, I. **Peluqueros institucionales**. O artigo demonstra o interesse do autor pelo estudo da formação dos grupos sociais, entretanto, a perspectiva teórica adotada pouco se parece com a que posteriormente adotara; neste texto há interpretação freudiana para o “trote” nas universidades, referenciando-o a um ritual de passagem. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 27- 283, 1972, 297-301 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
15. (1972d) MARTÍN-BARÓ, I. **Algunas repercusiones psico-sociales de la densidad demográfica en El Salvador**. O artigo problematiza a relação dos indivíduos com seu espaço/ambiente vital numa perspectiva influenciada pela psicanálise. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 28 - 293-294, 1973, 123-132 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
16. (1973a) MARTÍN-BARÓ, I. **Antipsiquiatría y psicoanálisis**. O artigo contém crítica aos efeitos da “psiquiatrização” da vida e ao elitismo da psicanálise. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 28 - 293-94, 1973, 203-206 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
17. (1973b) MARTÍN-BARÓ, I. **Cartas al presidente: reflexiones psicosociales sobre un caso del personalismo político en El Salvador**. O artigo problematiza a personalização do exercício do poder; a crítica denuncia a incoerência de atribuir ao presidente de uma nação a responsabilidade por

- solucionar problemas sociais. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 28 - 296, 1973, 345-57 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
18. (1974a) MARTÍN-BARÓ, I. **Elementos de conscientización socio-política en los currícula de las universidades.** O capítulo demonstra as bases epistemológicas e o pressuposto ético do autor; relacionando a função social da universidade à responsabilidade histórica. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 29 - 313-314, 1974, 765-783 p. In: BLANCO. A (Ed.), *Psicología de la Liberación*. Sob o título "Concientización y currículos universitarios". Madrid: Editorial Trotta, 1998, 131-159 p. Cópia impressa, em espanhol;
 19. (1974b) MARTÍN-BARÓ, I. **Quién es pueblo?: reflexiones para una definición del concepto de pueblo.** O artigo contém caracterização conceitual do termo povo. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 29 – 303-4, 1974, 11-20 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
 20. (1975a) MARTÍN-BARÓ, I. **Cinco tesis sobre la paternidad aplicadas a El Salvador.** O texto problematiza a paternidade em El Salvador, a partir da perspectiva psicossocial. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 30 - 319-320, 1975, 265-282 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
 21. (1975b) MARTÍN-BARÓ, I. **El estudiantado y la estructura universitaria.** O artigo aborda a relação entre estudantes e responsabilidade sócio-histórica da Universidade. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 30 - 324-25, 1975, 638-51 p. Cópia digital, em espanhol;
 22. (1975c) MARTÍN-BARÓ, I. **El valor psicológico de la represión política mediante la violencia.** O artigo aborda a história de opressão das sociedades latinas sob a perspectiva psicossocial; cinco anos antes do início da guerra civil salvadorenha. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 30- 326, 1975, 742-752 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideología y Violencia*. Sob o título "El uso institucional de la violencia repressiva". Madrid: Editorial Trotta, 2003, 269-287 p. Cópia impressa, em espanhol;

23. (1976a) MARTÍN-BARÓ, I. **Problemas de Psicología Social en América Latina**. O livro aborda questões relacionadas à relevância social e científica da Psicologia Social. (compilação de textos). San Salvador: UCA Editores, 1976. Cópia impressa, em espanhol;
24. (1976b) MARTÍN-BARÓ, I. **2ª. Ponencia: Docencia, investigacion y proyeccion social, principios y orientaciones**. O seminário versa sobre as perspectivas teóricas e posicionamentos políticos do autor sobre as funções das Universidades, principalmente a UCA. San Salvador: Seminário apresentado a UCA, 1976b.
25. (1977a) MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología, Ciencia y Consciência**. O livro, segundo o autor, é de caráter prático, aborda conceitos e categorias, vinculando Psicologia à produção de conhecimento que combata a ideologia dominante. (compilação de textos). San Salvador: UCA Editores, 1977. Cópia impressa, em espanhol;
26. (1977b) MARTÍN-BARÓ, I. **Del cociente intelectual al cociente racial**. O artigo discute a relação entre inteligência e raça; criticando a demasiada importância atribuída ao biologicismo na mensuração do “quociente intelectual”. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 32- 345, 1977, 485-494 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
27. (1978a) MARTÍN-BARÓ, I. **Vivienda mínima: obra máxima**. O artigo versa sobre êxitos da Fundação Salvadorenha de Desenvolvimento Social e Habitação Mínima (FUNDASAL), entre 1968 e 1978. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 33- 359, 1978, 732-733 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
28. (1978b) MARTÍN-BARÓ, I. **Ley y orden en la vida del mesón**. (com HERRERA. M). O artigo denuncia precárias condições de habitações dos salvadorenhos, à época. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 33- 360, 1978, 803-828 p. Cópia digitalizada, em espanhol;

29. (1979a) MARTÍN-BARÓ, I. **Cien años de psicología**. O brevíssimo artigo contém personagens e alguns traços relevantes, para o autor, sobre os cem anos de história da Psicologia; o texto inicia-se com referência a Wilhelm Wundt e o laboratório de Leipzig (Alemanha), em 1879. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 34 -368, 1979, 432-433 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
30. (1980a) MARTÍN-BARÓ, I. **Ocupación juvenil: reflexiones psicosociales de un rehén por 24 horas**. O artigo contém o relato da experiência do autor sobre o fato de ter sido refém de um grupo de estudantes da UCA. Observa-se que sua posição, ainda que contrária à tática utilizada pelos estudantes (ocupação do prédio administrativo da Universidade), prima pela racionalização que não perde de vista a articulação entre “reinvindicação estudantil” e particularidade histórica salvadorenha, à época. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 35 - 379, 1980, 463-474 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
31. (1980b) MARTÍN-BARÓ, I. **La imagen de la mujer en El Salvador**. O artigo contém crítica à imagem ideologizada da mulher salvadorenha; com base empírica na sondagem de opinião de 800 salvadorenhos. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 35- 380, 1980, 557-568 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
32. (1980c) MARTÍN-BARÓ, I. **A la muerte de Piaget**. O artigo versa sobre a morte, aos 84 anos, de Jean Piaget e sua contribuição à ciência psicológica. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 35 -383, 1980, 869-871 p. Cópia digitalizada, em espanhol.
33. (1981a) MARTÍN-BARÓ, I. **Aspiraciones del pequeño burgués salvadoreño**. O artigo problematiza e crítica à situação dos pequenos burgueses salvadorenhos, à época. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 36 - 394, 1981, 773-788 p. Cópia digitalizada;
34. (1981b) MARTÍN-BARÓ, I. **Actitudes en El Salvador ante una solución política a la guerra civil**. O capítulo problematiza, com definição heterodoxa para o conceito atitude, a situação sócio-política salvadorenha. San Salvador:

- Estudios Centroamericanos. UCA, 36, 390-91, 1981, 325-348 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideologia y Violencia*. Sob o título “Actitudes ante la guerra”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 219-256 p. Cópia impressa, em espanhol;
35. (1981c) MARTÍN-BARÓ, I. **Las raíces psicosociales de la guerra en El Salvador**. O livro expõe de forma dinâmica a perspectiva teórica do autor sobre a guerra salvadorenha; contém também traços fundantes de sua teoria para compreensão dos processos grupais. San Salvador (inédito), 1981. Cópia impressa, em espanhol;
36. (1981d) MARTÍN-BARÓ, I. **Un psicólogo social ante la guerra civil en El Salvador. Un psicólogo social ante la guerra civil en El Salvador**. O texto versa sobre aportes da Psicologia Social tanto à análise da crise salvadorenha, à época, quanto possíveis contribuições para solução dela. Conferência pronunciada no 2º Encontro de Psicologia Social, organizados pelos departamentos de Psicologia da Universidade Autônoma e Complutense de Madrid (Espanha), em 1981. In: Caracas: Revista de la Asociación latinoamericana de Psicología social, 2, 1981, 91-111 p. Cópia Impressa, em espanhol;
37. (1982a) MARTÍN-BARÓ, I. **El llamado de la extrema derecha**. O artigo critica frontalmente o partido direitista “Aliança Republicana Nacionalista” (ARENA) de El Salvador. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 37, 403-404, 1982, 453-466 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
38. (1983a) MARTÍN-BARÓ, I. **Polarización social en El Salvador**. O capítulo versa sobre processos políticos desencadeados pela guerra civil e suas relações com o uso da violência. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 38 - 412, 1983, 129-142 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.), *Poder, Ideologia y Violencia*. Sob o título “Polarización social y violencia”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 139-155 p;
39. (1983b) MARTÍN-BARÓ, I. **Acción e ideología: psicología social desde Centroamérica I**. Primeiro volume da série *Psicología desde Centro-américa*; o

- livro expõe a perspectiva teórica do autor sobre a Psicologia Social e algumas das principais categorias e conceitos que ele utiliza. San Salvador: UCA Editores, 1983. Original, em espanhol;
40. (1984a) MARTÍN-BARÓ, I. **El terrorismo del estado norteamericano**. O texto crítica à postura adotada pelos Estados Unidos em relação à América Central, principalmente El Salvador. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 39- 433, 1984, 813-816 p. Cópia digital, em espanhol;
41. (1984b) MARTÍN-BARÓ, I. **Guerra y salud mental**. O capítulo problematiza os impactos da guerra civil na saúde mental dos salvadorenos. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 39, 429-30, 1984, 503-514 p. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideologia y Violencia*. Sob o título “Guerra y salud Mental”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 333-351 p. Cópia impressa, em espanhol;
42. (1985a) MARTÍN-BARÓ, I. **La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica**. O artigo expõe como a desideologização, sob a perspectiva do autor, é componente intrínseco ao fazer da Psicologia. Caracas: Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO) 8 - 3, 1985, 3-9 p. Cópia impressa, em espanhol;
43. (1985b) MARTÍN-BARÓ, I. **El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real**. O artigo aborda a concretude do problema da alta densidade demográfica em El Salvador, à época. Revista de Psicología Social, Universidad Autonoma de Madrid (sem número), 1985, 31-50 p. In: Caracas: Revista de Psicología de El Salvador, 1990, 9 - 35, 23-51 p. Cópia impressa, em espanhol;
44. (1985c) MARTÍN-BARÓ, I. **El papel del psicólogo en el contexto centroamericano**. O capítulo versa sobre a responsabilidade social e a necessidade de partir da perspectiva dos explorados para que a Psicologia efetive seu potencial crítico e emancipador. San Salvador: Boletín de Psicología de El Salvador, 4 - 17, 1985, 99-112 p. In: BLANCO. A (Ed.) *Psicología de la*

- Liberación*. Sob o título "El papel desenmascarador del psicólogo", 1998, 161-177 p. Cópia impressa, em espanhol;
45. (1985d) MARTÍN-BARÓ, I. **Iglesia y revolución en El Salvador**. O trabalho discorre sobre a posição histórica que a igreja católica ocupa na sociedade e aponta seu dobre potencial: alienante ou subversivo. Conferência pronunciada em Midwest Association for Latin American Studies na Universidade de Columbia, a 20 de setembro de 1985. In: BLANCO, A (Ed.), *Psicología de la Liberación*. Sob o título o mesmo título. Madrid: Editorial Trotta, 1998, 203-225 p. Cópia impressa, em espanhol ;
46. (1985e) MARTÍN-BARÓ, I. **Conflicto social e ideología científica: De Chile a El Salvador**. O artigo contém paralelos, semelhanças e diferenças dos conflitos bélicos e ideológicos vividos em El Salvador e no Chile. Trabalho apresentado no 20º Congresso Interamericano de Psicología, Caracas (Venezuela) em 1985. In: *Revista de Psicología de El Salvador*, 11 – 46, 1992, 317 – 338 p. Cópia impressa, em espanhol;
47. (1986a) MARTÍN-BARÓ, I. **Socialización política: dos temas críticos**. O capítulo contém a definição do autor para socialização política; afastando-se das concepções, então, clássicas da Psicologia e da Sociologia. San Salvador: *Boletín de Psicología de El Salvador*, 19, 1986, 5-20 p. Tradução para o inglês de ARON, A. & CORNE, S. (Eds.), *Writings for a Liberation Psychology*. *Ignacio Martín-Baró*. Sob o título o mesmo título. Cambridge: Harvard University Press, 1996, 68-83 p. Cópia impressa, em espanhol;
48. (1986b) **Hacia una psicología de la liberación**. O texto contém as principais características da Psicologia que lhe conferiu reconhecimento internacional. San Salvador: *Boletín de Psicología de El Salvador* 5 - 22, 1986, 219-231 p. Cópia impressa, em espanhol;
49. (1986c) MARTÍN-BARÓ, I. **La ideología familiar en El Salvador**. O artigo versa sobre a função social da família e os processos de ideologização que a

- permeavam em El Salvador. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 41 - 450, 1986, 291-304 p. Cópia digital, em espanhol;
50. (1986d) MARTÍN-BARÓ, I. **El pueblo salvadoreño ante el diálogo**. O artigo apresenta a opinião dos salvadorenhos sobre questões sociais relevantes, à época, desse país. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 41, 454-455, 1986, 755-768 p. Cópia digital, em espanhol;
51. (1987a) MARTÍN-BARÓ, I. **Votar en El Salvador: psicología social del desorden político**. O artigo problematiza as implicações de votar na conjuntura histórica vivida por El Salvador na década de 1980. Caracas: Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 10- 2, 1987, 28-36 p. Cópia impressa, em espanhol;
52. (1987b) MARTÍN-BARÓ, I. **Del opio religioso a la fe libertadora**. O capítulo versa sobre o dobre potencial da religião segundo a perspectiva teórica adotada pelo autor. In: BLANCO. A (Ed.), *Psicología de la Liberación*. Sob o título o mesmo título. Madrid: Editorial Trotta, 1998, 245-280 p. Cópia impressa, em espanhol;
53. (1987c) MARTÍN-BARÓ, I. **El reto popular a la psicología social en América Latina**. A partir de um questionamento sobre a realidade social salvadorenha o autor propõe desafios tanto práticos quanto teóricos à Psicologia. San Salvador: Boletín de Psicología de El Salvador, 6- 26, 1987, 251-270 p. In: BLANCO. A (Ed.), *Psicología de la Liberación*. Sob o título “La liberación como horizonte de la psicología”. Madrid: Editorial Trotta, 1998, 303-321 p. Cópia impressa, em espanhol;
54. (1987d) MARTÍN-BARÓ, I. **Procesos psíquicos y poder**. O manuscrito versa sobre a relação e efeitos do exercício do poder nos indivíduos. Manuscrito publicado por Maritza Montero. In: MONTERO, M. (Ed.) *Psicología de la acción política*. Barcelona: Paidós, 1995, 205- 233 p. Cópia digitalizada, em espanhol;

55. (1987e) MARTÍN-BARÓ, I. **¿Es machista el salvadoreño?**. O artigo expõe a perspectiva teórico-crítica do autor sobre o machismo em El Salvador. San Salvador: Boletín de Psicología de El Salvador, 6- 24, 1987, 101-122 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
56. (1987f) MARTÍN-BARÓ, I. **El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano**. O artigo apresenta a perspectiva crítica do autor sobre traço estigmatizado/ideologizado nos latino-americanos, o fatalismo. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 9 - 35, 1987, 147-172 p. In: BLANCO. A (Ed.), *Psicología de la Liberación*. Sob o título "El Latino indolente", Madrid: Editorial Trotta, 1998, 73-101 p. Cópia impressa, em espanhol;
57. (1987g) MARTÍN-BARÓ, I. **La investigación y el cambio social**. O artigo contém traços da relação direta que o autor estabelece entre pesquisas e realidade social, principalmente a de El Salvador. Trabalho apresentado no Primeiro Congresso Porto-riquenho de Pesquisas em Educação, Universidade de Porto Rico, Río Peidras, em 1987. In: San Salvador: Revista Salvadoreña de Psicología, 1 – 2, 2010, 91-98 p. Cópia impressa, em espanhol;
58. (1987h) MARTÍN-BARÓ, I. **De la guerra sucia a la guerra psicológica: el caso de El Salvador**. O capítulo versa sobre a modalidade psicológica e os efeitos psicossociais concretos da guerra civil salvadorenha. Conferência apresentada no 21º Congresso Interamericano de Psicología, em junho-julho de 1987. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideología y Violencia*. Sob o título “Guerra y democracia em El Salvador”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 185- 202 p. Cópia impressa, em espanhol;
59. (1987i) MARTÍN-BARÓ, I. **La violencia em Centroamérica: una visión psicosocial**. O capítulo contém panorama do exercício e legitimação da violência por parte dos poderes estabelecidos, à época, na América Central e uma teorização sobre ela, sob a perspectiva da Psicologia Social. Conferência pronunciada na Universidade da Costa Rica, em outubro de 1987. In: BLANCO. A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideología y Violencia*. Sob o título “Centroamérica,

- encrucijada de la violencia”. Madrid: Editorial Trotta, 2003,156 – 181 p. Cópia impressa, em espanhol;
60. (1987j) MARTÍN-BARÓ, I. **Los grupos con historia: un modelo psicosocial.** O artigo expõe tanto a perspectiva teórica do autor sobre processos grupais quanto analisa a situação dos sindicatos salvadorenhos à época. Conferência pronunciada na 5º Jornada Venezuelana de Psicología Social, em 1987. Caracas: Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 11- 1, 1988, 3-18 p. Cópia impressa, em espanhol;
61. (1988a) MARTÍN-BARÓ, I. **La familia, puerta y cárcel para la mujer salvadoreña.** O capítulo situa criticamente a situação das famílias salvadorenhas e a posição social ocupada pelas mulheres desse país. Conferência pronunciada no seminário “Mulher em El Salvador: perspectivas para a ação”, em 1988. In: San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 9 - 37, 1988, 265-277 p. Cópia impressa, em espanhol;
62. (1988b) MARTÍN-BARÓ, I. **Hacia una Psicología Latinoamericana.** O artigo problematiza as diferenças entre política da Psicologia e Psicologia Política; apresentando a perspectiva teórica do autor. Conferência pronunciada no 13º Congresso Colombiano de Psicología, em Barranquilla (Colombia), outubro em 1988. In: PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.), Ignacio Martín-Baró (1942-1989). *Psicología de la liberación para América latina.* Sob o título “La psicología política latinoamericana.”. Guadalajara: ITESO, 2002, 91-114 p. Cópia impressa, em espanhol;
63. (1988c) MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología del trabajo en America Latina.** O artigo expõe a perspectiva do autor sobre a Psicologia Política e a relação dela com o trabalho social. Conferência pronunciada no Encontro Nacional de Psicología do Trabalho, Brasil, em 1988. In: PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.), Ignacio Martín-Baró (1942-1989). *Psicología de la liberación para América latina.* Sob o título “La psicología política latinoamericana.”. Guadalajara: ITESO, 2002, 115- 134 p. Cópia impressa, em espanhol;

64. (1988d) MARTÍN-BARÓ, I. **La mujer salvadoreña y los medios de comunicación masiva**. O artigo aborda a construção da identidade da mulher salvadorenha e a influência dos meios de comunicação nessa constituição. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 7- 29, 1988c 253-266 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
65. (1988e) MARTÍN-BARÓ, I. **Opinión preelectoral y sentido del voto en El Salvador**. O artigo mensura a intenção de votos dos salvadorenhos em 1988 e problematiza as implicações de votar em meio aquela conjuntura histórica. San Salvador: Estudios Centroamericanos. UCA, 43, 473-474, 1988, 213-223 p. Cópia digitalizada, em espanhol;
66. (1988f) MARTÍN-BARÓ, I. **La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador**. A partir de uma perspectiva psicossocial o autor teoriza sobre a relação trauma e efeitos concretos da guerra. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador, 9- 28, 1988, 123-141 p. Republicado na mesma revista (versão que utilizamos) 9 – 35, 1990, 89 – 108 p. Cópia impressa, em espanhol;
67. (1988g) MARTÍN-BARÓ, I. **Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño**. O capítulo versa sobre a concretude da guerra civil salvadorenha do final da década de 1980 e suas implicações no/para desenvolvimento infantil. Trabalho apresentado na conferência da ACISAM, e, setembro de 1988. In: BLANCO, A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideologia y Violencia*. Sob o título “Centroamérica, encrucijada de la violencia”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 289 – 310 p. Cópia impressa, em espanhol;
68. (1989a) MARTÍN-BARÓ, I. **La opinión pública salvadoreña (1987-1988)**. O livro é publicação do Instituto de Opinión Pública de El Salvador e retrata a situação do país entre os anos 1987 e 1988. San Salvador: UCA Editores, 1989. Cópia impressa, em espanhol;
69. (1989b) MARTÍN-BARÓ, I. **Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica II**. Segundo volume da série *Psicología desde Centro-américa*;

- no livro o autor aborda em profundidade fundamentos de sua perspectiva para a Psicologia Social, principalmente a latino-americana. San Salvador: UCA Editores, 1989. Cópia Impressa, em espanhol;
70. (1989c) MARTÍN-BARÓ, I. **Retos y perspectivas de la psicología latinoamericana**. O capítulo desde perspectiva histórica e a partir da realidade social latino-americana expõe traços do que o autor julga serem desafios e perspectivas para Psicologia, à época. In: PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.), Ignacio Martín-Baró (1942-1989). *Psicología de la liberación para América latina*. Sob o mesmo título. Guadalajara: ITESO, 2002, 69- 89 p. Cópia impressa, em espanhol;
71. (1989d) MARTÍN-BARÓ, I. **Los medios de comunicación masiva y la opinión pública en El Salvador de 1979 a 1989**. A partir de pesquisas oriundas do extinto IUDOP o autor mensura a variação na opinião pública salvadorenha entre 1979 e 1989. Trabalho preparado para o Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-americanos, pouco antes de falecimento. (apresentado pela professora Tommie Sue Montgomery, em 1989. In: PACHECO, G. & JIMÉNEZ, B (Eds.) *Ignacio Martín-Baró (1942-1989). Psicología de la liberación para América latina*. Sob o mesmo título. Guadalajara: ITESO, 2002, 169- 182 p. Cópia impressa, em espanhol;
72. (1989e) MARTÍN-BARÓ, I. **El método de la Psicología Política**. O texto contém reflexões e apontamentos sobre o método de uma Psicologia Política comprometida com mudanças sócias favoráveis às maiorias exploradas pelo capital. San Salvador (inédito). In: MONTERO, M. (Ed.) *Psicología de la acción política*. Barcelona: Paidós, 1995, 39- 58 p. Cópia impressa, em espanhol;
73. (1989f) MARTÍN-BARÓ, I. **La institucionalización de la guerra**. O capítulo expõe a relação que o autor estabelece entre os governantes salvadorenhos e guerra civil deste país. Revista de Psicología de El Salvador 8 - 33, 1989e, 223- 45 p. In: BLANCO, A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideologia y Violencia*. Sob o

- título “Centroamérica, encrucijada de la violencia”. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 310 – 330 p. Cópia impressa, em espanhol;
74. (1990a) MARTÍN-BARÓ, I. **La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador.** O artigo versa sobre o papel transformador de pesquisas de opinião pública embasadas em teorias psicossociais críticas ao sistema hegemônico na América Latina, à época. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 9 - 35, 1990, 9-22 p. Cópia impressa, em espanhol;
75. (1990b) MARTÍN-BARÓ, I. **¿Trabajador alegre o trabajador explotado? La identidad nacional del salvadoreño.** O capítulo problematiza a identidade ideologizada dos trabalhadores salvadorenos. San Salvador: Revista de Psicología de El Salvador 9, 35, 1990b, 147-172. Cópia impressa, em espanhol;
76. (1990c) MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología social de la guerra: trauma y terapia.** O livro reúne diversos textos que versam sobre a intersecção guerra e Psicologia. (compilação de textos). San Salvador: UCA Editores, primeira edição 1990, utilizamos a publicada em, 2000. Original, em espanhol;
77. (1990d) MARTÍN-BARÓ, I. **Reparations: Attention Must be Paid.** O artigo aponta que mesmo sob a perspectiva do perdão cristão, atrocidades cometidas na guerra salvadorenha, financiada, principalmente, pelos Estados Unidos merece reparação concreta. Nova Iorque: Revista Commonweal, Março de 1990, 184 - 186 p. Cópia impressa, em espanhol;
78. (1990e) MARTÍN-BARÓ, I. **Religión y guerra psicológica.** O capítulo contém problematização entre a relação conscientização religiosa e desenvolvimento da guerra civil salvadorenha. Escrito para o Journal of Social Issues publicado postumamente em 1990. In: BLANCO. A (Ed.) *Psicología de la Liberación.* Sob o mesmo título. Madrid: Editorial Trotta, 1998, 227- 244 p. Cópia impressa, em espanhol;
79. (2003) MARTÍN-BARÓ, I. **Consecuencias psicológicas de la represión y el terrorismo.** O capítulo versa sobre efeitos concretos da repressão psicológica e

do terrorismo político sofrido pela América Latina, principalmente sobre o caso de El Salvador. Compilação dos editores de texto inédito mais o texto “El valor psicológico de la repression política mediante a la violència”, de 1975. In: BLANCO, A, IBANEZ, L. (Ed.) *Poder, Ideologia y Violencia*. Madrid: Editorial Trotta, 2003, 259-287 p. Cópia impressa, em espanhol;

80. (2010) MARTÍN-BARÓ, I. **Fundamentos teóricos y metodológicos de la investigación latinoamericana**. O brevíssimo artigo expõe alguns traços que fundamentam teórico-metodológica proposta pelo autor, principalmente em relação à teoria psicossocial. Publicação póstuma. In: San Salvador: Revista Salvadoreña de Psicología, 1 – 2, 2010, 98- 100 p. Original, em espanhol;

ANEXO 2 – TRILHAS SONORAS

Música 1 - *Ni chicha ni limoná* - Victor Jara.

Arrímese mas pa' ca
aquí donde el sol calienta,
si uste' ya está acostumbrado
a andar dando volteretas
y ningún daño le hará
estar donde las papas quemán.

Usted no es na'
ni chicha ni limoná
se la pasa manoseando
caramba zamba su dignidad.

La fiesta ya ha comenzao
y la cosa está que arde
uste' que era el más quedao
se quiere adueñar del baile
total a los olfatiños
no hay olor que se les escape.

Si queremos más fiestoca
primero hay que trabajar
y tendremos pa' toítos
abrigo, pan y amistad
y si usted no está de acuerdo
es cuestión de uste' nomás
la cosa va pa' delante
y no piensa recular.

Ya déjese de patillas
venga a remediar su mal
si aquí debajito 'el poncho
no tengo ningún puñal
y si sigue hociconeando

le vamos a expropiar
las pistolas y la lengua
y toíto lo demás.

Música 2 - Latinoamérica - Calle 13

Soy... Soy lo que dejaron
Soy toda la sobra de lo que se robaron
Un pueblo escondido en la cima
Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima
Soy una fábrica de humo
Mano de obra campesina para tu consumo
Frente de frío en el medio del verano
El amor en los tiempos del cólera, mi hermano!
Soy el sol que nace y el día que muere
Con los mejores atardeceres
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
Las caras más bonitas que he conocido
Soy la fotografía de un desaparecido
La sangre dentro de tus venas
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
Una canasta con frijoles, soy Maradona contra Inglaterra
Anotándote dos goles
Soy lo que sostiene mi bandera
La espina dorsal del planeta, es mi cordillera
Soy lo que me enseñó mi padre
El que no quiere a su patria, no quiere a su madre
Soy América Latina, un pueblo sin piernas, pero que camina
Oye!

Coro

Tú no puedes comprar el viento

Tú no puedes comprar el sol

Tú no puedes comprar la lluvia

Tú no puedes comprar el calor

Tú no puedes comprar las nubes

Tú no puedes comprar los colores

Tú no puedes comprar mi alegría

Tú no puedes comprar mis dolores

Tú no puedes comprar el viento

Tú no puedes comprar el sol

Tú no puedes comprar la lluvia

Tú no puedes comprar el calor

Tú no puedes comprar las nubes

Tú no puedes comprar los colores

Tú no puedes comprar mi alegría

Tú no puedes comprar mis Dolores

Tengo los lagos, tengo los ríos

Tengo mis dientes pa' cuando me sonrío

La nieve que maquilla mis montañas

Tengo el sol que me seca y la lluvia que me baña

Un desierto embriagado con peyote

Un trago de pulque para cantar con los coyotes

Todo lo que necesito, tengo a mis pulmones respirando azul clarito

La altura que sofoca,

Soy las muelas de mi boca, mascando coca

El otoño con sus hojas desmayadas

Los versos escritos bajo la noches estrellada
Una viña repleta de uvas
Un cañaveral bajo el sol en Cuba
Soy el mar Caribe que vigila las casitas
Haciendo rituales de agua bendita
El viento que peina mi cabellos
Soy, todos los santos que cuelgan de mi cuello
El jugo de mi lucha no es artificial
Porque el abono de mi tierra es natural

Tú no puedes comprar el viento
Tú no puedes comprar el sol
Tú no puedes comprar la lluvia
Tú no puedes comprar el calor

Tú no puedes comprar las nubes
Tú no puedes comprar los colores
Tú no puedes comprar mi alegría
Tú no puedes comprar mis dolores

Não se pode comprar o vento
Não se pode comprar o sol
Não se pode comprar a chuva
Não se pode comprar o calor
Não se pode comprar as nuvens
Não se pode comprar as cores
Não se pode comprar minha'legria
Não se pode comprar minhas dores

No puedes comprar el sol...
No puedes comprar la lluvia
(Vamos caminando)

No riso e no amor
(Vamos caminando)
No pranto e na dor
(Vamos dibujando el camino)
No puedes comprar mi vida
(Vamos caminando)
La tierra no se vende

Trabajo bruto, pero con orgullo
Aquí se comparte, lo mío es tuyo
Este pueblo no se ahoga con marullo
Y se derrumba yo lo reconstruyo
Tampoco pestañeo cuando te miro
Para que te recuerde de mi apellido
La operación Condor invadiendo mi nido
Perdono pero nunca olvido
Oye!

Vamos caminando
Aquí se respira lucha
Vamos caminando
Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
(Vozes de um só coração)
Vamos caminando
Aquí estamos de pie
Que viva la América!
No puedes comprar mi vida...